

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPEG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
- PPGPEH
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

Francisca Janaina Silva de Souza

**Do golpe à ditadura civil-militar no Acre:
memória, esquecimento e silenciamento no Ensino de História**

**RIO BRANCO
2024**

Francisca Janaina Silva de Souza

**Do golpe à ditadura civil-militar no Acre:
memória, esquecimento e silenciamento no Ensino de História**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Profissional em Ensino de História - PPGPEH da Universidade Federal do Acre, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão

Orientador: Dr. Sérgio Roberto Gomes de Souza

**RIO BRANCO
JUNHO/2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da
UFAC

- S729g Souza, Francisca Janaina Silva de, 1983 -
Do golpe à ditadura civil-militar no Acre: memórias, esquecimento e
silenciamento no Ensino de História/ Francisca Janaina Silva de Souza;
orientador: Dr. Sérgio Roberto Gomes de Souza. – 2024.
202 f.: il.; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de
Pós- Graduação Profissional em Ensino de História - PPGPEH, Rio Branco,
2024.
Inclui referências bibliográficas.
1. Golpe Civil - Militar. 2. Ditadura. 3. Acre. I. Souza, Sérgio Roberto
Gomesde (orientador). II. Título.

CDD: 910



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

**Titulo da dissertação: Do golpe à ditadura civil-militar no Acre:
memória, esquecimento, e silenciamentos no Ensino de História**

Autora: Francisca Janaina Silva de Souza

Orientador: Dr. Sérgio Roberto Gomes de Souza

Dissertação aprovada como parte das exigências
para obtenção do título de Mestre em ENSINO
DE HISTÓRIA, pela Banca Examinadora.

DATA DA APROVAÇÃO: 03 de junho de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Assinado Eletronicamente

Dr. SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA

Orientador

Universidade Federal do Acre – UFAC

Assinado Eletronicamente

**Dr. EDUARDO SILVEIRA NETTO
NUNES**

Avaliador Interno

Universidade Federal do Acre – UFAC

Assinado Eletronicamente

Dr^a. MAURA LEAL DA SILVA

Avaliadora Externa

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Documento assinado digitalmente



MAURA LEAL DA SILVA

Data: 12/07/2024 13:56:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Silveira Netto Nunes, Professor do Magisterio Superior**, em 10/06/2024, às 07:42, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Roberto Gomes de Souza, Professor do Magisterio Superior**, em 19/06/2024, às 08:45, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ufac.br/sei/valida_documento ou click no link [Verificar Autenticidade](#) informando o código verificador **1276934** e o código CRC **836C6370**.

Referência: Processo nº 23107.012995/2024-44

SEI nº 1276934

Dedico este trabalho ao meu pai **Manoel Vieira de Souza** *In memoriam*, que nasceu em 1960 e assim como muitos vivenciou as misérias sociais resultantes do período ditatorial no Acre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas meninas Jéssica e Mariana Bernadette, pelo apoio dado a mim em todas as circunstâncias.

Agradeço ao meu esposo Francisco Bento da Silva, pelo apoio, atenção, sugestões a este trabalho e principalmente pelo amor dedicado em todos os momentos.

Agradeço a minha mãe Creuza pela atenção de mãe dedicada a mim.

Agradeço aos/as colegas que, junto comigo, ingressaram neste programa de mestrado profissional em Ensino de História.

Agradeço a Layla Karine pela tradução do resumo para o inglês e por ter sido minha professora tão aplicada.

Agradeço aos professores do programa de mestrado em História, em particular ao meu orientador Sérgio Roberto Gomes de Souza, pelas orientações pontuais e sugestões para que este trabalho fosse realizado.

Agradeço ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre do qual sou professora substituta de História e aonde pude realizar parte deste trabalho ao aplicar o produto didático aos/as meus/minhas alunos/as do 3º ano.

Agradeço a todos os/as meus/minhas alunos/as do 3º ano *Calidus* que tanto me alegraram e me ajudaram ao participarem da pesquisa e apontarem sugestões ao produto didático. Mais do que ninguém, o produto deste trabalho é dedicado a todos vocês queridos/as alunos/as.

Agradeço às minhas queridas amigas/irmãs de fé na espiritualidade umbandística, Denise e Aline, que estão sempre perto de mim e de minhas meninas nos acolhendo no seu paraíso.

Agradeço, por fim, a Universidade Federal do Acre, por me proporcionar a realização deste trabalho, por ser uma instituição que resiste às intempéries e continua fazendo ciência. Viva a educação pública de qualidade! Viva as UNIVERSIDADES PÚBLICAS!

EPÍGRAFE

*A Nação nos mandou executar um serviço.
Nós o fizemos com amor, aplicação e sem
medo.*

*A Constituição certamente não é perfeita.
Ela própria o confessa ao admitir a
reforma. Quanto a ela, discordar, sim.
Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-
la, nunca.*

*Traidor da Constituição é traidor da Pátria.
Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a
Constituição, trancar as portas do
Parlamento, garrotear a liberdade, mandar
os patriotas para a cadeia, o exílio e o
cemitério.*

*Quando após tantos anos de lutas e
sacrifícios promulgamos o Estatuto do
Homem da Liberdade e da Democracia
bradamos por imposição de sua honra.*

*Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo.
(Aplausos)*

*Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela
desgrace homens e nações.
Principalmente na América Latina.*

(Trecho do discurso de Ulysse Guimarães
ao promulgar a constituição Federal em
1988).

RESUMO: Em abril de 1964 o Brasil acordou com a efetivação de um golpe civil-militar, que no mês seguinte teve consequência direta com o Acre ao ser deposto o primeiro governador do Acre, José Augusto de Araújo. O Acre entra em seus momentos políticos mais difíceis, marcado pela presença dos governadores biônicos na cadeira do executivo estadual, que apoiaram tacitamente e silenciaram diante das violências contra trabalhadores rurais, imprensa livre, seringueiros, indígenas, movimentos sociais urbanos e estudantes. Muitos desses acontecimentos foram narrados posteriormente em trabalhos acadêmicos, jornais e até em livros didáticos - LD, porém ainda existem muitos silêncios acerca de situações que até hoje estão alijadas dos conteúdos de história do Acre, pois o Acre seria um lugar onde “a ditadura não ocorreu” conforme muitos ainda digam. Neste trabalho faço uma imersão em discussões sobre os apagamentos e silenciamentos ainda presentes nos LD’s produzidos até o presente no Ensino de História do Acre. paralelo a isso, trago uma variedade de fontes documentais que podem ser trabalhadas em sala de aula para suprir esta lacuna existente e mostrar que ocorreram embates e resistência de sindicatos e grupos de teatro que reagiram de diversas formas contra o autoritarismo presente durante a ditadura civil-militar no Acre. Para isso, trago uma discussão e análises de documentos que recentemente vieram ao conhecimento público: cartas pessoais, jornais e documentação jurídica como reveladores de nuances sobre o período da ditadura no Acre até então desconhecidas. No tocante ao Ensino de História, o resultado deste trabalho foi sistematizado com a elaboração de um material didático voltado para a compreensão da ditadura civil – militar no Acre, acessível aos professores que desejem discutir essa temática ainda muito ausente nas salas de aulas e no Ensino de História sobre o Acre. Como suporte teórico para a construção deste trabalho, trouxe os seguintes autores: Ansart (2005), para discutir questões que envolve o trauma, dor e ressentimento nos processos políticos violentos; Bittencourt (2006) e Fonseca (2009), como referenciais para discutir os métodos e o Ensino de História; Fico (2004), Napolitano (2021) e Zaverucha (1994), que abordam a Ditadura Militar no Brasil; Silva (2012), que analisa as questões políticas e autoritárias sobre o golpe militar no Acre; Seligmann–Silva (2003) que aborda questões sobre o esquecimento e testemunho; Certeau (2011) e Veyne (1998) que ajudaram nas discussões sobre a importância da escrita da História diante das narrativas presentes.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe Civil - Militar; Ditadura; Acre; Ensino de História.

ABSTRACT: In April 1964, Brazil woke up to the execution of a civil-military coup, which in the following month had direct consequences for Acre when the first governor of Acre, José Augusto de Araújo, was deposed. Acre is entering its most difficult political moments, marked by the presence of bionic governors in the chair of the state executive, who tacitly supported and remained silent in the face of violence against rural workers, the free press, rubber tappers, indigenous people, urban social movements and students. Many of these events were later narrated in academic works, newspapers and even in textbooks - LD, however there are still many silences about situations that to this day are excluded from the contents of Acre history, as Acre would be a place where “the dictatorship did not occurred” as many still say. In this work I immerse myself in discussions about the erasures and silencing still present in textbooks produced to date in History Teaching in Acre. Parallel to this, I bring a variety of documentary sources that can be worked on in the classroom to fill this existing gap and show that there were clashes and resistance from unions and theater groups that reacted in different ways against the authoritarianism present during the civil dictatorship-military in Acre. To this end, I bring a discussion and analysis of documents that recently came to public knowledge: personal letters, newspapers and legal documentation as revealing nuances about the period of the dictatorship in Acre that were previously unknown. Regarding History Teaching, the result of this work was systematized with the elaboration of teaching material aimed at understanding the civil-military dictatorship in Acre, accessible to teachers who wish to discuss this topic, which is still largely absent in classrooms and History teaching about Acre. As theoretical support for the construction of this work, I present the following authors: Ansart (2005), to discuss issues involving trauma, pain and resentment in violent political processes; Bittencourt (2006) and Fonseca (2009), as references to discuss the methods and Teaching of History; Fico (2004), Napolitano (2021) and Zaverucha (1994), which address the Military Dictatorship in Brazil; Silva (2012), who analyzes the political and authoritarian issues surrounding the military coup in Acre; Seligmann-Silva (2003), which addresses questions about forgetting and testimony; Certeau (2011) and Veyne (1998) who helped in discussions about the importance of writing History in light of the present narratives.

KEYWORDS: Civil - Military Coup; Dictatorship; Acre; Teaching History.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo I – Narrativas, historiografia e Ensino de História sobre a ditadura no Acre.....	29
1.1 – <i>As controvérsias do golpe em 1964 no Acre.....</i>	35
1.2 – <i>O contexto das cassações e perseguições.....</i>	44
1.3 – <i>A ocupação de terras no Acre durante a ditadura.....</i>	47
1.4 – <i>A ditadura civil-militar e o sistema educacional.....</i>	54
1.5 – <i>Diálogos e problematizações com Livros Didáticos de História do Acre.....</i>	57
Capítulo II – Os jornais do Acre durante a ditadura civil-militar.....	70
2.1 – <i>Os jornais e os discursos a serviço da ditadura civil-militar.....</i>	80
2.2 – <i>Os governadores da ditadura nos discursos de jornais</i>	93
2.3 – <i>Teatro e cinema como movimentos de resistência contra a ditadura.....</i>	115
2.4 – <i>Varadouro: uma escrita dissonante durante a ditadura no Acre.....</i>	121
Capítulo III – Ensino de História: fontes e testemunhos sobre o golpe e a ditadura no Acre.....	130
3.1 – <i>As cartas e as narrativas femininas durante a ditadura no Acre.....</i>	134
3.2 – <i>O processo na justiça comum e militar: caça aos “comunistas”.....</i>	144
3.3 – <i>O Produto Didático: o lugar da ditadura no Ensino de História do Acre.....</i>	152
3.3.1 – <i>Roteiro didático.....</i>	161
3.3.2 – <i>Resultados da aplicação.....</i>	165
Considerações finais.....	172
Referências.....	175
Anexos	

Introdução

Lembrança

*Uns gritos
No amanhecer
Me fizeram despertar
Gritos de dor
Que falavam da morte
Mais tarde
Um corpo sem vida
No meio da sala
Depois
O silêncio
O vazio
E a eterna lembrança.
(Airton Rocha)¹.*

O poema escrito em 1978, de autoria de Airton Rocha, integrante do Grupo de Teatro Gruta, inicia este capítulo com o objetivo de demonstrar como parte da juventude acreana mais engajada lidava com a ditadura. E uma das formas de resistência se dava pelas atividades artísticas, participando de grupos de teatro alternativos. Além de manifestar suas insatisfações por meio da música e da poesia, onde mostravam suas percepções e leituras do autoritarismo imposto pela ditadura civil – militar pós 1964.

Neste sentido, no ano de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal do país, o então deputado federal Ulysses Guimarães fez um discurso de pouco mais de dez minutos sobre a importância da democracia para o ordenamento político e social do Brasil, assim como para o apaziguamento das instituições e da população que pedia as *Diretas Já!* Ulysses Guimarães reforçou em seu discurso o quanto tinha “nojo” e “ódio” à ditadura que deixava à nação uma herança amarga de cerceamento das liberdades, deposições, mortes, torturas e o exílio de muitos. É possível dizer que sua fala também funcionou como um aviso incisivo a quem fosse contra a Constituição Federal, enfatizando que “não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora, será luz ainda que de lamparina na noite dos desgraçados”². A Constituição de 1988,

¹ *O Jornal*, nº 76, Rio Branco, 27 de novembro de 1978, p. 12.

² Trecho do discurso de Ulysses Guimarães em face da promulgação da Constituição Federal em 1988. Disponível em: <https://encurtador.com.br/EKRU4>. Acesso em 20/12/2023.

sob o viés democrático, nasce então para encerrar o período em que a República esteve sob o comando autoritário dos militares, tempos de dissensos, ordem/desordem, tempos de ditadura civil-militar.

Nesta senda, é perceptível que ainda hoje as vozes contrárias à democracia mantêm-se em protesto constante e em duelo pela disputa de poder no Brasil. Mas as instituições que velam a Constituição de 1988 vem superando-se a cada tentativa de golpe ou tentativas de arrefecimento das garantias dos direitos dos cidadãos. No entanto, para chegar até os dias de hoje com a Constituição consolidada, o Brasil em suas instituições se viu diante de várias situações críticas construídas pelos saudosistas de 1964. Hoje é patente que as instituições democráticas estão mais consolidadas, bem diferente do momento em que os militares apoiados por civis derrubaram o então presidente João Goulart. A fragilidade das instituições, diante da imposição autoritária, facilitou a instauração do golpe civil militar e, conseqüentemente, da ditadura civil - militar que perdurou por 21 anos, silenciando pessoas contrárias a ela.

Diante desse contexto, é importante destacar o que ocorreu durante 1962, momento quando o Acre foi elevado à categoria de Estado, por meio do Decreto nº 4.070/62, assinado pelo então presidente da República João Goulart, Lei de iniciativa do então Senador José Guimard dos Santos. O Acre deixou de ser tutelado pela União e, de imediato, foram encaminhados os trâmites para a primeira eleição do Executivo local. A disputa se deu entre os candidatos José Guimard dos Santos (PSD) e José Augusto de Araújo (PTB), este último vitorioso no pleito.

Eleito governador, José Augusto de Araújo (PTB) enfrentou dificuldades junto à sua base aliada, fato que se agravaria no início do ano de 1964 com pedidos de impeachment na Assembleia Legislativa. Foi inclusive coagido a assinar sua renúncia em 08 de maio de 1964 e nesse contexto, o capitão da 4ª Companhia do Exército, Edgard Pedreira de Cerqueira Filho, tornou-se governador ao usurpar o cargo que José Augusto havia renunciado coercitivamente. O golpe então estava posto.

O golpe travestido de renúncia obrigou José Augusto a abandonar o cargo e foi aceita de imediato pela Assembleia Legislativa do Acre, pois os deputados aceitaram sem hesitação o pedido de renúncia sem nenhum tipo de

crítica ou oposição a chamada “Revolução de 1964”³ que se implantou no Acre de forma efetiva. Esse termo foi difundido por militares e seus apoiadores, pela imprensa oficial e reproduzido em livros didáticos redigidos no período como uma tentativa de mascarar as rupturas constitucionais impostas pelo regime que viria se instalar por mais de vinte anos.

O golpe no Brasil se abateu sobre governadores estaduais, principalmente aqueles que apoiavam Jango. No Acre caiu José Augusto que além de ser do mesmo partido de Jango, tinha interesses bastantes comuns em relação às chamadas reformas de base, fato esse que é silenciado na bibliografia historiográfica canônica ainda nos dias de hoje.

A própria BNCC, ao indicar o estudo sobre a ditadura civil-militar iniciado em 1964, direciona os estudos para o eixo Rio de Janeiro – São Paulo, *locus* de debates e resistências contra o autoritarismo (MEC, S.d). Porém, este evento teve desdobramentos em todas as regiões do Brasil, ao contrário do que está no senso comum de que somente o eixo Rio – São Paulo foi palco da ditadura no Brasil. Contrapondo-me a este preceito, é do Acre meu ponto de partida para discutir as principais dimensões dos acontecimentos e analisar os discursos construídos à luz de um período que merece atenção como tema desta dissertação de mestrado, onde busco expressar outras possibilidades de abordagens e compreensões, a partir da análise dos silenciamentos em livros didáticos do Ensino de História do Acre e buscando ampliar essa questão a partir do uso de novas fontes documentais em sala de aula.

Este trabalho, está pautado na perspectiva de pensar/analisar quais narrativas os livros didáticos, como instrumento de saber, quer oferecer quando o tema sobre ditadura é apresentado aos alunos. Neste sentido, trilhando os caminhos abertos pela pesquisadora Helenice Rocha, compreendo a complexidade da proposição deste trabalho, considerando que somente “no final do século XX passou-se a examinar a complexidade do livro didático como produto cultural na sociedade capitalista, envolvendo sujeitos diversos desde sua produção até seus usos” (Rocha, 2017, p. 19).

Por conseguinte, o livro didático, nesta dissertação, não será pensado

³ O Golpe Civil Militar foi tratado pelo Alto Comando do Exército de “Revolução de 1964”, inclusive havia o “Comando Supremo da Revolução” que se instalou até a chegada do Presidente Militar Humberto Castelo Branco (FICO, 2014).

somente como um instrumento que propicia conhecimento/estudo na sala de aula. A perspectiva é, também, dialogar/problematizar com estratégias de poder e contradições que o perpassam. Especificamente sobre as diferentes dimensões da ditadura no Acre, também se intenciona a construção, a partir das análises realizadas nestes escritos e outras fontes históricas anteriormente mencionadas, de estudos sistematizados na forma de um produto, capaz de colaborar com as leituras e organização dos debates sobre essa temática em sala de aula.

Antes de tudo, julgo ser importante explicar como foi pensando a elaboração deste trabalho de pesquisa. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História na Universidade Federal do Acre, assisti a uma palestra em alusão aos cinquenta e oito anos do Golpe Civil Militar no Acre. Contudo, ao longo do evento, percebi o quanto este tema era silenciado nas salas de aula, me vendo como um das protagonistas desses processos e influenciada, em parte, pela proposta de plano de curso enviada para as escolas pela Secretaria Estadual de Educação do Acre.

A percepção, então, foi de que este tema carece de espaços de reflexão nas salas de aula, principalmente quando abordado a partir dos conteúdos de história local. Assim, senti a necessidade de pesquisar sobre a temática diante desse silenciamento latente na sala de aula. O ponto de partida foi buscar referências ao tema nos livros didáticos que tratam sobre a história do Acre. A sensação inicial foi de estranhamento, considerando a percepção de que este tema é abordado em sala de aula de forma mais ampla, sem validar as questões regionais, prevalecendo análises que pouco se dedicam a discutir este evento de maneira mais localizada. Por isso, vejo como significativo evidenciar essa ausência, para que docentes do Ensino de História possam dialogar com outras possibilidades interpretativas sobre a ditadura no Acre, a partir de 1964.

Ainda sobre a referida palestra, estavam presentes algumas pessoas que vivenciaram o período do golpe civil-militar no Acre e a ditadura que veio na sequência. Estas relataram as dificuldades vividas, expressas em separações de familiares e amigos, perseguições e a deposição do governador José Augusto de Araújo (PTB). A partir daquele momento, muitas questões permeiam minha mente: como o fato das pessoas presentes na palestra, as que viram o golpe acontecer, não estava em livros ou outros produtos, e pensei que aquelas

memória deveriam ser suscitadas para que no futuro outros curiosos pela história local possam compreender o que foi período ditatorial no Acre.

Para o diálogo com o material disponível considero importante que as fontes e referências com as quais me propus dialogar, dentre elas os livros didáticos, processos judiciais, jornais, obras acadêmicas que tratam sobre o tema, além de documentos e cartas pessoais da família do governador — José Augusto referentes ao período da ditadura no Acre — são elementos indiciários fundamentais para dar sustentação necessária a escrita desta dissertação. Enfatizo que mesmo diante de um amplo conjunto de fontes históricas que me propiciam diferentes leituras e análises, não há como dialogar com todas as fontes disponíveis pois fugiria do foco aqui proposto. Assim, faço um recorte para facilitar minhas análises com o objetivo de sistematizar um conjunto de evidências que possam dar acesso a outros questionamentos sobre o período da ditadura civil-militar no Acre.

Ao perceber o quanto este conteúdo precisa ser refletido no Ensino de História, como ele não tem alcançado suficientemente a sala de aula e tampouco é debatido nesses espaços, compreendi a necessidade de desenvolver uma proposta pedagógica para esta temática, através da produção de um material didático direcionado a professores/as que dialogam com o tema no 9º ano do Ensino Fundamental II, de acordo com as propostas da BNCC:

BNCC – Base Nacional Curricular Comum, apresenta na unidade temática: Modernização, ditadura civil – militar e redemocratização: o Brasil após 1946. O Objeto de Conhecimento: Os anos de 1960: revolução cultural; A ditadura civil militar e o processo de resistência; As questões indígenas e negras e a ditadura do 9º ano. Habilidade: (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar (MEC, S.d)⁴.

Compreendo que os diversos discursos presentes nas fontes analisadas são representações atravessadas por interesses e subjetividades dos sujeitos

⁴ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> acesso em: 15/05/2023.

que os produziram. Como bem afirmou a pesquisadora Eni Orlandi (2007), “não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia” (Idem, p. 31). A referência é importante, pois torna-se perceptível que um dos elementos legitimadores dos atos de violência produzidos na ditadura em questão era fundado na hipótese de uma perseguição ideológica ao comunismo e seus adeptos. Assim, os conteúdos estudados não são pensados como “objetos empíricos, são efeitos de sentidos entre locutores, sendo análise e teoria inseparáveis” (Orlandi, 2007, p. 38).

Quanto referências conceituais apresento algumas para discutir o assunto, a exemplo de Carlos Fico (2014), que possui extensa pesquisa sobre o golpe de 1964, colocando em evidência o jogo político que permitiu a ascensão do autoritarismo militar apoiado por civis; Marcos Napolitano (2021), que através da sua pesquisa intitulada *1964 História do Regime Militar Brasileiro*, apresenta a temática através de uma abordagem memorialística dos “anos de chumbo”, bem como robustas análises acerca do apoio da sociedade civil que, segundo ele, se viu anestesiada pelo milagre “econômico”. Em relação às abordagens sob a perspectiva do Ensino de História, tomo como apoio Thais Nivia de Lima Fonseca (2006), que apresenta a partir de suas discussões o desafio de dialogar com elementos relativos ao Ensino de História e de como essa temática da ditadura é ensinada nas escolas e os discursos contidos nos livros didáticos.

Sobre a contextualização do período que antecedeu e a imediata repercussão do golpe militar no Acre, apresento as discussões levantadas por Francisco Bento da Silva (2014), na obra intitulada *Autoritarismo e Personalismo no Poder Executivo Acreano, 1921–1964*. Em seus escritos, o referido autor que faz um apanhado sobre o autoritarismo na política local desde a unificação do Território federal do Acre, até a eleição de José Augusto para governador em 1962 e sua posterior deposição, como consequência do golpe militar de 1964, enfatizando as tramas que concorreram para a consecução desse golpe no Estado.

Nesse processo de escrita e no ofício de historiadora, busco me situar como uma escrevente de narrativas incruentas pelo peso do que elas carregam, pois ainda hoje são sensíveis e até traumáticas para parentes e aqueles que a vivenciaram como inimigos dos que ascenderam ao poder pós 1964. Por si só, esta é uma “história acre”, como nos propõe Durval Muniz de Albuquerque Junior (2016), que trata de dores, dos momentos não adocicados da historiografia

laudatória e heroificantes dos “grandes feitos”. Penso que esses escritos “acres” possam ser novas rotas para serem objetos de estudos para novas propostas e abordagens em torno da temática aqui apresentada.

Neste sentido, foram importantes as análises de Michel de Certeau (2011), em *A Escrita da História*, onde ao dialogar com o passado, diz que “a escrita histórica permanece controlada pelas práticas das quais resulta, conferindo ao seu leitor um lugar bem determinado” (Idem, p. 91). É neste lugar “determinado”, que procurei compreender como os acontecimentos foram abordados e como é feita a interlocução entre os momentos antecedentes e posteriores ao golpe e ao advento da ditadura militar no Acre. E não menos importante, compreender que também escrevo em um tempo e em um lugar “determinado” que me possibilitou escrever o que escrevi.

Sobre os esquecimentos/silenciamentos em relação à ditadura militar no Ensino de História do Acre, este é um fato que perpassa minha atuação docente, como já foi relançado. Ao propor diálogos com fontes e materiais já produzidos e os até então ausentes, intenciono que estes sejam inseridos de maneira mais efetiva nas salas de aula, confrontando com a agonia dos silenciamentos. Neste contexto, Pacheco (2022) nos aponta que “os usos didáticos de documentos fomentam as atitudes investigativas em sala de aula, possibilitando a construção do conhecimento histórico no espaço escolar” (idem, p. 85), além de ampliar a compreensão sobre essas fontes.

É patente a pouca atenção dada ao que a ditadura no Acre representou, principalmente nos livros didáticos e na própria historiografia local, denotando o apagamento desse tema para a compreensão da história local. Algo que pode ser resultado de escolhas e opções das mais diversas (políticas, didáticas, historiográficas, temáticas). Este parece ser um tema marginal, se considerarmos a inexistência de orientações didáticas, propostas e conteúdos que façam referência à ditadura no Acre. Porém, não significa que foi apagado da memória coletiva. Para Seligmann-Silva (2003, p. 53) “a memória só existe ao lado do esquecimento: um complementa e alimenta o outro, um é fundo sobre o qual o outro se inscreve”. Aqui, o importante é sempre intensificar o debate para que se busque, por meio de memórias individuais, transpor e organizar os fatos que não se inscreveram nos livros didáticos, ao destacar a ditadura como período de incertezas e traumas que jamais poderão ser esquecidos ou

apagados da memória coletiva.

O silêncio imposto aos livros didáticos de história do Acre, aqui é compreendido simbolicamente como um ato político, uma escolha. Apoiando-nos em Eni Orlandi, é possível dizer que o silêncio é entendido como uma linguagem em movimento e, dessa forma, “o silenciamento sempre se acompanha de um movimento de sentidos [...] isto é, pela linguagem, e esta é sempre sujeita a interpretação” (Orlandi, 2007, p. 37). Assim, à medida que o silêncio em determinados temas e conteúdos se torna presente, importa que sua interpretação ocorra de acordo com nossas referências e, conseqüentemente, seja lembrado para que se torne motivo de contestação.

Também importa observar de forma crítica a ausência deste tema na proposta curricular do estado, dificultando análises e debates em sala de aula. Isto nos remete a um esvaziamento dos diálogos sobre a ditadura no contexto acreano, algo que interdita a discussão sobre motivos, caminhos e atores sociais que protagonizaram, em diferentes campos de atuação, este processo. A professora Thais Fonseca (2006), por exemplo, ressalta a importância de se discutir a ditadura em sala de aula quando são abordadas questões “sobre a educação geral e sobre a escola em particular, como aquela que envolveu o Regime Militar e o processo de redemocratização” (Idem, p. 10).

No percurso do trajeto proposto, priorizamos a leitura e análise de algumas obras, seja pelo período em que foram publicadas, seja pela repercussão que tiveram, ou, ainda, pelo seu uso como referencial para os debates sobre história do Acre. Uma dessas obras é o livro didático *Acre: Uma história em construção* (1985), de autoria dos historiadores José Dourado, Valdir Calixto e Josué Fernandes. Na sua apresentação consta que ela é destinada a alunos do antigo 2º grau. Nela encontramos lacunas e silenciamentos⁵ em relação às repercussões da ditadura militar nas vidas e vivências dos habitantes do Acre. Entretanto, o livro tem sua importância histórica, pois é a primeira produção escrita que aborda o período ditatorial e que nos direciona para os primeiros textos didáticos escritos no Acre sobre a temática.

O livro *História do Acre – Novos Temas, Novas Abordagens*, de Carlos Alberto Alves de Souza (2005), largamente utilizado nas escolas de educação

⁵ Quando aqui falo de silenciamento no livro didático, me refiro a temas sensíveis que não foram expostos como os Inquéritos Policiais Militares, perseguições políticas e cassações.

básica, encontra-se em sua quarta edição. Consta em sua apresentação que foi revisado. Justifica o autor tal informação explicando que novas temáticas de estudos foram acrescentadas. Mesmo assim, não contempla com amplitude o tema de nosso estudo. A proposta no capítulo IX sobre “trabalhadores rurais e criação de sindicatos”, enfatiza os processos de resistências dos seringueiros, porém, não constrói uma crítica à ditadura e acaba pormenorizando este processo, já que sobre ele poucas referências são dedicadas, deixando-o em segundo plano. O tema, portanto, não é uma demanda central neste livro, e o que percebemos é que o tema ditadura parece ser uma consequência de outros acontecimentos analisados pelo autor e não um acontecimento/evento que resultou em diferentes tipos de rupturas.

No capítulo X da mesma obra consta um recorte sobre a *Pecuarização no Acre* e a chegada dos “paulistas”. Nele, o autor cita os órgãos criados pelos governos militares para incentivar o “progresso” da região, no entanto, não dialoga de forma mais acurada sobre o tema do autoritarismo. Ele apenas narra os fatos sem fazer uma crítica ao contexto ditatorial. Além disso, não cita a carestia e os desabastecimentos de produtos alimentícios e as desigualdades sociais. É um livro que passa ao largo da crítica mais incisiva ao período da ditadura, e que mesmo utilizando recortes de reportagem do jornal *Varadouro* (jornal que fez parte da imprensa alternativa que contestava o regime ditatorial no Acre), não parece dialogar com os discursos e nem contextualizar as tramas políticas produzidas no período ditatorial.

Ainda sobre produções impressas, o Tribunal Regional Eleitoral do Acre, lançou em 2011 algumas publicações em formato de coletânea/revista, abordando o período do ano de sua criação, em 1940, que coincide com a vigência da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. As publicações foram editadas a partir de registros cronológicos, divididos em décadas. No volume II, intitulado *Democracia, Autonomia e Repressão*, trata dos anos de 1940 até os anos 1970. Neste cenário traçado, é possível perceber cronologicamente como o TRE elaborava seus materiais de divulgação, valendo-se principalmente da imprensa oficial e daquilo que outros periódicos produziram. Também neste caso, prevalece o silêncio sobre o golpe militar de 1964 e o regime ditatorial posteriormente instaurado.

A Comissão da Verdade de Mortos e Desaparecidos, diante da abertura

de documentos sobre a repressão, publicou em 2011 uma obra bem contundente, intitulada *Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962 – 1965*. Esta publicação destaca pessoas que lutaram no campo contra a desapropriação de terras incentivadas pelos militares e um desses personagens ali retratadas é Wilson Pinheiro que foi assassinado por pistoleiros em Xapuri (AC) em 1980 a mando de fazendeiros que viam seus interesses ameaçados diante da organização sindical de seringueiros e posseiros.

Também apresenta Chico Mendes, denominando-o como importante liderança sindical e articulador no movimento pacifista chamado “empate”. Chico Mendes foi assassinado em 1988 a mando do fazendeiro Darly Alves, por defender os seringueiros contra os grileiros de terras. Estes assassinatos são importantes evidências de como pessoas ligadas à defesa dos direitos dos “povos da floresta”, foram sendo eliminadas por latifundiários, evidenciando o quanto eram frágeis as garantias legais que salvaguardassem direitos básicos à população sem terra. Muitos mandantes e assassinos ficaram impunes e os processos caducaram, pois os governos autoritários protelavam e impediram seus andamentos na justiça.

Já para comemorar os 100 anos de Cruzeiro do Sul em 2004, o governo do Estado do Acre⁶, com o apoio do Banco da Amazônia, publicou uma revista com o nome *Cruzeiro do Sul: um século (1904-2004)*. Nela, constam em um capítulo à parte, referências sobre o primeiro governador eleito pelo Acre, sua deposição e a ditadura civil - militar. As principais referências para seus organizadores foram matérias publicadas pelos jornais *O Rebate* e *Varadouro*. Cabe ressaltar que essa revista traz elementos de natureza política, constituindo-se em um material financiado por um banco público, com o intuito de exaltar determinados fragmentos da história canônica e oficial da cidade de Cruzeiro do Sul, para de alguma forma “evidenciar” sua importância para o Estado.

Na pesquisa, além dos livros didáticos, utilizo jornais, com destaque para *O Liberal* (1957/1963), *O Rebate* (1921/1971); *Repique* (1984/1985); *O Acre* (1929/1972) e *O Jornal* (1974/1982) disponíveis eletronicamente no site da

⁶ Em 2004 o então governador do Acre, Jorge Viana (PT), utilizou para seu governo o slogan “governo da floresta”. O discurso embutido no slogan dizia valorizar a natureza e buscar o desenvolvimento sustentável para o Acre.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁷. As datas destacadas referem-se aos anos em que essas edições constam no site da Hemeroteca, porém, esclareço que minhas análises se baseiam nos discursos produzidos principalmente entre 1964 a 1985.

O jornal *O Liberal*, que só existiu até 1963, um ano antes do golpe, foi utilizado porque traz muitos discursos do então candidato a governador José Augusto de Araújo, que me possibilitaram fazer uma imersão no contexto político da época e debates pré golpe. O jornal *O Liberal* acusava-o de ser “violento e inoportuno”⁸ nos editoriais do diretor Foch Jardim, adversário declarado de José Augusto.

O jornal *Varadouro*, que trazia em suas reportagens abordagens sobre as classes trabalhadoras, pessoas ligadas aos movimentos sociais e a igreja, tinha uma posição contrária à ditadura civil - militar. O jornal criticava com intensidade a política do período, entre os anos de 1977 até 1981. Nas 24 edições publicadas, o *Varadouro* dedicou com muita frequência editoriais e matérias que submetiam críticas aos fazendeiros e empresários e ao próprio governo (local e federal). Podemos caracterizá-lo como um jornal que representava, naquele momento, a insatisfação de grupos sociais que eram silenciados mediante a conjuntura política e social.

O jornal *Varadouro* foi aqui utilizado com bastante intensidade, considerando suas matérias ousadas para o período, constituindo-se em uma fonte muito importante nos anos de autoritarismos e ditadura no Acre. Sua linha editorial oposicionista trazia denúncias contra os governos acerca do ambiente político da época, fazendo com que esse periódico fosse uma alternativa às linhas editoriais controladas/mantidas pelos governos locais criando assim, um viés independente dentro do circuito de jornais alternativos dos movimentos contra a ditadura no Brasil.

O nascimento do *Varadouro*, é marcado pelo “fechamento do congresso nacional [...] e a introdução do Pacote de Abril [que] introduziu a esdrúxula figura

⁷ Informações disponíveis no endereço eletrônico: memoria.bn.br. Acesso em: 13/06/2023.

⁸ *O Liberal*, nº 194, no VI. Rio Branco, 29 de maio de 1963, p.05. Disponível no site da Biblioteca Nacional: memoria.bn.br site onde todos os jornais serão consultados.

do senador biônico” (Fonseca, 2007, p. 28)⁹. Diferente do jornal *O Acre* (1929 /1972), que era fonte oficial do governo e produzia noticiários que enaltecem o Executivo e os políticos ligados à ARENA. Neste sentido, o foco dado aqui busca entender como estes veículos noticiaram este período para a população, já que os jornais eram umas das fontes de informações mais comuns, além do rádio, que era veículo de comunicação oficial.

Em todo esse emaranhado de discursos, é importante entender como as notícias chegaram à população e hoje como elas podem ser debatidas a partir do Ensino de História nas salas de aula. São textos jornalísticos que trazem significados e podem ser utilizados como apoio na construção de um processo de aprendizagem mais amplo. Para compreender melhor busco em Paulo Freire (2007), os significados do ensino na sala de aula, para que o processo de ensino e aprendizagem seja significativo e faça sentido, é fundamental aprender, significar e compreender qual a importância, dimensão e consequências desse período para a sociedade acreana.

Seguindo nessa linha, os processos de aprendizagem sobre ditadura perpassam o conteúdo mas chega na esteira das experiências vividas e são destacadas em documentos escritos, tais como o Inquérito Policial Militar-IPM, que apresenta toda a denúncia forjada contra José Augusto. Este inquérito, era uma tentativa de afastar qualquer possibilidade do ex- governador voltar ao poder ou mesmo ter segurança em permanecer no Acre. Esse IPM foi um instrumento utilizado para intimidar principalmente políticos que tiveram seus mandatos cassados e foi utilizado contra o ex-governador José Augusto, responsabilizando-o de “cultivar luta de classe além de apoiar a divulgação de bibliografia filo-comunista e comunista”¹⁰. Aparecem também outros denunciados que foram secretários de governo, tais como: Ariosto Pires Migueis, Hélio César Koury, Demóstenes Coêlho de Moura, Lourival Messias do Nascimento e João Moreira de Alencar. Estes, além de serem acusados de corruptos e truculentos, são apontados como apoiadores do comunismo e com

⁹ Os senadores biônicos foram escolhidos de forma indireta a partir da adoção do chamado “Pacote de Abril” de 1977 outorgado por Ernesto Geisel (Codato; Costa e Heinz, 2016). No Acre, uma dessas figuras foi Jorge Kalume, senador biônico entre 1979 e 1987.

¹⁰ Doutrina difundida por Karl Marx, e que serve de premissa para os adeptos ao Comunismo, perseguidos durante a ditadura civil-militar. Este documento é o processo judicial contra José Augusto de Araújo, do *Tribunal de Justiça do Acre* (1964, p. 02).

isso não seguem os ideais da chamada “revolução de 64”. Ao fazermos uma primeira leitura do processo, logo percebemos que as denúncias vistas como atestados de culpa aos olhos dos militares e de membros do judiciário local eram episódios em que os denunciados assumiram a defesa de segmentos da sociedade, principalmente os mais necessitados. Estes posicionamentos não agradavam os grupos de civis e militares que chegaram ao poder e queriam manter o *status quo* local.

Os documentos juntados nesta pesquisa, são exemplos de produções que atendiam aos interesses de quem os escrevia e selecionava as informações que julgavam ser importante enquanto memórias. Dentre outras pretensões, uma delas é entender a estrutura de poder que vigorava, os diversos discursos produzidos por autoridades e até a forma como os cidadãos entendiam, em termos práticos, a situação política em seu cotidiano, já que o dia a dia havia sido alterado através da censura prévia e controle das informações e opiniões que circulavam.

Contudo, ao analisar essas fontes, é importante fazer menção às memórias que guardam os acontecimentos esquecidos, mas que, em algum momento, são lembrados em escritos ou em outros meios. A pesquisadora Carmem Zeli de Vargas Gil indaga que “é relevante pensar a lembrança e esquecimento como processos correlatos, considerando que parte da memória histórica corresponde ao que foi excluído por não compor os grandes acontecimentos” (Gil, 2019, p. 155). Como tema sensível, a ditadura militar no Acre ainda é um tema desconhecido até por professores que às vezes se dedicam mais em entender o contexto da ditadura no Brasil partindo do sul e sudeste e esquecendo que ocorreu também no Acre. No geral, as aulas tradicionais enfatizam o que está contextualizado nos livros didáticos, abordando acontecimentos que marcaram o período: casos da tortura, repressão, cassação de direitos políticos, entre outros que são importantes na discussão mais geral.

Carmen Zeli de Vargas Gil assegura “que é de fundamental importância que a história escolar promova a reflexão a respeito das marcas de acontecimentos como a ditadura e escravidão na frágil democracia brasileira” (Gil, 2019, p. 159). Assim, analisando outras informações sobre o período, é possível construir conexões com o tema a fim de propiciar um debate com maior rigor sobre as consequências para os acreanos mais pobres durante o período

da ditadura civil – militar e que não eram assistidos pelo Estado, quando saiam dos seringais fugindo das ameaças e das motosserras.

Outras fontes que possibilitam problematizar e lançar outros olhares sobre esse período é uma coleção de cartas que começaram a ser trocadas entre parentes, amigos e correligionários de José Augusto, desde o início da instauração do golpe em 1964. Para este trabalho selecionei 08 cartas transitadas entre o Acre e o Rio de Janeiro, para onde o ex-governador José Augusto e sua família foram obrigados a viver. Elas apresentam os “indícios”¹¹ do autoritarismo pós deposição do governador através de leituras/escritas de pessoas comuns que de um momento para outro se tornaram indesejáveis por serem ligadas ao PTB e ao ex-governador por parentesco ou alianças políticas. Nessas cartas percebemos tons pessoais que escreviam/registram suas angústias, medos, receios, desejos e ressentimentos resultantes do trauma que foi a renúncia coercitiva do ex-governador.

Os res(sentimentos)¹², que ocupam o limite da vida privada entre os receptores e emissores das cartas, os movimentos e percepções das memórias traduzidos nestes documentos, deixam importantes pistas para a compreensão do cotidiano e do período de ascensão dos militares e seus acólitos ao poder. Tais cartas referem-se com maior intensidade aos momentos pós-deposição, onde as pessoas informavam ao ex-governador e sua família o cotidiano no Acre sob o governo do Capitão Edgard Pedreira Cerqueira Filho, que usurpou o poder com o golpe militar.

Essas cartas são representativas, quanto a exposição de sentimentos que destacavam ressentimentos e humilhação. Pierre Ansart (2005), trata em seus estudos sobre situações de humilhação política e aponta que uma de suas marcas é a experiência da impotência, que maltrata e viola todos os direitos de liberdade do indivíduo, pois “o indivíduo humilhado [...] se sente excluído da relação de reciprocidade, experimentando vergonha de si mesmo” (Ansart, 2005, p. 15). Em uma dessas cartas, latir, prima de José Augusto, escreveu algo bem representativo dessa perspectiva apontada por Ansart, ao dizer: “não esqueça,

¹¹ A palavra “indício” é abordada por Paul Veyne para dizer que nenhum caso é apreendido por meio dos documentos de forma direta ou completa, mas sempre incompleta e lateralmente, por documentos e testemunhos, ou seja, por *tekmeria*, por indícios.

¹² Termo inspirado a partir do título do livro *Memória e (Res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível* (BRESCIANI; NAXARA, 2001).

José Augusto, a gratidão da Pátria é o esquecimento”¹³. A maioria das correspondências eram escritas com o objetivo de amenizar dores e ressentir da deposição e do exílio forçado, sempre em tom de lamentação em referência ao período vivido de forma traumática.

É possível, com as narrativas das cartas, entender que houve micros resistências e tentativas de mudar a situação. Nesse aspecto, enfatizo o que Paul Veyne (1998) nos lembra, ao apontar que história não faz reviver o passado, pois o vivido é uma narração que, quando feito, deixa de ser o acontecido tal qual como era. Por isso, não pretendo construir uma narrativa semelhante ao que aconteceu, mas formular, através das narrativas, representações dos acontecimentos presentes nos documentos aqui já apresentados para produção deste trabalho.

Na busca por documentos que destacam este tema, ressalto que os encontrados e analisados me possibilitaram outras reflexões sobre este passado, que ao ser aqui narrado, serve para diversas finalidades (acadêmicas, didático-pedagógicas, historiográficas). Para Circe Bittencourt, “conhecer o passado dos homens é, por princípio, uma definição de *história*, e aos historiadores cabe recolher, por intermédio de uma variedade de documentos, os fatos mais importante, ordená-los cronologicamente e narrá-los” (Bittencourt, 2009, p.140).

Contudo, sobre as cartas, penso que não são somente escritos, são vínculos afetivos postos em letras, linhas e frases que representam um período traumático para todos os envolvidos. Hoje são documentos representativos de um período vivido por pessoas até então não visibilizadas. E elas procuraram às suas maneiras compreender o momento vivido e, de alguma forma, materializar através das cartas suas leituras naquele período. Estes registros, são importantes referências de cartas testemunhais, que simbolizam de alguma forma o real. Como escreve Seligmann-Silva (2003), “na literatura de testemunho, não se trata mais de imitação da realidade, mas sim de uma espécie de ‘manifestação’ do ‘real’” (Idem, p. 382). São expressões de memórias pessoais, que não nos trazem o passado tal qual ocorreu, mas que produzem novas contextualizações e experimentações de narrar o passado.

¹³ Termo utilizado por latir, prima de Maria Lúcia, esposa de José Augusto. *Rio Branco: 15 de Junho de 1964. Carta do Fundo Documental José Augusto (JA137)*.

O uso de documentos pessoais no contexto da sala de aula é importante para o conhecimento da história local por parte dos alunos/as que podem perceber as filigranas das dimensões da vida privada e coletiva de determinadas sociedades. O uso dessa fonte como instrumento de conhecimento, para a composição do materiais de ensino didático, é importante para que os/as alunos/as possam sentir que são parte de uma história em movimento que também é marcada pelos “esquecimentos”¹⁴ propositais ou não.

Portanto, os documentos apresentados são elementos que devem compor as atividades sugeridas no produto didático e que nortearão a proposta voltada para o/a professor/a que irá ensinar os conteúdos historiográficos sobre a ditadura civil-militar no Acre em suas aulas. Essa sequência didática, para ser utilizada ou adaptada pelos professores acerca do conteúdo proposto, está disponibilizada nos *Anexos* para orientar o/a docente de História. A ideia é que se possa, a partir dos instrumentos propostos, motivar e discutir o tema para o desenvolvimento e o debate sobre a ditadura no Brasil e, em particular, no Acre, através da problematização com as fontes e o suporte dos referenciais teóricos utilizados.

Quanto a estrutura desta dissertação, foi organizada em três capítulos, abordando em cada um deles questões específicas, com o intuito de dialogar através de problematizações articuladas ao Ensino de História sobre a ditadura civil-militar no Acre. No primeiro capítulo é apresentado a partir de uma contextualização histórica do que foi a ditadura no Brasil e no Acre, tendo como referência narrativas presentes em alguns livros didáticos de História. A perspectiva é compreender como a história sobre este período é narrada nos livros didáticos - LDs, bem como as principais abordagens e pontos de vistas contidos nesses materiais produzidos em tempos e circunstâncias diversas, principalmente no Acre a partir do final da década de 1980 até momentos mais recentes. Dialogamos ainda com outras fontes, como jornais, fotografias e trabalhos acadêmicos para mostrar que podemos incorporar esses materiais em nossas aulas e agregar conteúdos diante das ausências e silêncios existentes

¹⁴ Márcio Seligmann-Silva defende como Nietzsche o tempo certo para esquecer e o tempo certo para se lembrar que pode levar à ideia inocente de que podemos controlar nossa memória. Não a controlamos, pois sempre há alguém ou elemento verbal ou não verbal para lembrar o que não podemos esquecer (SELIGMANN-SILVA, 2003, pp. 59-87).

nos LDs.

No segundo capítulo, analiso alguns discursos presentes em textos jornalísticos locais que se referiram ao período ditatorial de 1963 a 1985 em suas nuances político-partidárias, eleições, militarismo, violências, ditadura e abertura democrática. Como foi dito anteriormente, a pesquisa se centrou no acervo de jornais acreanos disponíveis *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Os jornais pesquisados seguem um recorte temporal do período proposto e analiso nesses impressos os discursos presentes a partir dos interesses coletivos e individuais, aos quais os jornais estavam submetidos.

No terceiro capítulo, apresento as cartas, elementos essenciais na busca de indícios que mostram por meio desses escritos um retrato das agruras, sofrimentos e preocupações de pessoas próximas ao governador José Augusto. São documentos que fazem parte do acervo da família do político, atualmente sob a guarda do Museu Universitário da Universidade Federal do Acre. E refletem aspectos do cotidiano pós golpe e da vida privada da família. O Inquérito Policial Militar-IPM, aqui também será apresentado, com destaque para as imputações criminais contra quem não estava alinhado às ideias dos governantes ditatoriais pós 1964.

CAPÍTULO I – Narrativas, historiografia e Ensino de História sobre a ditadura no Acre

Os livros didáticos de história trazem diferentes narrativas sobre acontecimentos ocorridos em tempos e espaços diversos. Neste sentido, as transformações sociais estão representadas em seus escritos, aqui compreendidos enquanto instrumento do conhecimento com a finalidade de ser transposto para a sala de aula. Para que este movimento se efetive, no entanto, é necessário que ocorra, segundo Ana Maria Monteiro, a transposição didática do conhecimento presente no saber acadêmico para um saber a se ensinar na sala de aula:

A consideração de diferentes saberes — saber acadêmico, saber a ensinar, saber ensinado, saber aprendido —, além de permitir identificar as diferenças conceituais entre eles, abre caminho para melhor conhecer o processo de didatização em análise, que reconheça a pluralidade de saberes e o papel das diferentes subjetividades e interesses envolvidos (Monteiro, 2009, p. 189).

Também sobre o livro didático, é importante considerar que há pluralidades de sujeitos envolvidos, o que explica a expressão sobre diferentes subjetividades. Estes distintos personagens, diga-se, ao fazerem parte da composição deste material, também o fazem do processo de transposição didática, exercício que tem como objetivo inicial o conhecimento. Mas também atende a determinados interesses de tempos, grupos e lugares. Ana Maria Monteiro de novo nos chama a atenção para o fato de que:

A transposição didática não é realizada pelos próprios professores. Ela tem início quando técnicos, representantes de associações, professores militantes, [...] definem, a partir do saber acadêmico e por meio de um trabalho e estruturação didática, o que deve ser ensinado, a partir dos embates travados (Monteiro, 2009, p. 189).

A sala de aula é o lugar onde os conhecimentos selecionados nos livros didáticos são explicitados. Também é o espaço onde a competência crítica deve ser suscitada quando se discutem temas diversos, a exemplo da ditadura civil -

militar no Brasil e no Acre. Nos dizeres de Luiz Reznik (2004), “o livro é um diálogo constante com o leitor/aluno, sem descuidar da densidade narrativa e da precisão histórica” (Idem, p. 344). Por esta perspectiva, busca-se nas narrativas dos livros didáticos o conhecimento formal para a formação da inteligibilidade dos alunos, fator que aqui é utilizado para demarcar a importância de seu uso nas escolas.

Para este trabalho, procurei inicialmente conhecer algumas das diferentes abordagens publicadas em Livros didáticos - LDs de História do Brasil, produzidos durante o período da ditadura militar, seja através da leitura direta de algumas destas produções, ou por meio de obras de autores que comentaram sobre estes escritos. O historiador Luís Reznik (2004), por exemplo, apresenta uma pesquisa contundente sobre movimentos da historiografia didática, ao analisar os LDs produzidos a partir de 1964. Ele menciona algumas produções que minimizam os acontecimentos da ditadura militar, como o livro *Nova História do Brasil*, de Barbosa Lessa, de 1967, onde aponta que o autor nada fala sobre as tramas que teceram o referido golpe. Nessa obra, segundo Reznik, Barbosa Lessa denomina o golpe como “revolução de 31 de março” e esquivava-se de realizar qualquer tipo de crítica contra ações de censura e cassação de atores políticos.

Outros LDs de história do Brasil produzidos durante o período da ditadura brasileira não diferem muito quando tratam sobre este tema. Luís Reznik (2004), continua com as análises ao fazer uma abordagem do livro *História do Brasil*, de Ládmo Valuce (1966). Ele aponta como esse autor se esforça para justificar o Ato Institucional nº 5, também destacando suas argumentações sobre achar correta a condução do Brasil pelos militares. Já no livro da coleção *História do Brasil* de Sérgio Buarque de Hollanda, Luiz Reznik destaca a utilização do termo “intervenção militar” como medida contra o caos e da expressão “milagre econômico” para designar um período de crescimento da economia do país.

Ao analisar os três livros, Reznik (2004) expõe suas impressões sobre eles que apresentam aspectos historicistas sobre o transcurso da ditadura civil-militar no Brasil:

[...] em todos eles, 1964 é um acontecimento de uma época mais vasta, chamaríamos hoje de “tempo presente”, que remonta ao pós-guerra. Não havia uma percepção de ruptura,

de uma nova república, um novo momento na História do Brasil (Idem, p. 344).

Esta inquietação crítica de Reznik sobre os LDs de história vai em direção ao que ocorria em outras localidades do Brasil, principalmente em unidades federativas mais distantes do centro-sul: a pouca clareza da “percepção de ruptura”, da chegada de um novo tempo marcado por autoritarismos e supressão das liberdades democráticas. O Acre não deixa de ser um bom exemplo disso, pois boa parte da população não teve a percepção da ditadura e ainda hoje muitos afirmam que ela “aqui não existiu”.

Para entender aspectos da ditadura no Estado Acre (ou porque eles não aparecem), busquei em alguns LDs de autores acreanos informações sobre esta questão motivada pelas inquietações que me perpassam enquanto pesquisadora e professora da educação básica da rede de ensino do estado. Destacaria, neste caso, uma indagação, aqui compreendida como importante para a escrita deste capítulo: quais as narrativas são prevalentes nas salas de aula sobre o golpe de 1964 e a instalação subsequente da ditadura no Brasil no contexto acreano? E o que se tem produzido nesses LDs?

Nas análises dos LDs, o aspecto da textualidade se faz presente, pois é fundamental a compreensão de como a narrativa histórica é encontrada na textualidade. Eni Orlandi (2009) esclarece que “[...] a história afeta a linguagem dos sentidos. Desse encontro resulta o texto, logo, a textualidade é que é história, que faz sentido” (Idem, p.115). A partir da textualidade, é possível entender como se constroem os discursos sobre o golpe e suas legitimações pelos difusos agentes do poder que defenderam arroubos autoritários. Desta forma, os LDs são pensados enquanto documentos, onde lacunas podem, entre outros aspectos, privilegiar determinados eventos e atores sociais, mas também silenciar sujeitos protagonistas de resistência ao poder constituído.

O golpe civil-militar no Acre, assim como no resto do país, foi apoiado por grupos políticos e econômicos que vislumbravam a manutenção do aumento dos seus privilégios. Por isso, muitos apoiaram os militares na derrubada do então presidente da República João Goulart. Marcos Napolitano (2021) afirma que “as forças conservadoras do Congresso Nacional declararam a ‘vacância’ da presidência da República, sem discussão no plenário, com o presidente ainda

em território nacional” (Idem, p. 65). Além de políticos, parte da população saiu às ruas no Rio de Janeiro, segundo Napolitano, em apoio à ruptura institucional em curso.

[...] a população do Rio de Janeiro transformava a sua versão da “Marcha com Deus” na Marcha da vitória. [...] Milhares de pessoas, sob uma chuva de papel picado, ocuparam a Zona Sul, para comemorar o fim do governo Goulart, que, na verdade, era o fim do projeto constitucional que pensava em defender (Idem, p. 65).

No Acre, este movimento ganhou contornos semelhantes ao que ocorreu no restante do país. A assembleia Legislativa se reuniu para referendar sem nenhum debate o que já estava certo, a renúncia/cassação de José Augusto. Para que este movimento se concretizasse, foi fundamental, segundo Francisco Bento da Silva (2012), a efetivação de um conluio entre o PSD e o PTB, fato que se constitui em um duro golpe contra o então governador, que antes já “tinha enfrentado pedidos de intervenção federal e solicitações de CPI por parte de seus opositores” (Idem, p. 91). Sem apoio na sua própria base e sofrendo forte oposição do regime que se estabeleceu no mês anterior, José Augusto foi deposto do governo do Acre em 08 de maio de 1964, em uma encenação teatral produzida por militares e políticos de oposição, que forjaram uma forçada renúncia. Francisco Bento da Silva apresenta uma narrativa esclarecedora sobre o aludido dia:

[...] às 14:00 horas de um 08 de maio atípico e fatídico, tanto para o governador José Augusto quanto para aqueles que tinham votado nele nas primeiras eleições formalmente livres e amplas da história do Acre. Foi um dia em que os deputados estaduais acreanos e todas as forças políticas e sociais que apoiavam o infame regime militar, estavam empenhados em agir para obterem a renúncia forçada do governador (Silva, 2012, p. 94).

O apoio das forças políticas no Acre para a deposição de José Augusto marca profundamente a dinâmica política local. O deputado José Akel Fares (PTB) foi um dos fervorosos apoiadores da renúncia. Inesperadamente, algum tempo depois seu mandato foi cassado pelos mesmos militares que ele tão entusiasticamente apoiou, da mesma forma que ocorreu com outros políticos brasileiros. Eloy Abud e Joaquim Cruz, deputados do PSD, se pronunciaram na

sessão de 08 de maio e declararam a satisfação com o triunfo da “revolução de 1º de abril” e o reparo do movimento militar (Silva, 2012, p. 95).

Contudo, o que mais impressionou foi o posicionamento do deputado Benjamin Ruella a favor da deposição, já que tinha o governador José Augusto e sua esposa Maria Lúcia como padrinho e madrinha de sua filha. Mas não foi só Ruella que surpreendeu. Gerou estranhamentos também o voto dado pelo deputado estadual do Acre Francisco Thaumaturgo, até então político afinado com as ações políticas do governo de José Augusto e com proximidade com a família.

Francisco Thaumaturgo e sua esposa Renée Assis Thaumaturgo, em entrevista concedida à pesquisadora Lyvia Milena, tentaram explicar o que ocorreu no dia da deposição e o motivo do seu voto a favor da deposição:

Lyvia Milena: me conte sobre o dia da renúncia?

Esposa: ninguém podia entrar no palácio, eu vou lhe contar aqui intimamente, chegaram até o ponto de censurar, porque Thaumaturgo era o deputado mais ligado ao governo. Nós éramos ligados à família de Zé Augusto, que eram amigos de meu pai, então chegaram a censurar, porque Thaumaturgo votou no impeachment de José Augusto, mas tinha que votar, a baioneta tava do lado ou votava ou seria preso.

Thaumaturgo¹⁵- Aqui de noite, eu tinha uma casinha bem aqui, aqui dormiu um pessoal tudo armado, é, era terrível...

Esposa - ele enfrentou, ele era tão rebelde que o deputado federal Geraldo Fleming quebrou a cara.

Lyvia Milena: e na convocação pra promulgar o impeachment dele foi mesmo no mesmo dia que o Cerqueira pediu a renúncia de José Augusto, foi no mesmo dia?

Esposa – Sim, à noite, era mais ou menos umas 10 horas, quando a assembléia foi reunida. Mandaram chamar em casa todo mundo.

Thaumaturgo – todo mundo. Aí ele renunciou chorando. Eu tinha a muito durante muito tempo aí as cópias que eles tiraram sumiram depois né foi vê a minha já não aparecia mais nada então eu rasguei.

Esposa – uma vez nós estávamos aqui, ali na frente, naquele jardimzinho, aí ele entrou, Zé Augusto, ele entrou na nossa casa e até brincou que pensou ter eleito um deputado, mas elegi um jardineiro, aí ele falou: Thaumaturgo os meus dias estão contados. Ele já estava esperando, pra ele não foi surpresa mas não esperava que fosse pelo Cerqueira da maneira que foi, porque a revolução já vinha derrubando muita gente então...

¹⁵ Francisco Thaumaturgo, deputado estadual em 1964, formado em odontologia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia de Manaus - AM. Foi eleito em 07 de Outubro de 1962, pelo PTB, com 947 votos. Constituinte da 1º carta magna do Estado do Acre em 1962. Reeleito no pleito de 3 de novembro de 1978, pelo PMDB, com 2.647 votos. Reeleito em 15 de novembro de 1982, pelo PMDB, com 1.413 votos, 6º Legislatura para o período de 1983/1986. Fonte: ALEAC (2005).

Thaumaturgo – Cogitou-se vários nomes mais...

Esposa - Thaumaturgo até falou mais o que é isso, o Acre é tão longe cê vai vê (risos) ele falou: que nada eu não vou escapar, e não escapou mesmo.

Thaumaturgo – realmente a assembléia falhou...

Esposa – Falhou, porque tinham que ter personalidade, sabe.

Thaumaturgo – foi por causa do telegrama, eles tinham a maioria absoluta. Porque aqui em Manaus a assembleia não votou não.

Esposa - era isso que era pra ter sido feito aqui, sofresse o que sofresse.

Thaumaturgo – ficou em sessão permanente, aí ele mandava lá.

Lyvia Milena – Vocês ainda conversaram com o governador?

Esposa – ele foi deposto de manhãzinha 7:00 h, ele já estava no aeroporto, nós fomos. A assembleia daqui foi muito conivente.

(...)

Esposa - eu atribuo a queda do José Augusto a assembleia legislativa, porque era o governo do Acre que estava em perigo, e a assembleia deveria ter tomado uma posição. O próprio presidente foi o que foi levar a mensagem, quando chegamos na assembleia demonstrou olha aqui o que temos que fazer, esse telegrama chegou agora aqui, o presidente da república indicando fulano e dizendo que queria unanimidade de voto pra elegê-lo. O que se faria? Assinado pelo Castelo Branco, o negócio era bravo.

Lyvia Milena – Não houve na assembleia nenhum deputado...

Esposa - que se levantasse?

Thaumaturgo- discutiu-se muito mas o grupo maior era favorável a ele. Eu vou lhe dizer uma coisa, depois de tudo, ninguém adivinha... eu quis votar o me abstenho, eu devia ter feito, mas o telegrama...

Esposa - agora ele ia sofrer as consequências.

Thaumaturgo ia sofrer o diabo...

Esposa – ele ia ser cassado, me ameaçou de me tirar daqui, como vários e vários.

Thaumaturgo – mandou um recado que a meia noite vinha me tirar daqui.

Esposa - no outro dia ele tomou posse, o José Augusto saindo às 7h e ele tomando posse às 8h.

(...)

Lyvia Milena Qual foi a reação do partido quando viu a renúncia dele?

Thaumaturgo Foi uma revolta geral, ele renunciou obrigado pela revolução, não foi coisa espontânea, tinha aqui um oficial nem credenciado pra isso, forjou um telegrama, era do presidente Castelo Branco e ele foi obrigado a aceitar com a conivência da assembleia e alguns deputados estaduais do próprio partido¹⁶.

¹⁶ Entrevista realizada por Lyvia Milena em Rio Branco - Acre, maio de 2005. Arquivada no Museu Universitário da Ufac.

A entrevista é muito contundente, apresenta e nos dá um panorama sobre a tensão que foi o dia da renúncia, além de traçar um paralelo sobre as convivências, conveniências e apoio da base governista para a chamada “Revolução de 64”, já que, como relatado pelo entrevistado e sua esposa, ou votava pela renúncia forçada ou seria perseguido e preso. As perseguições mesmo aos apoiadores não tardaram, ao que parece, todos eram suspeitos. Os políticos esperavam benesses que nunca tiveram do governo militar e muitos, como Francisco Thaumaturgo, político e considerado amigo de José Augusto, tiveram que votar a favor da cassação e se silenciar para se manterem no cenário político sem maiores transtornos.

1.1 - As controvérsias do golpe em 1964 no Acre

Em 1964 a situação política do país era frágil, assim como a manutenção do presidente João Goulart (PTB) e daqueles que o apoiavam no poder, como era o caso do então governador do Acre. O período de exceção, além de traumático, trouxe turbidez para a política, considerando-se que a decisão de apoiar ou não o golpe significava manter-se no *status quo* ou ser excluído da vida política.

O governo de Jango, que se tornou “presidente por acaso”¹⁷ enfrentou muitas dificuldades. Em 1963, “a crise política engrossou a conspiração que já vinha de longa data e esta, por sua vez, transformou essa crise em impasse institucional. Do impasse à rebelião militar foi um passo” (Napolitano, 2021, p.43). Segundo Carlos Fico, “Grupos nacionais, com o apoio dos EUA, patrocinaram, entre 1961 e 1964, uma grande campanha contra o presidente João Goulart, que envolveu muito dinheiro e extensiva atividade de propaganda” (Fico, 2014, p.31), estendendo-se este movimento de desestabilização até as vésperas do golpe de 1964.

Com o contexto nacional turbulento, as forças políticas não apoiavam as “Reformas de Base”¹⁸ propostas por Jango, emperrando a implementação do

¹⁷ Carlos Fico usa esse subtítulo para explicar como João Goulart, mais conhecido como “Jango”, chega ao poder após renúncia de Jânio Quadros.

¹⁸ As reformas de base segundo o projeto de Jango em seu discurso eram: reforma agrária, bancária, eleitoral, tributária, sem falar nas remessas de lucros das multinacionais para suas matrizes (Napolitano, 2021, p. 36).

Plano Plurianual que, segundo Carlos Fico, “adotava estratégias clássicas de saneamento financeiro, mas também definia objetivos de desenvolvimento econômico, transparecendo certa contradição” (Fico, 2014, p. 37) portanto, o governo não ganhava confiabilidade e perdia apoio, o que desestabilizava sua governabilidade.

O sistema de governo quando Jango assumiu o cargo era o parlamentarismo¹⁹, ou seja, ele não tinha plenos poderes. Marcos Napolitano (20210 observa que, mesmo sem apoio, Jango “reiterou seu projeto de ‘reforma de base’ no dia 1º de maio de 1962 e colocou o parlamentarismo em xeque” (Idem, p. 36). Conforme o jornal *Última Hora* (RJ), o presidencialismo retornou em 1963, com o anúncio perpassado por uma forte euforia: “259 X 8 às 23,41 horas, o Sr. Ranieri Mazzilli, anunciou o seguinte resultado que pôs fim ao parlamentarismo [...] Hoje às 18 horas, o Congresso Nacional promulgará a volta do presidencialismo”²⁰. O otimismo se explica, afinal foram 259 votos a favor do presidencialismo, o que teoricamente simbolizava uma vitória para os intentos de Jango. Mas as comemorações pouco duraram, pois no ano seguinte o golpe foi dado.

A quartelada se deu oficialmente no dia 31 de março de 1964. João Goulart foi deposto e o Estado entrava no regime ditatorial. é necessário ressaltar que há uma certa confusão sobre o termo ditadura civil-militar, e que muitos não fazem diferença sobre o que foi o golpe e o que foi a ditadura. Carlos Fico pondera que “não deveríamos usar as expressões “golpe militar” e “ditadura militar”, pois seriam mais corretas as designações golpe e ditadura “civil-militar” [...] houve apoio civil ao golpe e ao regime” (Fico, 2014, p. 09). Na sequência Carlos Fico explica que consequentemente a ditadura se torna militar, já que os civis foram sendo afastados, justamente porque punham em risco o mando dos militares.

O Acre era o mais recente Estado da federação e os políticos que buscavam se beneficiar dos benfazejos dessa condição começaram a articular

¹⁹ Significado de Parlamentarismo: substantivo masculino [Política] Tipo de governo ou regime político caracterizado por possuir um gabinete de ministros, formando o parlamento; governo cujos projetos, leis etc., estão submetidos a votação deste parlamento. Consultado em: <http://www.dicio.com.br/parlamentarismo> acesso em: 15/06/2023.

²⁰ *Última Hora*, ano XII, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1963. ed. 1030. p. 01. Fonte: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

formalmente a dita autonomia em 1957, tendo à frente o senador José Guimard dos Santos (PSD), responsável pelo projeto de autonomia do Acre. O projeto foi apresentado ao congresso em 1957 e aprovado em 15 de junho deste mesmo ano com o nº 2.654-C/57, que originou legalmente a ‘emancipação política’ do Acre. Porém, o Acre só foi elevado à categoria de Estado em 1962, por meio do Decreto nº 4.070/62 assinado por João Goulart, “após discussões acaloradas no Acre e no Congresso Nacional” (Silva, 2012, p. 67). O historiador Francisco Bento da Silva utiliza a expressão “acaloradas”, pelo fato de que este movimento enfrentou resistências de grupos políticos locais.

As críticas a José Guimard dos Santos eram frequentes e era comum discussões políticas se externalizarem nas páginas dos jornais locais. No jornal *O Liberal*, que se auto intitulava como porta voz dos anseios do povo e era dirigido por Foch Jardim Oliveira (UDN), contrário a emancipação do Acre mas que se tornou posteriormente deputado, publicou uma matéria em 1958 onde emitiu sérias acusações contra Guimard Santos e sobre o que seria a “invenção do Estado do Acre”:

Você sabe, leitor, o que seja o Estado do Acre? É uma coisinha inventada por Guimard dos Santos, que tem vantagens e desvantagens. Vantagens políticas e desvantagens econômicas. Pelo lado político não poderá haver coisa melhor, pelo lado econômico é uma séria interrogação, uma ameaça sem limite, haja vista o modo absurdo como vai ser criado, nascendo já sob uma tutela que é um campo aberto a corrupção, ao entreguismo e ao favoritismo generalizado que tomou conta deste Brasil de sindicato. Cuidado leitor – você também é eleitor – que estes “sabidos” - com licença deputado Guimard – que defendem o “Estadinho” sem nada entender de administração pública, querem comprar a preço de “gaita” uma cadeira de deputado Federal, estadual eles não hão de querer, porque o Estado não vai poder pagar-lhes [...] essa conversa de o Estado ser para os pobres é conversa fiada, conversa de demagogo, de mineiro que nos quer dar um bonde, e que bonde leitor [...]”²¹.

As resistências aos intentos de tornar o Acre mais um estado da federação brasileira eram muitas, seja no então Território, seja no Congresso Nacional. Construir bases de apoio ao projeto dependia de ardilosas conversas

²¹ *O Liberal*, nº. 73, 30 de setembro de 1958. p. 01. Disponível em: <https://memoria.bn.br>. onde as todas as edições de jornais foram consultadas.

de convencimento para que o mesmo fosse aprovado no Congresso Nacional. No Acre territorial, José Guimard ainda alavancou diversos opositores que publicaram uma “carta aberta” contra o que consideravam um projeto de vida político, pois acreditavam que a mudança de Território Federal para estado lhe garantiria visibilidade política e poderia ser um ativo poderoso aos seus interesses políticos futuramente, como destacavam os noticiários.

A concepção do projeto de formação do estado foi toda desenhada por José Guimard dos Santos e seus aliados mais próximos, vislumbrando apoio político da população como gratidão. Como o Estado precisava de organização política aos moldes dos demais Estados para receber recursos federais, era necessário a convocação de eleições para os cargos de governador e deputados, realizadas em 1962.

Apesar de existirem grupos políticos e pessoas com influências, caso de Foch Jardim, que desmotivaram boa parte da população a aderir a autonomia, os grupos políticos que apoiavam Guimard dos Santos o estimulavam. Tal pretensão, no entanto, esbarrava principalmente em grupos oligárquicos, a exemplo dos seringalistas, que compreendiam que teriam seus espaços de poder reduzidos com uma burocracia mais ampliada.

Para que a organização do Estado do Acre pudesse ganhar envergadura, projetam-se eleições para o mesmo ano da autonomia, final de 1962. Para concorrer ao governo do estado, de acordo com Silva (2012), foram lançados os nomes de José Augusto de Araújo da coligação União Social Trabalhista (PTB/UDN/PSP/PP) e José Guimard dos Santos (PSD). Lembremos que Guimard dos Santos era considerado pelos seus correligionários como imbatível nas urnas, por ter sido autor do projeto autonomista sancionado pelo presidente João Goulart. Mas, como não tinha a máquina administrativa nas mãos de seu partido, não alcançou maioria e acabou derrotado.

Após a autonomia do Acre, o primeiro governador eleito pelo voto direto foi José Augusto de Araújo, que assumiu o governo em 1963. José Augusto de Araújo era natural da cidade de Cruzeiro do Sul. Mantinha ativa militância política no território, já tendo exercido cargos públicos, a exemplo de sua indicação, em 1957, para a Representação do Acre na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. Este fato foi noticiado pelo jornal *O Acre*: “Contrata neste ato o Senhor José Augusto de Araújo na Representação do Governo no Rio de

Janeiro, onde for lotado, ou designado desempenhar a função de Relações Públicas”²². Em 1958 o jornal *O Acre* publicou que talentosos filhos do Acre haviam concluído nível superior, entre eles estava “José Augusto de Araújo, diplomado em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia”²³.

A eleição de José Augusto se deu em dois níveis, já que concorreu a Deputado Federal e Governador, “elegendo-se para os dois cargos”²⁴, tendo que optar, escolheu o cargo de governador, para o qual foi diplomado. Para Francisco Bento da Silva (2012) o slogan *O Acre para os Acreanos*, usado por José Augusto durante a campanha, “agradava aos brios daqueles que durante muito tempo viam como extemporâneo ser o Acre conduzido por prepostos indicados pelo poder político da república” (Idem, p. 86). A eleição de um governador acreano representava simbolicamente esta ruptura e autonomia.

José Augusto de Araújo eleito pelo PTB, durante seu governo foi alvo de resistências da oposição e denúncias contra seu governo, as denúncias eram midiáticas em jornais de oposição. As viagens realizadas para o Rio de Janeiro para tratar de assuntos relacionados a busca de recursos para o Acre e para tratamento de sua saúde eram frequentes, e isso chamava muita atenção da oposição e servia de munição para críticas.

Ao assumir o poder, José Augusto e sua base aliada foram recebidos pelo presidente do Brasil, João Goulart em Brasília (*Imagem 01*). A presença do jovem governador ao lado do presidente da República lhe rendeu visibilidade em noticiários de circulação nacional, foi o caso da revista *O Congresso*, que assim se reportou a aquele momento:

Recentemente elevado à categoria do Estado, o antigo Território do Acre prepara-se para desempenhar o saliente papel que lhe está reservado, na comunidade dos demais membros da Federação brasileira. Tendo como seu primeiro governador, um dos mais jovens e brilhantes homens públicos da atual geração, como é, reconhecidamente, o Sr. José Augusto de Araújo, os acreanos souberam completar, com inteligência, o quadro de seus representantes na esfera federal e estadual, elegendo homens de alto gabarito, alguns deles de projeção nacional. A gravura acima fixa um flagrante feito no Palácio da Alvorada, em

²² *O Acre*, nº 01296, Ano XXVIII, Rio Branco, 07 de abril de 1957. p. 03.

²³ *O Acre*, nº 01331, Ano XXIX, Rio Branco, 01 de janeiro de 1957, p.12.

²⁴ Decreto-Lei nº 7.586, de 28/05/1945 regulava o alistamento eleitoral e a eleição a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional nº. 9, de 28/02/1945.

Brasília, quando o governador José Augusto visitou o presidente João Goulart, em companhia de representantes acreanos. Da esquerda aparecem: o Senador Adalberto Sena, o Governador José Augusto, o Presidente Goulart, o Senador Oscar Passos, o Deputado Federal José Altino Machado e o Deputado estadual Guilherme Zaire, todos eles eleitos sob a legenda do PTB²⁵.

Imagem 01 – Representantes do Acre (1963)

ATUALIDADES POLÍTICAS



Fonte: Fundo Documental José Augusto de Araújo, código JA157. Museu Universitário/Ufac.

Mas José Augusto de Araújo, assumiu o poder político fragilizado em relação ao apoio interno de seu partido (PTB), sendo também fustigado constantemente em seu curto mandato pela oposição ferrenha do PSD, liderado por José Guimard dos Santos, como escrevem Silva e Bernardo (2021). Esta situação de fragilidade contribuiu para que a ALEAC em peso aprovasse sua renúncia da chefia do executivo acreano, que o obrigou a ter que sair do Acre,

²⁵ Trecho da matéria da revista **O Congresso**, ano XV, número, XXXVI, p. 18, janeiro de 1963. Fundo Documental José Augusto. Museu Universitário da Universidade Federal do Acre – Ufac.

pois sua presença era tida como uma ameaça pelos seus opositores civis e militares que tinham golpeado os oposicionistas.

Em edição de 1985 do jornal *Repique* (no contexto já de um governador local eleito e presidente civil), afirma que houve uma confabulação para a saída de José Augusto do poder. Algo muito distinto das matérias publicadas nos anos de 1960/1970 nos jornais acreanos existentes nesse período. Neste apagar das luzes do regime ditatorial, o jornal nessa citada matéria, explicita a ilegitimidade do regime militar e acusa cerca de vinte anos depois o capitão Edgard Cerqueira de usurpar o poder pela força:

Poucos meses após o golpe, o comandante da 4ª cia de Fronteira sediada em Rio Branco, capitão do Exército Edgard Pedreira Cerqueira Filho, colocou os seus soldados na rua, intimidou a Assembleia Legislativa, subiu a rampa do palácio Rio Branco e depôs José Augusto, obrigando-o a assinar a renúncia. Este ato de violência comoveu todo o Acre. Desrespeitada a Assembleia, Cerqueira ocupou o governo indevidamente, José Augusto foi preso, julgado e condenado. Morreu pobre, em 1971, num hospital do Rio de Janeiro²⁶.

Esta narrativa tardia ao golpe se distancia de outros relatos anteriores sobre a chegada do militar Edgard Cerqueira ao governo acreano, recebido à época amistosamente na ALEAC quase no mesmo momento da renúncia forçada de José Augusto. E sem muitos assombros, o capitão foi convidado a tomar posse no cargo por ele usurpado. Essas narrativas são substanciais para o entendimento sobre o período, porém cabe a nós da história selecioná-las e promover debates que possibilitem problematizações dessas narrativas, não tomando essas e outras fontes documentais como referência de objetividade/verdade.

Ao pensar nessas produções discursivas a partir da historiografia local, compartilho uma passagem de Michel de Certeau (2011) onde ele afirma que “o discurso historiográfico não segue o real, não fazendo senão significá-lo repetindo sem cessar *aconteceu*, sem que esta asserção possa jamais ser outra coisa do que o avesso significado de toda a narração histórica” (Idem, p. 35). Os

²⁶ *Repique*, Rio Branco, edição nº 10, Ano I, 11 de fevereiro de 1985, p. 04.

discursos podem conter partes interpretativas do acontecido, atravessados por muitas particularidades que direcionam para tal compreensibilidade.

Albuquerque Júnior (2007), nos ensina que o real não se reflete na reprodução dos documentos e, dessa forma, “o historiador não pode tomar os documentos, as fontes históricas, como indício de um real que pode ser desvendado, um real que estaria nas entrelinhas e seria reconstruído pelo historiador” (Idem, p.102). Neste sentido, é evidente que os discursos do passado sempre perpassam o presente e fazem parte da constituição social de cada sociedade em trânsitos temporais e disputas de poder sobre elas. E que “parte do pressuposto de que o real é uma construção discursiva, feita tanto no passado como no presente [...], a fonte histórica é sempre um monumento, ou seja, uma construção histórica discursiva” (Idem, p.102).

Para analisar a dinâmica dessa narrativas, uma entrevista apresentada na obra *Autoritarismo e personalismo no poder executivo acreano* do historiador Francisco Bento da Silva, o deputado Adonay Santos²⁷ (PTB), nos remete aos movimentos iniciais para a instauração do golpe. Na entrevista Adonay Santos conta que acompanhou a conversa entre José Augusto e Capitão Cerqueira, futuro governador ditatorial, descrita neste fragmento de suas falas da seguinte forma:

[...] governador, estou no comando há alguns dias e não o visitei devido que (sic) a minha missão é difícil. Eu vim para Rio Branco para esperar este movimento (golpe militar) e, quero mostrar para o senhor que sou seu amigo, mas que sua bancada, que agora está reunida com PSD em sessão secreta para votar seu impeachment. Eu quero demonstrar minha lealdade. Se o senhor renunciar, cai mas cai de pé e eu lhe dou toda a minha proteção. Agora, se a bancada votar seu *impeachment*, não vou lhe garantir” (Silva, 2012, p. 93/94).

Esta passagem nos traz as memórias operadas já no contexto de abertura de um personagem que vivenciou os momentos mais críticos que antecederam a deposição do governador acreano constitucionalmente eleito. São lembranças de como as práticas autoritárias se estabeleceram na visão do lado dos perdedores, que nos possibilita refletir acerca dos traumas e

²⁷ Entrevista originalmente prestada à professora Edir Marques em 1986. In SILVA (2012).

ressentimentos advindos de processos políticos de ruptura social, conforme analisa Pierre Ansart (2005) em outro contexto as arbitrariedades políticas. Quando discutimos a ditadura civil-militar e o esquecimento (apagamento) de situações traumáticas, sabemos que a distância temporal muitas vezes contribui para essa perda de intensidade das lembranças, mas elas nunca se apagam por completo da memória pessoal ou coletiva.

Jacy Seixas (2004) aponta a contribuição da História nesse campo, porque: “a memória e o esquecimento aqui também só existem sob os olhares da história, investindo-se na reconstrução de novas identidades a partir de um critério utilitário-político” (Idem, p. 42). E de maneira mais específica, Carmem Zeli de Vargas Gil (2019) reflete sobre a importância da memória no contexto da ditadura no Brasil, pois para ela quando se escreve sobre a ditadura, se faz um exercício de denúncia. E dessa forma, “não existe um documento ou uma memória que não carreguem visões de mundo; lembrar o passado e escrever sobre elas não são atividades inocentes” (Gil, 2019. p. 157) Assim, escrever sobre esses temas sensíveis possibilita expor muito do que se pensa sobre essas questões que eventualmente produz certas interpretações e por isso o escritor sugere possíveis entendimentos. Por este preceito, “interessa ao educador debater o que a memória histórica oficial definiu como memorável, em oposição ao que é silenciado” (Idem, p.157).

A memória que muitas vezes é silenciada, corre o risco de ser apagada, e nesta dualidade entre esquecimento e apagamento deve-se efetuar o exercício do questionamento sobre o que ocorreu em 1964 no Acre e o processo autoritário e ditadura que se implantou. O governo de José Augusto de Araújo enfrentou oposição desde sua eleição até a sua renúncia coercitiva. Mesmo ao realizar viagens em busca de recursos para o estado, parecia se constituir em um incômodo para seus opositores.

1.2 - O contexto das cassações e perseguições

Durante o período da ditadura civil - militar no Acre, muitos políticos foram cassados e perseguidos. Destacamos, entre eles, o caso da esposa do ex- governador deposto, José Augusto de Araújo. No ano de 1966, Maria Lúcia Melo de Araújo se candidatou a deputada federal pelo Acre, mesmo não

residindo mais no estado. Foi eleita fazendo campanha através de amigos e cartas. Porém, com a publicação do AI-5 seu mandato foi cassado. Matéria publicada pelo *O Jornal*, em 1979, com referências a experiências de políticos que foram cassados e o destino que tomaram ao perder o cargo, traz uma série de informações sobre Maria Lúcia:

[...] foi a primeira mulher acreana a ocupar função legislativa na Câmara baixa, mora na Tijuca com os filhos Ricardo e Nazaré, vivendo de uma parca pensão concedida pela Câmara de pouco mais de três mil cruzeiros, e da ajuda de parentes. A política não a atrai absolutamente”²⁸.

Com a instauração da ditadura, houve resistências no Acre através de setores estudantis; seringueiros que se opunham às políticas fundiárias que levavam a desapropriação de suas terras; grupos de teatros que reivindicavam liberdade através da arte, entre outros segmentos sociais. Mas os atos de perseguição e cassação foram intensos, inclusive com relatos de torturas físicas. Ariosto Pires Miguéis expôs o que sofreu na prisão, isso um mês antes da deposição de José Augusto. Miguéis foi superintendente da SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária, cargo federal, mas sendo indicado por José Augusto.

Silva e Bernardo (2021) dialogaram com as falas de Miguéis sobre o assunto, a partir de uma palestra realizada no Anfiteatro da Universidade Federal do Acre no ano de 2014, em evento alusivo aos cinquenta anos do golpe²⁹:

A missão de Ariosto, segundo lembrou, era organizar o homem do campo, fundando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Acre. O governo local e o delegado da SUPRA, afinados com os intentos de Jango, propõem que a reforma agrária tivesse seu início no Acre, algo que agradou o então presidente brasileiro segundo afirmou Ariosto Miguéis. Em suas memórias, essa decisão se deu porque o Acre serviria como laboratório porque gozava de desconhecimento da grande mídia e das classes conservadoras do Centro-Sul. Assim, o pontapé da reforma agrária se iniciaria sem sobressaltos. Sobre a eclosão do movimento golpista no dia 31 de abril de 1964, Ariosto afirmou que dormiu preocupado porque a falta de resistência de Jango não lhe deixou outra opção além da fuga do Acre, pois sabia que

²⁸ *O Jornal*, nº 81, ano IV. Rio Branco, 8 de janeiro de 1979, p. 04.

²⁹ Palestra realizada no campus universitário da UFAC, em 03 de setembro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JTBSWQ3snZU>. Acesso em 12/11/2023.

logo seria preso. Disse que preparou a escapada primeiramente pelos seringais do entorno e na noite de 08 de abril, antes da fuga, comunicou a José Augusto o plano e o governador teria lhe dito: “o Hélio Khoury também vai fugir e ele contratou o barco e vai para Cobija, pois irá encontrar o Palomita [Eliseo Aguilar] e pedir asilo lá”. O governador teria também lhe convencido a não partir pelo caminho dos seringais devido a complicações em sair de Rio Branco de seringal em seringal até atravessar a fronteira e chegar à cidade de Cobija (Bolívia), uma longa distância a percorrer e sem a garantia de abrigo e discrição durante o trajeto. Ao ser convencido da alternativa, Ariosto assevera que ficou esperando em sua casa onde o quintal ao fundo dava para uma das margens do Rio Acre. Aguardou até que recebesse o sinal de lanterna vindo da embarcação contratada por Hélio Khoury. Acredita que sua prisão foi fruto da delação de alguma pessoa próxima, indicando a localização da fuga e levando aos militares do Exército encontrar ambos por volta das 22 horas (Silva; Bernardo, 2021, p. 72).

Foi uma fuga fracassada, cujo intuito era buscar abrigo na cidade boliviana de Cobija e lá ter apoio do membro do Partido Comunista da Bolívia, Eliseo Aguilar (Palomita). Na palestra, Ariosto Miguéis também relata como foi o tratamento dispensado quando aprisionado junto com o sociólogo Hélio Khoury (assessor de José Augusto) e o seu primeiro interrogatório:

No primeiro interrogatório de Ariosto ele diz que observou no local uma “coroa” de arame farpado e à palmatória. De pronto, Hélio Khoury teria dito ao colega: “Será que vão botar a coroa de arame farpado na nossa cabeça?”, e Ariosto Miguéis respondeu: “Hélio, nós não podemos fazer nada”. Percebe-se no relato que havia um ambiente interno de intimidação, pronto para torturas físicas e psicológicas aos presos através da simbologia dos objetos deixados à mostra. No dia seguinte ao interrogatório, narra Ariosto Miguéis que novas ameaças evoluíram para a agressão física com “meia dúzia de bolo pesado”, onde foi preciso “trincar os dentes”. Tudo isso com a continuação sistemática dos interrogatórios. Pouco dias depois, também chegou ao mesmo quartel militar João “Borborema”, dirigente das Ligas Camponesas no Acre. Com a chegada do capitão Edgar Pedreira de Cerqueira Filho (e futuro governador dias depois) para assumir o comando da 4ª Companhia, surgiu uma boa notícia para Ariosto Miguéis: sua retirada da solitária anunciada. Conta ele que os militares descobriram a existência de um parente seu nas Forças Armadas, imaginando que o mesmo possa ter naquele momento intercedido em seu favor, pois os “bolos” foram suspensos (Idem, p. 73).

A ação inicial dos militares logo após o golpe foi de amedrontar e combater aqueles que eram vistos como opositores à nova ordem estabelecida. Para tanto, implementa-se uma política de controle a perseguição a todos e todas que são vistos como entraves ao regime que se implantava. Essas perseguições também atingiram funcionários públicos, onde redes de poder, vigilância e delação foram instaladas para punir pessoas que representassem possíveis ameaças aos ditames do regime militar no Acre.

As perseguições aos considerados subversivos foram frequentes durante a ditadura militar. Os políticos, presidentes de sindicatos, artistas, estudantes, funcionários públicos que não apoiavam o regime foram perseguidos e políticos foram cassados. O próprio governador militar indicado indiretamente pela Assembléia Legislativa do Acre - ALEAC, Edgard Pedreira de Cerqueira Filho, responsabilizava-se por fazer as denúncias através de vários telegramas às autoridades federais e na imprensa. Neste contexto, as querelas políticas se estabeleciam, ampliando o nervosismo político daqueles que se viam como possíveis vítimas dessas denúncias e suspeitas.

Em 1965 o pluripartidarismo foi extinto através do AI – 2³⁰. A partir de então, passou a prevalecer o bipartidarismo, expresso na coexistência de duas agremiações: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era o partido de oposição à ditadura. O historiador Francisco Bento da Silva (2012) nos lembra que os deputados emedebistas Nabor Júnior, Guilherme Zaire, Adonay Santos, José Akel Fares, Benjamin Ruela, José Fonseca de Araújo e Francisco Thaumaturgo pediram o impeachment de Edgard Cerqueira, porém, a ARENA conseguiu suspender a votação. Era certo que a situação política não era favorável para oposição, que se via cada vez mais encurralada em suas manobras para depor Edgard

³⁰ Em 1965, após a realização das eleições (que já não eram completamente livres, dada as perseguições e cassações já em curso) para os governos estaduais, e a vitória da oposição em dois estados estratégicos (RJ e MG), os militares da alta cúpula e seus ministros decidem pela instituição de medidas mais rígidas. Aliando o pretexto da rejeição pelo Congresso Nacional de uma proposta de emenda constitucional, Castello Branco, então, decreta o Ato Institucional nº 2, que além de garantir mais direitos ao Executivo e um maior controle do Congresso, determinava: eleições indiretas para o cargo da presidência; aumento de ministros do STF para dezesseis [...] O Ato Complementar nº. 4 que o seguia decretava o bipartidarismo obrigatório, dissolvendo todos os partidos atuantes no período. E assim, dois partidos eram criados: Arena, se portando como a base do governo, e o MDB, sua oposição consentida. Disponível em: <http://manchetempo.uff.br/?p=2610> acesso em 12/07/2023

Cerqueira, considerando, principalmente, que este tinha o apoio do mais alto comando do país, o presidente general Castelo Branco.

No início de 1979 *O Jornal* trouxe uma significativa matéria com a seguinte chamada: *Cassados do Acre, um time desfalcado e pessimista*. Um dos entrevistados foi o médico Mário Maia, deputado federal do Acre (PTB/MDB) cassado e demitido pelos atos arbitrários pós AI-5 em 1969. É exemplar uma passagem de sua entrevista:

Fora ou mesmo dentro das fronteiras de nossa pátria, consideramo-nos como exilados. A liberdade é como água: só sentimos falta dela quando temos sede. Tenho sede de liberdade porque suprimiram-na sem uma explicação plausível. Depois que cassaram-me o mandato que o povo me outorgou em eleições livres pelo voto direto e secreto, a minha vida cívica modificou-se completamente. A suspensão dos meus direitos políticos por dez anos trouxe-me de imediato o afastamento compulsório dos dois empregos que eu havia conquistado por concurso público e a proibição de operar financeiramente nos bancos públicos.

Esta passagem nos traz os sentimentos de Mário Maia, que se sentia um exilado em seu próprio país ao ter seus direitos políticos suspensos por dez anos. Um homem que dizia ter “sede de liberdade” que lhe foi tomada porque estava do “lado errado da história” durante a ditadura no Brasil. Esses poucos exemplos são evidentemente parte de muito mais. Por isso, necessitamos que outros estudos possam nos revelar outras dores e vivências. E isso ocorrerá quando valorizarmos esta temática no Ensino de História.

1.3 - A ocupação de terras no Acre durante a ditadura

Nos anos de 1970 no Acre, período de efervescência e resistência em diversos lugares do Brasil, a política de ocupação da Amazônia foi pensada e impulsionada pelo plano de segurança nacional dos militares. O terceiro governador do Acre pós golpe, Wanderley Dantas (ARENA), apoiador da ditadura, incentivou a vinda de grupos para a exploração de terras. Muitos eram fazendeiros do sul e sudeste do país, que pretendiam apropriar-se de terras ocupadas por indígenas, famílias de seringueiros e agricultores. De acordo com Tânia Mara Rezende Machado (2016):

Frente ao quadro predominante nos anos de 1971 e 1974, começou a ser pleiteado pelo então governador do Acre, Wanderley Dantas, uma nova proposta econômica para o Estado – a agropecuária, que a princípio se resumiu mais à pecuária do que à agricultura, dada as facilidades que a pecuária oferecia, como: manejo fácil e a pouca e barata mão de obra que requer. Com a pecuarização, mudanças significativas nos modos de vida da população acreana passam a acontecer. No campo social, o intenso êxodo rural e a formação das periferias, principalmente na Capital, tornaram-se um dos mais sérios problemas enfrentados na ocasião e que ainda hoje repercutem na forma como o espaço urbano está estruturado. Conforme o Censo do IBGE, até os anos 70, a população rural do Acre era três vezes maior que a urbana. Já na década de 90, a população urbana passa a ser o dobro da rural. Esta talvez seja uma das razões por que o espaço e os modos de vida da população acreana, urbana e rural assemelha-se tanto (Idem, p. 32).

Mas além de fazendeiros e grandes capitalistas, grupos de trabalhadores rurais também empreenderam viagem ao Acre, impulsionados por propagandas veiculadas pelos governos federal e estadual, em busca de terras mais baratas para cultivos familiares. Tânia Mara Rezende Machado, que também foi uma migrante, pesquisou sobre a vinda dessas pessoas na década de 1970, mostrando que o grupo não guardava nenhum tipo de uniformidade. Dessa forma, se fazendeiros, grileiros e financistas ricos chegaram ao Acre, também se dirigiram para estes espaços agricultores pobres, em busca de pequenos pedaços de terra para o cultivo.

A autora tece em suas narrativas as memórias de infância, de quando chegou ao Acre com sua família, influenciada pelo incentivo dado pelo governo aos PAD's - Projetos de Assentamentos Dirigidos. Ao lecionar no curso de história da Universidade Federal do Acre, Tânia Mara Rezende Machado sentiu a necessidade de dar visibilidade a isso, evidenciando a partir de diálogos com uma diversidade de fontes históricas aos quais muitos confundem a vinda dos sulistas pobres e que foram morar em assentamentos, com as movimentações de grandes fazendeiros que chegaram na mesma época:

Por tudo que foi dito é certo afirmar que “paulistas” no Acre serão todos os migrantes chegados nos anos 70 e 80 do século passado, independente da naturalidade, da Unidade da Federação de onde partiram ou de suas condições socioeconômicas. Ser “paulista” no Acre representava forte ameaça à população acreana, até então formada basicamente

por índios, caboclos e descendentes de “cearenses”, que tinham modos de vida que se diferenciavam da forma como os migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul viviam. Vale ressaltar também que, aliado à “transferência do caos social do Centro-Sul”, pressões sociais locais contribuíram para a criação dos projetos de colonização do Acre. Dentre esses segmentos estavam ex-seringueiros e posseiros, expulsos dos seringais por ocasião da venda das propriedades aos fazendeiros do Centro-Sul. Tais seringueiros, por sua vez, apesar de ocuparem as terras por muitos anos, não possuíam documentos de propriedade, tendo que desocupá-las para que os novos proprietários passassem a ocupá-las, ainda que fosse com bois. Esses sujeitos sociais não faziam uma pressão direta e aberta, mas, na proporção em que um excedente de mão de obra ia sendo dispensado das áreas rurais, um contingente de desempregados ia se formando nos bairros periféricos das cidades acreanas, ainda despreparadas para recebê-los. O governador do Estado do Acre, à época, sentiu-se então pressionado a criar alguma alternativa socioeconômica para resolver a situação (MACHADO, 2016, p. 36).

A pressão para alocar os sulistas agricultores e também ex-seringueiros locais, agravou a situação social, buscando o governo federal alternativas na criação de projetos de assentamento. Segundo Tânia Machado (2016), os seringueiros “pressionaram o governo a criar os PAD’s, ou para lhes proporcionar o retorno ao espaço rural, ou para frear a vinda de outros integrantes desse contingente para a cidade” (Idem, p. 41).

O jornal *O Acre* em 1972, trouxe uma entrevista extensa com o senador arenista Geraldo Mesquita (1971/1975). O senador demonstrou, através de suas falas, que era um entusiasta das políticas governamentais que levavam a desapropriação de terras de pequenos agricultores e extrativistas, para que fossem exploradas por “industriais paulistas”. Da mesma forma, mostrou-se ferrenho defensor da abertura da economia do Acre para a pecuária, além de defender que a degradação ambiental e a poluição eram consequências normais do desenvolvimento da Amazônia:

Atencioso como sempre, o ilustre Senador nos recebeu para um ligeiro bate-papo. Estudioso profundo dos problemas acreanos, foi muito objetivo nas respostas às perguntas, até certo ponto “indiscretas” para um político de renome. Eis o diálogo:

1 – Como viu a medida presidencial com relação às eleições indiretas?

1- Votei, no Congresso Nacional, sem o menor constrangimento, a emenda da iniciativa do Presidente da

República que restabeleceu a norma da eleição indireta para Governador, no pleito de 1974. A medida proposta pelo Executivo federal e aceita pela unanimidade da ARENA, permitirá ao País a continuidade do processo de desenvolvimento nacional, conduzido com decisão, firmeza e patriotismo pelo Governo da Revolução. Entendo que os superiores interesses da Nação estavam ainda a exigir o revigoramento da norma, nas disposições transitórias da nossa Constituição. Em alguns Estados, a abertura muito antecipada do problema sucessório vinha gerando clima bem desfavorável à execução dos programas administrativos.

[...]

4 – Não acha que já é tempo de o Acre partir para outra atividade econômica? Qual a mais aconselhável?

4 – Não só é tempo como talvez já esteja passando do tempo de cuidarmos seriamente de diversificar vigorosamente a nossa economia. Acho que devem ser feitos grandes investimentos na implantação e desenvolvimento de uma infra-estrutura agropecuária. Sinto que a pecuária poderia ajudar de maneira extraordinária o desenvolvimento econômico do Acre.

5 – Como vê a aquisição de terras por parte dos industriais paulistas e os seus reflexos na economia regional?

5 – A simples compra de terras nada significará se a utilização delas não estiver vinculada a uma programação que indique prioridade de antemão fixadas, orientadoras do nosso processo de desenvolvimento econômico. É preciso ter-se em conta o **que** se deve fazer, **onde** se deve fazer, e **por que** se deve fazer. Impõe-se um planejamento que oriente tudo isso.

6 – Julga que o desmatamento da Amazônia trará os prejuízos preconizados pelas nações estrangeiras?

6 – É verdade que em alguns países estrangeiros preocupam-se entidades e certas áreas da opinião pública com a poluição que poderia vir com o desmatamento da Amazônia. Mas não levam em conta esses países os riscos da poluição quando buscaram e promoveram o seu desenvolvimento. Passaram a cuidar da poluição depois de se desenvolverem. Se formos pensar muito na poluição agora não construiremos a Transamazônica, não promoveremos a integração da Amazônia. Mas é preciso dizer que o governo do nosso país tem seu plano de defesa da ecologia. Sabemos o que estamos fazendo.

Com relação ao nosso Estado, acho que podem poluí-lo à vontade, dando-nos estradas, muitos campos de pastagens, muitos cafezais, muitos seringais de plantio, etc. Depois combateremos a poluição³¹.

A maioria dos políticos acreanos, durante o período da ditadura, apoiavam todos os intentos políticos e econômicos pensados para a Amazônia. Geraldo Mesquita demonstrava, assim como a maioria dos políticos locais, afinidade com a exploração por estranhos de terras já ocupadas por indígenas,

³¹ **O Acre**, nº 5, Ano I, 15 de junho de 1972, p. 01.

extratores e pequenos agricultores. Este movimento veio acompanhado da construção de estradas sem os devidos estudos de seus impactos sócio-ambientais. Exemplo disto foi a construção da Transamazônica, considerada uma obra faraônica e inviável, que levou ao dispêndio de grandes quantidades de recursos públicos e trouxe como consequências expropriações de terras, conflitos no campo e devastação da floresta.

Ainda em referência ao fracasso que foi a construção da Transamazônica, que tinha entre seus objetivos colonizar as margens da estrada com a vinda de nordestinos, valendo-se da implantação do PIN – Programa de Integração Nacional, o jornal *Repique* fez a seguinte observação:

Sem conseguir “equacionar” os problemas sociais derivados da seca do Nordeste, que tanto impressionou o Presidente Emílio Garrastazu Médici, o PIN só havia assentado seis mil famílias ao longo da Transamazônica até 1974. O fracasso do programa foi admitido até mesmo pelo Banco Mundial, de onde saiu boa parte dos financiamentos. Em seu relatório de avaliação de março deste ano, o Banco afirma que o PIN “partiu da premissa ingênua de que emigrante nordestinos poderiam ser prontamente transformados em prósperos agricultores numa região onde a maior parte dos solos é inadequada à agricultura tradicional. Este equívoco fundamental foi completado por uma série de erros técnicos e administrativos por parte do INCRA³².

O então governador Wanderley Dantas (1971/1975), em uma visita a Brasília, elogiou e homenageou o presidente Médici com uma medalha, onde agradecia a ele pela construção da Transamazônica que nunca foi concluída. O ato do chefe do Executivo acreano foi destaque em matéria publicada pelo jornal *O Acre*, onde consta que a medalha Transamazônica, “mandada cunhar em ouro pelo governo do Acre, foi uma homenagem do estado à obra do século. O presidente atendeu as reivindicações e reafirmou total apoio ao governo” [*do Acre*]³³. Observe-se que um estado distante do “progresso” prometido pelos militares levou o que não tinha, o ouro, em detrimento da pobreza da população, para agraciar o presidente/general, evidenciando a subserviência dos governantes acreanos durante a ditadura.

³² *Repique* nº 05, Ano 1, Rio Branco, 11 de fevereiro de 1985, p. 10.

³³ *O Acre*, nº 9, Ano I, Rio Branco, 12 de agosto de 1972, p. 01.

O governo de Wanderley Dantas, com a sua política de incentivo à colonização do Acre por empreendimentos madeireiros e pecuaristas, recebia elogios de políticos como de José Guimard dos Santos, que no passado havia impulsionado o projeto de autonomia do Acre e disputou o governo para ser o primeiro governador do novo Estado. Em mensagem dirigida ao governador Wanderley Dantas, o mencionado político frisou que “a bandeira do desenvolvimento, econômico e político, mais uma vez está em boas mãos”³⁴. E finalizava elogiando a ditadura implantada havia oito anos: “[...] os governos que seguiram o novo sistema, têm dado ao Acre o sentido de responsabilidade que corresponde ao rumo traçado pela revolução”³⁵. A defesa dos “governos da revolução” por Guimard dos Santos, mostra o forte atrelamento dos políticos locais aos regime de exceção. Este político, de origem militar, já tinha seu passado ligado à ditadura do Estado Novo ao ser nomeado governador do Território do Acre por Getúlio Vargas.

Os políticos já citados e apoiadores da chamada “revolução de 1964” pareciam não enxergar a pobreza da população que de tudo carecia, Rio Branco era uma cidade empobrecida e cheia de ex-seringueiros migrantes das florestas e colocações sem ter onde morar, pois foram sendo expulsos – em muitos casos de formas violentas – quando novos donos das terras do Acre vão chegando e incorporando terras onde essas pessoas viviam como posseiras no antigos seringais transformados em pastos e fazendas. Essa política colonizadora do governo federal e local, fez com que muitos presidentes militares visitassem o Acre nos anos de 1970 e 1980.

O presidente-general Ernesto Geisel (1974/1979) veio ao Acre em visita ao governo do Estado e o então governador Geraldo Mesquita o recebeu com honras na frente do Palácio Rio Branco. Na ocasião da visita, o periódico local *O Jornal* noticiou a visita e consta que o governador saiu em defesa do presidente, dizendo que “Geisel se preocupa muito com a redemocratização do país e todo brasileiro deveria prestigiá-lo para que ele possa conduzir esse processo”³⁶. Mas as reverências não terminaram por aí, pois nesta mesma edição do jornal há uma publicação chamada *Lição Brasileira de Outubro*, em apoio ao então presidente

³⁴ *O Acre*, nº 9, Ano I, Rio Branco, 12 de agosto de 1972, p. 01.

³⁵ *O Acre*, nº 9, Ano I, Rio Branco, 12 de agosto de 1972, p. 01.

³⁶ *O Jornal*, nº 21, Ano IV, Rio Branco, 17 de outubro de 1977, p. 01.

da República que estaria sofrendo acusações de grupos mais à direita que queriam um regime mais radical e repressivo:

LIÇÃO BRASILEIRA DE OUTUBRO. Capítulo I - Só há um Poder Revolucionário no Brasil e o presidente Geisel é seu detentor. Capítulo II – A idéia de que existe um “sistema” de pressões irresistíveis, orientando secretamente os atos do Governo é uma meia verdade: não falta quem procure exercê-lo, mas o Presidente não o tolera e considera ilegítimo. Capítulo III – O país estava ameaçado por uma conspiração radical direitista que atingiu o absurdo de considerar suspeito de simpatia ou “inocência útil” com relação ao comunismo o próprio general Geisel, um dos mais históricos, conhecidos e ativos anticomunistas do Exército. Capítulo IV – É muito maior do que se pensa o número de políticos da Arena viciados no jogo de azar e dispostos a arriscar tudo numa hora de decisão, dando “recado” de encomenda. Capítulo V – O futuro Presidente da República será indicado livremente pelo presidente Geisel, de acordo com conclusões a que chegar e pode não ser obrigatoriamente o general Figueiredo, mas quem for o escolhido estará engajado num programa de institucionalização política do regime. Capítulo VI - o Exército – e as Forças Armadas em geral - afastam -se da política partidária direta e assumem seu papel de guardiães da Segurança Nacional, delegando ao Poder Civil constituído, mesmo exercido por militares, a responsabilidade pela administração rotineira do país. Capítulo VII – A ação de Geisel demitindo o ex- ministro Sylvio Frota foi fulminante, bem sucedida e não há possibilidade de reações à sua autoridade presidencial. Capítulo VIII – O resto é futuro e só os profetas podem falar³⁷.

O presidente-general Ernesto Geisel (1974/1978), segundo Jorge Zaverucha (1994), foi responsável pela ideia de uma transição que chamou de “lenta, gradual e segura” (p. 164). Este lema se faz presente em uma diversidade de livros didáticos, sejam da área de história ou não. No entanto, Zaverucha explica que ocorreram controvérsias com a esposa do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici, antecessor de Geisel. Ela chegou a afirmar que Ernesto Geisel era contra a abertura política, pois “ao assumir a presidência Geisel patrocinou a abertura do regime, enquanto Médici carregou a imagem de torturador” (idem. p 164). Contudo, as querelas internas do regime ditatorial não perturbaram o apoio e bajulação que os políticos acreanos da Arena, grupos

³⁷ **O Jornal** nº 21, Ano IV, Rio Branco, 17 de outubro de 1977, p. 03. Texto reproduzido de um jornal semanal chamado “José” originário de Brasília. Não identificado o autor do texto.

empresariais locais e latifundiários deram a todos os presidentes militares do período.

1.4 - A ditadura civil-militar e o sistema educacional

A educação no Acre, durante o período da ditadura militar, acompanhou a lógica do discurso moralizador, alinhada aos discursos dos generais/presidentes, também propagados pelos governadores locais. Tais construções eram recheadas de estereótipos e preconceitos, concebidos enquanto atos de ordenamentos político e moral. A educação tinha em seu currículo as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais (que traziam os conteúdos de humanidades, incluindo os de História), reprodutoras da visão da História dos grandes vultos e feitos da nação e de seus governantes.

O jornal *Diário do Acre* divulgou uma nota que deixa patente o alinhamento ideológico com o poder estabelecido ao comentar uma campanha do governo estadual em defesa dos valores morais nas escolas no ano de 1982:

A Secretaria de Educação e Cultura decidiu reativar a Comoci, sigla da Campanha de Defesa dos Valores Morais e Espirituais da Nacionalidade, disse ontem a professora Maria José Franca Mansour, diretora do Departamento de Assistência ao Educando, órgão subordinado à Secretaria de Educação. A Comoci tem como clientela os professores de Educação Moral e Cívica e os de ensino religiosos, constituindo seus objetivos a divulgação para os professores a campanha de defesa dos valores envolvidos. Aos mestres, é solicitado a difusão intensiva da Comoci nas escolas de 1º e 2º Graus e propostas a reativação da Coordenação de Educação Moral e Cívica do Acre³⁸.

Com essas imposições alinhadas à ditadura ainda vigentes, professores deveriam incentivar comportamentos conservadores nas salas de aula, pautados principalmente na acriticidade, factualidade histórica, ufanismo e moralismo de matriz cristã. O Acre com seus governantes aliados aos ditadores do Planalto, dava seguimento às políticas educacionais que incentivavam movimentos disciplinadores e conservadores.

³⁸ *Diário do Acre*, nº 12 Ano I, Rio Branco, 22 de maio de 1982, p. 03.

A disciplina de Educação Moral e Cívica foi pensada para ser um esteio escolar na construção ideológica promovida pelo Estado, onde se fabricavam ideias pautadas em movimentos conservadores elitistas, atravessada por preceitos patriarcais, moralismo canhestro, representação da mulher como dona de casa silenciada e família cristã.

No Acre, o Ensino Superior estava dando seus primeiros passos e isso foi amplamente utilizado por esses políticos como bandeira. A antiga Unacre – idealizada por José Augusto em 1963 – deu lugar ao Centro Universitário do Acre em 1970 e, um ano depois, surge a Universidade Federal do Acre, federalizada³⁹. Este foi um momento propício para edificar os governos autoritários federais e locais, que se vangloriam como aqueles que trouxeram para o Acre o ensino superior⁴⁰. De acordo com um jornal da época, foi “em decorrência do trabalho desenvolvido pelo professor Francisco Wanderley Dantas, ao solicitar ao Presidente da República o general Emílio Médici um decreto neste sentido, que tomou o nº. 68.567 de 29 de abril de 1971”⁴¹. O ensino superior nasce no Acre no bojo da ditadura, incentivado por governadores apoiadores do governo militar que indicavam o reitor.

Na verdade, durante todo o período que vai da sua federalização até 1983 a Ufac teve somente um reitor: Aulio Gélio Alves de Souza, filiado a Arena e que ficou treze anos no cargo. Fiel aliado dos militares e apoiado pela cúpula local da Arena, chegou a comemorar o dia do golpe dentro da universidade, quando inaugurou blocos e homenageou com seus nomes todos os governadores locais após o capitão Cerqueira (*Imagem 02*).

³⁹ Fonte: UFAC - <https://www.ufac.br/transparencia/sobre/institucional>. Acesso em 24/02/2024.

⁴⁰ **O Jornal**, ano VII, nº 130, Rio Branco, 09 de março de 1980, ano VII, nº 130. p. 06.

⁴¹ *Ibidem*.

Imagem 02 – Reitor da Ufac comemora dia do golpe (1980)

Solenidade de inauguração de quatro pavilhões do Campus Universitário, como parte das festividades comemorativas ao 10º aniversário da UFAC, sendo as bandeiras Nacional e Acreana hasteadas, respectivamente, pelo Exmo. governador Joaquim Falcão Macedo e Ruy Lins. Presentes os ex-governadores, Jorge Kalume, Geraldo Gurgel de Mesquita e Francisco Wanderley Dantas à esquerda, autoridades, professores e alunos. Os pavilhões foram construídos com recursos da SUFRAMA e FUNCOMIZ – 31/3/1980.

Fonte: SOUZA, Áulio Gélio. *História da criação do Ensino Superior no Acre*, 2006, p. 205.

Quando se ensina história, é necessário fazer questionamentos sobre os papéis que algumas pessoas exerceram nesse período de ditadura, como as que aparecem nesta fotografia acima e se congratulam aparentemente inaugurando obras importantes para a educação superior do Acre, mas simbolicamente estavam comemorando a data do golpe de 1964. A escolha da data pelo reitor não foi coincidência, foi caso pensado com denodo e afincado para demonstrar sua adesão à ditadura e seus superiores que o mantinham no cargo.

Sobre ensinar história e em específico sobre ditadura militar nos dias de hoje, o historiador Durval M. Albuquerque Júnior (2019) faz uma análise sobre a necessidade de fazer com que o aluno vivencie o passado em todas as suas dimensões, já que “a pesquisa e o ensino de história devem proporcionar uma verdadeira experiência com o passado para os alunos” (Idem, p. 231). Também argumenta que o ato de ensinar precisa marcar profundamente o outro, considerando que “ensinar é marcar, e ensinar história é produzir marcas temporais, é discutir e fazer ver as marcas que o tempo deixa em nossos corpos, em nossas vidas e nas nossas sociedades” (Ibidem). Neste caso, inegavelmente, a ditadura civil - militar deixou marcas indelévels e que sempre devem estar presentes em nossas reflexões, no sentido de nunca mais se repetir aquilo que provocou o hiato da democracia no Brasil.

Em 1985, o jornal *Repique* trouxe uma curta matéria sobre o fim da ditadura no país, onde busca sintetizar a chegada da notícia do golpe no dia 1º de abril, dia da mentira, no Acre de 1964. E isso teria feito com que a população não acreditasse naquilo que passou a ser noticiado pela transmissão radiofônica.

1964. 1º de abril. O dia amanhecia. Rio Branco era uma província com seus costumes típicos. Nessa data todos comemorariam o famoso “dia da mentira”. Seus habitantes não pensavam que as notícias da Rádio Nacional de Brasília e a Tupi de São Paulo fossem verdadeiras, por serem catastróficas. Entrava em cena a chamada “Operação Brother Sam” a quartelada militar que tomou o poder com aquiescência dos Estados Unidos. O Brasil mergulhava, então, em um dos seus episódios mais negros da história, enquanto os portos aviões Forrestal norte-americano, dos maiores do mundo, era a belonave – capitânea da poderosa força – tarefa que, sob o comando do General George Brown, se deslocava pelas costas brasileira para ficar de prontidão (!). 1985. Hoje os militares iniciam a retirada da cena política. Batidos pela força do movimento popular, vêm o processo de transição democrática ser desenhado no céu do país. Só que agora, sem “mentira”.⁴²

O jornal também revela aquilo que vinte anos antes não se sabia de forma mais ampliada: a ajuda norte-americana na consecução do golpe no Brasil. Contudo, nada fala do que ocorreu no Acre nas duas décadas de ditadura e já salta para anunciar a abertura em 1985 sob as pressões do “movimento popular”, sem maiores explicações, apesar de afirmar que as notícias do golpe eram “catastróficas”.

1.5 – Diálogos e problematizações com Livros Didáticos de História do Acre

Ensinar História do Acre sempre me pareceu fácil até pouco tempo, pois sempre recorri ao material que estava mais próximo sem me aprofundar em pesquisas, mas percebi que este não é caminho mais confiável, já que o que se tem produzido são recortes e não representa uma totalidade de acontecimentos. Ao entrar no mestrado e durante a pesquisa desta dissertação, me senti impelida a suscitar nos alunos o interesse pelo estudo do golpe e a ditadura civil-militar

⁴² *Repique*, nº 05, Ano I, Rio Branco, 11 de fevereiro de 1985, p. 16.

no Acre. Dessa forma, busquei promover debates na sala de aula mediante uma nova postura enquanto professora e pesquisadora, no sentido de estimular abordagens críticas sobre o tema.

Na sala de aula, a utilização do LD para estudar a ditadura civil - militar no Acre não é atrativo, já que sempre pareceu uma repetição de conteúdo dentro de outros conteúdos, sem algo novo a incorporar. É possível dizer que, nos trabalhos analisados e anteriormente mencionados, não existem muitos trabalhos voltados para o ensino básico sobre o tema. E ao me debruçar na pesquisa, dialogando com fontes como jornais, cartas e documentação jurídica, me senti compelida a expandir minhas leituras e abordagens, na perspectiva de contribuir para os diálogos/problematizações com o tema.

Os poucos textos didáticos por vezes não atendem às necessidades frente aos debates atuais no campo historiográfico. Os LDs são muito importantes para o processo de ensino em determinados conteúdos, como é o caso da ditadura no Acre, mas não apresentam discussões que estimulem a compreensão do tema e que mantenham o interesse dos alunos, já que no Acre não parece ser uma pauta estimulante para ensinar nas salas de aula. Devo frisar que atualmente, não há um consenso sobre os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, já que a Secretaria Estadual de Educação do Acre – SEE/AC⁴³ fornece às escolas um referencial confuso e ausente de questionamentos sobre o estudo da ditadura no Acre, restringindo-se a sugerir análises e debates sobre a repercussão nacional deste evento. Esse fato evidencia um silenciamento em relação ao tema no Ensino de História trabalhado nas escolas acreanas, conforme apresentado no *Anexo I* deste trabalho.

A ditadura civil - militar no Acre é ressignificada em documentos como jornais, documentos públicos e particulares e no relatos de pessoas que vivenciaram aquele contexto ditatorial. Diálogos com estas fontes não são indicadas nas propostas enviadas pela SEE às escolas, portanto, podem ou não ser adaptadas, isso vai depender dos planejamentos pedagógicos das escolas e

⁴³ A proposta enviada às escolas estaduais pela secretaria de educação do Estado do Acre, chega já estruturada. Segundo as orientações, as escolas podem fazer alterações, porém poucas fazem. A falta de recursos didáticos e orientações sobre os temas não motivam os professores a replanejar as propostas e o debate sobre ditadura no Acre não recebe atenção nas escolas, e se torna um tema relegado ao esquecimento, pois o que prevalece sobre ditadura são os acontecimentos voltado ao contexto dos grandes centros urbanos do país.

do interesse no assunto pelo professor. Como bem sabemos, os LDs de distribuição nacional são instrumentos de saber utilizados pelas escolas da rede pública de ensino de todo o Brasil, segundo o PNLD⁴⁴. A cada quatro anos os livros são substituídos, cabendo aos professores, juntamente com as secretarias de educação dos estados, escolherem quais serão utilizados. Portanto, temas regionais como a história do Acre não constam neles, dificultando as abordagens sobre como se deu o golpe e a ditadura civil-militar no Acre.

Os livros didáticos produzidos de acordo com as bases curriculares nacionais, não incluem as temáticas regionais. No 9º ano do Ensino Fundamental, como pode ser observado no *Anexo I*, é indicado conteúdos sobre o Acre direcionado para o período da chegada da pecuária e com destaque para a criação dos sindicatos e a participação de Chico Mendes nos movimentos dos trabalhadores rurais do Acre. Porém, não indica o tema como algo articulado com período autoritário da ditadura civil - militar e o encapsula no factual.

Outro problema encontrado nas propostas da SEE/AC, é que não há nenhuma bibliografia indicada para o professor consultar. Mas não é só isso. O problema para estudo do tema persiste, pois como não indicam o tema sobre ditadura nas propostas, este conteúdo pode ser ensinado de forma superficial, sem que se possa ser debatido como um acontecimento que interferiu no percurso democrático do estado e da sociedade local. Esta temática, nos últimos anos, se tornou ao mesmo tempo necessária e silenciada, considerando o avanço do conservadorismo no Brasil, principalmente durante o governo de Jair Messias Bolsonaro que rememorou o golpe nos seus discursos ininteligíveis.

Neste sentido, o intento é entender como os LDs sobre a história do Acre abordam o golpe e a ditadura civil-militar. O conhecimento deste tema, neste cenário, é muito residual e sempre está amparado em estudos superficiais e incompletos. Assim, não seria nenhum exagero dizer que a ditadura no Acre é um tema ausente para boa parte dos alunos, em especial os que estão matriculados nas redes públicas de ensino.

⁴⁴ O Programa Nacional do Livros e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinado aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do país. Disponível em: <https://bitly.com/9dfcS>. Acesso em 16/02/2023.

Para entender melhor sobre a necessidade do uso do LD, é importante que façamos algumas considerações sobre a importância do livro e as políticas públicas que impulsionaram o seu florescimento e popularidade. O LD é introduzido a partir de 1938, ainda no governo de Getúlio Vargas, que cria a “Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), com o objetivo de cuidar da produção, importação e utilização do livro didático” (BEZERRA, 2017, p. 69). Holien Gonçalves Bezerra, que acompanhou as discussões sobre o PNL, faz um apanhado sobre a trajetória do LD entre 1966 e 1971, quando novas políticas são pensadas para a área. A perspectiva foi atender novas necessidades de professores e alunos. A escolha do livro, pelo menos em um primeiro momento, não tinha a participação de professores, cabendo a: “Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) criada em 1983, as responsabilidades para com o livro. Um grupo de trabalho [...] analisa os problemas dos livros didáticos e propõe a participação de professores no processo de escolha” (Idem, p. 69).

É importante compreender que o LD, nesta e em outras análises, apresenta imperfeições e problemas, porém, como referência para o aprendizado, é necessário que as temáticas neles presentes alcancem o maior número de usuários. Flávia Eloisa Caimi (2017) aponta que “os livros contêm imperfeições necessárias para resguardar as razões de ser do professor, para respeitar sua liberdade pedagógica” (Idem, p. 56). Aliás, a respeito das liberdades pedagógicas, a autora ainda explica que as imperfeições são divididas em três categorias: necessárias, inerentes e contingentes e aqui destaco a última, que considero pertinente à pesquisa, já que a oferta de LD também segue um discurso que deve condizer com as necessidades de cada período, tendo a compreensão que a produção de livros atende “às políticas educativas e curriculares do Estado e também às expectativas formativas da sociedade; trata-se de um instrumento para dialogar com a produção científica [...]” (Idem, p. 37).

Se é pelo LD que os alunos têm acesso ao ensino de história, então devem ser escolhidos de acordo com discursos que referendam sua utilização, considerando que são instrumentos de poder e de saber. Em muitas regiões do Brasil o acesso ao conhecimento só é possível através dos LD, por isso, ele é necessário para que seus objetivos como instrumento de conhecimentos sejam

alcançados, mesmo entendendo que se originam diante de contingências obrigatórias.

É possível verificar diversos estudos sobre a produção de livros didáticos produzidos durante e depois do período da ditadura civil - militar, e os discursos são muitos representativos quando não expressam o que houve durante o período. Luís Reznik, ao escrever um artigo sobre a *Construção da Memória no Ensino de História (2004)*, faz justamente uma crítica ao que se produziu durante o período da ditadura e no que se produz hoje acerca dos acontecimentos passados. Ele aponta “estarmos num jogo de memória, tecendo novas narrativas, silenciadas, pelo esquecimento” (Reznik, 2004, p. 339). A observação que Luiz Reznik destacadas nas produções didáticas representa a visão de autores que, complacentes ou não, construíam suas narrativas sobre a ditadura. Neste sentido, é importante enfatizar as incisivas críticas que Reznik faz ao livro didático de História no Brasil, que ainda não se livrou “da sua sina de ser guardião da memória nacional, mesmo com toda profusão de textos, escritos e visuais, de divulgação histórica através da mídia” (Idem, p. 340). Portanto, é necessário que o LD apresente conteúdos que narrem mais que acontecimentos heróicos, mas que possam ser um instrumento de conhecimento e crítica de quem o utiliza, no caso, os alunos da rede pública e os professores que mediam esses conhecimentos.

É bem verdade que os textos produzidos para os livros didáticos trazem uma narrativa diferente e uma linguagem voltada para um público específico. Helenice Rocha (2017), em seu texto *A Ditadura Militar nas Narrativas Didáticas*, discute justamente sobre a escrita de textos escolares, em que: “Uma diferença entre a narrativa histórica escolar e aquela produzida por historiadores, é que a narrativa histórica escolar é uma síntese didática, visando contribuir para o ensinar e o aprender. Ou seja, mantém o compromisso de narrar o que aconteceu a partir dos textos já produzidos” (Idem, p. 248).

Assim pensando, os textos didáticos são importantes, pois eles se aproximam de seu público com linguagem apropriada e sínteses de acontecimentos que facilitam a leitura e compreensão. Escrever sobre a ditadura ou qualquer outro tema passa por esta perspectiva.

A produção de LD de história do Acre, ao contrário dos nacionais, não chamou a atenção de escritores/historiadores para a prática de novas produções

ou abordagens. Em 1985 três professores da Universidade Federal do Acre, Valdir de Oliveira Calixto, Josué Fernandes de Souza e José Dourado de Souza, lançaram um LD voltado para o 2º grau, com o título: *Acre uma história em construção*. Aqui me proponho a fazer o difícil exercício da crítica sobre esta obra, seus conteúdos ali presentes, suas ausências e os termos utilizados no LD em questão. Pelo tempo em que esse LD foi escrito, me permite apontar as ausências das temáticas sobre o golpe de 1964 e um aprofundamento sobre a ditadura civil-militar no Acre. Pois o livro que pretendeu ser um LD de história em meados dos anos 80, e já no contexto da abertura, grafava a ditadura com o nome de “Revolução de 64”.

Mesmo seus autores sendo identificados como militantes de centro-esquerda, neste particular não conseguiram romper com o chavão oficialismo criado pelos golpistas. E a obra peca pela ausência de pesquisa em fontes diversificadas, bem como de uma crítica arraigada às fontes ali utilizadas. Embora haja uma lista de acervos que teriam sido consultados (prefeituras, museus, cartórios, igrejas) não ficamos sabendo que documentação foi utilizada, pois não há o uso no texto das normas da ABNT e nem em rodapés. O mesmo ocorre com as frequentes intertextualidades com a bibliografia disponibilizada nas referências, mas não citadas de forma correta ao longo do texto. Quando ocorre, só nas indicações de leituras complementares.

É necessário destacar ainda que em um momento de possibilidades de inovação historiográfica, os autores passam longe da linha que a maioria dos historiadores brasileiros buscaram no início da década de 1980, com a chegada da “História Nova”. Segundo Carlos Fico (2004), foi no contexto da chegada da “História Nova” ao país, que as produções historiográficas passaram a não mais ser fortemente influenciadas pelo marxismo, ou pela segunda fase dos *Analles* (Idem, p. 39). E assim, Carlos Fico sintetiza sua observação:

Desse modo, o virtual abandono do marxismo pelos historiadores (que, no Brasil, se verificou no final dos anos 80) não se fundou tanto em uma crítica que cortejasse as insuficiências teóricas das perspectiva (notadamente o “determinismo economicista”), mas na constituição de um novo padrão de narratividade, motivado não mais pela pretensão rankeana de “mostrar como realmente aconteceu”, mas na estratégia cognitiva mencionada: a valorização da subjetividade, do cotidiano etc., através de versões verossímeis que não

almejam firmar-se como verdade absoluta, concatenadas, quanto possível, em narrativas saborosas (Idem, p. 40).

Voltando ao LD acreano, na apresentação os autores propõem que o estudo sobre história do Acre deixe as inacessíveis estantes e os discursos acadêmicos para invadir as salas de aula de todos os graus do ensino. No entanto, os próprios autores destinam o livro ao 2º grau (expressão utilizada à época). Os autores prometem uma história do Acre contextualizada, dando a entender que serão abordados aspectos e circunstâncias diversas sobre cada tema presente na obra. O texto relacionado à ditadura é um reflexo do recente momento que o Brasil vinha passando naquele momento, com a ampliação e debates mais abertos sobre democracia e fim da ditadura depois de vinte anos. Mas olhando retroativamente, os silêncios, uma visão de verdade histórica, da história como ciência do “real” acontecido atravessa esse LD.

Sobre o indicativo dos sujeitos fazerem parte da construção de sua história, para além do lugar comum, é uma visão que se aproxima do historicismo na perspectiva marxista. Mas apesar da promessa de apresentar os sujeitos e sua história, não se nota a presença desses sujeitos nessa suposta construção da história deles. No livro a narrativa do texto sempre se dá em terceira pessoa, não se notando a valorização de informações e diálogos com as subjetividades dos sujeitos protagonistas de suas narrativas.

Não pude fazer escolhas ou seleções amplas de LD's sobre história do Acre para análise, pois não existem tantos: apenas dois. O livro em questão não é mais utilizado na rede de ensino, tendo sido o primeiro livro de história do Acre destinado à esse fim. Ele hoje tem muito mais valor histórico do que uma obra de referências para estudos nas escolas do Estado do Acre. Ainda assim, selecionei alguns outros pontos que merecem ser apresentados e por conseguinte analisados.

O livro foi dividido em unidades e em subtópicos. Na IX unidade, intitulada *Evolução Política do Acre*, abordam a temática sobre ditadura no subtópico 6, intitulado *O movimento militar de 1964: a deposição do primeiro governador constitucional do Acre*. Este é o único tópico em que se refere ao golpe militar. Contudo, os problemas iniciam quando chamam o golpe civil-militar de “movimento militar”, reproduzindo o que muito foi divulgado entre os

apoiadores e políticos simpatizantes do golpe quando o chamavam de “movimento ou revolução de 1964”. A utilização desse termo, mesmo sem os autores terem essa intenção, ameniza o fato de o Brasil ter sido refém de uma ditadura de 21 anos, mediante uma ruptura institucional e democrática. Uma ditadura que oprimiu, torturou, matou, exilou, cassou e perseguiu pessoas passando por cima de qualquer ordenamento jurídico e legal. Os autores também fazem uma retrospectiva sintética desde a renúncia de Jânio Quadros e a chegada de João Goulart à presidência, e ainda abordam ligeiramente sobre os planos de governo de Jango para a Reforma Agrária, até a derrubada dele da presidência pelos militares.

Esse livro chama a atenção ao narrar os embates na tribuna entre os parlamentares do PTB e do PSD na ALEAC antes da deposição de José Augusto, que já no início de abril claudicou na cadeira do executivo estadual (Calixto; Souza; Souza, 1985, p. 186). A construção narrativa da obra apresenta os conflitos e interesses da classe política local e suas conexões com as questões nacionais. Numa análise geral, a narrativa é proveniente de uma produção acadêmica em que os autores utilizam conceitos marxistas e fazem referência à luta de classe através de preceitos canônicos, relacionando o texto ao materialismo histórico e dialético, numa abordagem ideológica que ficava evidente na escrita do livro.

Quanto às atividades propostas, é possível visualizar que são sintéticas e não requerem uma abordagem aprofundada sobre a ditadura ou que vá além do próprio livro. Vejamos a proposta em forma de exercício escrito, logo abaixo:

Exercício

06 – Relacione o movimento militar de 1964 com a queda do primeiro governo constitucional do Acre.

07 – Caracterize o momento político brasileiro que permitiu a volta das eleições diretas para governadores em 1982, quando o Acre conseguiu eleger o seu governador constitucionalmente eleito pelo voto popular.

08 – Identifique as várias formas de lutas populares empreendidas no Acre em prol do restabelecimento da normalidade democrática (Calixto; Souza; Souza, 1985, p.198).

A partir da linguagem branda, é de pressupor que ainda havia receio de falar sobre o golpe militar e a ditadura de forma mais explícita e escancarada. Ao

analisar o livro, é possível ainda dimensionar o quanto há de silenciamentos, que tanto podem ter ocorrido por escolhas metodológicas dos autores ao pensarem a estrutura do LD; podem ter ainda levado em consideração o processo de abertura em curso e as incertezas do tempo em viviam; e é possível imaginar a falta de fontes que só posteriormente foram liberadas e sendo operadas pela historiografia. Compreendemos que os silêncios representam a linguagem não dita. Segundo Eni Orlandi (2007) a “linguagem mesmo com sua vocação à unicidade [...], não tem como não trabalhar [com] o silêncio” (Idem, p.12). Neste sentido, o silêncio por expor receios pessoais e coletivos diante de um período autoritário mesmo em sua fase final, mas que só nós no nosso presente distanciado daquele tempo vivido é que sabemos disso. É preciso lembrar que os civis só reassumiram o poder através de eleições indiretas, porque fizeram acordo com as alas militares e muitos fatos foram silenciados à sociedade brasileira naquele período. Jorge Zaverucha (1994) apresenta a seguinte observação sobre o forte poder dos militares no fim da ditadura: “No final de 1985, o mapa político se tornou claro, as Forças Armadas haviam deixado o governo mas não o poder. [...] elas se isentavam de carregar o ônus de governar um país em crise mas mantinham o poder de veto sobre decisões que afetassem seus interesses” (Idem, p. 176).

O próprio presidente José Sarney era uma espécie de protetor dos militares, ao entrar no jogo que Jorge Zaverucha (1994) chama de tutela amistosa, pois “os militares entraram por essa brecha deixada pelos civis, e recuperaram algumas posições perdidas no período da bem-sucedida coalizão civil que elegeu Tancredo Neves” (Idem, p. 177).

Ainda em relação ao livro *Acre: uma História em construção*, o jornal *Repique* trouxe em uma de suas edições uma pauta de capa intitulada “Evolução política no Acre”, Na parte interna, páginas 08 e 09, há uma extensa matéria que apresenta o livro aos leitores do periódico⁴⁵ e traz uma entrevista com um dos autores, Josué Fernandes. A matéria diz que o livro é uma obra inovadora, cujo norte teórico é o materialismo-dialético e que entre outros temas, analisa o “episódio da revolução”. O fato é que o lançamento do livro estava associado às pessoas que, de alguma forma, resistiram à ditadura.

⁴⁵ *Repique*, nº 10, Ano I, 25 a 31 de março de 1985, p.08.

O apoio para a produção do livro foi da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRHCD), da Cultura e do Desporto, no governo de Nabor Teles da Rocha Júnior (PMDB), o primeiro governador eleito pelo voto direto após a abertura política em curso no país. Houve ainda, como destaca a matéria, “parcos recursos” para a pesquisa concluída em 1982 provenientes do POLAMAZÔNIA. É importante destacar que na apresentação do livro, feita pelo então Diretor-Presidente da Fundação Cultural, Jacó Cesar Piccoli, ele ressalta que o livro era fundamental por trazer “uma abordagem oportuna e necessária nestes tempos em que o Estado procura encontrar seu próprio caminho de desenvolvimento e bem-estar social”⁴⁶. Portanto, é possível dizer que a obra era perpassada pelo debate da anunciação e esperança de uma nova ordem social pós ditadura. Mas o que tivemos foram pactos de transição sem sobressaltos, acordos políticos de bastidores e anistias sem punição aos crimes ocorridos durante a ditadura.

Sob o viés da análise de LD’s, aqui apresento outra obra para discussão, e que no Acre se tornou muito conhecida no meio escolar a partir da década de 1990, sendo usada para concursos públicos, vestibulares e em aulas de história do ensino básico, o livro em questão é de Carlos Alberto Alves de Souza. Seu título original e sintético era apenas *História do Acre*, lançado enquanto o autor iniciava seu doutorado. Posteriormente, em 2002, esse livro foi ampliado, revisado, reestruturado e mudou de título, talvez pelas leituras historiográficas que o autor fez durante seu doutorado na PUC-SP concluído em 1996 e também pelo embargo sofrido pela justiça⁴⁷. Segundo o banco de buscas na Biblioteca Pública de Rio Branco, o livro didático *História do Acre: novos temas, nova abordagem*, é o mais procurado por estudantes do Acre. Esse é um livro que nos passa a ideia de contar “toda a história do Acre”, pois nele são apresentadas muitas informações que se subdividem em capítulos e subtítulos. Ocorreram três

⁴⁶ Trecho da apresentação do Livro ***Acre uma História em construção*** (1985), escrita por Jacó Cesar Piccoli, professor da Universidade Federal do Acre.

⁴⁷ O embargo pela justiça ocorreu porque os herdeiros do seringalista Mâncio Lima entraram na justiça alegando mácula da imagem do “herói” colonizador da região do Juruá, apontado na obra como tendo realizado correrias e matado indígenas Poyanawas no então Departamento do Alto Juruá (Cruzeiro do Sul) na primeira década do século XX. Sobre a proibição dessa edição, ver: <http://www.altinomachado.com.br/2013/03/carlos-alberto-alves-de-souza.html>. Acesso em 24/02/2024.

reimpressões (2005/2006/2007), totalizando cinco mil exemplares impressos (ver capas e ficha catalográfica em *Anexos*)

A rigor, tem um caráter conteudista, o que não tira seu valor para os estudos generalistas sobre a história do Acre, apesar de apresentar vários problemas em sua abordagem. Os capítulos são confusos na ordem dos acontecimentos e os temas propostos e situados entre 1960 e 1980 parecem não ter nenhuma ligação com a ditadura, o que causa uma certa dificuldade de compreensão aos estudantes que o pesquisam pela primeira vez, pois sua estrutura interna de disposição dos textos para leitura chega a ser cansativa. Do ponto de vista gráfico, a falta de cor e os textos com letras pequenas desmotiva até professores que vez ou outra o utilizam como referência.

Quando se fala no meio escolar sobre a história do Acre, logo se pensa nesse conhecido livro da capa amarela da primeira edição (1992), que se conclui com o de capa verde com quatro reimpressões, onde seu autor se propõe a apresentar novos temas e abordagens do que havia sido escrito anteriormente. É possível fazer algumas reflexões sobre os motivos de nenhum outro material didático existente superar a obra enquanto conteúdo didático adotado durante muito tempo pelo Estado onde comprou as edições para ser trabalhado nas escolas estaduais, quando se trata de circulação e acesso. Uma delas é o porquê de outros profissionais da área de história não terem escrito livros voltados para a educação básica com maior robustez e qualidade (gráfica, metodológica, temas, análises). Talvez isso ocorra porque esses profissionais são pesquisadores universitários, com pouco interesse, tempo e recursos disponíveis para investirem em transposição didática para o Ensino de História na Educação Básica. Outro fator, comercial e pedagógico, é a restrição de conteúdos de história do Acre na Educação Básica.

Até aqui, diante do que já percebi, não encontrei livros didáticos sobre a história do Acre com diferentes propostas e análises diferenciadas sobre a ditadura militar no Acre. Procurar respostas para essas lacunas e preenchê-las parece tarefa árdua, impossível de conclusão, o que nos permite pensar na possibilidade de novas produções. Nos dois LDs aqui apresentados, os esquecimentos e silenciamentos estão presentes. Sujeitos são homogeneizados em coletivos como se todos estivessem exercendo os mesmos papéis na sociedade. Acaba fazendo com que o estudante não perceba a heterogeneidade

das políticas e dos atores sociais envolvidos nos muitos processos históricos locais. Há generalização sobre a chegada dos seringueiros e agricultores à cidade de Rio Branco na década de 1970/1980, como se todos fossem provenientes de expulsões violentas das colocações e seringais. Também não percebemos diferenças/similaridades em relação aos mais variados migrantes que chegavam ao Acre neste mesmo período.

O projeto de ocupação da Amazônia acreana trouxe em seu cerne uma série de problemas, entre eles os relativos ao aumento da população. Sem que existissem políticas públicas para receber os grupos que vinham de outros estados, os locais expulsos de suas terras ou procurando melhorias de vida, assim como outros que buscavam educação para crianças que não tinham acesso nas localidades mais afastadas da capital e principais cidades do interior. Nos LDs em questão, porém, não se percebe a conexão destes fatos com a ditadura civil-militar e suas ações, como se o contexto em questão não existisse, provocando sempre um apagamento sobre a situação política da época.

É possível dizer que os LDs de história do Acre em questão, apesar de se posicionarem como críticos do golpe e da ditadura militar, apresentam contradições em suas narrativas, principalmente quando tratam sobre estes eventos no Acre. Lendo-os, fica a impressão inicial de que a ditadura só existiu no auge do golpe militar de 1964. Também pouco tratam sobre segmentos sociais que resistiram ao regime no Acre, caso de grupos de teatro, militantes do movimento estudantil, militantes sindicais, políticos, dentre outros, que de alguma maneira se opuseram à tirania e se engajaram contra a opressão dos governos militares.

Neste processo de análise, vejo a necessidade e importância do uso dos livros didáticos como instrumento de estudo/debate para a prática do ensino-aprendizagem no local onde ocorrem, que é a sala de aula. Diante disso, as observações que pretensiosamente faço a esses dois livros, ciente de que posso incorrer em erros, são pelo fato de que há uma lacuna quanto ao tema aqui proposto, no sentido de que seja notório a presença dele no LD de História com abordagens e proposições fundamentais para o entendimento e compreensão do mesmo. Nesses livros não se percebe a urgência social de apelos da volta à democracia no Acre com a finalidade de sair da asfixia da opressão e repressão. Penso isso porque Michel de Certeau (2011) em *A Escrita da História*, nos

direciona a pensar sobre as lições moral e política como processo de significação, que ora incutiram quando analisamos seu significado e não seus fatos.

Para refletir sobre as indagações feitas no escopo deste trabalho sobre a necessidade de novos escritos, na verdade, vejo que o que se tem produzido até o momento precisa ser atualizado com a inserção de outros documentos existentes que podem ampliar para a tão prometida “nova abordagem”. Permitindo que as lacunas apontadas nesses LDs possam ser desveladas a partir do aprofundamento da temática, que como visto anteriormente, pode ser parte de uma construção cultural que não é valorizados nos LD’s descritos acima, pois não se desvencilharam por completo de uma escrita tradicional de narrativa de fatos.

Thais Fonseca (2006) nos alerta que “as análises tradicionais, portanto, não explicam sozinhas de que forma a cultura poderia interferir ou interagir na definição de conteúdos a serem ensinados, em seus objetivos, e em seus métodos, e menos ainda, nas múltiplas formas dos sujeitos envolvidos [...]”. (Idem, p. 19). A falta de conexão nos escritos ou registros da história entre a história enquanto disciplina e a arte enquanto resistência de sujeitos inconformados com a situação, deixaram vazios que são difíceis de entender o porquê de situações tão próximas de nós não foram abordadas nos LD’s de história. E isso evidentemente não se refere apenas aos conteúdos sobre golpe e ditadura civil-militar no Acre, mas em outras abordagens também é percebida essa lacuna.

CAPÍTULO II - Os jornais do Acre durante a ditadura civil-militar

O jornal possui(u) uma função essencial: produzir informações sobre diferentes fatos/eventos, por meio da escrita, direcionada a seus leitores. Mas, enfatizo, que este não se constitui em um movimento unilateral, considerando que quem lê um impresso, ou escuta comentários sobre diferentes notícias nele publicado, infere, a partir de suas análises/interpretações, sobre as informações grafadas.

Quando ocorreu o golpe civil-militar e mesmo antes, o jornal era o meio de comunicação mais comum, além do rádio. Neste contexto, os impressos circulavam e reverberavam no cotidiano daqueles que podiam adquirir o jornal e ler, mas também dos que “ouviam falar”. Portanto, as notícias do meio político se destacavam tanto na imprensa oficial quanto na alternativa, muito presente nos anos que se findava a ditadura.

Neste capítulo, os jornais são importantes instrumentos de historicidade por apresentar discursos políticos que fazem conexão com a ditadura civil-militar no Acre. Os jornais que utilizo se situam preferencialmente entre os anos de 1960 a 1988, representam a partir dos discursos contidos neles, os movimentos que antecedem o golpe civil-militar e os momentos posteriores à ditadura. Eles estabelecem relação com as situações cotidianas que envolviam a política, políticos, jornalistas, empresários e grupos sociais.

Os jornais que selecionei para este trabalho, apresentam momentos que marcam o período em que o Acre esteve sob os governos da ditadura civil-militar. As matérias representam também a seleção de situações compiladas pelos editores, o que demonstra a influência e responsabilidade deles sobre a divulgação de notícias sobre o momento político e suas atuações perante o estabelecimento de governos alinhados ao poder central da ditadura civil-militar.

Parte dos jornais selecionados, foram consultados no acervo da Hemeroteca digital do Biblioteca Nacional (memoria.bn.br): *O Acre*, *O Estado do Acre*, *O Rebate*, *O Gafanhoto*, *O Liberal*, *O Juruá*, *A Gazeta* e *O Correio Estudantil*. Já os jornais *O Globo*, e o *Diário do Senado*, foram consultados nos arquivos digitais do *Senado Federal* e do jornal *O Globo*.

Estes jornais, importantes instrumentos literários para a narrativa deste trabalho, apresentam discursos construídos em um período marcado pela ausência de outros documentos que pudessem contradizê-los, portanto, o que foi escrito configuram-se em importantes argumentos, mesmo que contraditórios em relação ao contexto autoritário. E por isso considero os jornais acreeanos instrumentos de investigação de determinados movimentos sociais, ou momentos cotidianos em que os impressos, eram o meio de divulgação mais comum. Para Antônio Guanacuy Almeida Moura (2022), o uso das fontes históricas permite ao historiador uma “apreensão sobre a concepção de documento histórico, possibilitando aos historiadores repensarem os seus usos e possibilidades para pesquisar e ensinar” (Idem, p. 126).

Portanto, há uma relação importante na inserção de impressos como fontes, mesmo que o seu uso já tenha sido colocado em suspeição. Antônio Guanacuy Almeida Moura aponta, através dos estudos de Tânia Regina Luca, que entre os historiadores havia uma suspeição quanto ao uso dos jornais como fonte documental, pois “a autora salienta ainda que a suspeição em relação à utilização dos jornais como documentos históricos ocorria devido a premissa como imparcialidade, tendência dos conteúdos editoriais e, muitas vezes, falta de objetividade nos usos dos jornais” (Idem, p. 128).

O uso de impressos, portanto ganha importância pois passa a ser considerados objetos da história (Moura, 2022), e a suspeição perde espaço segundo Maria Helena Rolim Capelato (1988), conforme “a historiografia tem refletido muito sobre o significado do documento e foi a partir das redefinições nesse campo que as ‘suspeitas’ contra a imprensa desaparece” (Capelato, 1988, p. 20).

Quanto à utilização de impressos como recursos didáticos, implica nas escolhas teóricas e metodológicas que se fazem (Moura, 2022), e neste sentido, deve-se manter o cuidado para não o utilizar como “depositário de informações e de verdade” (Moura, 2022, p. 130). Os jornais devem sim, ampliar a possibilidade de ensino ao ressignificar a aprendizagem em História, o uso e acesso a esses impressos por conter informações de outra época devem ser na sala de aula bem abordados. E é importante esse cuidado para suscitar no aluno seu protagonismo na busca de conhecimento, sem ser ele receptor de conteúdos repassados em sala de aula sem as devidas intervenções ou orientação didática

quanto a abordagem dos impressos.

Contudo, ao fazer inferência à escrita de um texto jornalístico me suscitou várias ideias, em especial o senso de interpretação dos textos. Ao ler um texto, imediatamente a capacidade de análise é suscitada, já que este não é imediatamente um discurso, mas a forma como o interpretamos faz dele um discurso. Para Eni Orlandi, remetemos o texto à categoria de discurso de acordo com nosso envolvimento com o tema e sua textualidade. Também nos explica que, “quando uma palavra significa, é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa” (Idem, p. 02).

Mas ainda sobre as condições em que os jornais chegam até nós. É preciso destacar o que José de D’Assunção de Barros (2021) antevê sobre a “produção multifatorial”, pois essa assertiva nos lembra que os vários autores dos textos que compõem os jornais, são dotados de muitas vozes. Isso na prática “faz dos jornais modernos um tipo de fonte na qual a regra é a alternância de muitas vozes e diferentes agentes discursivos. Assim, um determinado jornal pode responder por um único nome” (Idem, p. 402). Essas vozes que compõem os impressos também apresentam o estilo dominante ou mesmo uma certa identidade, característica desses textos discursivos.

O jornal também tem a função de anunciar um texto, promover e eternizar fatos e a ditadura civil-militar em jornais se presentifica como um processo de significados nos textos. Eni Orlandi (2007), ao tratar sobre interpretação, argumenta que: “o texto é uma peça de linguagem, uma peça que representa uma unidade significativa” (Idem, p. 52). No emaranhado de significados, compreendo que o texto é uma representação, como num jogo teatral em relação ao enredo. E o assunto ditadura nos muitos textos escritos traz os seus significados e representações em momentos distintos, com todo seu simbolismo.

A ditadura civil-militar preencheu as páginas de jornais acreanos com notícias regionais e nacionais. Embora não aparecesse explícito nas manchetes o título ditadura civil-militar ou ditadura militar, em diversas reportagens estão expressas. O interessante é que durante o período da ditadura no Acre, quando se faz uma busca no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional, não se encontra o termo “ditadura militar”. Esta lacuna pode ser pensada como resultante das

diferentes formas de censura, implementadas de forma direta ou latente, principalmente a partir das expedições dos Atos Institucionais.

Os Atos Institucionais legitimaram o poder dos militares de forma autoritária e Américo Bedê Júnior expôs, em seu artigo *Constitucionalismo sob a ditadura militar de 64 a 85*, aponta os impactos causados sobre o constitucionalismo durante a vigência da ditadura civil - militar. Segundo Américo Bedê Júnior o Ato Institucional 1 (A-1), foi editado juridicamente para dá suporte ao regime de exceção e explica que:

Acompanhado desse espírito constituinte, o artigo 7º do AI-1 suspendeu, por seis meses, as garantias constitucionais da vitaliciedade e da estabilidade, admitindo, mediante investigação sumária, a demissão ou dispensa de servidores públicos, e, ainda, afirmou que o controle judicial desses atos se limitaria ao exame das formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que os motivaram, bem como sua conveniência ou oportunidade (Idem, p. 163).

O AI-1 já apontava para um processo de perseguição, principalmente a funcionários públicos, e nesse sentido, os militares aos poucos eram detentores do poder já que os Atos Institucionais representavam esse poder alicerçado juridicamente e sobreposto à constituição federal. Com o AI-2 as arbitrariedades se intensificaram, e quem não estava alinhada com a ditadura poderia sofrer as consequências:

O AI-2, de 27 de outubro de 1965, transferiu para a justiça militar competência para julgamento dos crimes contra a segurança nacional, aumentou o número de ministros do STF de 11 para 167, determinou o fim das eleições diretas para Presidente da República, extinguiu os partidos políticos, admitiu a cassação e a suspensão de direitos políticos, suspendeu as garantias da vitaliciedade, estabilidade e inamovibilidade, excluiu da apreciação do Poder Judiciário os atos praticados pelo comando da revolução e pelo governo federal com fundamento no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, no próprio Ato Institucional no 2 e em seus Atos complementares (Bedê Júnior, 2013, p. 164).

Sobre a validade dos Atos Institucionais, eles passam a ter mais valor do que a constituição. E toda a sociedade passa a ser regida pela imposição dos militares, a constituição se tornou obsoleta. As edições dos atos não tiveram

freio, e como a constituição de 1946, a última promulgada, perdia seu valor, uma nova constituição foi planejada:

o Pres. Castello Branco, em discurso proferido por ocasião da solenidade de diplomação dos estagiários da Escola Superior de Guerra, expôs a razão por que, dias antes, editara o Ato Institucional n.º 4 que determinava e regulava a elaboração de nova Constituição. 'Com uma Constituição vulnerável a vários tipos de crise', afirmou ele, 'a nação vinha há muito inquietada entre as alternativas inelutáveis da anarquia e da ditadura. E a revolução eliminou uma e evitou a outra (Ferreira Filho, 1984, p. 20).

Mesmo com a edição da constituição de 1967, os poderes dos Atos Institucionais eram mais fortes, pois com a edição do AI-5, a constituição era meramente figurativa (Bedê Júnior, 2013) e não tinha mais valor jurídico. O AI-5 era sufocante, causava terror entre os que não aceitavam os inconvenientes governos militares.

O escritor Eduardo Bueno que escreveu um compilado chamado *Brasil uma História: cinco séculos de um país em construção*, narra em sua obra uma situação envolvendo um político e o presidente Costa e Silva quando decretou o AI-5:

O deputado carioca Márcio Moreira Alves, do MDB, em discurso no Congresso sugeriu que a população boicotasse o desfile do 7 de setembro e as mulheres se recusassem a namorar oficiais que não denunciassem a violência. O discurso foi considerado uma ofensa às forças armadas e os ministros militares decidiram processar o deputado. Para isso precisavam que o Congresso suspendesse a imunidade parlamentar de Moreira Alves. Em 12 de dezembro de 1968, o Congresso corajosamente se negou a fazê-lo. No dia seguinte, disposto a punir o deputado, o general presidente Costa e Silva decretou o AI-5. Naquele instante, o governo militar abriu mão de qualquer escrúpulo, abandonando de vez sua suposta busca pelo retorno à legalidade constitucional (BUENO, 2010, p. 391).

Fora de controle judicial o AI-5 atrofiava inclusive o Superior Tribunal Federal - STF. Esse ato também atingiu em meio os políticos eleitos e que foram cassados em 1968, ainda suspendia o direito de *habeas corpus* destruindo qualquer possibilidade de liberdade de expressão, pois "o AI-5, indubitavelmente,

foi um dos maiores símbolos da ditadura” (Bedê Júnior, 2013, p. 169). Os presidentes Médici, Geisel e Figueiredo promoveram os “anos de chumbo”, segundo Elio Gaspari (2011). E sobre esse período ele explica que:

Foi o domínio dos militares mais truculentos, reunidos em torno do general Garrastazu Médici, escolhido presidente após o impedimento de Costa e Silva por motivo de doença. O período combinou a repressão política mais violenta já vista no país com índices também jamais vistos de crescimento econômico. Em contraste com as taxas de crescimento, o salário-mínimo continuou a decrescer (Idem, p. 173).

A censura regularizada em 1969, atingiu a sociedade em todos os setores, todos se sentiam vigiados e não restava mais dúvida sobre o poder dos militares que não seguiam mais a constituição. Thomas Skidmore (2000) aponta que:

A censura *ad hoc*, que surgira mal coordenada em dezembro de 1968, foi regularizada em março de 1969 por um decreto que tornava ilegal qualquer crítica aos atos institucionais, às autoridades governamentais ou às forças armadas. Como se quisessem indicar de onde achavam que se originava a oposição, os arquitetos da censura também proibiram a publicação de notícias sobre movimentos de trabalhadores ou de estudantes. Toda a mídia foi colocada sob a supervisão dos tribunais militares. Setenta professores da USP e de várias outras universidades foram involuntariamente aposentados em maio de 1969” (Idem, p. 167).

A censura explicada por Skidmore, esteve presente em alguns jornais silenciados pela ditadura, enquanto outros a apoiavam. Portanto, nunca seguiram linha editoriais independentes, como exceção do jornal acreano *Varadouro*⁴⁸. No entanto, a ditadura já havia impregnado a política acreana de forma que os políticos se viam agraciados pelos presidentes/generais, ao ponto de receberem diversas visitas destes no Estado.

O Brasil, assim como outros países da América Latina, foi corroído democraticamente pelos governos militares em relação à liberdade de expressão

⁴⁸ Importante destacar que mesmo que este jornal não dependesse de órgãos do governo para impressão e divulgação, é interessante dizer que muitas propagandas de casas seringalistas bem como outros empresas e comércio em geral.

diante das imposições dos atos institucionais “que estiveram acima da constituição” (Bedê Júnior, 2013, p. 162).

No Acre, com a Lei de Segurança Nacional, alguns municípios perderam totalmente sua autonomia. Entre 1964 e 1985, as redações dos jornais intensificaram a divulgação, na quase totalidade das matérias, de feitos dos governadores indicados pelos militares. A situação em outros lugares do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, onde aconteciam escancaradamente tortura e desaparecimentos de presos políticos, não era divulgados em noticiários locais. Mas eles existiam em muitas cidades brasileiras.

A exemplo do jornal *O Pasquim*, este estudado por Andréa Cristina de Barros Queiroz, que em sua pesquisa afirma que: “No universo dos jornais alternativos de base filosófica existencialista, destaca-se o Pasquim. Através do humor, criticou paradigmas e enfrentou os tabus da moral vigente [...] suscitando escândalos e provocando reações apaixonadas” (Queiroz, 2004, p. 252). Este jornal representava as vozes da oposição, uma espécie de tribuna livre contra a ditadura (Queiroz, 2004).

Em contraposição, o jornal *Folha de São Paulo*, que servia como noticiário da classe média do período, foi apoiador da ditadura, pois “a Folha alinhava-se à grande parte do empresariado nacional, que enxergava o governo de João Goulart como de extrema esquerda e que caminhava para o comunismo” (Santos; Costa, 2022, p. 693). Os empresários, entre eles os proprietários da *Folha de São Paulo*, durante a ditadura, alcançaram lucros vultuosos, conforme afirmam Cynthia Adrielle da Silva Santos e Alessandra Costa (2022):

Dessa relação sucede o fato de que a Folha de S. Paulo alcançou lucros significativos com a grande expansão tecnológica da empresa, justamente no período caracterizado pelos anos de chumbo do regime. Na segunda metade da década de 1970, entretanto, a Folha buscou estabelecer mais notadamente seu projeto político-editorial (Idem, p. 693).

Neste sentido, os jornais que utilizaremos para contextualização da ditadura no Acre, seguem linhas editoriais, em sua maioria, atrelada ao Estado, conforme mencionado na introdução deste trabalho. Analisei somente jornais que tiveram relação com discursos que envolvem o período da ditadura. Quando me refiro ao discurso de jornais, adentro uma seara que pode se aproximar de

contradições, conforme a análise do texto de Michel Foucault sobre a ordem do discurso em que expõe sua inquietação sobre a presença do discurso enquanto fala, e enquanto escrita. E levanta dúvidas existentes no cenário do discurso, já que o discurso é responsável por anunciar, além de carregar poder no que anuncia e por isso sua inquietação por ser o discurso responsável por situações que movem uma sociedade (Foucault, 1999).

A análise de Foucault é mais ampla e faz uma indagação, “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? (Foucault, 1999. p. 08). A preocupação com a proliferação dos discursos está no que pode ser escrito/dito já que o que é discursado pode provocar diversas reações indefinidas. Neste sentido ele afirma:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso e ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Idem, p. 09).

Portanto, a lógica elencada por Michel Foucault representa o que de mais comum acontece ao analisar os jornais de tempos passados, já que o que foi produzido foi organizado e pensado atende um determinado período, e cada edição o jornal possui sua própria linha ao propagar sua produção, ou seja, o que se dizia era o que certos grupos pensavam e queriam que seu leitor pensasse, pois não há dúvida que o jornal influenciava a opinião pública através do discurso.

As situações cotidianas vivenciadas durante o período ditatorial, percebidas hoje e por certos grupos naquele momento como práticas autoritárias, servem para compreender como os grupos sociais que começaram a se engajar em sindicatos, se organizar em comunidade e se manifestarem contra os avanços autoritários.

Segundo Marcos Napolitano (2021), a ditadura evitou a generalização da repressão, ou seja, foi aos poucos incorporando medidas, tais como os atos institucionais, que diante disso angariava apoio civil para mais tarde implementar

de fato a ditadura civil - militar, “com alguma aceitação na sociedade, principalmente junto à classe média que tinha sido a massa de manobra que legitimaram o golpe ‘em nome da democracia’” (Idem, p. 71).

Quanto à prática do silenciamento em jornais acerca da ditadura, percebo que há algumas lacunas, tais como o fato de que não é perceptível nos discursos jornalísticos a participação ativa da população, enquanto manifestação contra a deposição de José Augusto ou a intervenção dos militares. Os governos interventores nesses jornais de distribuição local, direcionaram as publicações em favor do novo *status quo*. A pesquisa de Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio (2020), em *Ideologia e poder: uma análise do discurso dos jornais O Rio Branco e Varadouro durante a ditadura civil-militar (1977-1981)* aponta sobre os discursos em jornais sobre:

As representações produzidas pela mídia articulam-se no sentido de manipular o real. O contraditório, nessa relação, é que a mídia é também manipulada por esse real, na interpenetração das relações entre o real e o imaginário social. Dominar o simbólico de uma sociedade é um dos caminhos para se chegar ao poder da mesma, sendo que, o simbólico é elemento de disputa entre os grupos rivais (Idem, p. 85)

O jornal *Varadouro* criado em 1977, destoa dessa imprensa que representava os discursos oficiais, surgindo como alternativa em confluência contra matérias *dóceis* e *discretas* durante a ditadura, e aqui convém discutir mesmo que rudimentarmente, já que não é foco de minha pesquisa, as representações desse jornal que audaciosamente articulava-se em mostrar a política acreana sob o viés da ditadura civil-militar.

Mediante a análise dos discursos em jornais, ainda hoje é difícil interligar movimentos do golpe e a linearidade da ditadura no Acre em livros didáticos. Mesmo com a existência de jornais como o *Varadouro*, que circulou no Acre até 1981, não se amplia o debate sobre como esse movimento ocorreu e suas consequências sociais.

Sobre a abordagem da ditadura civil-militar no Acre, me parece que precisa ser mais articulado nos referenciais de ensino do Estado, pois mesmo que isso faça parte da história acreana, o apagamento se materializa quando não se dialoga em sala de aula sobre a ditadura civil-militar no Acre enquanto

temática de ensino. Temas como ditadura fazem parte de momentos sensíveis da sociedade e como não dizer do Acre, onde o silenciamento é materializado. Sidney Lobato faz uma reflexão sobre o esquecimento presente no ensino de história local de temas como a ditadura civil-militar:

O esquecimento pode ser para nós uma estratégia de proteção e apaziguamento, um modo de preservar os sujeitos de traumas que passam de uma geração para outra, de sofrimento que se perpetuam no processo de rememoração, de dores psíquicas, enfim, que podem advir do reviver a violência do passado do meio da aprendizagem histórica (Lobato, 2022, p. 110).

Neste sentido, é possível inferir que o apagamento deste tema que conseqüentemente é traumático e sensível, em um local que havia recentemente se emancipado politicamente e em seguida volta para tutela federal, acaba sendo silenciado nos debates das salas de aula. E assim, os alunos não são levados ao debate sobre a compreensão do tema e entender seus efeitos, motivações e vivências perante a sociedade no período ditatorial. O esquecimento em livros didáticos pode ser proposital, mediante a valorização de uma história dita oficial, visto que muitas pessoas que estiveram envolvidas com os governos militares ainda estão vivas, e portanto, a história que mais importa enquanto historiografia acreana é a chamada “Revolução Acreana”. E assim, outros temas ficam em segundo plano e facilmente os mais sensíveis relegados ao esquecimento, e sobre os quais temos a pretensão de aqui lembrar para nunca se esquecer.

Sobre a escrita deste capítulo, a partir de um diálogo entre o conhecimento do tema e a pesquisa sobre este, vejo como representação de um período, sendo necessário dialogar com os discursos presentificados, mesmo que muito do que foi produzido não represente o real, os resultados do vivido de uma época em que a política dos militares eram notícias importantes na produção dos textos jornalísticos. Para tanto, Eni Orlandi, apresenta o texto como discurso que encontra um lugar na memória através da linguagem a fazer algumas afirmações:

[...] quando afirmo que um texto não é um documento, mas um discurso, estou produzindo algo mais fundamental: estou instalando na consideração dos elementos submetidos à análise - no movimento contínuo entre descrição e

interpretação – a memória. Em outras palavras, os “dados” não tem memória linguística. Nos fatos temos a historicidade. Observar os fatos de linguagem vem a ser considerá-los em sua historicidade, enquanto eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo, e não como um dado, é observarmos como ele, enquanto objeto simbólico, funciona (Orlandi, 2007, p. 58).

Portanto, os textos como representação de acontecimentos que nos chegam hoje carregam potenciais abordagens históricas significativas. E nos possibilitam, a partir dos discursos, implementar na sala de aula esta história marcada por traumas e repletas de memórias silenciadas que precisam sair dos arquivos de jornais e fazerem efetivamente parte dos planejamentos de novos conteúdos.

2.1 – Os jornais e os discursos a serviço da ditadura civil-militar

Antes de iniciar a apresentação e análise dos discursos presentes em jornais que circularam durante o período da ditadura civil-militar, com exceção do *O Liberal*, adianto que não seguem um tempo cronológico linear, pois se trata de discursos que se correlacionam com as questões de estudo e, neste trabalho, o exercício de ir e vir em questões que dialogam com a temática é constante. O que pretendo além de dialogar com os discursos é estimular outras pesquisas sobre a temática que me parecem muito mais amplas do que aqui estou expondo.

Os jornais, segundo José D’Assunção Barros, estiveram muito presentes na vida urbana nos últimos três séculos. “Há quatro décadas, os historiadores começaram a se aproximar cada vez mais deles como um tipo mais específico de fonte histórica” (Barros, 2021. p. 398). Essas informações auxiliam na interpretação de certos discursos que pelo tempo ressignificam os períodos pesquisados, e [são] “capaz[es] de oferecer inúmeras informações, discursos e indícios para a análise das sociedades que os produziram e dos meios nos quais eles circularam (Idem, p. 398).

No Acre, os jornais circulam desde o início do século XX, a exemplo do *Folha do Acre*, que começou a circular em 1910 quando a atual capital do Estado era chamada de *Cidade da Empresa*. As notícias eram das mais variadas e

possibilitaram a quem tinha acesso acompanhar o nascimento da cidade de Rio Branco e do Estado do Acre. Embora o Estado do Acre não tivesse um desenvolvimento acelerado, não ficava atrasado em termos de comunicação impressa. Os impressos jornalísticos no Acre sempre foram muito atuantes e no período da ditadura civil- militar não foi diferente, os jornais e as rádios dirigiam as notícias e, portanto, a vida política do Acre.

O jornal *O Liberal* (1957-1963), que não mais circulava no período da ditadura, enfatizou em seus escritos os debates sobre a autonomia do Acre. As questões políticas sempre ocuparam partes significativas de suas edições. O periódico tinha como diretor-geral Foch Jardim, conhecido pela oposição que fazia a José Guimard dos Santos (PSD), autor da lei que elevou o Acre à categoria de Estado. Sua posição contrária a mudança do estatuto do então Território Federal, era justificada por preocupações econômicas, como se observa na passagem que segue intitulada *Porque faço restrições ao Estado Acre*.

Até o presente momento o problema do futuro Estado do Acre tem sido debatido, tem sido discutido sob o ponto de vista puramente político e pouca importância tem sido dada ao aspecto econômico. Aliás a justificativa do Autor do projeto, ora em estudo na Câmara Federal, encerra plena ignorância do assunto. [...] O problema econômico do futuro Estado do Acre deve ser discutido, debatido, estudado e apreciado de cabeça fria, especialmente por aqueles que defendem a autonomia do Acre e que serão, logicamente, os seus mentores. [...] Os membros do Comitê Pro Autonomia do Acre devem estudar seriamente o problema, divulgar os seus estudos, debatê-los com os que se interessam pela causa pró ou contra. [...] O problema merece um carinho especial mesmo porque, serão eles os futuros legisladores e como irão ditar regras sobre o aspecto sócio – econômico acreano⁴⁹.

Foch Jardim, além de criticar o projeto de autonomia, atacava muitas vezes José Guimard dos Santos nas edições do jornal que dirigia, o que demonstra que este movimento estava longe de ser um consenso entre os habitantes da localidade. Mesmo diante de diferentes impasses e contrariedades, o projeto de autonomia foi aprovado e o Acre foi elevado a Estado, no ano de 1962. Aqui também é possível se verificar que nas querelas

⁴⁹ *O Liberal*, ano II, nº 58, Rio Branco, 18 de maio de 1958, p. 04.

políticas havia disputa pela autoria do projeto. Foch Jardim era da UDN e José Guiomard dos Santos do PSD.

Quando se faz uma busca no jornal *O Liberal* pelo nome de José Augusto de Araújo (PTB), governador deposto pelos militares em 1964, o seu nome é citado três vezes, com destaque para o discurso de posse, proferido logo após sua chegada a cidade de Rio Branco como primeiro governador eleito do Acre, no dia 29 de maio de 1963. Entre as referidas citações, também consta um duro editorial escrito por Foch Jardim, com contundentes críticas às falas do novo governante, onde se lê:

Somos contrários a toda e qualquer violência, parta de onde partir, especialmente quando essa violência serve de meio de Governo. Violência gera violência e o discurso de S. Excelência o sr. Governador do Estado, no dia de sua chegada do sul do país foi demais violento. Violento e inoportuno, proferido em um momento angustiante para a vida política do Estado. [...] Ademais, o futuro do Acre não pode ser prejudicado pelo egoísmo de uns e decrepitude de outros. O futuro do Acre deve ser de todos os acreanos e não de meia dúzia de pseudos super-homens formadores de intriga e da discórdia⁵⁰.

O discurso de José Augusto, criticado por Foch Jardim, foi uma resposta aos opositores que, em sua ausência, estimulavam situações que comprometiam o andamento de seu governo, utilizando-se de diversos meios para atingir seus intentos. Neste caso específico, o diretor do jornal *O Liberal* tomou as críticas para si, mas, observando um trecho do discurso de José Augusto, percebe-se que sua fala foi muito mais abrangente:

[...] O Governo tem sido criticado, tem sido combatido deslealmente, mas isto ao contrário, não nos desestimula, nos dá mais ânimo de prosseguir [...] Engana-se os que, na ausência do chefe do Executivo do Acre, pensam que, praticando desordem, desatinos, prestam algum serviço ao nosso Estado [...] estes que pensam que são donos do Acre que teem o poder e o dom de falar em nome do povo não teem intenção de servir à coletividade e não estão prestando serviço a nossa terra, e pelo contrário, procurando desmoralizar seu conceito à nação com desejo de transformar o Acre na terra ainda sem segurança de se viver, a segurança da família⁵¹.

⁵⁰ *O Liberal*, Ano VI, nº 194, Rio Branco, 29 de maio de 1963, p. 01.

⁵¹ *Idem*.

A política acreana a partir de 1962, quando o Acre se torna Estado da federação, era caracterizada pela desconfiança de todas as partes. No terreno político mais amplo do país, o governo de João Goulart (PTB) também enfrentava ataques oposicionistas de várias frentes, entre elas a dos militares. O governador do Acre, ao ser recebido por “Jango”, também era visto com desconfiança, sobretudo, pelos políticos acreanos conservadores que ainda estavam abalados com a sua vitória, vista como pouco provável, já que velhos caciques da política, caso de José Guimard dos Santos, tinham a vitória como certa. Com a subida dos militares ao governo central, acusações contra José Augusto e secretários foram instauradas, sob o pretexto de serem adeptos do comunismo e subversivos. Tais acusações estão contidas em um Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado contra o governador e seus correligionários.

O jornal *O Rebate* (1921-1971), de propriedade de João Mariano da Silva, amigo do senador José Guimard dos Santos, era também um crítico ferrenho do governador José Augusto e apoiou, assim como José Guimard dos Santos, o golpe militar e a deposição do governador eleito. *O Rebate* era sediado na cidade de Cruzeiro do Sul, em suas edições não poupava esforços para a difusão do que consideravam importante, quando se tratava da chamada *Revolução de 1964*. Alguns conteúdos com estas características, por ele veiculados, serão aqui analisados, com o intuito de melhor compreendermos a ditadura civil-militar no Acre.

Em maio de 1964, quando a notícia do golpe civil-militar chega ao Acre, difundido pela ala militar como “revolução de 1964”, o jornal que há muito destacava os governos de João Goulart e José Augusto como inconvenientes, trouxe a notícia da queda do presidente em segundo plano. Preferiu enfatizar a biografia do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro presidente militar. Foi somente no dia 3 de maio que esta notícia foi divulgada pelo jornal *O Rebate*, com o seguinte conteúdo: “desde o dia 13 do mês passado, se encontra à frente dos destinos do país o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em virtude da deposição do Senhor João Goulart, cujo governo estava desviando a rota democrática do “Brasil”⁵².

⁵² *O Rebate*, Ano XLI nº 1.148, Cruzeiro do Sul, 03 de maio de 1964, p. 01.

As congratulações continuaram, pois o governo militar era bem recepcionado e tinha o apoio de grupos de políticos e comerciantes acreanos. Inclusive, uma missa de ação de graças foi encomendada pelos comerciantes Hugo Lopes e Mamede Badarane na cidade de Cruzeiro do Sul, evento noticiado com júbilo pelo jornal *O Rebate*:

No dia 21 se fez celebrar missa, na matriz desta cidade, em ação de graças pela vitória alcançada contra a marcha comunizante (*sic*) no Brasil. Foi oficialmente o Padre Edison Dantas, que tendo estado presente no Rio e em São Paulo, quando da revolução, testemunhou a queda do ex-presidente Goulart. Sensibilizados agradecemos aos Senhores Hugo Lopes e Mamede Badarane, pela valiosa oferta a este jornal⁵³.

Interessante notar essa aliança entre comerciantes, imprensa e igreja católica em apoio aberto ao golpe. Em todo o país os grupos conservadores e pessoas com receio do fantasma comunista, apoiaram o golpe não somente pela campanha de desestabilização como afirma Carlos Fico (2014), ao fazer a distinção entre desestabilização e conspiração contra o governo de João Goulart. Mas o fato é que havia uma campanha sobretudo “em propaganda e doutrinação anticomunista e anti-Goulart, [...] dependia de medidas de força e, sobretudo, dos militares” (Fico, 2014. p. 36). Para compreender melhor como alguns movimentos sociais influenciaram a incisiva militar, aqui cito a *Marcha da família com Deus pela liberdade (Imagem 03)* que deu energia e respaldo a conspiração realizada por militares:

Em 19 de março de 1964, cerca de 500 mil pessoas se reuniram na Praça da República, em São Paulo, atendendo ao chamado de diversas associações civis para comparecerem à Marcha da Família com Deus pela liberdade. Uma ampla frente de grupos de direita e conservadores conclamavam a sociedade a defenderem a família, a Pátria, a democracia, a Constituição e a religião, que consideravam sob ameaça pelo governo trabalhista de João Goulart. Aquele seria o primeiro de uma série de eventos desse tipo que reuniram milhares de pessoas ao longo do ano no país. Assim, nos últimos dias de março, a exemplo da manifestação na capital paulista, seguiram-se outras tantas no interior do estado e no Paraná (Cordeiro, 2021. p. 3).

⁵³ *Idem*.

O objetivo dos manifestantes variava, mas fundamentalmente pediam proteção dos militares e foram apoiados pela igreja católica e classes conservadores que eram contra as reformas de Jango. Mantinha-se, nesse contexto, um país ainda arraigado em tradições da oligarquia conservadora que viam as classes populares como grupos subalternos e sem expressão social.

Imagem 03: Marcha da Família com Deus pela Liberdade



Fonte: CPDoc, Jornal do Brasil, disponível em: <https://acesse.one/kbGQ8>

O jornal *O Rebate* apoiou a chamada “revolução de 1964” até o ano de 1971, quando encerrou suas atividades. No decurso desse período, divulgava tudo que exaltasse e justificasse o golpe. Os textos divulgados, geralmente, eram reproduções de jornais de São Paulo ou do Rio de Janeiro, a exemplo do jornal *O Globo*. Cabe aqui frisar que *O Rebate* foi praticamente um dos únicos jornais a dedicar apoio ao golpe militar, nos demais nota-se apoio aos governos estaduais e federal, sem citar com frequência o governo dos militares. Por exemplo, uma matéria que configura apoio a chamada “Revolução de 1964”, me chama atenção pela afirmativa feita em favor da ditadura civil-militar ao contestar o discurso do senador acreano Oscar Passos (PTB):

Discurso forte em que o presidente da agremiação verbera o caminho dos homens do Govêrno (sic) enunciando um a um

todos os atos, segundo sua afirmativa, negativos da Revolução. Mas, no final do discurso o combativo Senador tem estas palavras que registramos: “Não pensemos em ser apenas juizes, quando todos nós temos culpas, no quadro atual da situação brasileira”. [...] Também do Senador OSCAR PASSOS, encontramos esta frase em Manchete, 6 deste. (sic) Posto de Escuta: “Se nada pudermos fazer, vamos pelo menos gritar”. Pode ser que o General tenha razão, porém, o nosso conhecimento dos homens e das coisas, aconselha-nos a discordar. Os gritos inúteis, são tiros sem alvo; são pedras jogadas de encontro ao muro. E, não é difícil da pedra resvalar e, às vezes, voltar e atingir quem atirou – a. Reconhecemos como mérito da Revolução – é que poupou e está poupando o sangue Brasileiro. A liberdade da imprensa e da tribuna ainda é, assim, uma experiência democrática⁵⁴.

Analisando as diferentes narrativas oriundas do jornal *O Rebate*, compreendemos que, para além de expressar a subserviência de pessoas e grupos dispostos a aderir às ideias autoritárias, com o intuito de conseguir apoio para conquistas pessoais, trata-se de construções discursivas onde o importante era sinalizar suas posições publicamente. Como nos ensina Eni Orlandi (2007), “trata-se de um texto, um objeto histórico, portanto, não se constitui meramente em um documento, mas uma produção linguística-histórica” (Idem, p. 53). O jornal *O Rebate* me parece um exemplo de jornal que não perdia a oportunidade de dispensar elogios no intuito de fortalecer e criar vínculos com a ditadura e seus representantes no poder.

O jornal *O Acre (1929 a 1972)* funcionava como os diários oficiais do presente: suas edições continham contratos de trabalho, orçamentos anuais do governo, licitações e todos os eventos administrativos. Foi um veículo dirigido pelo governo territorial até o auge da ditadura civil - militar, portanto, os discursos atendiam aos intentos governamentais. Neste sentido, destacarei os eventos do governo de José Augusto e para fazer contraponto, os movimentos que ocorreram nos demais governos após a tomada de poder pelos militares.

Das matérias veiculadas no jornal *O Acre* sobre o governador eleito José Augusto, destaco a edição nº 1540 de outubro de 1962, período em que ocorreram as eleições para o governo do Acre. O título em destaque era: *Eleito*

⁵⁴ *O Rebate*, ano XLV, nº 1.152, Cruzeiro do Sul, 19 de junho de 1966, p. 01

*pela vontade soberana do povo o prof. José Augusto de Araújo*⁵⁵. Quando José Augusto foi eleito, a notícia ecoou em todo o Estado e nos jornais *O Acre* e *O Liberal*, foram elaboradas matérias com discurso sobre sua vitória. O simbolismo da eleição marcava a presença do Estado no cenário nacional em igualdade com outras unidades federativas e a escolha direta do governador tornava a população responsável pelas mudanças que poderiam ocorrer a partir daquele momento.

Na edição de 27 de outubro de 1962, o jornal *O Acre*, traz uma matéria intitulada: *Reforma Agrária, Educação e Saúde – Pontos principais do programa administrativo - Cooperativas, Armazéns e Silos para amparar o pequeno e médio produtor*. Nesta matéria o governador eleito denunciava a situação de miséria que vivia os acreanos. Tratava-se de recortes retirados de uma entrevista dada por ele ao *jornal do Brasil* onde dizia: “O Acre é o que tem os maiores problemas, a começar pela saúde pública: 60% da população acreana sofre de malária e 66% das crianças escolarizadas vão para as aulas sem café da manhã e descalças”⁵⁶. Neste sentido, percebia nos discursos que era necessário rupturas com a ordem de coisas existentes até então no Acre Territorial.

Denúncia, com a carga de preconceitos bastante arraigados na sociedade, a situação dos seringueiros diante da nova crise da produção de borracha e exploração que sofreram e ainda sofriam. Isso de certa maneira não era bem recebido por seringalistas e comerciantes conservadores.

Apesar do alto custo de vida, atual, apesar da exploração que sofre o seringueiro, ainda assim, se êle (*sic*) não se deixar seduzir pela garrafa de cachaça de mil cruzeiros, se êle (*sic*) pensar melhor no futuro, se observar o número de seringueiros, inválidos e que já tiveram a sua época, já fizeram muita borracha, foram bem acreditados junto aos patrões e regatões! E hoje? Atirados à vala da mendicidade...Basta olhar os Medalhas, os Curicas e os Massaranduba que se arrastam pelas ruas desta cidade⁵⁷

José Augusto se colocava como aquele que representaria a mudança, já que em seu projeto de governo apontava olhar para as dificuldades enfrentadas

⁵⁵ *O Acre*, ano XXXIV, nº 1510, Rio Branco, 20 de outubro de 1962, p. 01.

⁵⁶ *O Acre*, ano XXXIV, Nº 1511, Rio Branco, 27 de outubro de 1962, p. 01.

⁵⁷ *O Rebate*, ano XLI, nº 1.146, Cruzeiro do Sul, 27 de outubro de 1963, p. 04

pela população mais pobre. Na edição do jornal *O Acre*, a matéria assinada por Geraldo Brasil, que era o diretor, enaltecia o governador e elogiava o programa de governo neste tom: “o programa é de um homem esclarecido, idealista e ávido de demonstrar, na prática, que os acreanos são realmente ambiciosos e capazes de grandes coisas”.⁵⁸

Os periódicos *O Estado do Acre (1965-1978)* e *O Jornal (1974-1982)* representam o espírito da política acreana alinhada ao contexto ditatorial. Eles nascem em pleno período da história mais sensível do Estado e do país. Seus editoriais estavam sempre prontos para bajular e apresentar às autoridades ligadas à ordem ditatorial ligados à sua existência. *O Estado do Acre*, por exemplo, não era um jornal que discutia os problemas corriqueiros da população. Era um noticioso que alavancava os interesses de determinados políticos em projeção pelo poder que detinham, como Geraldo Mesquita (ARENA), Omar Sabino de Paula (ARENA) e Geraldo Fleming (ARENA) ligados ao partido da ditadura.

Por outro lado, o jornal criava situações embaraçosas para políticos da oposição, como foi o caso do Senador Adalberto Sena (PTB) que teria investido críticas ao governador Edgar Pedreira Cerqueira Filho. Na primeira página, o título da troça era: “Você disse isso senador?”

Contam os adversários do Governador Edgard Cerqueira que, certa vez, o Senador Adalberto Sena (PTB- Acre), declarou numa roda:

- *À hora que eu quiser o Cerqueira deixa de ser Governador.*
- *Como, Senador?* - Perguntaram.
- *É só eu pedir uma audiência ao presidente e solicitar dele que mande o Cerqueira renunciar.*
- *E por que não faz isso?*
- *Porque o Presidente exige preço muito alto quando faz negociações políticas.*
- E concluiu:*
- *Vai pedir – me, em troca, o meu apoio incondicional à Revolução*⁵⁹.

Este é um exemplo de notícia sem comprovação, sem informação de que teria dito. Serve para causar pilhéria e ao mesmo tempo ridicularizar um político de oposição. *O Estado do Acre*, fabricava uma falsa notícia que atendia

⁵⁸ *O Acre*, ano XXXIV, nº 1511, Rio Branco, 27 de outubro de 1962, p. 01

⁵⁹ *O Estado do Acre*, ano III, nº 107, Rio Branco, 22 de abril de 1965.

interesses da situação e ao mesmo tempo se alinhava a eles.

Em outro momento mais tarde, *O Estado do Acre* destacou a visita do presidente general João Baptista Figueiredo ao Acre. Ele foi recebido por deputados estaduais e federais, além de outras autoridades ligadas a ARENA, e o então governador Joaquim Falcão Macedo. Na sequência, noticiou que “Figueiredo teve oportunidade de conhecer quais os maiores problemas que afligem nosso povo. [...] demonstrando sua satisfação ao conhecer a seleção de nomes de homens capazes de bem representar nossos interesses [...]”⁶⁰. Aqui suponho que “representar nossos interesses” não significava representar os interesses do povo, mas sim, de determinados grupos políticos locais alinhados à ditadura vigente.

O Jornal surge a partir de 1974 onde “[...] Elzo Rodrigues da Silva, diretor- secretário do periódico e assessor de imprensa do governo do Estado⁶¹” á época direcionava a linha editorial para divulgar realizações do governo então no poder. Ou seja, o jornal surge para ser um órgão oficioso de qualquer governo local que viesse estar no poder naquela conjuntura. Sempre procuravam divulgar matérias que agradassem os políticos favoráveis à ditadura. Como praticamente todos os jornais e periódicos, este que só existiu durante o contexto da ditadura e não divergia em relação à ordem estabelecida. O seu diretor era apenas um testa de ferro dos políticos que mantinham o jornal para fins de bajulação e interesses partidários.

Mas nem só a política era tema central de notícias deste jornal, havia também páginas de colunas sociais que anunciavam eventos como nascimentos, chegada de filhos de políticos importantes no Estado, festas de debutantes, e premiações de moças em concursos. Uma coluna muito interessante, e que destacava a política nacional chamada *O Barômetro* era a parte mais crítica do jornal que “apimentava” o restante das notícias vazias e de interesse menos relevante.

As matérias que tratavam sobre os governos expressam a posição do jornal de apoio aos governos militares quando esta coluna faz elogios à “abertura” feita por Ernesto Geisel, já em um momento de distensão no ano de

⁶⁰ *O Estado do Acre*, ano I, nº 8, Rio Branco, 22 a 28 de outubro de 1978.

⁶¹ *O Jornal*, ano I, nº 6, Rio Branco, 05 de outubro de 1974, p. 01.

1979.

Foi isto que se fez, a partir da edição do AI-5, em 1968. Com o ato de exceção, vigorando por tempo indeterminado, os radicais mostraram qual a sua solução: a da força da perpetuação pretendida da força, ela deixou de ser a exceção, para tentar se transformar em solução. Hoje ninguém cobra do ex-ministro Gama e Silva, do almirante Rademaker ou do general Lyra Tavares, individualmente, as responsabilidades pelos atos em que eles tiveram participação decisiva. Cobra-se das forças armadas, dos militares como um todo, como se todos fossem coletivamente responsáveis pelos desatinos cometidos pelos que detinham o poder absoluto e o comando indiscutível da situação. Na medida em que as soluções de forças, como atos emergenciais se transformam na rotina, o regime deixa de ser a exceção passageira, eventual, para se transformar no que são os regimes que fazem da força a sua única doutrina e a sua razão de ser: são ditaduras⁶².

Neste trecho fica expresso críticas genéricas aos abusos, mas justificadas pelo contexto de cada momento e procura atenuar o fato de os militares estarem no poder sob a égide do AI-5. O pretense esquecimento de que a ditadura cerceou direitos e cassou políticos, entre outras situações de agressão aos direitos civis, mostra o quanto este impresso era vinculado ao ordenamento vigente.

Há uma exaltação do propalado desenvolvimento nacional pelo pontapé do “Movimento Revolucionário” e a continuidade administrativa dos governos militares que debutavam seus 14 anos no poder e sem perspectivas de serem substituídos pelo poder civil e democrático.

Um dos princípios de conduta revolucionária, ao nível do poder, neste singular período de 14 longos anos da vida política do País é o da continuidade administrativa, jactado por muitos (e por outros esquecidos na refrega de questões de interesse político), e garantido pela implementação dos já institucionalizados Planos Nacionais de Desenvolvimento, geradores, no plano estadual, do bem ou do mal arrumados Planos Estaduais. Bem ou mal, o princípio da continuidade administrativa é uma consequência ou quase exigência [...]. Os governantes revolucionários encontraram aí uma carta segura para o jogo político de fazer os seus sucessores⁶³.

⁶² *O Jornal*, ano VI, nº 82, Rio Branco, 15 de janeiro de 1979, p. 09.

⁶³ *Idem*.

Quando me debruço sobre os discursos produzidos durante o período da ditadura nos jornais editados no Acre, é necessário explicar que não destaco apenas memórias de um período em que seleciono o que me interessa, mas que também intento problematizar questões vistas como comuns naquele momento, a exemplo dos termos “revolução” e “movimento” que serviam para encobrir a ditadura existente.

O *Varadouro* (1977 a 1981), jornal da imprensa alternativa local, apresentou em suas 24 edições demonstrações de inconformismo e por ter como característica a independência de suas reportagens, mantinha uma linha editorial crítica contra o governo vigente e em relação às situações que envolviam a população acreana. O *Varadouro* ressignificou a imprensa acreana ao se direcionar para as classes trabalhadoras e apresentar seus posicionamentos perante a *história incruenta* como aponta Carlos Fico (2014) sobre o período da ditadura que marcou a insurgência de organizações sociais que reivindicavam direitos. Temas importantes no *Varadouro*, aparece com maior intensidade e visibilidade que em outros jornais, no caso de grupos sociais com os “índios” e os “seringueiros” que foram *apagados* das matérias escritas em outros jornais.

Antes de seguirmos em busca de discursos contundentes sobre a ditadura no jornal *Varadouro*, vou apresentar uma reportagem que me chamou atenção sobre a circulação deste jornal na cidade de Rio Branco divulgada pelo congênere *O Jornal* e assinada por Romeu César Leite.

VARADOURO, no Acre, significa aproximadamente o mesmo, só que se destina ao trânsito dos comboios de burros e de bois – cavalos que levam aos seringueiros e ‘rancho’ e trazem “pelas” de borracha. Pode ter tido outra significação no passado, como designar coisa diversa no baixo amazonas. ‘Na entrevista ao jornal amazonense EUCLIDES DA CUNHA repete a palavra ‘varadouro’ naquele significado regional de caminho, trilha, picada, através dos quais as embarcações são arrastadas e conduzidas de água a água do mesmo rio, em certo trecho inavegável, ou de rio a rio de bacia a bacia separada por faixa de terra que é varada. [...]. Não foi EUCLIDES buscar na Amazônia o termo varadouro naquela significação. Já as instruções que trazia do Ministério do Exterior se referiam aos “varadouros que vão ter ao Ucaiale”. [...] “BERNARDINO DE SOUZA registrou ambos os significados do termo – o português e o brasileiro”. Sobre “VARADOURO” disse aquele autor quase tudo, pois não disse que “VARADOURO” é o mais novo órgão da imprensa

do Acre; não disse por que ele não existia então. O “VARADOURO”, pelo menos por enquanto é o ômega da imprensa acreana, que o alfa é “EL ACRE”, cujo primeiro número circulou no dia 20 de outubro de 1902, em “Puerto Acre”, hoje Porto Acre⁶⁴.

Romeu Cesar Leite, não fazia parte da ficha editorial do *O Jornal*, e portanto, poderia ser um escritor de textos autorais, cujo jornal em questão não assumia nenhuma responsabilidade, além de que o autor elogiava o *Varadouro* numa coluna do *O Jornal*. O varadouro, como explicado no texto, era e ainda é um caminho muito utilizado por pessoas que vivem no interior do Acre. E simbolicamente, o jornal *Varadouro* buscou essa rota diferente dos demais jornais que não estavam interessados em construir um debate de resistência e crítica.

As edições do *Varadouro* eram quinzenais e chegaram a ser vendidas no Rio de Janeiro e São Paulo, o que é possível notar na coluna “Carta do leitor”. A resistência do jornal através de seus editores representava além de coragem, a luta contra as arbitrariedades cometidas pelo Estado. Muito do que era publicado vinha em forma de denúncias principalmente contra o governo de Wanderlei Dantas (1971-1975), que com auxílio do governo federal incentivou o desenvolvimento da pecuarização do Acre.

Para Jefferson Cidreira, o *Varadouro* inaugurou um debate até então omissos sobre a situação em que o Acre enfrentava:

O *Varadouro* surge, portanto, como instrumento que instituiu ao povo o debate sobre um novo segmento político e econômico no Estado, política adotada pelos governantes em relação à terra e com a introdução ampla da pecuária, que tão longe passou daqueles discursos de desenvolvimento e “progresso” que traria. Pelo contrário, trouxe a opressão, a violência, o caos para o povo acreano, em destaque, seringueiros, colonos e índios (Cidreira, 2015. p. 141).

O *Varadouro* era uma voz dissonante diante dos muitos que atuavam em favor da ditadura no Acre, de tal modo que, não significava que os interesses e demandas dos grupos que o jornal dava visibilidade, como os “índios”, “seringueiros” e “prostitutas” estivessem ali plenamente representados.

⁶⁴ *O Jornal*, ano IV, nº 22, Rio Branco, 24 de outubro de 1977, p. 12.

Para exemplificar determinadas situações, uma que chama atenção é a reportagem sobre a demissão do professor Maurício Mendonça da Universidade Federal do Acre, exonerado pelo então reitor Áulio Gélio Alves de Souza. Segundo a matéria, o professor Maurício desmascara “o jogo sujo de deduração, politicagem, corrupção, terrorismo ideológico etc. que ainda se pratica dentro da Universidade do Acre”⁶⁵. A demissão de Maurício Mendonça segundo a entrevista se deu por interferência de um deputado que atuou junto ao reitor, pois segundo Maurício Mendonça “dentro da Universidade eu ouvia falar que o Simão (deputado e chefe de departamento) apostava que eu não seria reencontrado (*sic*) e ficou assim a versão geral de que o deputado Carlos Simão estaria interferindo”⁶⁶.

A versão contada ao *Varadouro* por Maurício Mendonça é mais ampla a remeter sobre a rede de espionagem interna controlada pelo reitor. Nesta entrevista ele fala de uma professora que tinha vindo ao Acre dar um curso sobre técnicas fotográficas e ela teria dito ao entrevistado que o reitor a chamou em seu gabinete e disse que “sabia de tudo sobre a professora: se tinha ido à Colônia Cinco Mil, se tinha tomado Daime, se tinha tomado cerveja”⁶⁷, numa clara intimidação a uma profissional.

A espionagem seguida de perseguição, era bem afirmativa na fala de Maurício Mendonça, quando relata o medo que professores sentiam ao se exporem em atos públicos da vida privada com impactos em suas carreiras acadêmicas pelo fato de não serem alinhadas ao reitor Áulio Gélio. São narrativas de denúncias de atos arbitrários locais, dentro de uma instituição federal, contra pessoas ligadas à ditadura civil-militar no Acre a partir de jornais já no início dos anos de 1980.

2.2 - Os governadores da ditadura nos discursos de jornais

Os governadores do Estado do Acre, entre 1964 e 1983, foram eleitos pela assembleia legislativa local e posteriormente nomeados pela presidência da república. No entanto, o rito na ALEAC era mais simbólico em cima de um nome

⁶⁵ *Varadouro*, ano II, nº18, Rio Branco, março de 1980, p. 09.

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ *Idem*.

já costurado localmente pela ARENA e em consonância com o poder central. Eram governantes não escolhidos por eleições livres e buscavam na política estabelecer relações de poder e fortalecimento de suas condutas autoritárias com subserviência aos seus superiores. Os jornais alinhados à ditadura destacavam geralmente os seus “feitos” administrativos como carregados de “brilhantismo”, honradez e entrega à causa pública.

Em uma reportagem de 1969 o jornal *O Rebate* preencheu uma de suas colunas com os feitos da chamada “revolução”, intitulada *A verdadeira Moralização*, que dizia:

[...] Os homens de bem, os homens honestos e o povo estão satisfeitos porque estão vendo que a revolução de 1964 não foi salto político e sim uma arrancada para moralizar o país e fazê-lo caminhar pelo caminho certo. Também o povo não tenha receio, porque denúncias infundadas (*sic*), com falsos testemunhos, não surtirão efeitos para cassar quem não merecer, pois o Exército Nacional está vigilante, e bem vigilante⁶⁸.

Os elogios de como os agentes da ditadura civil-militar serviam os interesses da população eram sempre divulgados em tons exagerados, demonstrando subserviência aos que estavam no poder. O intento, não é de levantar o perfil de todos os governadores do período, mas entender como os jornais conduziam os discursos nas notícias veiculadas que geralmente agradavam os brios dos chefes do executivo acreano de plantão. E como esses jornais construíram em torno destes governadores biônicos imagens positivas e de que tinham simpatia popular, mas esquecendo de dizer que todos colocados no poder por via não democrática e sem participação popular.

Em artigo intitulado *A Nova Política dos governadores*, dos autores Fernando Abrucio e David Samuels, fica claro que os governadores eram essenciais para os militares se manterem no poder:

Apenas catorze dias após as eleições de outubro de 1965, o governo militar decretou o AI- 2, o qual estabelecia eleições indiretas para governador. Começava aí a mudança na

⁶⁸ *O Rebate*, ano XLVIII, nº 1.161, Cruzeiro do Sul, 15 de abril de 1969, p. 01.

estrutura da Federação brasileira com o intuito de centralizar e concentrar o poder nas mãos do Governo Federal. Essa mudança foi fundamental dentro da lógica do regime autoritário (Abrucio; Samuels, 1997, p. 144).

Isso fica ainda mais patente em outra passagem dos mesmos autores citados acima: “apesar de não poder ignorar por completo os projetos elaborados no Poder Central pela cúpula militar, a sobrevivência da classe política dependia muito mais da vinculação com as redes políticas estaduais” (Idem, p. 145). Era então um jogo em que as elites locais serviam como sustentáculos do poder central a partir das benesses do poder dado a esses aliados mais fiéis. Entre eles era um jogo de ganha-ganha.

Quanto às referências sobre materiais produzidos e relacionados a história de governadores que passaram pelo governo do Acre no a partir de 1960, destaco um folheto intitulado *Os 14 Governadores do Acre*, de autoria de Luiz de Oliveira Garcia⁶⁹. O folheto, poeticamente pretensioso, é composto de poemas rimados sobre os governadores, onde o autor expõe sua opinião sobre quem eram esses governadores. Sobre José Augusto ele destaca a sua eleição e o fato de ter sido o primeiro governador eleito do Acre:

[...]

II

*O jovem José Augusto
Preparado e inteligente
Orgulho de sua gente
Acreano de Coração
Enfrentou uma cilada
Que já estava preparada
Por ciúme e traição*

III

*A inveja com tudo acaba
O ciúme mata e judia
E o acreano não sabia
Que perderia o vencedor
Que ganhou de forma decente
Limpa e honestamente
O cargo de Governador⁷⁰.*

⁶⁹ Luiz de Oliveira Garcia, foi deputado com dois mandatos: 1987/1991 e 1991/1995. Segundo informações da base de dados da Assembleia Legislativa, nunca atuou em comissões, não teve relatoria e nem matérias para votação. Portanto, não foi um parlamentar atuante. Fonte: sapl.al.ac.leg.br/parlamentar/126/mandato. Acesso em 04/02/2024.

⁷⁰ Poemas de Luiz de Oliveira Garcia, material produzido de forma autoral onde apresenta

As adjetivações presentes no poema sobre José Augusto de Araújo são carregadas de pessoalidade, onde o autor já no momento pós ditadura diz que quis “versificar, [pois] foi o meio mais fácil que encontrei em apresentá-los (*sic*) ao povo do Acre, principalmente aos mais jovens, a quem a nossa rica história, deve ser fonte de inesgotável pesquisa permanente⁷¹”, sem, contudo, elaborar nos versos qualquer crítica à “cilada”, “ciúme”, “traição”.

Na sequência dos versos, o autor não foge do oficialismo e aponta para a ocorrência de uma “revolução”, sem crítica aos militares e a existência de uma ditadura que perdurou por duas décadas. E não sabemos quem se “assustou” com o fantasma do “comunismo”.

X

*Ao vir a revolução
Chegou o autoritarismo
Assustaram com o comunismo
E amordaçavam na realidade
Do povo a sua opinião
Sangrando o seu coração
E matando a sua vontade*

XI

*Ao nosso Governador
O primeiro a ser eleito
Saldou somente o direito
De exilar-se pra morte
Mas Deus, o Pai Criador
Fez – lhe suportar a dor
E o Acre crescerá forte*

XII

*Foi lá no Rio de Janeiro
Onde o herói deu seu adeus
Juntou-se ele a Deus
Pois é lá o lugar reservado
A quem semeou esperança
E provou com confiança
Que do povo lhe foi legado⁷².*

Nos versos constam poemas blocados por versos sobre a vida política de José Augusto, onde o trata como herói, além de suprimir a renúncia forçada e o golpe civil-militar. No livreto de poemas, Luiz de Oliveira Garcia escreve

apenas o título: *Os 14 governadores do Acre. S.D.*, p. 01.

⁷¹ *Idem*.

⁷² *Idem*, p. 04.

versos sobre o governo de Edgard Pedreira de Cerqueira e os versos são elogiosos em relação ao militar, que teria vindo ao Acre cumprir uma missão designada pelo alto escalão da “revolução”. Um ajuste ao poema é que Edgard Cerqueira, alçoz de José Augusto, não assume o governo após a morte deste. Mas, é alçado a governador do Acre após ajudar no golpe que derrubou o então governador do poder em maio de 1964.

XXVI

*Quando morreu José Augusto
Assumia Edgar Cerqueira
Estava aberta a porteira
Por conta da revolução
Assumia com consciência
Embora a turbulência
Que causava confusão*

XXVII

*Após cumprir seu papel
Que incumbiu-lhe o General
Volta a sua terra natal
E assume outro Governador
Homem sério e daqui
Vindo de Xapuri
Honesto e trabalhador⁷³.*

Para o pesquisador Francisco Bento da Silva, toda a conspiração para o dia do golpe em 08 de maio de 1964 envolveu quase a totalidade dos deputados da ALEAC e o comandante da 4ª Companhia de Fronteira do Exército.

Pouco mais de um mês após o golpe que derrubou João Goulart, na tarde do dia 08 de maio, às 14:35 horas, o então governador José Augusto, que antes já vinha sofrendo acusações perante os setores militares, feitas principalmente por seus opositores na ALEAC, envia um telegrama ao comando da 8ª Região Militar em Belém (PA), general Orlando Ramagem, se dizendo sabedor das denúncias feitas pelos deputados estaduais Aluizio Queiroz (PSD) e Eloy Abud (PSD), que acusavam-no de comunista. Na sua defesa, o governador atribuiu as denúncias ao ódio político cultivado pelos seus adversários e afirmava que se mostrava cada vez mais inevitável: o abreviamento do seu mandato e sua consequente substituição frente ao executivo acreano (Silva, 2012, p. 92).

⁷³ Idem, p. 09.

Diante da situação nacional e local, parecia que tudo estava preparado para a chegada de um novo governador, A saída dos deputados foi dar um ar de legalidade à trama golpista, aprovando uma emenda à Constituição acreana prevendo a possibilidade de renúncia do governador. A Emenda Constitucional nº 3 foi aprovada já tarde da noite do dia 08 de maio e José Augusto obrigado a renunciar sob ameaças. Para Silva (2012), “dando continuidade ao jogo de cartas marcadas, o presidente [da ALEAC] José Akel Fares comunica ao plenário que recebeu, através dos líderes de bancada, o nome de Edgard Pedreira de Cerqueira Filho como candidato ao cargo de governador” (Idem, p. 97).

O capitão Cerqueira foi eleito por unanimidade e ao se consolidar o golpe no Acre terminava a breve e única experiência que os acreanos haviam tido de escolher um governador desde a incorporação do Território do Acre ao Brasil em 1903. Edgard Pedreira Cerqueira Filho toma posse num dia de sábado, pois “a posse ocorreu de forma célere, tal como os atos do poder legislativo do dia anterior” (Idem, p. 97). Durante o seu governo, Edgard Cerqueira tratou de perseguir os políticos independentemente de partido a qual estivessem vinculados e acabou não realizando nenhum ato significativo durante seu mandato que veio apenas lançar o autoritarismo da ditadura no Estado.

Diante do aprofundamento dos arbítrios, alguns políticos corajosos ousaram se manifestar, como foi o caso do senador Adalberto Sena descontente com o governo biônico de Edgard Pedreira de Cerqueira. Ele proferiu críticas duras e corajosas na tribuna do Senado Federal no ano de 1965, quando disse:

Senhor Presidente e Srs. Senadoras, sempre tenho dito nesta casa o quanto me constrange ocupar a atenção dos meus colegas com assuntos que poderia classificar de domésticos [...] a nossa preocupação com os altos interesses do povo nada mais são do que manifestação em contrário, na demonstração dos desvios de comportamento político ou da compostura pessoal de certos dos nossos governadores. Nesta hora, entretanto, não me sinto tão constrangido em abrir exceção a esta regra, pois o que vou ler nesta tribuna, vale pelas suas consequências, pelo reflexo que pode ter na vida regional, e também na vida nacional, realmente, o que ocorre no Acre, desde maio do ano passado, e tão contrastador e deprimente que ameaça comprometer a própria sobrevivência daquela unidade da Federação com Estado autônomo. [...] Acontece que, desde maio do ano passado como tive ocasião de focalizar em longo discurso na tribuna do Senado o governo do meu Estado foi, por assim

dizer, usurpado por um cidadão, que ali, enganando, e valendo-se dos seus poderes militares fez pressão sobre uma Assembleia intimada para, a mercê de uma emenda constitucional, gritantemente descabida em face da lei Magna do País, fazer-se chegar governador. E durante este tempo de atuação, tanto tem mal, quanto cometido violências tais como o fechamento sob pretexto fútil do único jornal oposicionista que ali existia, e – ainda pior – como relatou neste plenário o meu nobre colega senador Oscar Passos, a agressão em praça pública de um Deputado Estadual sendo ex-auxiliar do governo somente por este se exonerar do cargo, para integrar-se a bancada do seu partido, no momento em que se ia proceder à eleição para Mesa da Assembleia⁷⁴.

Apesar do discurso ser carregado de dissabores políticos, era uma denúncia contundente sobre a situação política vivida no Acre após a derrubada do governador constitucionalmente eleito. No Acre os ânimos dos apoiadores de José Augusto eram de incerteza e ressentimentos em relação a “renúncia/deposição”⁷⁵ de José Augusto de Araújo. Diante da situação, denunciar, como fez o Senador Adalberto Sena, poderia significar ser perseguido porque os oposicionistas estavam marcados para perderem os mandatos (caso de políticos com mandatos) ou até presos sem direitos e com uso da tortura, no caso de civis comuns.

Como governador biônico, o capitão Edgard Cerqueira participou de alguns eventos logo no início do seu governo, como o do convite recebido para ir como convidado ilustre para uma solenidade. O *Correio Estudantil* divulgou o evento que era relativo às comemorações do Dia da Árvore, onde vários políticos estiveram presentes em frente da Escola Normal Lourenço Filho, que assim é retratado: “À solenidade estiveram presentes além do Governador Edgard Cerqueira Filho e seus auxiliares diretos, o Deputado Joaquim Lopes da Cruz, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, professores, alunos e elevado número de pessoas gradadas”⁷⁶.

Neste evento é publicada a fala formal da aluna chefe das Bandeirantes, Azeilda Benevides, que se dirigiu ao capitão tornado governador assim: “Exmo.

⁷⁴ *Diário do Senado Federal*, nº 76, Brasília, 10 de junho de 1965, p. 1738. Disponível em: <http://www.legis.senado.leg.br>. Acessado em 11/09/2023.

⁷⁵ Uso este termo justamente pelo fato de José Augusto ter assinado o ato de renúncia contra sua vontade conforme aponta Francisco Bento da Silva (2012).

⁷⁶ *O Correio Estudantil*, Ano I, nº 2, Rio Branco, 10 de outubro de 1964, p. 01.

Sr. Governador do Estado, Cap. Edgard Cerqueira Filho”⁷⁷. Embora o protocolo oficial o acolhesse como governador, em outras situações mais pessoais e confabulações ele era chamado de “louco”, vingativo e autoritário em relação a pessoas identificadas como próximas à família e ao grupo político do ex-governador. Isso está expresso na carta de Odemira Araújo a Maria Lúcia (esposa de José Augusto) 4 meses após a deposição de José Augusto de Araújo:

Rio Branco, 28 de setembro de 1964.

Maria Lúcia, meu abraço.

Recebi sua carta e estou ciente de tudo, já estava pensando que tinhas me esquecido. Aqui a vida vai passando sempre esperando em Deus que nos livre deste louco. Cada dia que passa mais uma loucura ele faz, foi ao Educandário e me disse que vai mandar matar “os meus búfalos” que estão estragando a “minha fazenda” veja que pretensão, isto ele disse no meio de muita gente só para se exibir, fiquei louca de ódio⁷⁸. [...]

Esse fragmento do relato da carta pessoal exemplifica como era a relação política estabelecida com Edgard Pedreira de Cerqueira, que embora seu nome não estivesse expresso na carta, a data e as circunstâncias estão bem claras quanto ao período que esteve à frente do governo. Quanto aos búfalos citados na carta estes foram trazidos pelo governador deposto José Augusto de Araújo e a área de criação pertencia ao Estado. Com aparente truculência, Edgard Pedreira de Cerqueira, tratava às pessoas que ele identificava como adversárias tão somente pelo simples fato de serem próximas ao ex-governador e sua esposa.

O capitão Edgard Pedreira de Cerqueira Filho tornou-se um governador por vias tortas e, do ponto de vista político, foi ignorado até pela história política oficial local que passou a silenciá-lo. Por exemplo, quando se visita o Memorial dos Autonomistas, mantido pelo governo do Estado, todos os ex-governadores têm suas fotos expostas em um corredor de visitação pública. Porém, ali não aparece a fotografia deste governador deixando um vácuo em relação à temporalidade apresentada nas telas onde estão expostas as imagens dos governadores do Acre (*Imagem 04*).

⁷⁷ *Idem*.

⁷⁸ Carta de Odemira Silveira de Araújo para Maria Lucia (Código JA133). Fundo Documental José Augusto de Araújo. Museu Universitário da Ufac.

Imagem 04: governadores do Acre – a lacuna oficializada

Fonte: acervo da autora

Entre o primeiro governador José Augusto de Araújo (1962-1964) e Jorge Kalume (1967-1971) há um vácuo de dois anos, período este governado pelo Capitão Edgard Pedreira de Cerqueira Filho. O governo do Acre durante a administração de Jorge Viana (1999/2007), que junto a sua equipe resolveram ignorar o referido governador no memorial inaugurado em 2002⁷⁹. Mas é uma atitude seletiva, pois manteve outros governadores biônicos posteriores a José Augusto de Araújo e que foram apoiadores do golpe e da ditadura desde as primeiras horas.

Várias indagações são feitas, pois mesmo diante da situação em que ele foi colocado no poder, não há uma justificativa oficial para que seu apagamento fosse institucionalizado desde 2002 por governos de várias tendências políticas e ideológicas. O apagamento de Edgard Pedreira de Cerqueira Filho não é justificado, e no Memorial onde estão expostos às telas dos governadores, as visitas guiadas são constantes, incluindo estudantes, e não há uma explicação para o vácuo de poder representado pela linha cronológica exposto pelo

⁷⁹ O Memorial tem um site em que pode ser acessado aqui: <https://www.femcultura.ac.gov.br/memorial-dos-autonomistas/>. Acesso em 18 de março de 2024.

Memorial seja esquecido pela versão oficial do governo. Isso é algo que poderia ser problematizado nas salas de aula ou mesmo no espaço do memorial.

Além do mais, mesmo que se queira oficialmente ignorar a figura de Edgar Pedreira de Cerqueira, penso que no campo da historiografia e do Ensino de História esse procedimento não deve ser permitido: devemos falar de traumas, das questões sensíveis; dos opróbrios e das vergonhas que a sociedade acreana sofreu/passou durante o período ditatorial. O que está em jogo é a memória de um lugar, pois “as memórias precisam ser evocadas e recuperadas e merecem ser confrontadas” (Bittencourt, 2009. p.170).

Para Circe Bittencourt (2009), a história local é necessária para possibilitar a compreensão do aluno no seu espaço de convivência. E neste sentido, os lugares devem ser constantemente ressignificados, pois a possibilidade e o direito de conhecer os lugares de memórias é importante para que eles possam sempre ser “objetos de estudo” em momentos diferentes. Mas é necessário ter alguns cuidados, explica Circe Bittencourt:

[...] Não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, articular esse processo às relações externas, a outros “lugares” (Idem, p. 172).

Portanto, nos “lugares de memória”, onde se apaga parte da história local é uma política de suprimir vestígios, mas “os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objetos de estudo”. (Bittencourt, 2009. p.169). E não há como estudar ou confrontar esses lugares se parte dessa história foi apagada ou ignorada.

E isso não ocorreu com o sucessor de Edgard Cerqueira, Jorge Kalume (ARENA), que foi um longo e muito conhecido político acreano. Ele havia sido prefeito de Xapuri antes de ser indicado governador, depois foi deputado federal (1962/1967), senador (1978/1986), prefeito de Rio Branco (1988/1992) e “diretor de protocolo do Rotary Club de Xapuri⁸⁰” no final dos anos de 1940. Mesmo não tendo atuado diretamente no golpe que derrubou José Augusto, ele foi

⁸⁰ **O Acre**, ano XXXI, nº 1440, Rio Branco, 31 de março de 1960, p. 04.

beneficiário a posteriori. Mas diferente do seu antecessor, tinha sólida inserção social na sociedade acreana do Vale do Acre, sendo considerado e acolhido também no Vale do Juruá, conforme matéria de um jornal de Cruzeiro do Sul.

Ao assumir o governo do Acre, o governador Kalume visitou todos os municípios e logo depois empreendeu demorada viagem por vários Estados, tratando dos interesses do Acre, de cuja viagem acaba de chegar, demonstrando satisfação pelo êxito alcançado, e disposto a levar a efeito uma proveitosa administração. Na ausência do governador Kalume, esteve à frente do govêrno o Vice - Governador, nosso particular amigo professor Omar Sabino de Paula, que mais uma vez teve oportunidade de demonstrar a sua capacidade de trabalho e perfeito administrativo. Agradecemos ao distinto amigo as considerações que nos foram dispensadas durante os dias de seu governo⁸¹.

O jornal *O Juruá*, assim como *O Rebate* cujo proprietário era João Mariano, esteve ligado aos políticos que estavam no poder durante o período ditatorial. Os jornais também eram instrumentos fundamentais para fins políticos de grupos de poder local. Jorge Kalume é incensado como a esperança de um Acre melhor, de “progresso” e “paz”. O jornal *O Rebate* deixava claro da importância de um governador acreano “ascendido” ao poder pelo “milagre” da ditadura.

O povo acreano, hoje, com a ascensão do Governador JORGE KALUME, no dia 13 dêste, ao govêrno do Acre, espera confiante, que mesmo dentro dos escassos recursos de que dispõe o Acre, um marco de progresso, de paz e de harmonia venha trazer a êste povo um alento consolador⁸².

Nesse e qualquer outro jornal do período não apareciam nenhuma crítica a esses políticos, nenhuma ocorrência pregressa que desabonasse eles. O jornal *O Juruá*, da cidade de Cruzeiro do Sul, dá ênfase à Jorge Kalume com “brilhante representante do Acre. S. Excia. tem se revelado um grande lutador na defesa dos interesses de todo o Acre⁸³”. As boas-vindas se davam em função do apelo feito pelos cruzeirenses para construção de uma hidrelétrica, porém a notícia trazia um aspecto mais de propaganda sobre o seu trabalho parlamentar através

⁸¹ *O Juruá*, nº 140, Cruzeiro do Sul, 31 de janeiro de 1967, p. 01.

⁸² *O Rebate*, ano XLV, nº 1.153, Cruzeiro do Sul, 28 de setembro de 1966, p. 01.

⁸³ *O Juruá*, ano XIII, nº 131, Cruzeiro do Sul, 15 de agosto de 1966, p. 04.

do seu projeto *Fundo de Assistência ao Seringueiro da Amazônia*, que tramitava na Câmara Federal.

Em 1968, o jornal *A Gazeta* publicava a notícia sobre a vinda do presidente/ general Costa e Silva, e Jorge Kalume, que era chamado no jornal de JK, foi inquirido sobre o que pediria ao presidente. Diversos eram os pedidos, entre eles se destacava alguns como: “A Solução para o problema da borracha, Conclusão do Aeroporto Internacional de Rio Branco, Instalação de diretoria Regional de DCT e Telex, Instalação de uma agência da Caixa Econômica Federal, Colonização às Margens da Rodovia e BR 364, Conclusão imediata”⁸⁴. Isso nos indica um Estado totalmente dependente do governo federal para a realização de obras públicas e serviços essenciais à população.

É no período do governo de Jorge Kalume que entra em vigor no Brasil a Lei de Segurança Nacional. E alguns municípios no Acre estavam incluídos na lei em função de serem próximos de fronteiras internacionais. Ou seja, estavam impedidos de realizar eleições diretas conforme aponta Tribunal Eleitoral do Acre:

Vale ressaltar que, em 4 de junho de 1968, põe meio da Lei nº 5.449 (artigo 1º, inciso I), foram declarados como área de segurança nacional os Municípios de Brasília, Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira e Xapuri. Assim, os Prefeitos dos municípios passaram a ser nomeados pelo Governador do Estado, mediante prévia aprovação do presidente da república. Não bastasse esse duro golpe para o povo acreano, em 9 de setembro de 1976, o Decreto – Lei nº 1.481 estendeu condições de área de segurança nacional ao Municípios de Senador Guiomard, Plácido de Castro, Mâncio Lima, Manoel Urbano e Assis Brasil. Dessa forma todos os municípios estavam impedidos de escolher seus representantes para o cargo de Prefeito (ACRE, 2010, p. 48).

Neste sentido, o governo de Jorge Kalume foi marcado por uma forte interferência política nas prefeituras locais ao se tornar mais empoderado pelo governo central ao ser um ator decisivo na indicação de todos os prefeitos do Acre à época. Nesta situação, se o prefeito não fosse de confiança do governador do Estado seria exonerado conforme art. 4º da mesma lei, e assinado pelo presidente Costa e Silva. Com a aplicação da Lei de Segurança Nacional,

⁸⁴ *A Gazeta*, ano I, nº 02, Rio Branco, 06 de agosto de 1968, p. 03.

o governo de Jorge Kalume esteve no cerne das perseguições e arbitrariedades do período, pois se lançava mão dessa lei para perseguir os adversários. Retratamos um desses casos abaixo, de algo que seria uma infração comum e passa a ser enquadrado na famigerada LSN.

PUNIÇÃO. Por ter agredido a socos e pontapés o prefeito de Feijó, no mês passado, que não lhe permitiu construir na zona urbana, do município uma casa utilizando madeira e não tijolos e cimento o ex-guarda territorial colocado à disposição da Justiça naquela cidade, José Araújo Albuquerque, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e recolhido à Colônia Penal de Rio Branco⁸⁵.

Os políticos da situação no Acre, à medida que a repressão aumentava em âmbito nacional com os expedientes legais casuísticos, se aproveitavam dessas armas legais para solicitar investigações pela polícia federal ou ainda, pelo SNI de forma mais escondida contra adversários.

O professor Francisco Wanderley Dantas (1971/1975) foi o terceiro governador do período ditatorial e ocupou vários cargos públicos antes de ser governador. Era acreano e provinha de uma família proprietária de seringais. Pela sua formação, os jornais governistas afirmavam que ele trazia propósitos para a erradicação do analfabetismo no Acre, conforme diz o jornal *O Acre*: “em declaração à nossa reportagem, o ilustre educador, que ocupa no Ministério da Educação, elevado cargo, fêz-nos sentir seus louváveis propósitos de colaborar, através de cursos radiofônicos, para a erradicação do analfabetismo do nosso meio [...]”⁸⁶. Nesse mesmo jornal temos a apresentação da biografia do governador em destaque:

FRANCISCO WANDERLEY DANTAS é filho do Coronel Sebastião Gomes Dantas e de Dona Maria Cândida Wanderley Dantas, nasceu em Vila de Porto Acre, município de Rio Branco, no dia 22 de outubro de 1932, no então território do Acre. Filho de pioneiros e desbravadores desta região, Francisco Wanderley Dantas desde menino, foi formando o seu espírito para os grandes embates da vida [...]. Bacharelou-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade da Guanabara, cursando ainda algumas séries

⁸⁵ *O Jornal*, ano 4, nº 15, Rio Branco, 5 de setembro de 1977, p. 02.

⁸⁶ *O Acre*, ano XXXI, nº 1434, Rio Branco, 25 de fevereiro de 1960, p. 06.

de Direito, não concluiu esse curso por motivos óbvios. Foi professor do Colégio Pedro II, destacando-se pela sua didática, pela comunicação e diálogo com os alunos [...]. tendo sido um dos fundadores da Rádio Educadora de Brasília, e um dos maiores entusiastas do Sistema Rádio Educativo Nacional – SIRENA, galgando a chefia desse setor, onde imprimiu um programa dinâmico para a sua implantação no Norte e Nordeste do país [...]. Em 1959, tomou parte na Campanha para a transformação do Acre em Estado, formando com os seus companheiros do Comitê Pró-Autonomia do Acre⁸⁷.

Wanderley Dantas embora não fosse militar, é o exemplo de um civil entusiasta e defensor da ditadura civil-militar provindo das classes tradicionais acreanas, tanto que se torna governador biônico. No seu governo houve a ampliação do processo de desmatamento e a transformação de muitos seringais em fazendas, bem como a desapropriação de terras ocupadas por seringueiros/posseiros, resultando em muita violência no campo pois o então governador “investiu em intensa campanha no sudeste e sul do país para atrair investidores” (Maia, 2017, p.15).

A Amazônia considerada exótica para o restante do país, era uma região que precisava ser povoada pois havia um dito “vazio demográfico” ainda em meados da segunda metade do século XX. Essa visão do vazio era algo constante desde o processo de colonização da região acreana na virada do século XIX para o século XX. Segundo Francisco Bento Silva, o Acre é inserido nesse contexto pela sua tardia incorporação ao Brasil, pois:

O Acre, nesse sentido, é mais ainda uma expressão tardia desses distanciamentos em relação ao Brasil que muitos narradores irão se reportar no início do século XX. Nesse período o Acre é a metonímia que ocupa o lugar da Amazônia dos séculos anteriores: localidade não abasileirada, vazia e à parte da história nacional. Ao mesmo tempo é a metáfora – a parte tomada muitas vezes como o todo – dessa Amazônia decantada como distante, infernal, paradisíaca, rica, selvagem, mundo de floresta, bichos e águas (Silva, 2020, p. 95).

Para a colonização do Acre ainda por se completar, o governador Wanderley Dantas em consonância com a política dos militares para a Amazônia, estimula a vinda de pessoas do sul do país para ocupar terras “vazias” e

⁸⁷ **O Acre**, ano I, nº 1, Rio Branco, 15 de junho de 1972, p. 01.

alavancar a indústria local e a agricultura. Nesse contexto da década de 1970, ocorria a crise do petróleo, o que obrigava “[...] a redução das importações de matéria-prima aqui disponíveis, com a borracha natural” (Paula, 2005, p. 121), e favorecia essa política de desenvolvimento do setor industrial na década de 1970. “Entre 1975 e 1980, o número de indústrias passou de 294 para 370, ocupando, respectivamente, 1.342 e 2.857 pessoas nesse período, 49,8% desses estabelecimentos e 64,4% do pessoal ocupado estava localizado na cidade de Rio Branco” (Paula, 2005, p. 114). A criação de indústrias tinha um objetivo mais específico, a derrubada de árvores para favorecer a pecuária e a indústria madeireira.

Entre os principais ramos de atividade figuravam, inicialmente, a indústria madeireira, para o ‘aproveitamento das árvores derrubadas para implantação da pecuária e da lavoura. [...] O governo estadual instituiu incentivos fiscais e criou instituições, como a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Acre (Codisacre), fundada em agosto de 1974, destinada a promover a implantação de indústrias do estado. Assim, em 1975 foi criado o Distrito Industrial nas proximidades de Rio Branco, com três objetivos básicos: criação de empregos diretos e indiretos; substituição de importações; diversificação de produtos industrializados (Idem, p. 114).

Este momento é conhecido localmente como o da chegada dos chamados migrantes “paulistas”. O termo “paulista” é uma generalização que passou a ser usada para designar paranaenses, goianos, mato-grossenses, gaúchos, mineiros e paulistas. Estes últimos foram os principais compradores de terras no Acre, “mas também servia como pejorativo em alguns segmentos da sociedade local” (Maia, 2017, p.16).

A pesquisadora Tânia Mara R. Machado (2016) ao escrever sobre *Migrante sulista: caminhadas e aprendizados na região acreana*, faz um apanhado sobre a vinda estimulada pelo governo de Wanderley Dantas de sulistas ao Acre.

Frente ao quadro predominante nos anos de 1971 e 1974, começou a ser pleiteado pelo então governador do Acre, Wanderley Dantas, uma nova proposta econômica para o Estado – a agropecuária, que a princípio se resumiu mais à pecuária do que à agricultura, dada as facilidades que a pecuária oferecia, como: manejo fácil e a pouca e barata mão

de obra que requer (Machado, 2016, p. 31).

A vinda de sulistas também impulsionou o crescimento populacional no Acre, o que fortaleceu a proposta da criação dos Projeto de Assentamentos Dirigidos (PAD). Neste contexto, o governo do período ao estimular a vinda de imigrantes também terminava por contribuir para o aumento da violência no campo, ao enviar policiamento para retirar posseiros (seringueiros e agricultores) de espaços que havia muito eles ocupavam. No Acre, grupos de contraposição se reuniram contra os sulistas incentivando a expropriação construindo um novo formato de resistência, denominado de “empate”.

José Sávio da Costa Maia (2017) explica o que foi “os empates” na fronteira sul ocidental amazônica:

Empates – É a denominação que foi dada pelos próprios extrativistas para a mobilização que passaram a realizar com o intuito de barrar desmatamentos em áreas por eles ocupadas. O “Empate” consistia na mobilização de todas as famílias que residiam em determinada área, ajudados por moradores de outras áreas (incluindo mulheres e crianças), que se postavam diante dos peões contratados pelos “paulistas” para efetuarem um desmatamento. Comumente estavam munidos com suas espingardas e seus facões, mas os organizadores faziam questão de ressaltar que o movimento era pacífico e tentavam dissuadir o “chefe” da derrubada a não fazê-la, através do diálogo (Idem, p.17).

O ato de resistência movido pela necessidade de se manterem em suas terras, mostra que o projeto de integração dos militares impulsionou a violência do campo sobretudo, assassinatos de pessoas como foi o caso de Wilson Pinheiro, fundador do sindicato dos seringueiros em Brasiléia: “Wilson foi o grande incentivador dos chamados ‘empates’ mobilizações realizadas desde 1966” [...] o episódio tornou-se um marco na história de resistência do povo acreano [...] dando munição aos disparos que matariam Wilson no ano seguinte” (Carneiro, 2011, p. 289). Wilson Pinheiro foi assassinado em 1980, sendo uma das inúmeras vítimas de violência no campo em contexto da ditadura civil - militar acreana. Quando se fala sobre o governo de Francisco Wanderley Dantas no livro *Retrato da Repressão Política no Campo Brasil (1962 a 1985)*, o autor afirma que:

Seguindo a linha do governo federal, colocara o estado a leilão: os seringais eram vendidos com as casas dos seringueiros dentro; do outro lado, fazendeiros e grileiros recebiam o reforço policial e jurídico para derrubar seringueiras, castanheiras e moradias” (Carneiro, 2011, p. 289).

Portanto, passa a haver a liquidação de terras produtivas e historicamente habitadas por populações locais que aos poucos vão sendo expulsas de formas violentas para dar lugar aos pastos, algo assegurado oficialmente através da política endurecida da repressão que ocorreu durante a presença desses governadores biônicos no poder.

Geraldo Mesquita governou entre 1975-1979 e foi o quarto governador do estado do Acre após a deposição de José Augusto. Uma das primeiras notícias divulgadas na imprensa relatava a posse de Geraldo Mesquita e Omar Sabino de Paula, respectivamente, como governador e vice-governador. Esse último também havia sido vice de Jorge Kalume. A posse foi disputada, contando com a presença de diversos políticos, entre eles os ex-governadores Jorge Kalume e Wanderley Dantas. Suas presenças seguiam um rito muito peculiar do autoritarismo militar, o de legitimar o poder entre a confraria local ligada a Arena. Para Maria José Rezende, havia o “empenho do grupo de poder em dar continuidade ao processo de construção da legitimidade no transcorrer dos governos ditatoriais” (Rezende, 2013. p. 32). Vale ressaltar que Geraldo Mesquita antes de ascender à chefia do executivo acreano, já havia sido nomeado para cargos nos governos antecessores, como nos mostra essa breve biografia publicada na primeira página do *O Jornal*: “Nasceu em Feijó, 55 anos, jornalista, professor, 5 filhos. Casado com Maria Olívia de Sá Mesquita. Autonomista, diretor do Departamento de imprensa, governador, em exercício, secretário geral, diretor do Departamento de Educação e cultura, no ex-território do Acre”⁸⁸.

O governo de Geraldo Mesquita era continuidade ideológica e política dos seus antecessores “abençoados” pelos militares do Planalto e oligarquias do Congresso Nacional ligadas a Arena. Em 1977 uma notícia chamava a atenção, pois se tratava de uma censura imposta à TV Acre por haver divulgado uma nota onde, supostamente, ofendia um deputado da situação:

⁸⁸ *O Jornal*, Ano I, nº 06, Rio Branco, 05 de outubro de 1974, p. 01.

A TV Acre, estação que integra a Rede Amazônica de Televisão, de Manaus, poderá ter problemas com a censura federal, daqui pra frente, e até receber alguma punição do DENTEL, por ter divulgado na noite de 24 de agosto passado, em Rio Branco, como matéria paga, uma nota redigida pela firma atacadista de carnes, Wilson Rodrigues Barbosa, contra o deputado opositorista Geraldo Fleming, vice-presidente da Assembleia Legislativa do Acre, ofendendo-o moralmente. [...]. O documento trata Fleming de “deputadinho mentiroso e inconsequente”, insinua que o parlamentar não tem vergonha porque já apanhou de um cidadão na rua, sem reagir, chamando-o de “filhinho do Cerqueira” e acusa-o de colocar água no leite que fornece a consumidores de Rio Branco. O parlamentar requereu, pela Assembleia, cópia do documento, para tomar as providências cabíveis, enquanto a Polícia Federal, por sua vez, exigia a gravação da TV, e seu script. Contudo, o diretor da TV, Tufic Assmar, parecia tranquilo diante dessas exigências, pois no dia seguinte ao da divulgação da nota, por telefone, tranquilizava um funcionário da estação de TV que se assustara com a intervenção da Polícia Federal, dizendo que “eu estava consciente de tudo que poderia acontecer”. Para Assmar, o importante é que o documento estava assinado por Wilson Barbosa⁸⁹.

Esta notícia importa, pois nota-se que a censura não estava ativa apenas nos grandes centros do país. Neste sentido, “os ‘anos de chumbo’ e o susto com a luta armada deixaram os grandes jornais brasileiros ressabiados” (Napolitano, 2021. p. 224) e isso teve reflexo também nos pequenos jornais de circulação local. A imprensa era vigiada e se autovigiava diante de “alguns temas críticos [que] eram evitados pelos editores, bem como qualquer pauta política que pudesse perturbar a lógica palaciana dos militares em conduzir os negócios do país” (Idem, p. 224).

O governador Joaquim Falcão Macedo foi o quinto governador do Acre no período ditatorial, entre os anos 1979 e 1983. Seu nome foi escolhido em detrimento de políticos experientes como Nosser Almeida, Altevir Leal e Omar Sabino. Mais uma vez coube ao *O Jornal* noticiar a escolha. Joaquim Macedo é apresentado como o “sexto governante nos dezessete anos do Acre Estado”.⁹⁰ O restante da matéria trazia um balanço sobre os demais governadores e seus feitos. Todos os antecessores receberam destaque, inclusive José Augusto de

⁸⁹ *O Jornal*, Ano IV, nº 15, Rio Branco, 05 de setembro de 1977, p. 01.

⁹⁰ *O Jornal*, Ano VI, nº 90, Rio Branco, 16 de março de 1979, p. 04.

Araújo. Neste caso, porém, consta no periódico que ele havia renunciado ao cargo após a “revolução de 1964”. Vejamos um trecho abaixo.

Joaquim Falcão Macedo, o sexto governador, começou ontem uma jornada que visa dar novos horizontes ao Estado. Acreano, nascido em 5 de fevereiro de 1927, [...] foi deputado federal e político atuante, e à sua capacidade deve-se a realidade da CILA – Companhia Industrial de Laticínios do Acre. Indicado governador, aglutinou em torno de si uma equipe jovem para executar o Plano de Ação do Governo, com metas importantes para o desenvolvimento no quadriênio⁹¹.

Faltou mencionar que Joaquim Macedo, assim como outros políticos, havia participado da elaboração da primeira Constituição do Acre, em 1963. De acordo com o outro periódico, “o projeto da Constituição acreana foi elaborado por uma comissão de deputados, composta por Dr. Augusto Hidalgo, Presidente e relator, e os membros Adonay Santos, Eloy Abud, Omar Sabino, Joaquim Macedo, Nabor Júnior e Geraldo Fleming”⁹², figuras conhecidas que fizeram parte da política acreana antes e após a ditadura. O que mostra o mutismo político e capacidade de adaptação da maioria dessas pessoas em cenários políticos e sociais muito distintos.

Ao visitar o Acre em fins de 1978, o general João Baptista Figueiredo, futuro presidente, se encontrou com Joaquim Falcão Macedo, que ainda não era governador, mas também já estava cotado (ou certo) para o cargo. O encontro foi noticiado com certa pompa e euforia pelo jornal *O Estado do Acre*, onde consta que “logo após a audiência com o futuro governador [...] ele saia convicto de que a ARENA recuperará a maioria nas eleições de 15 de novembro”⁹³. A visita do general Figueiredo também intensificava o contato com os políticos quando passava em uma espécie de revista de um militar a sua tropa, no caso, aos políticos.

O governo de Joaquim Macedo, assim como os demais do período ditatorial, atuava nos bastidores local e nacional para manter o apoio político e a confiança dos militares. Em 1982, já em um contexto de distensionamento e

⁹¹ *Idem*.

⁹² *O Juruá*, Ano X, nº 121, Cruzeiro do Sul, 10 de março de 1963, p. 01.

⁹³ *O Estado do Acre*, Ano I, nº 08, Rio Branco, 22 a 28 de outubro de 1978, p. 03.

abertura, alguns problemas sociais de longa data começaram a surgir na imprensa local com mais assiduidade, fato destacado no jornal *O Diário do Acre*:

BOLSÕES DA MISÉRIA LUTAM PARA NÃO MORRER DE FOME

A população de baixa renda além de estar enfrentando sérios problemas de moradia e emprego, depara-se agora com um desafio: “A fome”. Oitenta por cento dos residentes nos aglomerados da periferia, definidos pelos urbanistas como “bolsões da miséria”, são subempregados e vivem nas piores condições de higiene, sem água, luz, e infraestrutura urbanística. [...]. O problema da alimentação das crianças em fase de desenvolvimento oriunda desses “bolsões da miséria” tem sido atenuada em parte graças a Merenda Escolar, fórmula salvadora encontrada pelo Governo Federal para se evitar o raquitismo em massa. Apesar de não ser o ideal, a Merenda Escolar tem sido o “safá onça” de milhares de crianças, cuja alimentação trivial baseia-se em arroz, e produtos enlatados, cujo consumo triplicou nas áreas densamente povoadas⁹⁴.

A fragilidade social de parcela da população mais pobre já parecia ser muito visível. Neste caso, enquanto o jogo de poder se intensificava para a troca de governante, a população enfrentava o fantasma da fome, sem muito interesse por parte dos políticos em conter a crescente pobreza. Em 1982 começaram as disputas pelo cargo de governador do Acre e Nabor Teles Junior, deputado federal do PMDB, que estavam mais ligados às alas oposicionistas, buscou apoio para o primeiro pleito eleitoral direto após a derrubada de José Augusto do poder vinte anos antes! E o jornal fazia uma premonição (ou aposta/desejo) de que se eleito governador, Nabor Junior tenderia a acabar como o do primeiro governador do Acre José Augusto de Araújo:

O deputado federal Nabor Júnior, candidato do PMDB ao Governo do Estado nas eleições de 15 de novembro, apesar dos indícios de fogo forte no paiol, mantém-se tranquilo cosendo as peças rasgadas pelos fogueteiros progressistas do partido. O tarimbado Nabor Júnior, continua mantendo intensos contatos com as bases interioranas, dialogando com os seus pares da cúpula, tentando obter a unidade partidária tão arranhada, porque no momento a oposição (e é uma coligação teórica formada pelo PTB e PT) fracionada mais beneficia o PDS, ora a sair do sufoco para ares mais puros,

⁹⁴ *O Diário do Acre*, Ano I, nº 03, Rio Branco, 12 de maio de 1982, p. 03.

recuperando fôlego e disposição para reconquista de espaços perdidos. Nabor, nas suas definições práticas, argumenta que para ser o candidato ao Governo, precisa de união geral, computando-se ainda consenso ideário, soma de forças, exclusão de divergência e eliminação de ambições gulosas. Se conseguirá acalmar as alas do PMDB, já prelibando a vitória do partido de forma completa, tenderá Nabor a ver o replei do governo José Augusto de Araújo, cujas boas intenções tombaram pela pororoca de conflito, interesse e guerra suja intestina. Se a história se repete, quem espera repeti-la?⁹⁵

Em 1982, a promessa de eleição livre para governador e outros cargos do Legislativo, deixou os redutos eleitorais atentos, animando grupos políticos a participarem deste processo, já que ainda perdurava a ditadura no país.

E, portanto, era possível perceber que a pressão contra os militares no poder só aumentava, e depois que militares se envolveram no atentado do Riocentro, isso deixou a situação mais tensa, já que havia o risco de não ocorrer eleições diretas devido a um fracassado atentado inicialmente atribuído aos grupos de esquerda pelos militares.

Há um ano, quando o governo mandava recados tranquilizadores sobre a realização das eleições de 1982, a opinião pública, ainda sob o impacto das bombas do Riocentro, perguntava-se apreensiva: “Será?” Hoje não se duvida de que haverá eleições, incluindo – honra seja feita à abertura política do presidente Figueiredo – as primeiras eleições diretas de governador nos últimos vinte anos. Contudo, não porque se tema o seu cancelamento, mas por preocupações acerca da forma em que se realizará. Preocupações agravadas, nos últimos dias, pela intensificação dos boatos sobre a adoção do voto domiciliar⁹⁶.

O governo militar chega na década de 1980 recebendo cada vez mais críticas, e após o atentado a bomba em 1981, onde ficou comprovado que eram agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro que estavam no carro onde a bomba explodiu, o desgaste aprofundou. E nesse contexto de incertezas, a oposição começou a atuar fortemente, “sobretudo suas correntes de esquerda, [que] teriam uma grande chance de ocupar mais espaço político, dada a comoção

⁹⁵ *O Diário do Acre*, Ano I, nº 22, Rio Branco, 3 de junho de 1982, p. 06.

⁹⁶ *O Diário do Acre*, Ano I, nº 74, Rio Branco, 05 de agosto de 1982, p. 02.

causada pelo episódio” (Napolitano, 2021, p. 296). Com a permissão do multipartidarismo limitado, o MDB se transformou em PMDB e “manteve parte dos quadros parlamentares da oposição extinta, conseguindo amplo apoio do eleitorado na eleição de 1982” (Idem, p. 300).

Nabor Júnior era um nome forte para o governo do Acre e que contou com apoio informal de partidos proscritos e grupos de esquerda radical⁹⁷. Após vencer as eleições, Nabor Júnior se preocupou em formar a equipe de transição, algo importante naquele momento, pois a situação ainda não estava tranquila. No plano nacional ainda vigorava a ditadura e uma necessidade de que tudo corresse bem dependia dos próximos passos, inclusive, nos discursos moderados e cuidadosos.

Com o encerramento das apurações no Centro de Treinamento, o governador eleito Nabor Júnior e o senador Mário Maia voltam suas preocupações para a formação do corpo de assessores que participará do esquema de transição até a posse em março. [...] O governador eleito Nabor Júnior, continua mantendo uma postura bastante discreta nos seus pronunciamentos, fazendo entretanto uma ressalva toda vez que mantém encontros com a imprensa que “governará sem ódio”⁹⁸.

Durante as disputas eleitorais acordos foram feitos e a declaração de Nabor Júnior de que governaria sem ódio era um sinal de que não haveria ataques aos adversários que ficaram por duas décadas no poder no Acre. Sobre essas primeiras eleições, Maria José de Rezende nos diz:

[...] os condutores da abertura argumentavam que a liberalização democrática [...] estava sendo lentamente realizada e citavam como exemplo a emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas para governadores estaduais em 1982 e a extinção do senador biônico (REZENDE, 2013, p. 279).

O jornal *O Gafanhoto*, editado pelo gabinete do então senador Mário

⁹⁷ A Lei nº. 6.767, de 20 de dezembro de 1979 extinguiu o bipartidarismo e permitiu a volta do pluripartidarismo e dificultou o surgimento de partidos pequenos e de esquerda. Proibiu as coligações e obrigava o partido a lançar candidaturas para todos os cargos em disputa. No Acre, Nabor Junior recebeu apoio de grupos com MR8 e PRC. A referida Lei pode ser consultada aqui: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6767.htm. Acesso em 12/02/2024.

⁹⁸ *O Diário do Acre*, Ano I, nº 158, Rio Branco, 30 de novembro de 1982, p. 01.

Maia, trazia uma análise sob a administração de Nabor Júnior, onde se lia exageradamente que “[...] passados 18 meses da posse deste a verdade prevaleceu e a vontade popular que o fez governador, mais uma vez, deu provas de ser ‘a voz de Deus’”⁹⁹. Esse trecho em particular, além de ser de um o jornal de um aliado do governador, buscava exaltar o novo governo já na quase metade do mandato e fazer críticas aos governos militares ao rememorar aos leitores a situação no Acre durante os governos biônicos escolhidos de maneira indireta. Os discursos que exaltam o governo de Nabor Júnior, de certa forma, também refletiam nas disputas entre o PMDB e o PDS (antiga Arena), como bem relata o editorial de *O Gafanhoto* ao dizer que “em 20 anos de desgovernos do PDS, os acreanos conheceram 90 quilômetros de estradas; só neste ano de 1984, porém, Nabor Júnior entrega aos acreanos 103 quilômetros”¹⁰⁰.

O PDS, partido de oposição ao governo Nabor Júnior, nacionalmente estava na situação e, “na verdade a nova denominação da Arena, era o partido onde permaneciam os conservadores e os defensores da manutenção do cenário desenhado durante o governo dos generais do planalto (Silva, 1998, p. 64).

No plano nacional, alguns políticos acreanos aderiram ao movimento das Diretas Já e na sequência declararam apoio ao presidenciável Tancredo Neves. O senador acreano Mário Maia era um dos seus defensores, tornando pública esta decisão através do jornal *O Gafanhoto*. Segundo este noticioso, “fez a revelação de sua decisão perante mais de 400 mil pessoas que se encontravam presentes ao grande comício Pró-Tancredo, realizado em Goiânia, no dia 14 de setembro passado”¹⁰¹.

2.3 – Teatro e cinema como movimentos de resistência contra a ditadura

Os jornais que circularam durante a ditadura civil-militar no Acre, atuaram em sua maioria sem questionar muito o que os representantes do executivo faziam quando almejavam ao posto de governador. No limiar da ditadura, situações vistas como autoritárias eram tratadas como corriqueiras, não ocorriam

⁹⁹ *O Gafanhoto*, Ano I, nº 02, Rio Branco, outubro de 1984, p. 03.

¹⁰⁰ *Idem*.

¹⁰¹ *Idem*.

indisposições dos periódicos com os chefes do executivo, algo que só começa a mudar quando chegou o período em que a ditadura foi perdendo entusiastas e recebendo críticas de grupos que contestavam o regime a partir de fins da década de 1970.

Alguns jornais começaram a publicar notícias que demonstravam insatisfação com os governos do presente e pretéritos, que era até mais confortável. O exemplo mais conhecido é o do jornal chamado de *Varadouro*, que deu espaço e visibilidade aos grupos silenciados pelo regime autoritário, tais como os indígenas, seringueiros, prostitutas, empregados domésticos, estudantes, professores, sindicalistas, artistas, entre outros. Parte desses movimentos sociais eram formados geralmente de jovens de grupos de teatro amadores que levavam suas peças de cunho crítico em forma de protesto contra o descaso dos governos com a população.

O teatro simbolizou no cenário nacional e regional a resistência através de suas manifestações, que expressavam incisivamente as vozes contrárias à ditadura no Acre e no Brasil e foram crescendo em quantidade e qualidade. Marcos Napolitano explica que “os novos tempos de repressão e censura, aliados a uma certa facilidade de produção e consumo, estimularam o crescimento de um mercado cultural marcado pela difusão de produtos de entretenimento, sobretudo na música popular e na televisão” (Napolitano, 2021, p. 174). No Acre o teatro era a forma de se insurgir contra os governos autoritários por meio da representação teatral, ao criticarem nas peças e interpretarem situações cotidianas em que se encontravam os acreanos mais pobres.

Nos anos de 1970, no Acre, parte desses artistas do teatro também passaram a atuar no ramo cinematográfico e um dos primeiros grupos que se formou foi o ECAJA – Estudos Cinematográficos Amador de Jovens Acreanos. A partir de 1974 produziram e filmaram películas longas e curtas com câmeras Super 8mm e algumas destas produções ganharam destaque e atenção da população nos cinemas de Rio Branco, como os filmes *Fracassou Meu Casamento* (1974), *Rosinha a Rainha do Sertão* (1975), que também percorreram salas cinematográficas e exibições em praças públicas em outros municípios do Acre (Costa Junior, 2012).

Alguns grupos de teatro também ganharam visibilidade, como foi o caso

do GRUTA – Grupo de Teatro Amador do Acre, que em 1980 estava se preparando para viajar e apresentar a peça teatral *Suarentos*. O GRUTA foi fundado no centro comunitário do bairro da Estação Experimental, no dia 24 de janeiro de 1977¹⁰². Seu objetivo era “divulgar a arte teatral e ao mesmo tempo falar e questionar a nossa realidade, através do teatro”¹⁰³. O grupo era formado por “José, Valdir, Naylor, Airton, Mário e Alberto, pessoas que estudam à noite, trabalham de 04 a 08 horas diárias e ainda arranjam disposição pra pensar em teatro e ensaiarem todos os dias das 22 às 24 horas”,¹⁰⁴ e as peças teatrais que representavam a história de seringueiros e pessoas comuns da sociedade.

Em 1977, *O Jornal* divulga a vinda do teatrólogo que dava assistência ao grupo GRUTA, destacando que o grupo era formado por estudantes acreanos.

Na parte de teatro o SESC sequencia os ensaios da peça “Os Filhos da Mata” de Kleber de Barros Moura, teatrólogo, autor de “O Sonho” e “O Cangaceiro”, encenadas na Itália e na França. Kleber, juntamente com Vera Fróes, que já trabalhou no centro de Pesquisa Taclab (Teatro Laboratório) do Rio de Janeiro estão desenvolvendo suas atividades atualmente no SESC e têm dado efetiva assistência ao Grupo “Gruta”, formado por estudantes acreanos, e responsáveis pela apresentação de “Os Filhos da Mata” no próximo mês, para as comunidades de base e no centro da cidade. A peça apresenta um temário sobre o auge e o declínio da borracha¹⁰⁵.

Nos idos de 1970, as apresentações de peças teatrais ganharam espaço na cidade de Rio Branco. Em 1977, o grupo de Teatro Mambembe, de São Paulo, esteve na cidade para apresentar *A Farsa de Inês Pereira*¹⁰⁶, patrocinado pelo Ministério da Cultura e pelo governo do Acre. No entanto, como era patrocinado pelos governos federal e estadual, a censura não viu nenhum problema em liberar e patrocinar o espetáculo. Em Rio Branco, muitas apresentações teatrais ocorriam no Colégio Acreano e, o grupo de Teatro Mambembe era outro que declarava seu interesse em divulgar o cotidiano da população paulista sem dar destaque diretamente às questões políticas. No entanto, entendo que só o fato

¹⁰² *O Jornal* nº 129, 23 de março de 1980, p.09.

¹⁰³ *Idem*.

¹⁰⁴ *O Jornal* nº 28, 05 de dezembro de 1977, p.11.

¹⁰⁵ *O Jornal*, nº 34, sd. 1977, p. 02.

¹⁰⁶ *O Jornal* nº 27, 28 de novembro de 1977, p.13.

desses grupos fazerem apresentações críticas às situações fictícias ou do cotidiano, permitiam às pessoas pensarem suas situações individuais e coletivas de onde viviam.

Apesar de toda repressão velada, os grupos de teatro acreanos, se mobilizaram para divulgar suas peças que representavam as condições sociais dos acreanos que saíam do meio rural para o urbano, muitas vezes expropriados de suas terras. As representações teatrais contavam o ritmo da cidade e, em suas entrelinhas, sempre havia uma crítica mesmo que curta a situação vigente. Mesmo que os roteiros de peças e filmes passassem pelos órgãos de controle do governo, e a contestação contra a ditadura não estivesse declarada, estavam presentes em peças teatrais e escritos literários de forma indireta. Neste contexto, uma poesia chama atenção por revelar os sentimentos dos jovens dos anos de 1970 o que mais parecia uma denúncia sobre a administração de governos que não davam esperança aos jovens diante do cenário em que viviam. O título do poema é *meu tempo*, de autoria de Airton Rocha, integrante do grupo de teatro GRUTA (Grupo de Teatro Amador):

MEU TEMPO

Meu tempo
Tempo de meia - palavra
Meio – silêncio
Tempo
De silêncio na praça
Na esquina
Muitos enterros
Pouca alegria
Esse é meu tempo
Tempo da traição.
 (Airton)¹⁰⁷.

Se possível analisar essa poesia, é interessante identificar nela a vivência do autor nos anos de 1970, onde havia o silêncio estabelecido no cotidiano dos espaços públicos em que não se podia manifestar e dizer o que se queria e tinha vontade abertamente. E para além disso, havia a tristeza daqueles dias sem alegria sobre o que o autor chama de tempo de “traição”.

A criação do GRUTA nasce a partir da necessidade de segundo seus

¹⁰⁷ *O Jornal*, ano III nº 76, Rio Branco, 27 de novembro de 1978, p. 12.

próprios integrantes de ver mais ação desses integrantes que também eram participantes dos grupos de jovens da igreja católica e que resolveram se unir para fazer teatro experimental. Segundo os integrantes, as dificuldades eram enormes, desde de ordem pessoal como financeira, e expuseram isso em uma entrevista que reproduzimos abaixo.

GRUTA, um teatro sem escola

JORNAL – O que é GRUPO GRUTA?

GRUTA – Somos uma tentativa acreana de fazer teatro no Acre. Estamos começando do zero mas acreditamos que os esforços serão válidos, se não para que nos transformemos em profissionais mas pelo menos para trabalhar os problemas de nossa terra. Somos também o primeiro grupo de teatro que registrou em cartório e que tem Estatuto publicado em Diário Oficial. Ainda hoje estamos devendo o dinheiro pedido emprestado para pagar a publicação. É curioso, mas estamos pagando prá fazer teatro no Acre¹⁰⁸.

Um outro grupo de teatro destacados nos jornais em 1980 foi o TESTA (Grupo de Teatro Experimental do Acre), que era apontado ter seu trabalho voltado para a reflexão crítica da realidade acreana e de compromissos com os trabalhadores, de buscar junto com estes, caminhos de renovação do teatro acreano¹⁰⁹. Este grupo apresentou uma peça na II Mostra de Teatro Amador, chamada de *A Fábula da Arca*¹¹⁰. Através dela realizou “uma crítica ao projeto de reforma do governo”. Embora a matéria não esclareça que projeto era esse, é possível imaginar que o teatro era um meio de se fazer críticas de conteúdo político que geralmente não se faziam nos jornais e rádios locais.

Assim como o grupo GRUTA, o grupo TESTA também estava envolvido com a situação cotidiana que afligia parte da população do Acre:

O TESTA está atualmente participando, juntamente com outros grupos, na montagem de um trabalho relâmpago, para ser apresentado por ocasião das comemorações da Semana do Índio, de 14 a 19 de abril, promovida pela Comissão Pró-Índio do Acre. O texto enfoca o conflito pela terra entre índios apurinãs e posseiros, no quilômetro 45 da estrada de Boca do Acre. A montagem da peça busca aprofundar e apontar as causas do conflito, no modelo de ocupação da Amazônia,

¹⁰⁸ *O Jornal*, ano IV, nº 28, Rio Branco, 05 de dezembro de 1977, p. 11.

¹⁰⁹ *O Jornal*, ano VII, nº 135, Rio Branco, 13 de abril de 1980, p. 02.

¹¹⁰ *Idem*.

baseado no latifúndio. Dentro da programação de trabalho do grupo TESTA, insere-se atividades de capoeira, montagem de uma peça sobre a realidade acreana e um projeto de criação de um arquivo histórico – fotográfico da realidade acreana. Ao som das quenás andinas de Raul, Cristiano e Xavier, os amigos e colaboradores do TESTA tiveram a oportunidade de assinar a ata de oficialização do grupo, requisito necessário para a posterior filiação à Federação de Teatro Amador do Acre (FETAC)¹¹¹.

Os conflitos do campo chegam à cidade e os grupos teatrais começavam a problematizar na arte esses conflitos nas suas apresentações como forma de escancará-los perante a sociedade e denunciar às autoridades que não davam segurança de vida e permanência dessas pessoas em suas terras. Ainda em 1980, quando se comemorava o Dia do Trabalhador, outro grupo de teatro amador do bairro Bahia se reuniu para uma apresentação relâmpago:

Na quinta-feira passada, dia 1, apresentaram “A todo Vapor”, com teatro, música e “notícias de acompanhamento” das últimas manifestações dos sindicatos e associações de trabalhadores. As cenas de teatro foram tiradas da peça. “As Aventuras de João Feijão”, já encenada em Rio Branco, na periferia, pelo Grupo de Teatro do Bairro Bahia. O tema versa sobre uma família de trabalhadores rurais em dificuldades com os grandes proprietários, tendo por isso que emigrar para a cidade. [...]. “A todo Vapor” contou ainda com a participação de alguns músicos e poetas, raramente juntos num **show** comum. Entre eles, Rubens Martins, Keilah Diniz, Pia Vila, Humberto Brasilensis, Manoel do Cavaquinho e o violonista Hélio de Melo. Foi feita ainda leitura de trechos de reportagem dos últimos acontecimentos que envolvem os metalúrgicos do ABC de São Paulo. Talvez, daí, o título do trabalho, “A todo Vapor”.¹¹²

Vários grupos se mobilizaram para contestar a seu modo a situação vigente do Acre e do país na esteira do movimento das *Diretas Já!* e das greves de operários no ABC paulista lideradas por Luís Inácio Lula da Silva e berço de fundação do Partido dos Trabalhadores - PT.

O grupo de teatro Sacy, criado em 1976 a 1977, tendo como principais fundadores e artistas “Jorge Carlos, Francys Mary, Eleonora, Cícero e Silene Farias¹¹³”, tornou-se muito conhecido por realizar peças teatrais inovadoras para

¹¹¹ *Idem*.

¹¹² *O Jornal*, Ano VII, nº 139, Rio Branco, 01º de maio de 1980, p. 02.

¹¹³ *Repique*, nº 14, 28 de abril de 1985, p. 20.

o período. Uma dessas peças era intitulada: *As aventuras do Diabo malandro*, cujo foco central da trama era o problema da invasão de terras na Amazônia. Sobre o grupo a imprensa destacou ainda “a irreverência, as sacanagens, as capetices, o fato de ninguém derrubá-lo, bem ao estilo de ‘comigo ninguém pode’ é o espírito que o grupo Sacy manifesta o seu teatro e a tarefa de fazer um teatro sério no Acre”¹¹⁴.

A efervescência cultural através do teatro era intensa no Brasil e segundo Marco Napolitano, “o teatro, ao seu modo, refletiu também a contracultura no Brasil, manifestação da recusa global ao sistema e à sociedade estabelecida, característica da geração AI-5” (2021, p. 187).

2.4 - *Varadouro*: uma escrita dissonante durante a ditadura no Acre

Conforme vimos no tópico anterior, nos anos de 1970 indígenas, colonheiros e seringueiros eram expulsos das terras para dar lugar aos “donos” que iam chegando incentivados pelos governadores locais e federal. Neste contexto é que surge o jornal *Varadouro*¹¹⁵. Na região amazônica o significado desse nome do jornal remete a um caminho aberto para o interior da mata para circulação dentro da floresta de pessoas e animais domésticos, porém em outras regiões do país existem outros significados. Esse periódico se tornou uma escrita dissonante em relação aos demais meios de comunicação que existiram no período e que tinham o viés mais governista conforme já demonstramos.

O jornal *Varadouro* era publicado quinzenalmente. Sua primeira edição foi em maio de 1977 e a última em dezembro de 1981, perfazendo um total de 24 edições. O corpo editorial era composto por pessoas ligadas à cultura acreana como Francis Mary, Silene Farias, Vera Fróes (atrizes do teatro), Arquilau de Castro Melo (advogado), Terri Aquino (antropólogo e indigenista), Abrahim Farhat (militante político) entre outros que fizeram parte das edições do

¹¹⁴ *Idem*

¹¹⁵ s. m. lugar seco onde se fazem encalhar os navios para poderem ser limpos ou consertados ou para estarem ali recolhidos durante o inverno; varador: Fossos cavados à pressa, tábuas e couceiras arrastadas para o Varadouro. (Fig.) Lugar onde se reúnem pessoas para descansar ou conversar. (Amazônia e Mato Grosso.) Caminho aberto para o interior da mata. (Amazonas) Canal entre um brejo e um rio; caminho entre dois rios. (Pará) Canal que comunica um rio com um lago. Atalhos de um rio, através de várzea submersa. (Amazônia) Passagem aberta rapidamente entre dois rios, a fim de evitar acidentes do curso. Disponível em <https://www.aulete.com.br/varadouro>. Acesso em 30/07/2023.

Varadouro e que sempre foram ativistas sociais.

O *Varadouro* em sua capa sempre apresentava as ilustrações de Roberto Medeiros (Branco), que expressavam o cotidiano seja do campo ou da cidade. O jornal apresentava propagandas que divulgavam lojas de materiais de construção, motosserra, máquinas entre outras que ajudavam na sobrevivência financeira do jornal que, embora jornalisticamente independente, precisava de recursos para manter os gastos inerentes à atividade de uma empresa jornalística.

É inegável o papel social do surgimento do *Varadouro* como imprensa alternativa que passou a denunciar as violências cometidas no mundo rural e florestal acreano, onde os moradores foram esquecidos e silenciados pelas balas disparadas capangas, pistoleiros e por agentes públicos investidos de poder policial que praticavam arbitrariedades ao se colocarem ao lado dos poderosos.

Quando o jornal *Varadouro* de fato começa a existir, o governador do Acre era Geraldo Mesquita, este que deu continuidade ao projeto dos governos anteriores de preencher o vazio demográfico acreano e trazer o “progresso” e “desenvolvimento”. Mas na realidade, esses empresários e investidores poderosos em consonância com os governos locais e demais autoridades, se viram livres e empoderados para ocupar espaços que nunca estiveram “vazios” e sem gente. E neste sentido, o jornal deu visibilidade a isso em sua primeira edição que transcrevemos parcialmente abaixo.

No caso do Acre e da Amazônia em geral é de se perguntar, antes de tudo, sobre “quem sai lucrando com a devastação das florestas e a exploração do seu potencial mineral e vegetal”. O próprio diretor do INPA teve uma expressão adequada para responder esta questão: “Não devemos permitir – disse ele – que gaúchos, paulistas e outros venham acabar com as florestas da Amazônia. Eles chegaram aqui: criam o boi; mandam a carne para a Alemanha e outros países; o dinheiro fica por lá e o homem da Amazônia fica apenas com o “berro do boi”. Em outras palavras, o cientista condena aqueles que preconizam e defendem uma política de ocupação da Amazônia baseada apenas em projetos agropecuários, na “bovinização”, e em vista das exportações, sem levar em conta o desenvolvimento harmônico e em proveito da população local¹¹⁶.

¹¹⁶ *Varadouro*, Ano: I, nº 1, Rio Branco, maio de 1977, p. 05.

A crítica nascia junto ao jornal que não deixava de apontar o grande problema que o Acre enfrentava naquele momento, a chamada pecuarização, patrocinada pelos governos aliados aos generais/presidentes e o capital privado em expansão na Amazônia. Era a denúncia para o Acre não virar pasto de boi, conforme o compositor Pia Vila e Terri Aquino já haviam anunciado em 1976 na música manifesto e premonitória chamada *Padim Sebastião*.

[...]

*Estão anunciando que o Acre
Vai virar pasto de boi*

*E que o Acre já virou pasto de boi
E quando ouvir falar dos seringueiros sem terra
É sinal de guerra em todo lugar
E quando ouvir falar de índio sem terra
É sinal de guerra em todo lugar*

[...]

*São os sulistas capitalistas de berro de boi
Estão expulsando os homens da colocação
E berra boi
[...]¹¹⁷*

O jornal também deu visibilidade aos indígenas, grupos esquecidos/silenciados na Amazônia, eles também eram sistematicamente expulsos de seus territórios ancestrais na região acreana desde o século XIX, mas isso se intensificou e atingiu outro patamar a partir da ditadura e as grandes obras para a Amazônia.

O jornal o *Varadouro*, como meio de comunicação que denunciava o que ocorria no Acre, torna pública a falta de ação e omissão dos governos estadual e federal em combater a presença de *jagunços* nos antigos seringais intimidando e praticando violências contra os seringueiros. Essas pessoas eram contratadas pelos novos proprietários de terras para expulsar e proteger as terras expropriadas para que seringueiros e agricultores não voltassem. E isso pode ser visto no exemplo pinçado abaixo de uma denúncia feita por um vereador de Rio Branco.

¹¹⁷ Letra transcrita a partir de áudio do canal *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0VkytEAtBM>. Acesso em 19/03/2024.

UMA SUGESTÃO

Depois de ser impedido de visitar um amigo na estrada Mário Lobão, seringal Nova Empresa, o vereador João José de Araújo deu uma sugestão interessante, na Câmara Municipal de Rio Branco “de muita coisa nosso Estado está carente, mas o principal, o mais importante na conjuntura em que vivemos, é extinguir essa jagunçada de todos os quadrantes do Estado”. E prosseguiu o vereador: “nós, acreanos, temos trânsito livre na Bolívia, a pé, a cavalo ou a veículo motorizado. Por que não temos o mesmo direito em nossa casa? Precisamos coibir esses abusos, precisamos proteger nossos irmãos que há anos se embrenharam por essas matas e, nesse caso particular, viveram no seringal Nova Esperança, e agora estão tolhidos, sem liberdade de sair ou entrar; além de ameaças de perder suas terras, porque vivem constantemente pressionados por jagunços a mando de patrões que não conhece”¹¹⁸.

As notícias sobre violências relacionadas ao mundo rural e florestal acreano no *Varadouro* se tornaram constantes desde seu primeiro número. Já em outros jornais, esse assunto era omissos e ainda predominava a bajulação política aos poderosos do momento. As coisas mudaram de patamar quando ocorreu o assassinato do funcionário de uma fazenda em briga pela posse de terra com posseiros e que envolveu no caso a Igreja Católica na pessoa do bispo Dom Moacyr Grechi, que resolveu escrever uma carta-denúncia ao presidente da república cujo trechos foram divulgados em primeira mão pelo *Varadouro*.

Uma semana antes de se consumar o conflito, um grupo de posseiros e seringueiros do Nova Empresa esteve na cidade procurando o bispo dom Moacyr Grechi, mas não o encontrou porque estava viajando. No documento entregue ao presidente da República, a Prelazia do Acre e Purus analisou da seguinte forma o fato: “Esgotadas as esperanças de solução por vias legais, o desespero costuma conduzir à violência, como aconteceu na semana passada no seringal Nova Empresa, onde dois capatazes foram mortos”. Envolvida, desde o início, na problemática de terras do Estado, a Prelazia do Acre e Purus, cujo bispo dom Moacyr Grechi é presidente da Comissão Pastoral da Terra – órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, também tem sua posição definida sobre o assunto. [...] denuncia as pressões pelas quais passam aqueles que tentam permanecer em suas posses, não poupando também a inoperância de órgãos públicos aos quais recorrem e não encontram “perspectiva de solução”. [...] “são frequentes as queixas de que segurança se envolvem em questões de terra,

¹¹⁸ *Varadouro*, Ano I, nº. 2, Rio Branco, 1ª quinzena de 1977, p. 19.

inclusive fazendo pressões ou ameaças”. E pede uma “ação mais vigorosa” dos órgãos federais e estaduais no sentido de “coibir abusos e arbitrariedades”. Por fim, a igreja reforça o pedido, também feito pelo governador, para que se efetive a desapropriação das duas áreas declaradas de interesse social¹¹⁹.

A entrada da Igreja católica em cena deu amplitude às violências que ocorriam no Acre contra seringueiros, posseiros e indígenas. E cerca de duas décadas depois veio à luz um relatório sobre as violências praticadas naquele período e cujo título é: *Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962/1985*, elaborado pela *Comissão de Direito à Memória e à Verdade* (2011). No Acre vários desses assassinatos cometidos por latifundiários (mandantes) e jagunços (executores) não foram investigados e aqueles que foram, ou as pessoas foram inocentadas por falta de provas ou as penalidades foram muito leves.

Em 1980, o seringueiro e presidente do sindicato rural de Brasiléia, Wilson Pinheiro foi assassinado dentro da sede do sindicato no centro da cidade e “o assassinato de Wilson gerou imediata onda de protestos. Já no dia seguinte, companheiros viajaram até Rio Branco para comunicar o crime ao delegado regional da Contag, João Maia Filho” (Carneiro, 2011, p. 287).

A violência no campo atingia os sindicalistas que apoiavam seringueiros contra a invasão das terras que eles ocupavam havia gerações. Denúncias se avolumavam e de toda parte surgiam casos de maus tratos e semiescravidão contra seringueiros e agricultores.

A imprensa de Rio Branco divulgou em fevereiro pelo menos três casos de jagunços que a serviço de fazendeiros torturavam peões sequestraram posseiros e obstruíram caminhos de seringueiros. Num dos casos aparecem os capangas “Zé Gordo” e “Negão” atraindo trabalhadores para o fazendeiro Alemão, de Xapuri, e os obrigando a serviços forçados e mal remunerados na base do chicote. O colono Quirino Lopes foi chicoteado até desmaiar¹²⁰

O *Varadouro*, além de denunciar a violência no campo como o caso retratado e contudente de trabalho semelhante a escravidão, estava atento às

¹¹⁹ *Varadouro*, Ano I, nº 3, Rio Branco, agosto de 1977, p. 12.

¹²⁰ *Varadouro*, Ano IV, nº 20, Rio Branco, abril de 1981, p. 10.

situações que envolviam processos judiciais em decorrência da Lei de Segurança Nacional contra as pessoas que estavam no elo mais fraco desses conflitos no Acre. Sobre o assassinato de Wilson Pinheiro, o *Varadouro* se posicionou dizendo que:

Mais uma vez, portanto, ficou claro que a tal Lei de Segurança Nacional só é usada contra os trabalhadores e seus dirigentes ou contra outras pessoas que o regime militar, o governo considera seus “inimigos” [...] contra os vendilhões da pátria jamais de notícias de que a Lei de Segurança Nacional foi usada¹²¹.

O posicionamento se dava em razão do julgamento de alguns sindicalistas na Junta Militar de Manaus por terem participado de manifestações contra o assassinato de Wilson Pinheiro. Os denunciados foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e entre eles estavam: “Luís Ignácio da Silva, Lula, presidente nacional do PT; José Francisco da Silva; presidente nacional da Contag, João Maia da Silva, [...] o vereador da Comissão Regional do PT, Francisco Mendes Filho”¹²² (Chico Mendes).

O jornal fazia uma indagação sobre qual teria sido o crime que eles cometeram. A situação só foi investigada porque o suposto assassino de Wilson Pinheiro foi morto e os seringalistas e patrões pediram a abertura de inquérito contra os acusados por incitar a violência no campo durante as manifestações realizadas. Todos os acusados foram posteriormente absolvidos pela justiça militar.

Ainda sobre o assassinato de Wilson Pinheiro, o *Varadouro* não se deteve em suas denúncias e continuou indo à fundo e cobrindo os conflitos em curso no Vale do Acre, que fez com que a inoperância e silêncio das autoridades não fosse mais possível de se manter como anos antes era de praxe.

Assim que a notícia chegou a Rio Branco, de que um grupo de seringueiros e posseiros haviam matado o gerente da fazenda Nova Promissão, Nilo Sérgio de Oliveira, o secretário de Segurança deixou o gabinete do governador do Estado afirmando para os jornalistas que iria agir “energicamente”. De imediato, deslocou para Brasília, os mais experientes

¹²¹ *Idem*, p. 12.

¹²² *Idem*.

policiais e cerca de 90 homens, armados até os dentes, para seguir as pistas dos trabalhadores. Em poucos dias, rastream, interrogaram, bateram, torturaram e prenderam os responsáveis pela morte do capataz da fazenda. Enquanto que, (sic) o assassino ou os assassinos de Wilson Pinheiro, provavelmente, passeavam por aí nas estradas ou sobrevoaram a região de teco-teco, como urubus depois do banquete. Aos trabalhadores do Acre ficou mais uma vez a triste lição, de que as autoridades e principalmente a polícia são braço armado dos patrões, e a pergunta: quem matou Wilson Pinheiro?¹²³

As denúncias contra a invasão e assassinatos de seringueiros se tornaram mais comuns, porém o que causava estranheza e medo na população era justamente o fato de que as autoridades não solucionaram e nem puniam os criminosos. Essas vozes de denúncias eram poucas e o *Varadouro* geralmente o seu veículo e que se auto intitulava *a voz da selva*.

O crime contra Wilson Pinheiro foi arquivado como “Crime insolúvel”. O assassinato do sindicalista reverbera até os dias de hoje, quando recentemente o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública contra o governo do Estado do Acre e a União por omissão na investigação do assassinato de Wilson Pinheiro. No documento, este órgão diz: “o Ministério Público solicita que a certidão de óbito seja ratificada para que conste como causa da morte a informação ‘Assassinato em contexto de sistemáticas violações dos direitos humanos promovidas pela ditadura militar’”¹²⁴. Esta posição parece ratificar tardiamente que os assassinatos no campo, quando cometidos contra seringueiros e posseiros, não eram solucionados por falta de interesse do Estado em deter a violência dos poderosos que haviam chegado ao Acre naquele período. O procurador regional do Ministério Público Federal expôs a sua leitura da omissão por parte dos agentes públicos daquele momento em que a ditadura estava em vigor.

Esse quadro de inércia estatal representa uma dupla violência: primeiramente, pelo assassinato em si com a brutalidade de uma execução, praticada em um contexto de oposição aos valores democráticos, aos direitos humanos e à tolerância; segundo, simbólica pelo desprezo à memória do

¹²³ *Varadouro*, Ano IV, nº 20, Rio Branco, abril de 1981, p. 13.

¹²⁴ Site *Acre Agora*. Disponível em <https://encurtador.com.br/adgMR>. Acesso em 02/03/2024.

sindicalista¹²⁵.

A morte de Wilson Pinheiro foi simbólica já que marcou uma espécie de antes e depois nas denúncias acerca das violências sofridas por trabalhadores nos campos/florestas do Acre. Ainda na edição de abril de 1981 do *Varadouro*, uma pergunta continuava sendo feita: *E os assassinos de Wilson?* Indagação esta que pode ser reatualizada para os dias de hoje, passados mais de quarentas anos de seu assassinato. Na citada denúncia do MPF do Acre, o documento ainda observa que os crimes praticados durante a ditadura se caracterizam como crimes contra a humanidade, pois:

A Comissão Nacional da Verdade evidenciou, inclusive, que crimes praticados no contexto da ditadura se converteram em política de Estado, concebida e implementada a partir de decisões emanadas da própria Presidência da República e dos ministérios militares e, por isso, teriam a natureza de crimes contra a humanidade¹²⁶.

O *Varadouro* em sua penúltima edição deu destaque ao papel social desempenhado pelas Comunidades Eclesiais de Base, que completava 10 anos em 1981. E dava visibilidade aos seus maiores incentivadores no Acre, os bispos Dom Giocondo Grotti e Moacyr Grechi, que juntos haviam se dedicado às causas sociais emanadas dos grupos mais pobres dos bairros considerados periféricos e das pessoas do mundo rural/florestal acreano.

[...] o povo foi descobrindo as maneiras de se organizar para resolver melhor seus problemas. As lavadeiras, por exemplo, fundaram sua associação. No bairro Triângulo Novo, as famílias enfrentavam a polícia armada e resistiam ao dono do terreno que pretendia expulsá-las da área. No bairro da Bahia, a mesma coisa. Havia um terreno baldio dando sopa, com tanta gente sem casa e sem condições de pagar aluguel. A comunidade resolveu aproveitar melhor a área. Houve ameaças, mas a comunidade venceu, conquistou e construiu um novo bairro. É verdade que esta conquista custou a vida de um de seus melhores líderes, João Eduardo do Nascimento¹²⁷.

As CEB's estavam nos movimentos que buscavam os direitos básicos

¹²⁵ *Idem.*

¹²⁶ *Idem.*

¹²⁷ *Varadouro*, Ano IV, nº 23, Rio Branco, agosto/setembro de 1981, p. 19.

da população, ajudava e enfrentava o aparato policial nas ocupações de terras ociosas e resistiam contra o governo ao enfrentar as determinações de reintegração de posse. No último número do jornal *Varadouro*, as denúncias ganharam intensidade, estavam entre suas principais notícias e anunciava premonitoriamente o fim das edições de um semanário chamado *Movimento* da imprensa alternativa, em que este comunicava não ter recursos financeiros para se manter ativo. Ao mesmo tempo em que o *Varadouro* publicava a sua última edição, sem anunciar aos seus leitores, não sabemos ao certo se o seu fim se deu por questões financeiras ou perseguições políticas.

Fato é que ainda sob o regime ditatorial, mesmo havendo uma abertura tímida e com todas as práticas autoritárias presentes, o *Varadouro* resistiu aos empresários, políticos, militares, fazendeiros e jagunços que se beneficiaram e agiram apostando na impunidade durante a ditadura civil-militar no Acre.

CAPÍTULO III - Ensino de História: fontes e testemunhos sobre o golpe e a ditadura no Acre

[...] a renúncia do nosso governador abalou até a natureza; até a natureza se encarregava (sic) da tristeza, [...] desde o mez (sic) de abril, a natureza era triste, o sol não brilhava, as noites eram turvas, os pássaros não cantavam parecia que algo tinha para acontecer [...] (Trecho da carta de Raimunda Gomes, 13/06/1964)¹²⁸.

O esquecimento e silenciamento em materiais didáticos sobre ditadura civil-militar no Acre, me levaram a tecer algumas elaborações sobre o assunto, subsidiada pelos referenciais teóricos e fontes históricas que aparecem no decurso desta dissertação. Especificamente sobre as fontes históricas analisadas, destaco o uso de jornais editados no Acre, em específico na cidade de Rio Branco e Cruzeiro do Sul; correspondências de amigas e parentes do governador deposto José Augusto e o IPM da denúncia contra ele e outras pessoas do seu entorno político, que foram fundamentais no processo de pesquisa e escrita desenvolvidos. Também insiro nessas primeiras considerações, o processo de formulação do Produto Didático, considerando que ele se constitui em parte integrante deste terceiro capítulo e consiste em um roteiro para o desenvolvimento de atividades sobre a ditadura civil-militar no Acre, disponibilizado digitalmente e direcionado aos/as docentes que atuam na área de história na educação básica.

Ainda sobre as fontes históricas trabalhadas, penso ser importante tratar sobre a opção pelo uso de correspondências, trocadas entre amigos e familiares do ex-governador. Trata-se de registros que explicitam fragmentos da vida privada de seus autores, propiciando diversos diálogos com suas interpretações sobre esse capítulo da história acreana. Nelas, constam narrativas produzidas por homens e mulheres que experienciaram um período de crise onde um personagem com quem mantinham laços afetivos e efetivos, no caso o ex-

¹²⁸ Carta pessoal (código JA142). Disponível no Fundo Documental José Augusto (Museu Universitário da Ufac). A citação das cartas e outros documentos seguem a ortografia original das autoras.

governador, estava no epicentro dos embates/disputas de poder.

Por opção metodológica, priorizei os diálogos/problematizações com cartas escritas por mulheres. A perspectiva foi explicitar que seus conteúdos tratavam sobre temas diversos, incluindo política, fato que se contrapõe, como nos mostra Margareth Rago (1985), as tentativas de reduzir a mulher ao papel de esposa, dona de casa e mãe de família. A escolha é simbólica, pois nos possibilitou expor como as mulheres expressavam seus medos e ansiedades de maneira muito singular. Além disso, é possível perceber que os remetentes tinham compreensões bem próximas, quando se tratava do regime de exceção imposto pelo golpe civil-militar de 1964.

A presença de ressentimentos e a sensação de humilhação, por exemplo, é algo marcante nos escritos analisados. Para Pierre Ansart (2005), sentimentos com estas características podem decorrer, por exemplo, de situações que envolvem traumas resultantes de ações de exceção promovidas pelo Estado. Nos diz ainda o mencionado autor que alguns temas sensíveis trazem à baila memórias esquecidas ou silenciadas. Neste caso ressalta, por exemplo, a sensação de impotência resultante da incapacidade de uma efetiva reação contra atos/ações autoritárias:

Um povo vencido, obrigado a se informar a um jugo execrado, um cidadão que se choca contra decisões sentidas como injustas, mas que é impotente a modificar, encontra-se em situações humilhantes. A humilhação é uma experiência de impotência. [...] a humilhação é um sofrimento. Ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua auto-imagem, é não ser respeitado. O humilhado se vê e se sente diminuído, espoliado de sua autonomia, na impossibilidade de elaborar uma resposta, atingido em seu orgulho e identidade, dilacerado entre a imagem que faz de si e a imagem desvalorizada ou difamante que os outros lhe infligem. O povo vencido e dominado é degradado em seu orgulho coletivo, degradado em seu ser e em sua vontade. O indivíduo humilhado se sente como tendo sua afirmação vital negada, rejeitada, destruída, se sente excluído da relação de reciprocidade, experimentando vergonha de si mesmo (Idem, p. 15).

Essas correspondências pessoais foram trocadas entre pessoas que não ocupavam relevantes cargos públicos, ou faziam parte da elite econômica local. Seus autores/autoras expressam parte do pensamento de acreanos que,

naquele momento, vivenciaram um processo de ruptura institucional e dispunham de poucas possibilidades e espaços para exporem manifestações críticas ao que havia ocorrido que não fosse esse de cunho privado dos círculos de confiança.

Muitas situações relatadas nas cartas possibilitam diálogos com questões que não são encontradas em materiais didáticos. Esta temática, especificamente no Acre, continua a ser pouco debatida nas salas de aula da educação básica, o que contribui para que permaneça invisível para diversos segmentos da população. Este fato ajuda a explicar o porquê da necessidade de produção de um material didático que trate sobre o assunto, a partir de diferentes olhares e abordagens.

A literatura de testemunho, a exemplo das correspondências privadas, expressa experiências de um momento vivido, marcado na memória de quem viveu e escreveu. Shoshana Feldman, ao analisar testemunhos que abarcam atrocidades produzidas em períodos de guerra, nos traz a seguinte definição:

Como uma forma de relação com os eventos, o testemunho parece ser composto de pequenas partes de memória que foram oprimidas pela ocorrência que não tinha se assentado como compreensão ou lembrança, atos que não podem ser construídos como saber nem assimilados à plena cognição, eventos em excesso em relação aos nossos quadros referenciais (Feldman, 2000, p. 18).

A prática do testemunho é intrínseca aos momentos difíceis vivenciados pelas pessoas, que utilizam da escrita para denunciar ou apenas relatar determinados fatos/eventos, estabelecendo relações com os acontecimentos. Neste sentido, testemunhar também é uma forma de discurso, já que “o testemunho pode ser pensado enquanto uma oposição à pura teoria” (Feldman, 2000. p. 18), o que torna o testemunho não somente um ato, mas uma prática potencializada pelos fatos/eventos vividos.

Assim, em uma inter-relação com o ensino de história, essas cartas contribuem para recontar um período que conhecemos através de diferentes documentos produzidos no passado e interpretados por atores sociais do presente. As correspondências nos referenciam na constituição de propostas de diferentes trajetos/percursos, para dialogarmos com a ditadura civil-militar no

Acre.

Minha intenção se constitui em não trazer o passado tal qual ocorreu e as narrativas das cartas não podem ser vistas assim. Como nos ensina Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007, p. 60), “o mundo construído é um mundo de experiências, que se constitui pelas experiências, sem nenhuma pretensão à verdade, no sentido de corresponder a uma realidade ontológica”.

A análise das cartas nos remete a uma condição delicada e ao mesmo tempo prazerosa, pois nos deparamos com momentos difíceis e ainda assim descontraídos, repletos de novidades e saberes, cujo desfecho chama atenção, como nos mostra Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo (2011):

Escrever sobre cartas é um assunto fácil e fascinante. Fácil porque elas pipocam por todo o lado, e fascinante porque é a leitura de uma escrita descontraída, que conta novidades; mesmo quando as novidades são problemas, fica-se querendo saber o desfecho. Além da gama de informações que trazem e talvez nem as procurássemos de outra forma. E as análises. Quando trazem análises, mesmo as mais profundas, talvez por não terem a preocupação com a erudição ou por serem os raciocínios desenvolvidos ao correr da pena, tornam-se uma fonte prazerosa de conhecimento. Mas é também difícil porque requer um envolvimento íntimo com os assuntos, e isso mexe com o psicológico, com as emoções, e com o físico. Quando menos se espera, estamos lado a lado com o outro da carta, da escrita, de início por curiosidade. Depois porque, pela distância e porque conhecemos o que vem depois, no tempo, estamos num lugar privilegiado, conseguimos entender, ficamos sabendo antecipadamente dos acontecimentos, das angústias e dos prazeres que os envolvidos na contemporaneidade da carta não sabiam, desconheciam; intuíram, talvez. A sensação é quase aquela de entrar no vai e vem da máquina do tempo (Idem, p. 09).

As cartas, então, podem ser pensadas enquanto detentoras de intimidades entre quem as escreve e quem as recebe originalmente. Propiciam envolvimento emocional, pois o que se lê remete a sentimentos e memórias de momentos sensíveis. No caso dessa pesquisa, destacam-se os traumas resultantes da ruptura da ordem democrática que, para muitos, também significou o distanciamento das relações afetivas com o ex-governador José Augusto e seus familiares e temor diante dos atos repressivos praticados pelo regime de exceção que se instalava.

Nas cartas são identificadas as narrativas e confidências de amigas e

parentes que estavam presentes quando ocorreu o golpe civil-militar no Acre e, conseqüentemente, a deposição de José Augusto, obrigado a se exilar com a família na cidade do Rio de Janeiro. Foi para esta cidade, inclusive, que foram enviadas a maioria das correspondências aqui apresentadas. Estes documentos ora expostos, demonstram uma série de situações envolvendo diferentes personagens que tiveram suas vidas atravessadas por este período turbulento para quem não estava “do lado certo”.

Neste sentido, optei por não apresentar as cartas na íntegra neste capítulo, selecionando alguns recortes. Assim, dialogo com narrativas produzidas por diferentes atores sociais que, de certa forma, se interseccionam, mesmo considerando os diferentes tempos e espaços onde foram produzidas. As personagens que fazem parte dessa narrativa, são oito mulheres engajadas e unidas por parentescos, amizades e convívio social no cenário do golpe civil-militar no Acre. As autoras são Raimunda Gomes (funcionária do governo em 1964); Iatir Araújo, (prima de Maria Lúcia); Maria Mercedes (funcionária do palácio); Dinah Araújo (Irmã de José Augusto); Odemira Almeida; Bilá e Regina (irmã de José Augusto). Algumas dessas cartas não trazem os sobrenomes das remetentes, somente o primeiro nome ou apelidos, o que demonstra o caráter pessoal, afetivo e de confiança entre as pessoas que se comunicaram através delas (vide, em *Anexos*, parte das cartas).

3.1 - As cartas e as narrativas femininas durante a ditadura no Acre

[...] no dia que soubemos do acontecido só não houve muito pau porque o Cadaxo embalou os soldados e mandou dá patrulha na rua felizmente não houve muito fazimento de pouco, [...] Maria Lúcia, levei muito xaveco porque não fui enquadrada, mais estou satisfeita, porque eu não quero ser mandada por esse canalha de rabo chato, [...] (Trecho da Carta de Bilá, enviada da cidade de Cruzeiro do Sul em 13 de junho de 1964)¹²⁹.

¹²⁹ Carta pessoal (código JA130).

O trecho acima, de uma carta enviada por Bilá para o Rio de Janeiro, nos traz suas leituras e vivências do que se passou no dia da deposição de José Augusto até aquele momento, cerca de dois meses depois. Ela narra uma espécie de resistência de valores e lealdade ao governador deposto e ao PTB, bem como as piadas e humilhações da oposição “rabo chato” (termo usado desde as décadas de 1940 para se referir aos partidários do PSD). E fala da posição do então vereador Edson Cadaxo ao intervir para que militares patrulhassem as ruas, ao que parece, para evitar desavenças mais diretas contra as pessoas ligadas ao ex-governador e identificadas como eleitoras do PTB.

A renúncia forçada de José Augusto do cargo de governador constituiu-se em um fato que deixou amigos e familiares apreensivos. Este gesto foi tratado por parte da imprensa acreana como uma consequência da falta de experiência do governador e não como uma consequência do golpe de estado, como se observa no jornal *O Rebate*, editado na cidade de Cruzeiro do Sul, e ligado aos grupos de oposição ao governador e ao PTB no vale do Juruá.

O professor José Augusto deixara na sua renúncia ao governo do Acre a prova de que fora vítima da sua inexperiência, deixando de receber a cooperação de elementos de reconhecido valor, para ter como assessores alguns elementos que tinham mais em mira o interesse próprio.¹³⁰

Para o jornal, a culpa era do próprio José Augusto. Para Raimunda Gomes da Costa escrevendo no mesmo período fazia outra leitura, para ela, importava enfatizar as desesperanças dos que estavam próximos e fiéis ao ex-governador. Em sua escrita é explícita a tristeza que lhe atravessava, influenciando inclusive a maneira como ela diz ter passado a observar na “natureza” os sinais sombrios daqueles dias que se sucederam após o 08 de maio de 1964.

Cruzeiro do Sul 13 de 6, de 1964.
Dona Maria Lucia, saudações
[...] Dona Maria, a renúncia do nosso governador abalou até a natureza; até a natureza encarregava da tristeza, olhe Dona Maria só mesmo quem não quis observar os tempos; mais desde do mês de abril, a natureza era triste, o sol não brilhava as noites eram turvas, os pássaros não cantava parecia que algo tinha para acontecer; uma noite ouvindo o rádio tive tão grande alegria

¹³⁰ *O Rebate*, ano XLIII. nº 1.149, Cruzeiro do Sul, 19 de junho de 1964.p. 01.

que caie (*sic*) de joelhos agradecendo a Deus os rogos que fazia todos os dias, quando ouvi uma mensagem que o nosso governador mandava aos acrianos, que estava restabelecidos, mais quando depois de alguns dias que só se sabia de notícias não satisfatória [...]”¹³¹.

Toda a dor expressada por Raimunda, destacada na carta e roteirizada simbolicamente no comportamento da natureza, é uma forma poética que a autora busca para expressar os sinais vindos dos dias de “penumbra” que ela passou a viver/perceber.

[...] no dia da renúncia, meu Deus! a senhora pode crê que foi um abalo tão grande para a nossa gente, maio era uma tristeza tão grande a senhora creia que o mês de maio foi mergulhado na mais completa penumbra. Os dias eram triste, o sol não brilhava a lua era embaçada os campos não via uma flor se quer, tudo por motivo da ausência do nosso governo.¹³²

É complexo mensurar o que cada pessoa pode sentir em situações traumáticas, mas para Raimunda havia a impossibilidade de por si só expressar seus sentimentos. Por isso, o apelo a uma explicação extra-humana e além do humano. As memórias daquele período nos possibilitam, através das cartas, a adentrar a contextos interpretativos muito particulares de quem os vivenciou.

Na correspondência escrita por Raimunda é notável como ela demonstra angústia e falta de esperança ao sublimar a idéia de que até a natureza estava triste e expondo a falta de chão que ela sentia após a deposição de José Augusto. Neste caso, nos explica Pierre Ansart (2007, p. 22), a “humilhação não provém apenas de uma inferioridade. Ela é a experiência do amor próprio ferido, experiência da negação de si e da autoestima, suscitando o desejo de vingança”.

Outra carta aqui exposta foi escrita por Bilá, moradora de Cruzeiro do Sul em 13 de junho de 1964, e citada na epígrafe deste tópico. Em sua missiva dirigida a Maria Lúcia, ela relata que sua vida não tinha mais sentido, ao ver falsidades em um local onde todos os moradores da cidade praticamente se conheciam. Refere-se, então, a uma visita feita pelo então governador capitão Edgard Cerqueira Filho à cidade de Cruzeiro do Sul. E ao descrever isso, ela utiliza-se das seguintes expressões: “o usurpador veio visitar o município; eu não

¹³¹ Carta pessoal (código JA142).

¹³² *Idem*.

sei se ele é branco ou preto, gordo ou magro mas aqui já apelidaram ele de quilo e meio”¹³³. Mesmo em meio ao caos, ainda utiliza da ironia ao produzir alcunhas para se referir ao homem visto como usurpador, talvez como forma de deslegitimar sua posição de poder. Bilá ainda diz que haviam espalhado boatos sobre o ex-governador José Augusto, pois “[...] aqui todo dia corre o boato de que ele está preso, que está louco, que está passando mal, mais tudo isso é pra ver a gente se bater, pois eles sabem que a gente não fica satisfeito com essas notícias”¹³⁴.

A carta de Bilá é finalizada com os cumprimentos e envio de lembranças de todos os amigos, também solicitando que Maria Lúcia mande notícias. Estes trechos expressam momentos confusos e difíceis enfrentados pelos amigos, que ficam na expectativa de receberem boas notícias. Também demonstram as fragilidades do momento, intensificadas pelas fofocas geradas naquele meio social em que vivia.

Em 15 de junho de 1964, Latir enviou uma carta à sua prima Maria Lúcia onde confidencia as pressões que estava sofrendo após a queda de José Augusto. Latir é muito enfática ao desejar que a prima e o esposo tenham capacidade de enfrentarem a situação posta, registrando desejos de que “tenham saúde, força e moral para resistir a tão tempestuosos embates das surpresas inarredáveis da vida”¹³⁵. Latir nos transporta, através de sua escrita, para um cenário que parece sem solução a curto prazo, o que exigiria do casal muita resiliência para enfrentar a situação. Posiciona-se como uma conselheira, explicitando comportamentos que devem ser adotados, para o enfrentamento de cenários difíceis.

É necessário que se pense que o homem é como um emissário que viaja pela existência, em trabalhos determinados pelo seu pai. Só assim a mente não ficará conturbada, não perderá o equilíbrio da razão e prosseguirá sempre mesmo sacudido pela dor.¹³⁶

As palavras de Latir, com seu viés religioso, além de buscar proporcionar

¹³³ Carta pessoal (código JA130).

¹³⁴ *Idem*.

¹³⁵ Carta pessoal (código JA137).

¹³⁶ *Idem*.

certo acalanto, são seguidas de questões do cotidiano autoritário como de prisões de pessoas próximas:

[...] o dr. Daniel foi recolhido, incomunicável, ao quartel da Companhia de Fronteiras. Não se sabe, evidentemente, qual o ponto do processo que exige sua detenção. Versões há muitas, delas, entretanto, não sabemos se as há, fundamentadas. A verdade deve estar perdida entre os boatos. Só Deus sabe! ¹³⁷

A carta foi escrita após um mês da deposição de José Augusto, com prisões arbitrárias se constituindo em uma das principais características do novo regime, como o caso em particular citado envolvendo o advogado Daniel Israel. Nas narrativas de latir, assim como de Bilá, o termo enquadramento é utilizado para designar ações contra aqueles que enfrentavam processos, em razão das acusações movidas pelos militares. A própria autora declara que estava sendo enquadrada, ressaltando que o governo de Rondônia havia permitido que ela e seus familiares ficassem naquela localidade, até que fosse concluída a sindicância “em torno dos enquadramentos feitos”¹³⁸. A carta por ela escrita apresenta muito bem o contexto do período, onde as perseguições eram cada vez mais constantes.

Para melhor dialogarmos com os testemunhos ora expostos, que nos remetem a uma representação do vivido, embora de forma fragmentada, recorreremos a Márcio Seligmann-Silva (2022). Ele nos explica que esses momentos, expressos através da singularidade dos testemunhos, estão presentes na literatura e nos ajudam a compreender situações traumáticas, vivenciadas por diferentes sujeitos em tempos e espaços determinados. Para ele:

Todo o testemunho é único e insubstituível. Essa singularidade absoluta condiz com a singularidade que vai corroer sua relação com o simbólico. A linguagem é um constructo de generalidades, ela é feita de universais. O testemunho como evento singular desafia a linguagem e o ouvinte. Sabemos que a fragmentação do real, o colapso do testemunho do mundo, como vimos, emperra sua passagem e sua tradução para o simbólico [...] (Idem, p. 150).

¹³⁷ *Idem.*

¹³⁸ *Idem.* Embora ela sugira trabalhar e morar em Rondônia, a carta tem como localidade de escrita a cidade de Rio Branco.

Nessas narrativas testemunhais das mulheres em suas cartas escritas em primeira pessoa, todas expressaram desconfianças em relação ao governador militar e se mostraram confidentes e aliadas da família de José Augusto de Araújo. Neste sentido, é possível perceber que, além da amizade ou parentesco, a fidelidade política continuou sendo mantida e até reforçada, funcionando como uma espécie de rede de proteção. Entre as mulheres/personagens desse enredo encontra-se Odemira, que escreveu para Maria Lúcia em 28 de setembro de 1964. Sua carta apresenta mais irritação que tristeza, principalmente com o novo mandatário do estado do Acre:

[...] aqui a vida vai passando sempre esperando em Deus, que nos livre deste louco, cada dia que passa mais uma loucura ele faz, foi ao Educandário e disse que vai mandar matar os meus búfalos que estão estragando a “minha fazenda” [*dele*], veja que pretensão, isto ele disse no meio de muita gente, só para se exhibir, fiquei louca de ódio¹³⁹.

Odemira se ressentia da situação que teve que vivenciar ao ser humilhada em seu local de trabalho [*Educandário Santa Margarida, próximo a antiga Fazenda Sobral do governo do Estado*] e além de que o governador se dizia o dono de algo público, no caso a fazenda com os búfalos que foram trazidos pelo ex - governador José Augusto. Este fato citado nos remete ao rancor do novo governador contra pessoas que ele sabia serem próximas da família do ex-governador. Na sua carta há o posicionamento de uma mulher que expõe os excessos de poder praticados pelo mandatário, a quem classifica como “louco”.

Maria Mercedes era funcionária do Palácio Rio Branco, sede do Executivo estadual e então residência oficial dos governadores do Acre. Ela se tornou próxima da família de José Augusto durante o seu mandato e, em carta endereçada a Maria Lúcia, lamentou a saída do ex-governante, enfatizando as dificuldades que estava encontrando para viver no estado devido à falta de dinheiro e as perseguições. Em seu relato ela menciona, inclusive, que foi acusada até de roubo dentro do palácio:

¹³⁹ Carta pessoal (código JA133).

Depois que a senhora e o “seu” José viajaram eu passei por momentos horríveis, me acusaram até de roubo. [...] O tenente Holderne mandou me chamar e pediu que eu fizesse a limpeza, por que na mesma semana o novo governador ocupasse. Então eu fui fazer a tal limpeza: e nessa foi que me atolei. Por que encontrei um envelope que tinha umas copias que pertenciam ao “seu” José. Então eles dizem que pertencia ao tal coronel que estava hospedado no quarto que o “seu” Elias vivia quando era solteiro [...]. O deputado [*Geraldo*] Fleming jurou de levar-me à polícia. O seu Elias e dona Penha vão contar melhor que eu. E até esse momento ainda não recebi meu dinheiro. [...] Peço lhe que me escreva sem mais da sua criada, Maria Mercedes Louzada¹⁴⁰.

As personagens desse drama confidenciam situações de inseguranças que estavam expostas, que tiveram início a partir do período em que o poder discricionário se insere na vida cotidiana dessas pessoas. O ex-governador José Augusto e a esposa Maria Lúcia, a partir do Rio de Janeiro, trocavam cartas frequentemente com amigos e parentes do Acre e Manaus. Estes documentos, em meio às tentativas de silenciamento, ultrapassaram as fronteiras estabelecidas por distâncias geográficas, bem como as restrições impostas pelos poderosos de plantão. A estratégia para que chegassem aos destinatários, foi fazer com que circulassem pessoalmente por muitas mãos e sem o uso oficial dos Correios. Assim, foi constituída uma rede de comunicação, possibilitando que os escritos chegassem até Maria Lúcia e José Augusto. Foi o caso da carta escrita por Dinah Araújo em outubro de 1966, onde ela demonstrava ansiedade pela chegada da campanha eleitoral daquele ano para eleger Maria Lúcia deputada federal pelo Acre.

Bastante atuante, Dinah diz então que já arregimentava pessoas para atuar nas cidades do interior, entre elas Cruzeiro do Sul e Feijó, em prol da candidatura da ex-primeira dama. Fez também uma leitura do quadro político, que ressaltou como favorável para eleição de sua candidata:

Quanto a sua situação na política, no meu ponto de vista vai tudo favorável. Importante seria a tua vinda até aqui, no entanto, não estou te aconselhando, pois com o estado de saúde de José bem sabes como decidir dentro do possível. Eu estou sempre conversando com eleitorado e não medirei esforços em defesa de tua vitória, tão precisa na crise que atravessam. [...] eu estou

¹⁴⁰ Carta pessoal (código JA143).

sempre conversando o eleitorado e não medirei esforços em defeza (sic) da tua vitória, tão precisa na crise (sic) que atravessam. O Zeca tem sido braço forte, foi incansável e atento na tua documentação [...] ele foi a Feijó fazer campanha para te e irá até Cruzeiro do Sul [...]. O Rosair também tem colaborado bastante e assim ao lado de Deus venceremos¹⁴¹.

Os esforços visando a eleição de Maria Lúcia foram recompensados inicialmente e veio como alento em meio a tantos dissabores. Além de ser a mais votada no pleito de 1966 com 2.421 votos, se tornou a primeira deputada federal eleita no Acre e sem se fazer presente no estado, cujos eleitores lhe confiaram a representatividade no Congresso Nacional. Com a implementação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) pelo então presidente da república Artur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, no entanto, seu mandato foi cassado em 30 de setembro de 1969 e os direitos políticos suspensos por dez anos¹⁴².

Uma carta com felicitações foi enviada para a deputada eleita pelo seu compadre Aloysio Juliano. Este fato inusitado (ser eleita sem vir ao Acre) indica que segmentos da sociedade acreana mantiveram relações de apreço, proximidade política e confiança com o ex-governador, mesmo que não pudessem demonstrar tais sentimentos de forma pública e explícita. Nesta carta, o seu autor ressalta a importância de Maria Lúcia enviar mesmo de longe uma mensagem pública para agradecer eleitores e dirigentes de sua campanha vitoriosa:

Lembro não deixar de enviar uma mensagem de agradecimento ao povo do Acre pela incontestável vitória, a qual faremos transmitir pelo rádio, para todo o Estado, bem como os agradecimentos ao Santuca por tudo o quanto fez e que já mandei em carta anterior¹⁴³.

As cartas são formas de expressões de certos grupos, que as utilizam para processos de troca de informações. Nos dias de hoje a comunicação escrita

¹⁴¹ Carta pessoal (código JA124).

¹⁴² Eleita pelo MDB em 15 de novembro de 1966, Maria Lucia tomou posse em 02 de fevereiro de 1967, aos 32 anos de idade. Vinte anos depois, foi eleita deputada constituinte (1987/1991) pelo PMDB. **Fonte:** Câmara dos Deputados, disponível em: <https://encurtador.com.br/gpAEK>.

¹⁴³ Carta pessoal (código JA140). Com duas folhas manuscritas, foi enviada de Rio Branco e é datada de 21 de novembro de 1966. O autor na última folha faz uma listagem da votação de Maria Lucia em cada seção eleitoral de Rio Branco.

ocorre frequentemente por e-mails e outras plataformas digitais que transmitem mensagens de forma instantânea, tornando-se a emissão de cartas obsoleta. Mas, em um período em que as notícias, em sua maioria, chegavam através desses instrumentos, os mesmos adquiriram fundamental importância. Analisar o que foi registrado por outra pessoa é uma ação complexa, no entanto, referenciados por Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo (2011) explicar que o simbolismo das cartas:

[...] são objetos esperados, aguardados com impaciência, chegando a mudar o dia de tédio, são mais que folhas de papel escritas com envoltório, e uma a uma, vão sendo guardadas numa lata ou numa caixa de papelão, vão se acumulando. Desse conjunto acumulado, dessa série que se forma ao sabor dos dias, apropria-se a pesquisadora, transformando-o em objeto de estudo, nem sempre fácil de abordar, pela sua natureza de escrita íntima, privada (Idem, p. 62).

Diante das narrativas produzidas em um determinado tempo/espço, onde diversas tramas e diferentes dramas tem seu epicentro no contexto acreano pós golpe de 1964, é de se supor que esse evento atingiu diferentes segmentos sociais, não se restringindo às elites locais. As cartas, aqui utilizadas como fontes de pesquisa, são testemunhos dessas leituras pessoais de quem viveu esses acontecimentos. Elas são indícios e, como tal, são utilizadas para a “construção do real” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 102).

Em 1971 a saúde do ex-governador do Acre deposto já estava bastante comprometida. Ele viria a falecer neste mesmo ano, no dia 3 de maio, na cidade do Rio de Janeiro, onde estava exilado. A irmã de José Augusto, Regina Araújo, registrou em uma carta a expressão de sua dor ao perder o irmão, ressentindo-se das calúnias a ele dirigidas por opositores após o golpe que o derrubou do poder e da vida. A correspondência foi endereçada à cunhada, Maria Lúcia:

Manaus 05.04.71

[...] Embora os lábios nada dissessem, mais seu coração dizia. Por isso minha cunhada, tenha calma, fique mais tranquilizada. Eu oro todos os dias à Deus, para te confortar. Todos sofremos muito nesta hora, mas a nossa vida não é aqui. Temos que nos convencer disso. Agora foi ele, [...]. Todos terão que passar por isso. São uns chorando pelo outros. Você mesmo sabia, que ele

já vivia tão cansado de sofrer. O semblante dele, era de um homem sem gosto, cansado, demonstrando mal estar. Você sofria junto com ele. Você mais que todos nós. Foi injustiçado, caluniado, mas hoje está na glória de Deus, rogando por todos. Sei que Jesus lhe preparou lugar e lhe recebeu. Deu o galardão que ele merecia pelo bem que fez neste mundo¹⁴⁴.

É possível que os problemas de Saúde de José Augusto tenham se agravado, em decorrência de sua deposição/renúncia do governo do Acre. O fato de em um dia estar no poder e no outro ver-se forçado a não apenas deixar o cargo de chefe do Executivo, mas mudar-se do estado em que residia, distanciando-se de amigos e familiares, provocou “a emergência de um acontecimento que instaura a ruptura com uma rotina” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 67), provocando sensação de desalento e impotência.

Imagem 05: José Augusto de Araújo em sua residência (Rio de Janeiro)



Fonte: Fundo Documental José Augusto (Fotografia JA140). Museu Universitário/UFAC.

¹⁴⁴ Carta pessoal (código JA126). A carta é datilografada e a data é de 05 de abril de 1971. Ou seja, quase um mes antes da data da morte de José Augusto. Podemos inferir tres explicações: A primeira, dada a forte emoção a autora ter errado a data e em vez de 04/05, ter datilografado 05/04 e para não ter que datilografar o texto novamente, assim o deixou. Uma segunda possibilidade é que devido ao quadro grave de saude do irmão, ela foi escrevendo uma carta preparatória para o que ela já imaginava estar proximo. Por fim, pode apenas ter aproveitado um papel já datado e não atentou para o equívoco da data.

Essa fotografia (*Imagem 05*), muito provavelmente de março de 1971, apesar de desfocada, parece demonstrar a percepção de Regina Araujo na sua carta citada anteriormente, de que o seu irmão havia perdido o “gosto pela vida” e estava “cansado”, tudo isso resultado do trauma e da dor resultantes das perseguições políticas que vivenciou como governador e ex-governador.

É importante destacar que essas cartas aqui apresentadas nos despertam sentimentos diversos. Leitores tardios e que não temos como dimensionar as vivências nelas narradas, nós somos atravessados pela dor dos outros com seus testemunhos traumáticos em um período indiscutivelmente adverso, para essas pessoas que dependiam de seus amigos e parentes para manterem o curso de suas vidas em algum eixo de sentido.

3.2 - O processo na justiça comum e militar: caça aos “comunistas”

Em 1964, quando ocorreu a deposição de José Augusto do governo do Acre, um processo foi instaurado com o objetivo de sistematizar e apresentar acusações contra ele e outros denunciados, que faziam parte do seu governo. Esta foi a forma encontrada para tentar dar ares de “legitimidade” à perseguição promovida contra pessoas vistas como inimigas da “revolução”. A peça jurídica buscou forjar situações de configuração de delito previstas na LSN para dar “credibilidade” às ações desenvolvidas pelos militares que estavam no comando do país. Esses processos de acusação ficaram conhecidos como Inquérito Policial Militar (IPM) e se constituíram em instrumentos de apuração de crimes de teor ideológico e político (subversão e traição à pátria).

Os IPM’s foram regulamentados pelo Decreto-Lei nº 53.897, de 27 de Abril de 1964, assinado pelo então presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco. Os chamados subversivos eram enquadrados com possibilidade de recorrer à justiça comum até 1965, depois passaram a ser julgados pela Justiça Militar.

Segundo Angélica do Carmo Coitinho:

Desde o primeiro dia do golpe militar de 1964, teve início a perseguição e prisão de cidadãos acusados de infração à Lei nº 1802 de 5 de janeiro de 1953, que definia os crimes contra a ordem política e social. Até outubro de 1965, estes cidadãos que

eram presos tinham a possibilidade de recorrer à Justiça comum, em geral os recursos cabiam ao Supremo Tribunal Federal (STF), já que eram acusados de crimes políticos (Coitinho, 2010, p. 02).

A denúncia contra José Augusto foi instaurada inicialmente pelo Ministério Público do Acre. No mesmo processo outras pessoas também foram denunciadas, caso de Ariosto Pires Miguéis, Demóstenes Coelho de Moura, Lourival Messias do Nascimento e João Moreira de Alencar, conhecido como João Borborema. As alegações se fundavam em supostas tentativas de implementação do comunismo no país, como se observa no trecho que segue:

Os denunciados, num tácito acordo, e expressando, não uma época e sim um estágio na vida econômica – sociológica de nossa Pátria, pelas ideias ou pelos interesses, julgaram que estava no momento propício a uma modificação de forma de governo, levando o Brasil ao regime comunista, quiçá fidelista e assim se lançaram a propaganda intensiva de suas ideias, querendo fazer desaparecer a propriedade particular para em seu lugar surgirem as grandes propriedades do Estado que as distribuiriam (?) como melhor achasse, abalando todo o sistema econômico, destruindo mesmo e sem preparo, sem meios de dar assistência aos “noveis proprietários” viria a estabelecer o caos econômico¹⁴⁵.

Aqui abro um parêntese para discutir questões que, neste trabalho, parecem ser essenciais. Refiro-me aos documentos que utilizo para dialogar/problematizar o período da ditadura civil-militar no Acre. Neste caso, resalto a importância de enfatizar que os mesmos não foram aqui compreendidos enquanto monumentos, o que nos distancia, portanto, da compreensão de que nos possibilitam reviver os eventos narrados em sua totalidade e com “objetividade”. Nos apegamos ao preceito trabalhado por Paul Veyne (2008, p. 18), de que “a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento”.

Não se pode esquecer que jornais, cartas e processos judiciais, aqui utilizados, são contestáveis, pois representavam o momento vivido e narrado pelo outro, como diz Beatriz Sarlo (2007):

¹⁴⁵ IPM – Inquérito Policial Militar instaurado pelo Tribunal de Justiça do Acre em 1964 contra José Augusto e demais pessoas, 1964, folha 02. O processo não é paginado com numeração sequencial e faz parte do Fundo Documental José Augusto (Museu Universitário da UFAC). Assim, em vez de página, iremos nos referir a folha com a contagem sendo feita a partir da inicial.

As “visões de passado” (segundo a fórmula de Benveniste) são construções. Justamente porque o tempo do passado não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencie um *continuum* significativo e interpretável do tempo. Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro. Lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relação entre ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes; os personagens articulam grupos que podem se apresentar como mais ou menos favorável à independência de fatores externos a seu domínio. Essas modalidades do discurso implicam uma concepção do social e, eventualmente, também da natureza. Introduzem um tom dominante nas “visões de passado” (Idem, p. 12).

Assim como Beatriz Sarlo evidencia o passado como um momento marcado por memórias e cujo resultado são os testemunhos, Marcos Napolitano considera que estes ocorrem de maneiras diferentes, pois “as políticas de memória, o estatuto de verdade e o lugar do testemunho se formatam de maneiras diversas, conforme o país, e dependem dos processos de transição” (Napolitano, 2021. p. 323). Assim, cada momento diante dos processos analisados produziu diferentes interpretações e abordagens, pois não houve uma simetria nos locais onde a ditadura aconteceu. Ou seja, os impactos foram diversos. Napolitano ainda argumenta que: “a transição brasileira foi longa, tutelada por militares, com grande controle sobre o sistema político, apesar do desgaste de anos ocupando o poder do Estado (Ibidem, p. 323).

O processo contra o ex-governador José Augusto era pautado em denúncias assentadas em perspectivas ideológicas e conservadoras. Um dos elementos centrais, como visto anteriormente, era de que contrapunha-se a existência da propriedade privada, insuflando trabalhadores a se contraporem a proprietários. Exemplo disso pode ser visto na passagem onde é acusado de “incentivar a luta de classes” nas florestas do Acre.

[...] ao tempo governador dêste (sic) Estado, servia-se do seu cargo, para incentivar luta de classes, lançando seringueiros contra seringalistas, ocasionando um quasi (sic) colapso de produtividade já de borracha já de castanhas, com acentuado

decréscimo de produção básica de riqueza do Estado¹⁴⁶.

O teor da denúncia continua com acusações contra outras pessoas, caso de Hélio César Koury (Assessor da Secretaria de Educação) que foi acusado de ter em seu poder livros com conteúdos proibidos pela ditadura: “uma vasta bibliografia filo-comunista e comunista mesmo”.¹⁴⁷ Acreditavam os militares que Hélio César Koury aproveitava-se de sua condição intelectual para incitar um movimento comunista. Observe-se que algumas das obras encontradas em seu acervo foram descritas, como uma tentativa de dar legitimidade a narrativa construída:

Sua leitura, se lia, era esquerdista, puramente esquerdista e basta ver que dentro dela estavam La guerra de guerrillas e João Boa-Morte que termina com uma ordem às Ligas, que se transcreve: Que entrando para as Ligas – que ele derreta o patrão – que o caminho da vitória – está na revolução. [...] Distribui livros subversivos como “Como seria o Brasil Comunista”. Ora procura, mais modestamente, aliciar elementos para o Socialismo (?), ora convida para se filiarem ao Partido Comunista¹⁴⁸.

Outro denunciado foi Ariosto Pires Miguéis, diretor da Superintendência da Reforma Agrária - SUPRA no governo de José Augusto. Os militares o acusaram de promover sublevações em áreas rurais do Acre, incitando seringueiros, castanheiros e demais trabalhadores a se sindicalizarem. Também o responsabilizaram por supostas pregações contra a “ordem” e a “hierarquia” vigente nos seringais, já que defendia que os extratores comercializassem suas produções com quem apresentasse proposta mais vantajosa, contrapondo-se dessa forma ao costumeiro monopólio imposto por seringalistas e comerciantes:

O segundo denunciado, ARIOSTO PIRES MIGUEIS, fez imprimir 3.000 convites para reunirem trabalhadores rurais (cousa *sic* que não há no Acre) ao fim de se “sindicalizarem” e em tal reunião conclamou os seringueiros e castanheiros a venderem suas produções a quem quisessem, fugindo às tradicionais normas das relações existentes entre os donos de seringais (seringalistas) e seringueiros, d’onde resultaram incidentes graves e quebra de produção acentuada¹⁴⁹.

¹⁴⁶ IPM citado, folha 04.

¹⁴⁷ *Idem*.

¹⁴⁸ IPM citado, folha 07.

¹⁴⁹ IPM citado, folha 05.

Francisco Bento da Silva e Jadson Bernardo (2021), em artigo recente, dialogam com trajetórias dos personagens políticos anteriormente mencionados, antes e depois do golpe. Ariosto Miguéis narrou momentos vividos por ele e seus partidários, quando de suas prisões pela ditadura. Os diferentes episódios por ele descritos foram sistematizados pelos citados pesquisadores, expressando as torturas físicas e psicológicas às quais os detidos foram submetidos. Observa-se, por exemplo, que todos passaram por severos interrogatórios. E a perspectiva era de que fizessem confissões dos crimes imputados, com o intuito de legitimar suas detenções.

Na prisão, localizada na 4ª Companhia, os dois foram “jogados” nas celas conhecidas como “solitária”. Hélio Khoury, por ter o ensino superior, foi deslocado para outra sessão do quartel militar. No dia seguinte, Demóstenes Coelho de Moura e Lourival Messias do Nascimento, presos, também foram encaminhados para o mesmo local. Para Ariosto, um dos presos chamado Adherbal Maximiano, logo fora solto. Segundo sua análise, isso se deu porque sua família era identificada com o regime autoritário desde as primeiras horas e isso ajudou na sua libertação. No primeiro interrogatório de Ariosto ele diz que observou no local uma “coroa” de arame farpado e à palmatória. De pronto, Hélio Khoury teria dito ao colega: “Será que vão botar a coroa de arame farpado na nossa cabeça?”, e Ariosto Miguéis respondeu: “Hélio nós não podemos fazer nada”. Percebe-se no relato que havia um ambiente interno de intimidação, pronto para torturas físicas e psicológicas aos presos através da simbologia dos objetos deixados à mostra. No dia seguinte ao interrogatório, narra Ariosto Miguéis que novas ameaças evoluíram para a agressão física com “meia dúzia de bolo pesado”, onde foi preciso “trincar os dentes”. Tudo isso com a continuação sistemática dos interrogatórios. Pouco dias depois, também chegou ao mesmo quartel militar João “Borborema”, dirigente das Ligas Camponesas no Acre. Com a chegada do capitão Edgar Pedreira de Cerqueira Filho (futuro governador dias depois) para assumir o comando da 4ª Companhia, surgiu uma boa notícia para Ariosto Miguéis: sua retirada da solitária anunciada. Conta ele que os militares descobriram a existência de um parente seu nas Forças Armadas, imaginando que o mesmo possa ter naquele momento intercedido em seu favor, pois os “bolos” foram suspensos. Relatou que em um dos banhos de sol a movimentação de parlamentares do PSD e do PTB na área da 4ª Companhia era intensa naqueles dias de abril de 1964 (Silva; Bernardo, 2021, p. 72).

Outro acusado foi João Moreira de Alencar, conhecido como João

Borborema, preso por ser um dos fundadores das Ligas Camponesas no Acre. Este era considerado pelos militares como o mais atuante do “movimento subversivo”. Neste caso, um paradoxo que merece ser enfatizado, diz respeito ao fato dos militares duvidarem da existência de camponeses no Acre, mas mesmo assim, prenderam seu suposto líder:

Confessa a fls. 158 que cedera sua casa ao seu irmão RAIMUNDO para fundação das “Ligas”; que seu irmão tendo tido entendimentos com FRANCISCO JULIÃO, ex-deputado e célebre agitador nordestino, lhe envia livros, folhetos e jornais para serem disseminados entre os “camponeses” (os haverá no Acre?); que distribuiu tais livros e prospectos, etc. Pelo que depreende da leitura de fls. 152, era responsável pelas ligas camponesas, e nesta mesma fls152 o Colêndo (*sic*) Tribunal poderá ver a afirmativa de que “João Borborema” dissera estar respondendo pelas ligas porque seu irmão Raimundo estava em Cuba”¹⁵⁰.

No período, qualquer um que apoiasse o governo de José Augusto corria o risco de ser acusado, o que demonstra a instabilidade jurídica daquele momento. Este fato se agrava pelo fato de não ficar explícito qual o suposto crime/delito cometido. As acusações pareciam ser expedientes que objetivavam excluir determinados personagens da vida política do Acre. O processo contra José Augusto de Araújo e seus aliados, por exemplo, continha apenas depoimentos de adversários políticos, recortes de jornais e imagens de livros pessoais. Este conjunto de documentos tidos como “comprobatórios”, teria levado o Ministério Público do Acre a pleitear, junto à justiça militar, na figura do capitão Luiz Antonio do Prado Ribeiro, que os personagens anteriormente mencionados fossem tornados réus. As principais alegações utilizadas para tanto, foram:

1 – Voto pela competência da justiça militar, para julgar os processos de notório comunistas e elementos subversivos e corruptos como Hélio Cesar Khouri e Ariosto Pires Migueis, pelos seguintes motivos:

1.1 – Como comunistas que são ou simpatizantes do credo vermelho, fazem parte de uma organização de caráter internacional, que recebe ordens, ajuda e orientação dos Países comunistas, como Rússia, China e Cuba. Esta condição nos

¹⁵⁰ IPM citado, folha 09.

permite portanto enquadrá-los no parágrafo 3º do artigo 2º da Lei de Segurança (Lei 1802, de 05 de janeiro de 1954).

1.2 – A 31 de março do corrente ano, fizemos como integrante das Forças Armadas, uma revolução democrática, cuja finalidade principal foi a erradicação definitiva no Brasil do câncer comunista e da corrupção da qual se alimentava. Como consequência imediata da revolução, foram presos e processados, todos os que de uma maneira ou outra se achavam implicados na corrupção do país, para que se pudesse aplicar as sanções a que faziam jus por quererem transformar o Brasil numa segunda Cuba¹⁵¹.

O processo foi então encaminhado para a Justiça Militar, observando-se sua posterior movimentação para a Promotoria da Auditoria da 8ª Região Militar da cidade de Belém onde o ex-governador José Augusto foi ouvido. De lá foi devolvido para a comarca de Rio Branco, pois a promotoria julgava não ser competente para tratar sobre o julgamento. Diante das denúncias e da tramitação deste documento, são perceptíveis vários indícios de que o mesmo era direcionado para incriminar os denunciados, sem lhes conceder o amplo direito de defesa. É importante destacar que na parte final do dito processo, consta uma ata do Conselho Permanente de Justiça do Exército, com data de 16 de maio de 1969. Esta foi expedida na cidade de Belém, Pará, pela Auditoria da 8ª Região Militar, constando as razões para que o julgamento de José Augusto fosse adiado. Esta foi uma das poucas decisões favoráveis aos réus:

JOSÉ AUGUSTO CORRÊA DE ARAUJO E OUTROS:
(Julgamento) – Neste processo, em face da petição de fls do Dr. Orlando Fonseca, Advogado do réu José Augusto Corrêa de Araújo, requerendo fosse adiado o julgamento por motivo de saúde, juntando o atestado médico, foi adiada a sessão, sendo os autos conclusos ao Dr. Auditor, para os devidos fins¹⁵².

As acusações que constam no processo foram frágeis, portanto, insuficientes para incriminar os acusados. Observa-se que os papéis desempenhados pela Justiça Militar e o Superior Tribunal de Justiça foram bastante questionados. Esta, aliás, foi uma tônica no período aqui estudado e como nos diz Coitinho (2010, p. 03), este era o cenário onde os juízes julgavam

¹⁵¹ IPM citado, folha 67.

¹⁵² IPM citado, folha 85.

de acordo leis criadas durante o regime de exceção que “inventaram” práticas delituosas, ou o faziam apenas com base em convicções políticas.

Os IPM's, que tinham função acusatória, também foram instrumentos políticos, utilizados de acordo com a conveniência dos militares. Após o ano de 1969, as apurações dos IPM'S “passaram a ser feitos nas dependências do Departamento de Operações Internas e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS ou da Polícia Federal” (Idem, p. 03).

3.3 – O Produto Didático: o lugar da ditadura no Ensino de História do Acre

O produto didático construído como parte constitutiva desta dissertação de mestrado, surgiu da necessidade de levar às salas de aula da educação básica conteúdos sobre a história local, com ênfase no processo do golpe civil-militar no estado. O termo “história local” é objeto de debates diversos, sem que haja um único ponto de vista. Joana Neves (1997) afirma tautologicamente que história local: “refere-se ao conhecimento histórico sob a perspectiva local, e pode significar o local como **objeto** do conhecimento e/ou o local como **referencia** para o conhecimento” (Idem, p. 15). Para o caso em tela, nos aproximamos do que fala Maria Auxiliadora Schmidt (2004) e sua perspectiva da história local e o Ensino de História. Ela então diz:

[...] a história local pode ser vista como uma estratégia de ensino. Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico, a partir de proposições que tenham a ver com os interesses dos alunos, suas aproximações cognitivas e afetivas, suas vivências culturais; com as possibilidades de desenvolver atividades vinculadas diretamente com a vida cotidiana, entendida como expressão concreta de problemas mais amplos (Idem, p. 113).

O material didático ora apresentado, constitui-se em uma exigência do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFAC), onde mestrandos/as devem apresentar os resultados de sua pesquisa através de um produto educacional, capaz de viabilizar diálogos entre a academia e a escola. Ao elaborar minha pesquisa, deparei-me com a dificuldade de encontrar materiais didáticos que abordassem a temática aqui trabalhada. A princípio, os

problemas que se apresentaram para o desenvolvimento da pesquisa e escrita, me fizeram pensar na impossibilidade de produzir um material didático. No entanto, ao me matricular em uma disciplina do ProfHistória em formato *on-line* chamada *Produção de Materiais didáticos*, ministrada pelas professoras Carmem Zeli de Vargas Gil e Melina Kleinert Perussatto (UFRGS), recebi informações/subsídios fundamentais para implementar minha proposta.

Para tanto, utilizei ferramentas do site *Book Creator*, para a elaboração do referido material. A opção por produzir um material em formato digital se deu pelo fato de ser mais acessível à comunidade escolar, já que é um material que facilmente pode ser divulgado entre professores/as e alunos/as, possibilitando, inclusive, uma leitura acessível para discentes cegos ou de baixa visão, já que a plataforma fornece um programa de áudio de texto do material.

Como nosso propósito foi elaborar um material que servisse de apoio para compreensão do tema sobre a ditadura civil-militar, me pareceu importante seguir algumas referências consolidadas no processo de sua construção. Neste caso recorri a Mota (2021, p. 43), para quem “o material didático, quando elaborado de modo coerente, coeso e bem articulado, como processo comprometido com a busca e a construção de novos conhecimentos, pode levar à solução de problemas reais enfrentados pelos estudantes”. Foi esta a minha intenção.

Para a apresentação do produto didático em questão, inseri em seu conteúdo recortes dos referenciais teóricos e fontes históricas/documentais analisadas, com destaque para o uso de fotografias, matérias publicadas em jornais editados no Acre e processos judiciais. Estes elementos compõem o material, que apresento junto a um roteiro didático (sequência didática), com o intuito de oferecer uma abordagem da temática aqui trabalhada, de forma mais estruturada. Importa observar que a proposta metodológica adotada possibilita o acréscimo, ou não, de outros conteúdos.

O conteúdo do material digital está disponibilizado por meio do endereço eletrônico (<https://encurtador.com.br/bcr07>). As atividades propostas serão explicadas na sequência, devidamente acompanhadas de imagens, para facilitar a compreensão do leitor.

O produto didático foi pensado e criado para ser acessado através do endereço eletrônico do *Book Creator* <https://app.bookcreator.com/> Esta

ferramenta oferece *layouts* diversificados, com formatos diversos de cadernos e tamanhos. A imagem acima (*Figura 01*), que compõe a capa, consta a imagem de um jornal acreano de 1985 (*Repique*) com matéria especial sobre o golpe ocorrido no Acre 1964, com o objetivo de demonstrar a diversidade e especificidades das fontes disponíveis em acervos físicos e virtuais. No caso dos periódicos, convém ressaltar novamente que todos eles foram acessados através do site da Biblioteca Nacional ([memória.bn.br](http://memoria.bn.br)).

Figura 01 – Capa do material didático



Na sequência (*Figura 02*), trazemos informações sobre a plataforma de acesso ao material didático, consistindo em um aplicativo para *Android* e *iOS* com inúmeros recursos para criar livros eletrônicos, álbuns de fotos e apresentações animadas. O usuário pode utilizar ferramentas para escrever e desenhar, gravar sons com o *gadget*, importar imagens da galeria ou utilizar a câmera para filmar e fotografar. Além disso, o aplicativo ainda oferece opções para salvar arquivos em vários formatos, enviá-los ou publicá-los na *Internet*¹⁵³.

¹⁵³ Fonte: Site *Tech Tudo*. Disponível em: <https://encurtador.com.br/irN28>. Acesso em 19/01/24.

Figura 02 – Book Creator



Para compreender o conteúdo do material didático, é importante o uso de uma metodologia que estimule os conhecimentos prévios dos alunos sobre o tema tratado, desenvolvendo problematizações com os mesmos. Utilizamos como referência para esse processo a crítica do educador Paulo Freire (1987). Em sua clássica obra *Pedagogia do oprimido* ele questiona o que define como “educação bancária”, caracterizada pela perspectiva do professor como principal protagonista.

Vejam como Paulo Freire interpreta e define criticamente essa perspectiva:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção bancária de educação [...] Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia e da opressão [...]. (Idem, 1987, p. 33)

A leitura da imagem da capa (*Figura 02*), que junto com outras faz parte da abordagem didática, consiste em um recurso utilizado para contextualizar os momentos vivenciados, do ponto de vista político, por José Augusto, familiares e correligionários. Importa ressaltar os desafios que se apresentam para os

historiadores quando se propõem a trabalhar com fotografias como fontes históricas. O principal deles, possivelmente, consiste na perspectiva de perceber que existe uma diversidade de eventos e personagens em uma imagem, que não são revelados pelo olhar do fotógrafo. Nesta direção, como nos ensinam *Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad (1997)*:

Tais desafios impõem-lhes a tarefa de desvendar uma intrincada rede de significações, cujos elementos – homens e signos – interagem dialeticamente na composição da realidade. Uma realidade que se formula a partir do trabalho de homens como produtores e consumidores de signos; um trabalho cultural, cuja compreensão é fundamental para se operar sobre essa mesma (*Idem, p. 405*).

Figura 03 – Problematização do conteúdo



Na *Figura 03*, acima, temos um mosaico de fotografias do acervo do ex-governador doados à UFAC e mostram alguns momentos de conagração e alegria durante sua posse como governador. São imagens que em um olhar retroativo nos possibilitam pensar que esse momento de conagração se tornou em pouco tempo algo desfeito pelo golpe, a ditadura que se seguiu com prisões, perseguições, exílios, sofrimentos, dores e traumas variados.

A seguir, a *Figura 04* apresenta o diálogo com tema *Documento e*

memória, onde o professor pode realizar a leitura do conteúdo disponibilizado, bem como desenvolver a atividade proposta com o uso do jornal. E junto a isso, discutir criticamente a natureza do jornal como fonte documental e que memórias ele guarda.


Figura 04 - Documento e Memória

3 - Conversando sobre o tema: Documentos e Memória

No jornal o Repique em março de 1985 traz esta matéria escrita por Marcos Afonso. Nela é rememorado aspectos relacionados ao dia do golpe e como ele é percebido no Acre em um primeiro momento: "mentira". No relato é posta uma cronologia em que o ponto de partida é o 01º de abril de 1964, passando pelos desdobramentos autoritários da ditadura civil-militar no Acre e chegando, vinte anos depois, no momento da tímida e controlada abertura política. Entre outras questões, podem ser trabalhadas em sala de aula atividades relacionadas às perseguições, as prisões e o fim de um breve governo estadual democraticamente eleito. E ainda, discutir o cenário político local em meados dos anos de 1980 (Repique, edição 11, 01 a 07 de abril de 1985, p. 16 a 17.)

Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764655&pagfis=292>

DE ACORDO COM ESSAS INFORMAÇÕES, EM QUAL MOMENTO POLÍTICO QUE O ACRE SE ENCONTRAVA?



Link para acesso ao jornal *Repique*: <https://abre.ai/jlIF>.

Nesta direção, Selma Fonseca (2003) apresenta alguns cuidados quando nos propomos a problematizar com documentos em sala de aula, vejamos:

1. Situar o documento no contexto em que foi produzido, por meio de perguntas como: Quem produziu? Quando? Onde? Em que condições? Onde está publicado?
2. Criar diversas atividades de leitura e compreensão dos textos, possibilitando ao aluno questionar as fontes, confrontá-las, estabelecer um diálogo crítico entre as concepções prévias, os conhecimentos históricos anteriormente adquiridos, as indagações e os textos.
3. Orientar a produção de conhecimentos, sugerindo formas, linguagens, construções discursivas que favoreçam o desenvolvimento da aprendizagem e a compreensão da história como construção (Idem, p. 218)

Portanto, o uso de documentos deve ser feito com muito cuidado, para que não representem apenas “monumentos” que sacralizam um certo “passado”. Precisamos problematizar com suas construções e interpretações em diferentes temporalidades, concebendo-os enquanto representações de eventos e não os eventos em si. Observe-se também que quando estes documentos nos remetem a temas sensíveis, é fundamental, como nos recomenda Carmem Zeli de Vargas Gil e Ilka Mesquita (2020), tratarmos as questões com muito zelo, o que implica em:

[...] preparar materiais didáticos envolvendo temas com diferentes interpretações, que mobilizam emoções, sentimentos e opiniões. Isso requer do/a professor/a habilidade para planejar atividades que envolvam debates, trabalho cooperativo, análise de documentos históricos e sensibilidade para discutir o futuro que queremos construir coletivamente (Idem, p. 06)

Como já foi dito, percebemos que a temática desta pesquisa encontra-se invisibilizada no currículo escolar do Acre e faz-se necessário alterar essa situação através de propostas que combatam esse silenciamento, demonstrando que o tema faz parte da história local e precisa ser problematizado.

Na sequência (*Figura 05*), a proposta didática traz a foto oficial de posse de José Augusto, que marca um momento em que ele se preparava para o exercício do cargo de governador após tomar posse no dia 1º de março de 1963, e fica pouco mais de um ano no poder.

O foco neste ponto do material didático é entabular diálogos de como foi o processo que culminou no golpe civil-militar no Acre e seus desdobramentos com a posse do capitão Edgar Cerqueira Filho, enviado inicialmente a função de comandar a 4ª Companhia de Fronteira do Exército sediada em Rio Branco. Ou seja, porque uma figura fora da política, um militar sem nenhuma ligação com o Acre assume o poder executivo estadual sem causar transtornos na classe política e econômica local?

Figura 05 – O golpe civil-militar no Acre

4. Renúncia Forçada

O que foi a renúncia?

Momento em que marca a deposição forçada do governador José Augusto de Araújo, constitucionalmente eleito pelo voto popular, e a escolha indireta pela ALEAC de um militar para chefiar o executivo acreano: capitão Edgard Pedreira Cerqueira Filho, Comandante da 4ª Companhia de Fronteira do Exército, em Rio Branco (Acre).



JA030

Disponível em : <https://abre.ai/jhwd>

Link para acesso ao site *Contilnet*: <https://abre.ai/jhwd>.

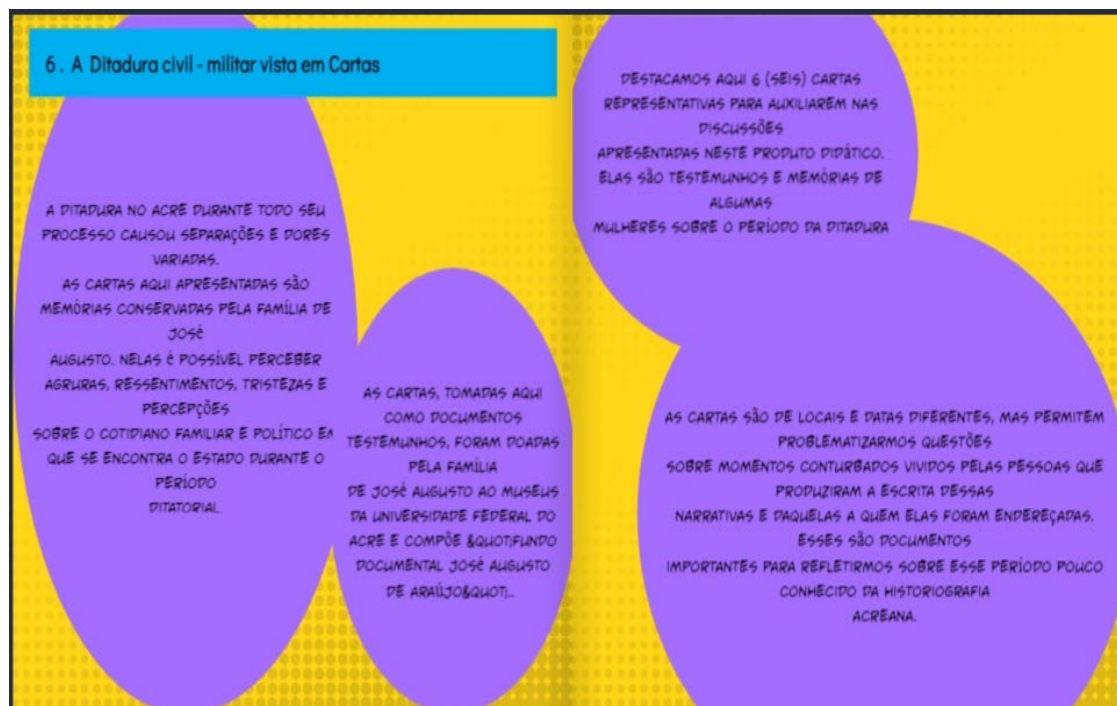
As abordagens que seguem, tratam sobre o início dos processos contra José Augusto de Araújo, após o golpe civil-militar de 1964. Neste cenário, além de ter de lidar com denúncias por parte da oposição ao seu governo, que inclusive pediu seu impedimento na ALEAC, também passou a ser denunciado através de processo originado na justiça estadual e que posteriormente foi anexado ao Inquérito Policial Militar - IPM.

Estes movimentos, em nossa compreensão, contribuíram sobremaneira para aumentar a pressão sobre o primeiro governador constitucionalmente eleito do estado do Acre, levando posteriormente à renúncia forçada do cargo. Observe-se que na parte do material didático intitulado *4. O golpe civil-militar no Acre; 4.1. Mural de fotos; e, 5. O que é um IPM*, disponibilizamos links de acesso ao IPM e artigos acadêmicos sobre o golpe e a ditadura no contexto acreano, que podem ser utilizados em sala de aula como forma de aprofundamento no assunto.

E na parte seguinte (*Figura 06*), intitulada *6. A ditadura civil-militar vista em cartas*, faz a primeira referência ao uso de cartas como fontes de pesquisa e

material de apoio didático nas aulas de História sobre a temática. Aqui as cartas são pensadas enquanto testemunhos, interpretações de diferentes sujeitos sociais que, de alguma forma, como já dito anteriormente, foram impactados pelas ações repressivas desenvolvidas no período da ditadura civil-militar no Acre.

Figura 06 – A ditadura civil-militar vista a partir das cartas



Acesso às cartas: Anexos desta dissertação.

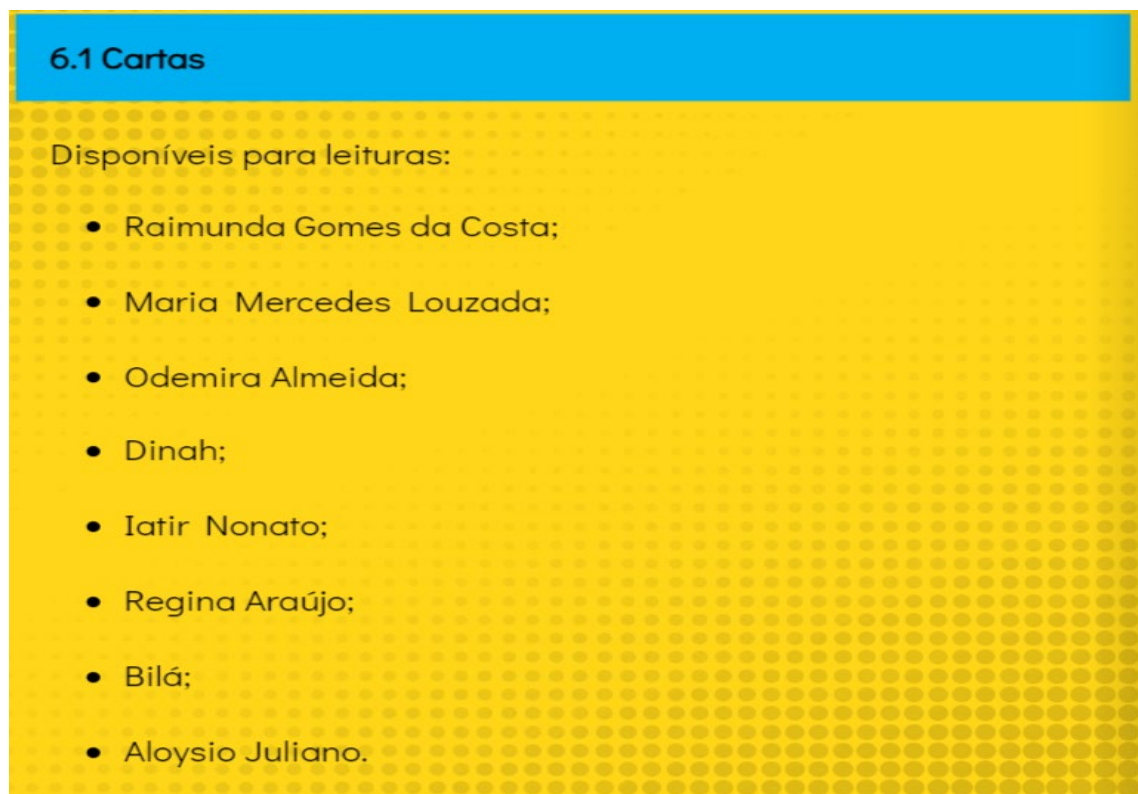
Sobre as cartas, disponibilizadas para acesso no material didático (*Anexos*), ressaltamos que o uso dessas fontes são de fundamental importância, considerando, como nos dizem Rejane Silva Pena e Cleusa Maria Gomes Graebin (2009, p. 64) que “o campo do conhecimento histórico, mais do que qualquer outro, necessita de que as fontes primárias, contemporâneas do objeto estudado, sejam descobertas ou revisitadas”. Esta ação evita que permaneçam intocadas nas instituições da memória, como os arquivos históricos.

É fundamental que se observe, no entanto, como lidar com esses documentos. Sobre isto, nos alerta Carmem Zeli de Vargas Gil (2020), sobre a necessidade de se possuir habilidades para tanto, pois o uso dessas fontes geram incompreensões se não forem realizados com minucioso planejamento prévio de maneira didática, crítica e contextual das cartas tornadas e tomadas

como documentos históricos.

Na imagem a seguir (*Figura 07*), trazemos a relação das cartas disponíveis em *Anexos* e trazemos indicação de um vídeo disponível no canal *História da Ditadura do YouTube* que trata de questões relacionadas ao autoritarismo, golpe e ditadura no Acre.

Figura 07 – Cartas e Outro documentos



Acesso às cartas: *Anexos* desta dissertação.

Acessar as cartas a partir do uso didático que se pretende, consiste em adentrar a outro território, que é o pessoal. A pesquisadora Maria Teresa Santos Cunha, que analisou cartas e diários pessoais de homens e mulheres como formas de expressão das sensibilidades e até contradições, afirmativa que “neste território se manifestam e se materializam, por escrito, registros multifacetados e representações complexas e contraditórias, com as quais homens e mulheres vivem e reinventam seu cotidiano” (Cunha, 2013, p. 117).

3.3.1 - Roteiro Didático

Tema: Ditadura Civil – Militar no Acre¹⁵⁴

Duração: 2 aulas

Relevância para a aprendizagem

O período da ditadura civil-militar no Acre (1964/1985), assim como nos demais estados brasileiros, foi marcado pelo autoritarismo, deposição, perseguição e cassação de políticos. O ponto central do golpe no Acre foi a renúncia do primeiro governador constitucionalmente eleito, José Augusto de Araújo (PTB), aqui compreendida como resultante de pressões políticas desenvolvidas por militares e seus aliados civis, processo que se intensificou após a deposição do presidente João Goulart (PTB).

Após a “renúncia”, José Augusto de Araújo mudou-se forçadamente com a família para a cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu em 3 de maio de 1971. Antes disso, no entanto, o político manteve vínculos com familiares e correligionários políticos que continuaram a viver no Acre, através da troca de diversas correspondências. Nestes escritos, além de informações sobre o cenário político local, observamos uma diversidade de sentimentos e interpretações do contexto vivido, daí a importância de suas utilizações como fontes históricas/material didático neste trabalho e em sala de aula.

O ápice da perseguição contra José Augusto de Araújo e alguns de seus principais aliados, mencionados anteriormente neste trabalho, se deu com a instauração do Inquérito Policial Militar (IPM), que levou a todos eles a responderem por denúncias que os acusavam de proximidade com a ideologia comunistas dos regimes soviético, cubano e chinês. As tentativas de criminalização de seus atos se deu de maneira frágil, com a exposição de obras literárias que faziam parte de acervos pessoais e participação ou relação com os movimentos sociais

Objetivos de aprendizagem

¹⁵⁴ Roteiro indicado para ser desenvolvido nos 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio.

Possibilitar a compreensão do que foi a ditadura civil-militar no Acre, a partir dos diálogos com os referenciais teóricos e fontes de pesquisa utilizadas neste trabalho, com destaque para cartas de familiares, correligionários e amigos do ex-governador José Augusto, documentação jurídica e jornais editados no estado do Acre, no período que compreende o recorte cronológico desta dissertação.

Habilidades e Competências¹⁵⁵:

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

(EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a chamada abertura política/distensionamento da ditadura civil-militar.

Desenvolvimento

Duração: 120 minutos.

Local: sala de aula.

Organização dos alunos: separados em cinco grupos.

Recursos e/ou material necessário: lousa, giz, caderno, lápis, acesso à internet, cópias impressas de 4 cartas; IPM – Inquérito Policial Militar; 2 notícias de jornais do período.

¹⁵⁵ Aqui utilizo as referências da BNCC quanto às habilidades e competência gerais para o ensino fundamental e ensino médio, ressalto que o foco será direcionado para a Ditadura civil-militar no Acre.

Aula - Golpe e a ditadura civil-militar de 1964 no Acre: (120 min)

1º Momento: (10 min.). Problematização

Problematizar o conteúdo ditadura-civil e militar no Acre, tendo como referência o uso de imagens e o recorte intitulado *Diálogo sobre o tema*, que constam no material didático ora apresentado.

2º Momento: (20 min.). Conversando sobre o tema

Ao dialogar com a temática, o professor poderá apresentar os discursos presentes em jornais, inicialmente em relação às falas do então governador José Augusto, no período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, destacando projetos e preocupações políticas com o Acre e sua população. Na sequência, poderá abordar os momentos de tensão política vividos no estado, com a ruptura do estado democrático e de direito, ocorrido com a ascensão dos militares e seus aliados ao poder. Nesse contexto, poderá problematizar com os processos de perseguições políticas implementados, valendo-se dos conteúdos presentes no IPM, bem como com os sentimentos de medo, frustração e humilhação que se encontram nas cartas que foram analisadas e disponibilizadas no material didático (<https://encurtador.com.br/bcrO7>) e em *Anexos* da dissertação.

3º Momento: (20 min.)

Explicar aos alunos como ocorreu o golpe civil-militar no Acre e o próprio termo civil-militar, destacando a participação de civis que apoiaram os militares a darem um golpe no país, depondo o presidente João Goulart do governo em 1964. O professor poderá abrir o link do material didático (*4. O golpe civil-militar no Acre*), onde aparecerá uma matéria de do site de notícias *Contilnet* de junho de 2022 e que fala sobre a chegada a chegada do Capitão Edgard Cerqueira Filho ao Acre, dizendo-se enviado pelo então presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco para assumir as funções de chefe do executivo. Neste caso, sugerimos diálogos/problematizações com as fotografias que constam também no material didático (4.1 – Mural de fotos).

Opção 2: o professor poderá, se houver tempo disponível para tanto, realizar leitura e discutir com os alunos (através do link) o artigo do jornal *Repique* (3. *Conversando sobre o tema*) e o IPM (5. *O que é um IPM*), que apresenta a denúncia contra José Augusto e outros integrantes de seu governo, acusados de subversão e filo-comunismo. É importante o professor realizar uma leitura prévia, para compreender melhor os documentos.

4º Momento: (40 min – cada grupo poderá utilizar em média 10 min.)

Divisão de grupos: 4 grupos

Cada grupo será convidado a acessar as cartas disponibilizadas nos Anexos desta dissertação e fazer a leitura coletiva de um delas, explicitando na sequência, suas observações e explicações sobre o período, o que levou aos distanciamentos entre aquelas pessoas e o porque dos sentimentos de incertezas durante a ditadura civil-militar no Acre. Caso seja possível, também poderá ser utilizado o IPM para ser apresentado e discutido.

Sugestão: A apresentação dos grupos pode ser dinâmica, a leitura poderá ser realizada por um aluno ou uma aluna, de forma dramatizada, representando o autor ou autora. Os demais componentes poderão fazer um pequeno cenário para a leitura dramatizada, com a possibilidade de uso de figurinos utilizados à época. É importante que o professor leia as cartas previamente e a cada apresentação possa conversar com os alunos sobre o material disponibilizado.

Sugestão: Solicitar aos alunos que assistam os documentários/vídeos disponibilizados no material didático para melhor compreender o conteúdo.

5º Momento: (30 min). Atividade avaliativa

Atividade disponível no material didático digital (Link: <https://encurtador.com.br/bcrO7>).

3.3.2 - Resultados da aplicação

Como forma de avaliar se o produto didático constitui-se em um material acessível, como também identificar possíveis problemas quanto a sua aplicabilidade, apresentei-o para duas turmas do 3º ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre – Cap/UFAC. Ocorreu durante o planejamento anual de 2023, quando foi então aplicado o conteúdo sobre ditadura civil-militar do Brasil, quando também selecionei como tema da história local a ditadura civil-militar no Acre.

A forma como estruturei a temática, foi inicialmente referenciada pelo produto didático e o roteiro de ensino. Percebi, então, a necessidade de proceder algumas alterações. O tempo disponibilizado para a aplicação do conteúdo, por exemplo, era de duas aulas, o que foi na prática insuficiente. Tal fato gerou a necessidade da realização de alguns ajustes, como a da ampliação de horas aulas para trabalhar a contento o conteúdo proposto.

Ao apresentar a temática para os alunos posso afirmar que ficaram surpresos, pois não tinham informações prévias sobre o tema. Observe-se que, neste caso, a pergunta mais frequentemente foi: “houve ditadura no Acre?”. A apresentação de notícias de jornais, cartas e outros materiais foram ainda mais interessantes, pois percebi que o tema passou a ser relacionado pelos alunos com a ditadura militar brasileira, repercutindo mais significativamente nos debates realizados em sala de aula.

Como conclusão da abordagem da temática, pedi aos alunos, após a exposição da aula, que respondessem um formulário do *Google Forms* por mim elaborado, com três perguntas sobre o material apresentando. Como o preenchimento era opcional, apenas 12 alunos responderam. Destes, 4 eram do sexo masculino e 8 do sexo feminino. Na sistematização das respostas, identifiquei os que preencheram pelas iniciais de seus nomes e fiz a transcrição literal de suas respostas. Os resultados estão dispostos de acordo com as perguntas.

Tabela 01: Respostas extraídas do Formulário *Google Forms*

Nomes	Sobre o conteúdo do material, você já conhecia? O que você achou?
M. R. A.	Não tinha conhecimento sobre tal material ainda. No entanto, achei bastante interessante todo o conteúdo...
G. B. N.	não conhecia pois nunca me aprofundei nesse conteúdo. Achei bem didático e intuitivo
H. N. V.	Não conhecia, achei interessante a história de como o estado se encontrava na época da ditadura.
L. G. S.	Não, achei super interessante (<i>sic</i>) e bem informativo.
R. C. S.	Já tinha ouvido falar sobre, porém (<i>sic</i>) foi tudo muito rápido e só por cima do conteúdo. Acho sim interessante esse tipo de conteúdo, principalmente para que possamos entender sobre nosso próprio território.
F. B.	Fui conhecer apenas quando a senhora falou. Eu achei a iniciativa muito bacana. O material possui muito potencial, e se bem usado, pode contribuir imensamente para a construção do conhecimento histórico dos alunos do Acre sobre seu estado.
A. V. C. C.	Não tinha conhecimento sobre o conteúdo. Achei bastante informativo, onde teve um grande papel no conhecimento dos estudantes, foi bastante proveitoso. Muito bom compreender a história de onde nascemos e descobrir fatos históricos, como o golpe civil militar no Acre.
G. P. S	Não, não conhecia. Achei interessantes as cartas presentes
A. P. Q. N.	Muito rico. Eu não conhecia a história da ditadura no estado do Acre, não compreendia como fomos afetados, então foi de suma importância o material para maior compreensão.
E. S. R.	Sinceramente, não conhecia nenhuma das cartas e jornais presentes naquele PDF, conhecia o governador apenas pelo nome, mas nunca soube a história mais aprofundada com documentos. Achei interessante ter documentos.
L. R. G. G.	Não, interessante.
A. R. R. G	Eu conhecia apenas de relance, algumas coisas em partes, e não tão contextualizadas da forma que foi colocado no material. Achei o conteúdo informativo, importante e interessante pra se conhecer

Em relação a 1ª pergunta, as respostas de todos foram parecidas, pois como havia mencionado anteriormente, a exceção de um aluno, os demais afirmaram que não tinham conhecimento desse tema. Quanto a importância do material, me chama atenção que todos apresentaram interesse em conhecer. O aluno A. P. Q. N., por exemplo, escreveu: “eu não conhecia a história da ditadura no estado do Acre, não compreendia como fomos afetados, então foi de suma importância o material para maior compreensão”. Esta colocação é muito simbólica, já que demonstra a importância do debate sobre este tema em sala de aula. Na mesma direção se posicionou E.S.R, que escreveu: “sinceramente, não conhecia nenhuma das cartas e jornais presentes naquele PDF, conhecia o

governador apenas pelo nome, mas nunca soube a história mais aprofundada com documentos. Achei interessante ter documentos”.

Na continuação da análise, é possível perceber que alguns alunos acharam o tema interessante, porém afirmaram em geral ter pouco conhecimento sobre ele, caso de M.R.A. que respondeu: “Não tinha conhecimento sobre tal material ainda. No entanto, achei bastante interessante todo o conteúdo”; ou ainda G.B.N.: “não conhecia pois nunca me aprofundei nesse conteúdo. Achei bem didático e intuitivo”. Na mesma direção foi L.G.S, ao dizer: “achei super interessante (*sic*) e bem informativo”. Já a aluna F. B. teceu comentário sobre o material: “Fui conhecer apenas quando a senhora falou. Eu achei a iniciativa muito bacana. O material possui muito potencial, e se bem usado, pode contribuir imensamente para a construção do conhecimento histórico dos alunos do Acre sobre seu estado”.

De acordo com o exposto, o material atingiu o objetivo de ser uma ferramenta instrutiva, com conteúdo proposto demonstrando-se de fácil acesso aos usuários. É possível dizer que é um material que deve ser aperfeiçoado de acordo com as necessidades didáticas de quem o utilizar.

Tabela 02: Respostas extraídas do Formulário *Google Forms*

Nomes	Você acha que o conteúdo do material é importante na historiografia acreana? Para você o que mais chamou atenção?
M. R. A.	Sim, o conteúdo é de extrema importância até para que outras pessoas possam ter acesso a tais informações. O que mais me chamou atenção foi o trecho de uma entrevista de José Augusto, presente na página 10, no qual ele cita problemas da saúde pública no Estado do Acre.
G. B. N.	é importante pois evidencia fases importantes da nossa história.
H. N. V.	Sim, pois para que futuras ditaduras sejam evitadas é necessário a análise dos erros cometidos no passado, e o conhecimento para identificar características de um regime autoritário. A chegada de José Augusto como governador e a situação do estado foi o mais interessante, pois desconhecia.
L. G. S.	Sim! E o que mais me chamou atenção foi a valorização que o livro dá aos jornais, que hoje em dia são tratados como algo sem importância, devido ao avanço tecnológico, existem pessoas que nunca viram um jornal físico.
R. C. S.	Sim, é de extrema importância. o que mais me chamou atenção foi a parte da ditadura acreana, acredito que já tenha escutado algo relacionado, mas talvez tenha sido com outro nome.
F. B.	Sim. O que mais me chamou atenção foi ser possível acessar cartas e edições de jornais da época.
A. V. C. C.	Sim, acho de extrema importância. O que mais me chamou atenção no material foi o acesso às imagens antigas, pois acaba enriquecendo o

	material didático e quando é explicado de maneira clara e objetiva o que foi o golpe civil militar no Acre.
G. P. S	Sim. É descrito como uma educação básica, mas nunca de fatos tivemos contato como tivemos
A. P. Q. N.	Acredito que sim. Quando não conhecemos nossa própria história, estamos em risco de cometer os mesmos erros e não ter parte da nossa identidade, os acreanos deveriam aprender mais de sua história. O que mais me chamou atenção foram as cartas.
E. S. R.	Sim, o que mais me chamou atenção foram os relatos das cartas, apesar da letra difícil de ler, é interessante trazer tais relatos.
L. R. G. G.	Sim, o que me chamou atenção foi sobre José Augusto.
A. R. R. G	Acho sim, o que mais me chamou atenção foram as imagens utilizadas no material

Na segunda questão, os alunos deveriam fazer uma análise sobre a temática e, a partir do que estudaram e absorveram enquanto conhecimento, expressar suas compreensões. Cada aluno que respondeu apresentou uma reação diferente, frente ao que foi disponibilizado no material.

Neste sentido, a aluna M.R.A. julga ser o conteúdo: “[...] de extrema importância até para que outras pessoas possam ter acesso a tais informações. O que mais me chamou atenção foi o trecho de uma entrevista de José Augusto, no qual ele cita problemas da saúde pública no Estado do Acre”. Já G.B.N. disse que o tema “é importante pois evidencia fases importantes da nossa história”. Diante das respostas, percebe-se a necessidade e importância do material para as salas de aulas como aporte para entendimento desse tema que, de certa forma, está distante da sala de aula no Ensino de História do Acre.

Em relação à profundidade do tema o aluno H.N.V. trouxe uma preocupação em relação a necessidade de conhecer o tema: “[...] pois para que futuras ditaduras sejam evitadas é necessário a análise dos erros cometidos no passado, e o conhecimento para identificar características de um regime autoritário. A chegada de José Augusto como governador e a situação do estado foi o mais interessante, pois desconhecia”. Me pareceu que uma tomada de consciência em relação a ditadura foi despertada, já que em sala os debates se pautaram também sobre os processos autoritários que envolveram a América Latina.

Quanto ao uso de documentos, para alguns alunos, eles proporcionaram o contato com informações diferentes das que constam em livros e vídeos que, habitualmente, utilizam em sala de aula. De acordo com L.G.S., “o que mais me chamou atenção foi a valorização que o livro dá aos jornais, que hoje em dia são

tratados como algo sem importância, devido ao avanço tecnológico, existem pessoas que nunca viram um jornal físico”. Outra resposta, dessa vez elaborada por F.B., complementa a anterior ao afirmar o seguinte: “o que mais me chamou atenção foi ser possível acessar cartas e edições de jornais da época”. Na mesma direção escreveu E.S.R., ao afirmar: “[...] o que mais me chamou atenção foram os relatos das cartas, apesar da letra difícil de ler, é interessante trazer tais relatos”.

As respostas surpreendem pelo fato de serem alunos de 3º do ensino médio e, neste sentido, o contato com documentos poderia ter sido mais frequente, o que me leva a refletir sobre as escolhas que muitos de nós professores fazemos ao preferir o que mais facilita no processo de ensino, como o caso de materiais muitas vezes quase prontos, e não nos debruçamos em pesquisas mais robustas sobre os temas silenciados ou sub-representados nos conteúdos didáticos prontos.

O pesquisador Marcos Lobato Martins (2010), ao analisar a aplicação da história local da sala de aula, argumenta que é preciso ter disponibilidade do professor em buscar recursos atrativos e que não permanecem arraigados somente nos livros didáticos:

Os professores de História estão sabidamente sobrecarregados e enfrentam, frequentemente, condições de trabalho adversas nas escolas brasileiras. Na maioria dos municípios e estados são raros os estudos históricos de boa qualidade sobre aspectos das trajetórias locais e regionais. Quando existem, há dificuldade para acessá-los. Mas os professores não devem desanimar. Precisam ampliar suas leituras, prestar mais atenção às especificidades locais e regionais, visitar museus e arquivos existentes nas áreas onde residem, [...] Os professores de História, para levar às salas de aula a História Regional e Local, terão que virar pesquisadores (Idem, p. 146).

Esta passagem acima reflete muito o que ocorre na educação básica brasileira hoje. No entanto, os cursos de pós-graduações profissionais, e aqui ressalto o papel desenvolvido mais especificamente ProfHistória, aos poucos estão preenchendo essas lacunas e ampliando novas possibilidades de pesquisas aos professores que, por ofício, são e serão sempre pesquisadores.

Outra análise do material feita por uma aluna, trouxe à baila a necessidade de se conhecer a história local. Conforme seus escritos, “quando

não conhecemos nossa própria história, estamos em risco de cometer os mesmos erros e não ter parte da nossa identidade, os acreanos deveriam aprender mais de sua história. O que mais me chamou atenção foram as cartas”. Esta conclusão me parece importante, já que é perceptível a necessidade que os alunos têm de conhecer aspectos da história local que, muitas vezes, são silenciados.

Neste sentido, foi importante a aplicação desse material, pois mesmo sabendo que não se esgota em termos de possibilidades didáticas, senti o quanto sua aplicação possibilitou o conhecimento da história local e ampliação de futuras discussões sobre a temática aqui tratada em sala de aula.

Tabela 03: Respostas extraídas do Formulário *Google Forms*

Nomes	Qual sugestão você deixaria para aperfeiçoar o material?
M. R. A.	Não tenho nenhuma sugestão, para mim está ótimo.
G. B. N.	um design mais simplificado
H. N. V.	O material é ótimo, poderia haver mais questões reflexivas, que façam o aluno refletir relacionando com o contexto atual, não só do estado como do mundo.
L. G. S.	Mais cartas e mais perguntas relacionadas ao tema, para fixar o que foi visto.
R. C. S.	digitalizar todos os materiais, pois dificulta muito a leitura dos textos.
F. B.	Não me vem nenhuma ideia no momento.
A. V. C. C.	O material em si já está muito bom. Porém uma sugestão seria marca/Destacar de maneira colorida as palavras chaves.
G. P. S	Não sei muito bem. Acredito que introduzir mais matérias assim.
A. P. Q. N.	Não tenho nenhuma sugestão, para mim está bom.
E. S. R.	Creio que trazer mais documentos ajudaria, e melhorar a questão dos sites curtos, pois teve alguns de difícil acesso.
L. R. G. G.	Trocar a cor de fundo
A. R. R. G	O material já está bom, o que poderia deixar mais informativo ou contextualizado seria fazer um destaque nas palavras chaves, por meio do uso de cores ou negrito

A última pergunta se referia a formatação e visualidade do material. E foi a partir do *feedback* com os estudantes que inseri cores de fundo para que fosse um material mais atrativo e dinâmico, com acesso a imagens, vídeos e outros conteúdos a partir de *links*. Neste sentido, ao chamar a atenção e despertar curiosidades dos alunos sobre um assunto que afirmaram desconhecer ou pouco conhecer, o material atinge seu objetivo proposto e ele é algo aberto a intervenções de melhoramento visando melhor aproveitamento em sala de aula.

Diante das sugestões recebidas, o trabalho final recebeu mais elementos como cartas e sugestões de jornais, além de questões para reflexões acerca do tema. Isso fica bem posto a partir do comentário de H.N.V: “O material é ótimo, poderia haver mais questões reflexivas, que façam o aluno refletir relacionando com o contexto atual, não só do estado como do mundo”.

Como já alertado, o material é passível de adequações que atenda as necessidades didáticas de cada professor em seu planejamento das aulas. Neste sentido é interessante destacar que a depender do tempo que se tem para uso deste produto em sala de aula, mais materiais podem ser inseridos para que possam ser debatidos entre os alunos no Ensino de História local.

Finalizamos com a compreensão de que a produção deste material didático foi um desafio, pois como não existia nenhum exemplo para a produção do material, tivemos que pensá-lo a partir da documentação pesquisada e selecionada para a sua produção. Destaco aqui que o despertar para esta caminhada e escolhas foi despertada devido a minha participação na disciplina de produção de material didático, oferecido em formato on line pelo ProfHistória da UFRGS como algo fundamental para a produção desse material.

Considerações Finais

Chegar à conclusão desta dissertação não é um fim último, mas foi algo necessário para cumprir o rito de finalização de uma etapa acadêmica com prazo definido. O certo é que as discussões não se esgotaram e o caminho fica aberto para que mais pesquisas possam ganhar forma a partir do que se tem produzido ou mesmo do que ainda não foi pesquisado.

Pensar em um tema para a escrita de um texto seja ele o gênero que for, não é tarefa fácil, diria ingrata. Mesmo que não tenhamos dificuldades com a pesquisa em si, escrever não é apenas algo pessoal, como diria meu orientador, e sim um exercício constante de escrita para o outro. E caso não seja bem-posta a mensagem, ela pode ser interpretada de maneira diversa da finalidade pretendida.

Nestes tempos de negacionistas, escrever sobre o golpe e ditadura civil-militar e ainda pensar numa proposta pedagógica foi um desafio encarado com bastante seriedade, pois durante a escrita situações paralelas no mundo político contemporâneo pareciam que estava se repetindo durante o governo de Jair Bolsonaro, que a todo momento atacava a democracia e fazia referências aos governos militares. Ou seja, escrever também foi uma possibilidade de demonstrar inconformismo e ato político com os discursos antidemocráticos do presente que geravam desconforto e desrespeito com os que sofreram e pereceram o autoritarismo militar pós golpe de 1964.

Sim, escrever sobre um período traumático e sensível da historiografia acreana me impeliu a pensar como personagens vitimadas enfrentaram essa tragédia pública também como tragédia pessoal. O exercício que fiz sobre essas situações foi de imersão e alteridade para dialogar com este tema sensível que me fez perceber os motivos das dores dessas pessoas a partir das fontes consultadas.

Quando um tema como este deixa de ser debatido em sala de aula, geralmente o esquecimento de memórias traumáticas ficam apagadas já que testemunhos de pessoas torturadas ou que tiveram suas vidas atingidas pela ditadura não são evidenciados. Alunos/as acabam não sendo levados/as a refletir sobre o tema e instaura-se silenciamentos e apagamentos na memória coletiva das gerações posteriores. Quando apresentei previamente esse

conteúdo para meus/minhas alunos/as do Terceiro Ano do Ensino Médio (Cap/Ufac) e perguntei sobre o que achavam sobre o tema, uma aluna comentou: *não gosto de histórias tristes, me deixam doente*. Essa colocação me fez perceber o quanto o tema é um motivo de impasse e escolhas quanto ao que se quer ser debatido a partir da seleção de memórias traumáticas e sensíveis.

Diante da resposta dessa aluna, me pareceu ainda mais desafiante elaborar um material que pudesse sensibilizar discentes da Educação Básica na busca de conhecimentos de histórias traumáticas em âmbito local. Pois como já discutido anteriormente, pouco havia conseguido encontrar sobre a temática da ditadura civil-militar no Acre nos materiais pedagógicos existentes. Como já foi dito, no Ensino de História do Acre o que predomina é a história dos chamados *heróis da revolução acreana* ou os ciclos econômicos da exploração gomífera, porém temas como o golpe e a ditadura civil-militar foram relegados a um esquecimento que diria proposital, pois ainda muitos envolvidos e familiares estão presentes na política acreana.

Outra dificuldade que encontrei ao abordar sobre o referido tema na sala de aula, foi a conexão com a política acreana. Alunos/as com exceção de alguns não se interessam pela abordagem política cotidianamente, mesmo diante do cenário em que estávamos vivenciando no governo de Jair Bolsonaro. Percebi que o desinteresse deles pela política ocorre paulatinamente quando notícias de corrupção são divulgadas nas mídias sociais e entendi que cabe a nós docentes propor discussões atravessadas pelo cotidiano e que motivem eles a tecer debates sobre a política e os pontos de tensão que os distanciam de se verem como pessoas com potenciais de mudanças na sociedade.

Nesta dissertação, foram propostas em seus objetivos diversas abordagens que sob meu ponto de vista em sua maioria foram alcançadas, visto que o diálogo com documentos é infundável, portanto, para este trabalho tive que fazer escolhas que estivessem no objetivo geral deste trabalho.

Nas escolhas que fazemos em um trabalho de pesquisa e escrita, percebi que às vezes o resultado pode se tornar conflituoso. Isso porque se pretendermos sempre falar/escrever sobre todas as variantes sobre o tema que vão surgindo, corremos sérios riscos de não alcançamos os objetivos inicialmente traçados no início da pesquisa. Porém fazemos escolhas que geralmente julgamos necessárias e, entre erros acertos, escolhemos os que

mais nos motivaram a pesquisar.

Quanto ao Mestrado Profissional em Ensino de História, ao ingressar no curso tive vários sentimentos/pensamentos que me faziam refletir se realmente o que tinha em mente enquanto problemática de estudo seria interessante para o campo de Ensino da disciplina ou se eu conseguiria dar conta de realizar o que imaginava inicialmente. Não foi fácil, pois um programa profissional exige além da pesquisa/escrita em si, um produto educacional e outros desafios posteriores: ser aplicado e utilizados por outros profissionais docentes e que chegue aos discentes da Educação Básica através de temáticas a serem trabalhadas em sala de aula. Ou seja, há um desdobramento de alcance coletivo que possibilita ampliar nossos horizontes a partir das temáticas que atravessam nosso cotidiano ou que nos inquietam na incompletude da sala de aula.

Ainda sobre a abordagem deste trabalho, uma parceria com o objetivo de construir uma dissertação que evidenciasse essa parte da historiografia acreana foi formada com meu orientador Sérgio Roberto Gomes de Souza, que generosamente se debruçou na orientação com sugestões de leitura de textos, autores que dialogavam com minha pesquisa e materiais que facilitaram a organização deste trabalho, sobretudo como coautor de artigo como estímulo para a produção deste trabalho.

Também aqui como já citado nos agradecimentos, mas não poderia aqui deixar de não só agradecer mas destacar os momentos de conversas que foram essenciais no meu processo de maturação para a organização, já que tudo estava embaralhado, deste trabalho, e o que além de tudo é um pesquisador sobre coisas do Acre, Francisco Bento da Silva, a este minha profunda admiração por tudo.

Considero que todos os momentos em que me dediquei a esse trabalho foram importantes e agregadores ao meu ofício como professora/pesquisadora. Hoje a minha forma de abordar, interagir e buscar conhecimentos são sem dúvida diferentes.

Referências

- ACRE. Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte. **“Currículo de Referência Único do Acre: Ensino Fundamental Anos Finais”**. 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/nrtY7>. Acesso em: 02/03/2022.
- ALEAC – Assembléia Legislativa do Estado do Acre. **Parlamentares acreanos: dados biográficos (1962/2005)**. CEDSA: Rio Branco, 2005.
- BRASIL. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; SAMUELS, David. A Nova Política dos Governadores. **Lua Nova** nº40/41, 1997. Revista eletrônica Scielo. Acesso em 08/02/2024.
- ANSART, Pierre. “Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos e palavras”, pp 15/30. In: MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia. **As Humilhações Políticas**. Uberlândia-MG: EDUFU, 2005.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Por uma história acre: saberes e sabores da escrita historiográfica”, pp. 111/134. In: ALBUQUERQUE, G. R.; ANTONACCI, M. A (orgs.). **Desde as Amazônias** – Colóquios, volume 2. Rio Branco: Nepan Editora, 2014.
- ALBUQUERQUE JUNIOR; Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. “História e Historiografia do Acre: Notas sobre os Silêncios e a Lógica do Progresso”, **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, pp.01 a 19. Vol. I, Nº 4, Edição de dezembro de 2015.
- BARROS, José D’Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, 2021.
- BEDÊ JUNIOR, Américo. Constitucionalismo sob a ditadura militar de 64 a 85. **Revista de Informação Legislativa**. Ano 50. Nº 197. Jan/Mar 2013. Disponível em: planalto.gov.br acesso em: 24/01/2024.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. “O PNLD de história: momentos iniciais”, pp.67 – 82. In ROCHA, Helenice; REZNIK, Luiz; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2017.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3ª edição, São Paulo: Cortéz, 2009.
- BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante. **Ideologia e poder: uma análise do discurso dos jornais O Rio Branco e Varadouro durante a ditadura civil-militar (1977-1981)** [livro eletrônico]. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020.
- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas-SP.

Editora da Unicamp, 2004.

CAIMI, Flavia Eloisa. “O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. pp. 33/54. *In*: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luiz; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3ª Edição. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAMARGO, M.R.R.M (org.); SANTOS, V.C.C. (colab). **Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/zATW1>.

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e escritas: práticas culturais, linguagem e tessituras da amizade**. São Paulo: editora Unesp, 2011.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas; HEINZ, Flavio. “Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura”. **Revista de Sociologia e Política**, , v. 24, n. 60, p. 47-68, dez. 2016.

COITINHO, Angélica do Carmo. “O Superior Tribunal Militar durante a ditadura brasileira: a atuação do Ministro General de Exército Rodrigo Otávio Jordão Ramos (1973-1979)” *in*: **XIV Encontro Nacional da ANPUH- Rio Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de Julho de 2010. Unirio**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cAHX5>.

CORDEIRO, Janaina Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: Diretas, Participação Política e Golpe no Brasil, 1964. **Dossiê Diretas nos Estados Unidos e no Brasil Durante a Guerra Fria**. Revista História. (São Paulo), n.180, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214>.

COSTA JUNIOR, Hélio Moreira da. **Acre(anos) de cinema: uma história quadro a quadro**. Rio Branco: Edufac, 2012.

FELMAN, Shoshana. “**Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino**” *in*: SELIGMANN - SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur. **Catástrofe e Representação: ensaios**. São Paulo: Escuta, 2000.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição brasileira: Emenda Constitucional no 1, de 17-0-1969, com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais até a de no 24, de 01-12-1983**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1984.

FERREIRA, Edmilson. “MPF pede condenação do Acre pela morte de Wilson Pinheiro”. **Acre agora**. 15 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/IGHY0>.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História:**

- Experiências, reflexões e aprendizados.** Campinas: Papirus, 2003.
- FONSECA, Thais Nívea de Lima e. **História e Ensino de História.** 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª Edição. Paz e Terra: São Paulo, 1987.
- GIL, Zeli de Vargas. “Memória”, pp. 155/161. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. **Dicionário de Ensino de História.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- GIL, Zeli de Vargas; MESQUITA, Ilka Miglio de. Ensino de História com Questões Sensíveis. **Pensar a Educação em Revista.** Florianópolis. Ano 6, vol. 6, n. 2, jun – ago, 2020.
- GUIMARÃES, Ulysses. **Discurso de promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Congresso Nacional/ANC, 1988. Disponível em: <https://encurtador.com.br/EKRU4>. Acesso em: 08 de jan. 2023.
- LANDA Fábio. E.Lévinas e N. Abraham: Um Encadeamento a partir do Shoah. O Estatuto Ético do Terceiro na Construção do Simbólico em Psicanálise *in*: SELIGMANN – SILVA, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LOBATO, Sidney da Silva. **A História Ensinada entre o Perdão e o Ressentimento.** Revista Muraquitã: Revista de Humanidades, nº 2, V. 10, 2022.
- MAIA, José Sávio da Costa. Um olhar sobre os “empates”: resistência da/na fronteira sul – ocidental amazônica. **Revista TEL, Irati**, v.8, nº 01, p. 14-36. Jan/jun. Disponível em <https://revistas.uepg.br/>.
- MARTINS, Marcos Lobato. História Regional *in*: **Novos Temas na Aula de História.** PINSK, Carla Bassanezi (organizadora). 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MACHADO, Tânia Mara Rezende. **“Migrantes sulistas: caminhadas e aprendizados na região acreana”.** Rio Branco: Edufac, 2016.
- MONTEIRO, Ana Maria. “Livro didático: objeto cultural complexo” pp. 175/198. *In*: ROCHA; Helenice Aparecida; REZNIK; Luís; MAGALHÃES; Marcelo de Souza. A história na escola: autores, livros e leitura. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MOURA, Antonio Guanacuy Almeida. Imprensa, pesquisa e ensino de história: impressos digitalizados da hemeroteca digital para estudar a balaiada em sala de aula. **Veredas da História** [online], v. 15, nº 1, p. 124 – 152, jun., 2022.
- MOTA, João Batista. **Planejamento e produção de materiais didáticos para EAD.** Viçosa, MG: Ed. UFV, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qBEJ1>.
- MEC. **Base Nacional Curricular Comum.** Secretaria de Educação Básica. Brasília. SD. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1ª edição, São Paulo: Contexto, 2021.

NEVES, Joana. História local e construção da identidade social. *Saeculum Revista de História*, João Pessoa, p.13-27, jan/dez 1997.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação; autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico**. 5ª edição, Campinas-SP: Pontes Editores, 2007.

PACHECO, Danilo Mateus da Silva. “Os Usos de documentos na aprendizagem histórica” pp. 03/19. *In: NORONHA, Andrius; CAVLAC, Iuri; CAMBRAIA, Paulo. Uso de Documentos nas Aulas de História da Ditadura do Amapá*. Curitiba: CRV, V. 3. 2022.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PENNA, Rejane Silva; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Arquivo particular Júlio de Castilho: cartas, bilhetes e anotações pessoais como fontes históricas. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP. V. 4, n. 2, p. 55 – 73, jun. 2009. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cjEHL>.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. O Pasquim: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969-1991). **História e Perspectiva**. Uberlândia. 229 – 252, jul/dez. 2004. Disponível em: www.seer.ufu.br.

REZNIK, Luís. “A construção da memória no ensino da história”, pp. 339/361. *In: Seminário 40 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: 7 letras. 2004.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução: Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SANTOS, Cynthia Adrielle da Silva; COSTA, Alessandra. Empresas e ditadura civil-militar brasileira: os editoriais do jornal Folha de S. Paulo. **Cad. EBAPE.BR**, v. 20, nº 5, Rio de Janeiro, Set./Out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120210181>.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004.

SEIXAS, Jacy Alves de. “Percurso de Memórias em Terras de História: Problemáticas atuais”, pp 37/58. *In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Reflexões sobre a Memória, a História e o Esquecimento”, pp. 59-87. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Francisco Bento da. **Da democracia proscrita à democracia prescrita: A ditadura e a transição política de 1982 no Acre**. Rio Branco: UFAC. 1998.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história das ausências**. Rio Branco: Nepan. 2020.

SILVA, Francisco Bento. “**O golpe militar de 64 no Estado do Acre, Brasil: denunciamento, fragilidade democrática e hipertrofia do executivo**”, VIII Congresso Luso - Afro – Brasileiro de Ciências Sociais, pp. 01-13. Portugal, 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ChicoBento.pdf>.

SILVA, Francisco Bento; Bernardo, Jadson da Silva. “Ecos dos Golpes de 1964 no Acre: ditadura, intolerância e perseguições políticas”. **Revista Tempo Amazônico**. 2021.

SILVA, Francisco Bento. **Autoritarismo e Personalismo no Poder Executivo Acreano, 1921 – 1964**. Rio Branco: Edufac, 2012.

SILVA, Jaciely Soares; NGANGA, João Gabriel do Nascimento. “Ensino de História a Partir de Novas Epistemologias”, pp. 115/132. *In: Ensino de História em Perspectiva Decolonial*. [E-book]. RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SOUZA, Áulio Gélvio Alves de. *História da criação do Ensino Superior no Acre*. Brasília: Thesaurus, 2006, p. 205.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**. Rio Branco-Acre: M.M.Paim, 1992.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: novos temas, nova abordagem**. Rio Branco: S.ed., 2005.

SOUZA, Josué Fernandes; CALIXTO, Waldir de Oliveira; SOUZA, José Dourado. **Acre uma história em Construção**. Rio Branco: Secretaria de Educação do Acre: 1ª edição, 1985.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. O não dito sobre violências, silenciamentos e resistências: lacunas na historiografia acreana (1900/1920). **Revista Jamaxi**. 6 (2). 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gitKZ>.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de Sabres Controle Civil ou Tutela Militar?**. Editora: Ática, Volume: 37, 1ª edição, 1994.

Revistas:

ACRE. **Cruzeiro do Sul: um século 1904 – 2004**. Fundação de Cultura Elias Mansour. Rio Branco: S.Ed. 2004.

ACRE. **Tribunal de Justiça Eleitoral no Acre: Democracia, autonomia e repressão**. Rio Branco: TRE/AC, 2010.

Documentos jurídicos:

IPM – Inquérito Policial Militar. Fotocópia. 1964. Acervo pessoal.

Periódicos:

Jornal *Folha do Acre*. Disponível em: em <https://memoria.bn.br>

Jornal *O Acre*. Disponível em: em <https://memoria.bn.br>

Jornal *O Rebate*. Disponível em: em <https://memoria.bn.br>

Jornal *O Repiquete*. Disponível em: em <https://memoria.bn.br>

Jornal *O Liberal*. Disponível em: em <https://memoria.bn.br>

Jornal *Última Hora*. Disponível em: em <https://memoria.bn.br>

Jornal *O Estado do Acre*. Disponível em: em <https://memoria.bn.br>

Jornal *Diário do Senado*. Disponível em <http://senado.leg.gov>.

Jornal *Correio Estudantil*. Disponível em: <http://memoria.br>

Jornal *O Globo*. Disponível em: <http://globo.com>

Jornal *O Juruá*. Disponível em: <http://memoria.br>

Jornal *A Gazeta*. Disponível em: <http://memoria.br>

Jornal *O Imparcial*. Disponível em: <http://memoria.br>

Jornal *O Gafanhoto*. Disponível em: <http://memoria.br>

Jornal *Varadouro*. Acervo pessoal da Autora. (O acervo foi baixado do site da *Biblioteca da Floresta*, que hoje não está mais disponível na *Internet*).

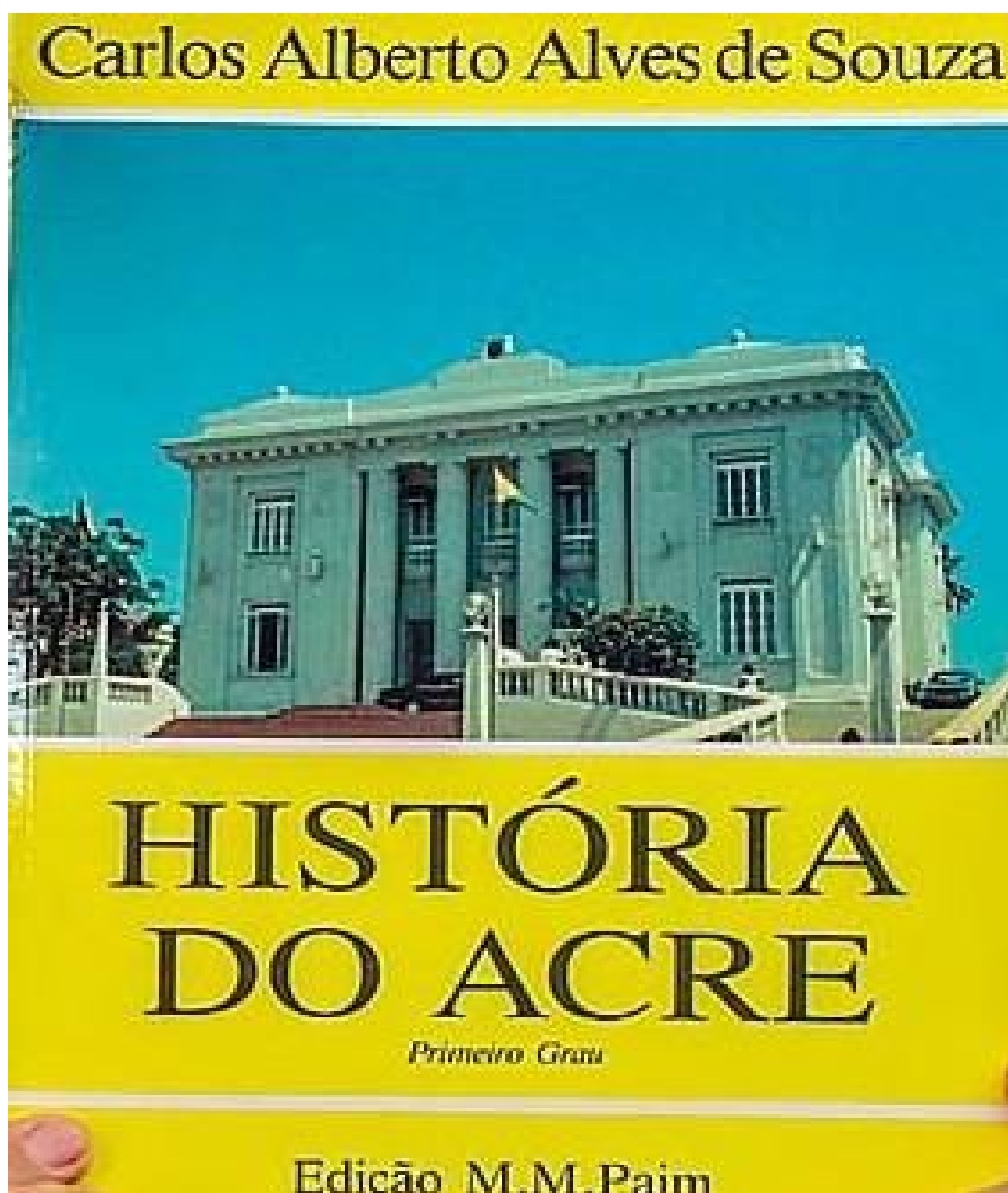
ANEXOS

Anexo 01 – Capa do livro *Acre, uma história em construção* (1985)



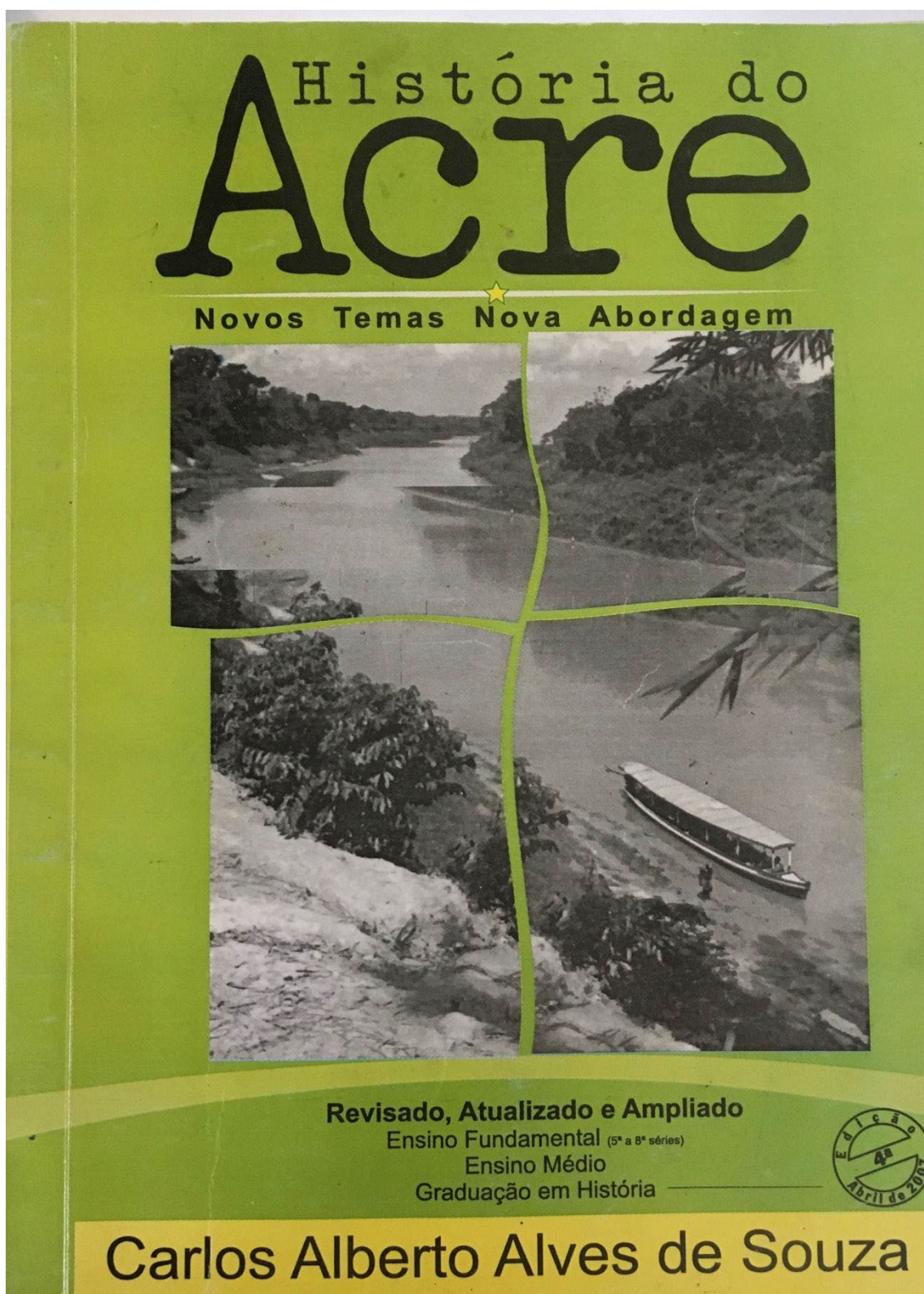
Fonte: site *Scribd*. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fgxDM>. Acesso em 18 de janeiro de 2024.

Anexo 02 – Capa do livro *História do Acre* (1992)



Fonte: Site acC24 horas. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pDU47>. Acesso em 18 de janeiro de 2024.

Anexo 03 – Capa do livro *História do Acre, novos temas, nova abordagem* (2005)



Fonte: Fotografia realizada pela autora.

Anexo 04 – Ficha catalográfica do livro *História do Acre, novos temas, nova abordagem* – segunda edição

CARLOS ALBERTO ALVES DE SOUZA
HISTÓRIA DO ACRE
novos temas, nova abordagem.

Copyright © 2002 by Carlos Alberto Alves de Souza

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do autor/ editor, sob pena da lei.

1ª edição, 2002. - 1.000 Exemplares

Reedição 2005. - 1.000 Exemplares

Reedição 2006. - 1.500 Exemplares

Reedição 2007. - 1.500 Exemplares

Foto da capa: Carlos Eduardo dos Reis
(Embarcação no rio Acre, nas proximidades de Rio Branco).

Capa e Diagramação: **MX Designer**

www.historiadoacre.com.br
www.historiamazonia.com.br

S719h

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre: novos temas, nova abordagem*.

Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2005.

212p. Bibliografia

I. Título

1. Acre-História

CDU 981.12

Fonte: Fotografia realizada pela autora.

**Anexo 05 – Currículo de Referência Único (CRUA) da Secretaria Estadual de Educação do Acre –
Ensino de História**

1º BIMESTRE

OBJETIVOS/ CAPACIDADES (Competências amplas do componente)	CONTEÚDOS (O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)		PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)	FORMAS DE AVALIAÇÃO (Situações mais adequadas para avaliar)
	Habilidades	Objetos de conhecimento		
<p>Compreender as lutas sociais em prol da cidadania e da democracia, em diversos momentos históricos. <i>(Para o desenvolvimento das habilidades dessa competência, sugere-se verificar a necessidade de um estudo com atividades de aprofundamento).</i></p>	<p>Descrição e contextualização dos principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil, identificando, nesse contexto histórico, as lutas por direitos civis.</p>	<p>República: uma necessidade.</p>	<p>Registro, no caderno ou outro suporte, das principais ideias estudadas em sala de aula. Atividades sequenciadas, a partir das quais o aluno possa: Compreender os mecanismos de poder da República Velha, consolidados pela “política dos governadores”, o voto de cabresto e o coronelismo. Analisar a Constituição de 1891, relacionando o</p>	<p>Algumas propostas: Observação e levantamento dos conhecimentos prévios do aluno sobre a noção de direitos civis, por meio de conversas e/ou atividades relacionadas ao cotidiano. Observação, registro e análise da participação e interesse do aluno nas atividades relacionadas na coluna anterior.</p>
	<p>Construção e compreensão dos conceitos de democracia e de cidadania.</p>	<p>Conceitos de democracia e cidadania.</p>		
	<p>Identificação de elementos que contribuam para o estabelecimento de uma</p>	<p>Alguns elementos que compõem a ordem democrática.</p>		

	<p>ordem democrática, tais como: a liberdade de expressão, o direito de voto, além de dispositivos jurídicos, como o habeas corpus.</p>		<p>federalismo com o fortalecimento das oligarquias regionais; Identificar mudanças e permanências relativas às lutas sociais em prol da cidadania e da democracia, em diferentes momentos históricos; Distinguir o que é relevante ou não para a História, explicando os critérios da seleção efetuada. Encenação de episódios de luta pela conquista de direitos civis na História do Brasil, tais como a Guerra de Canudos, os 18 do Forte de Copacabana, as passeatas pelas Diretas Já, a atuação de Chico Mendes no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri etc. e reflexão sobre as motivações e resultados desses episódios. Debate em sala de aula acerca do exercício da</p>	<p>Comparação contínua de registros de acompanhamento do desenvolvimento do aluno em relação a:</p>
	<p>Busca de informações sobre direitos civis, no passado e no presente.</p>	<p>Direitos civis no passado e no presente.</p>	<p>Conceituação de cidadania e democracia; Descrição de contextos históricos específicos de luta pela cidadania e democracia; Compreensão acerca da importância dos movimentos de defesa da democracia, como fator de transformação histórica; Engajamento pessoal, na defesa de princípios em prol de uma sociedade democrática. Análise e registro da produção escrita do aluno sobre as</p>	<p>Conceituação de cidadania e democracia; Descrição de contextos históricos específicos de luta pela cidadania e democracia; Compreensão acerca da importância dos movimentos de defesa da democracia, como fator de transformação histórica; Engajamento pessoal, na defesa de princípios em prol de uma sociedade democrática. Análise e registro da produção escrita do aluno sobre as</p>

			<p>cidadania e do estabelecimento de instituições democráticas, como resultado de um processo de lutas sociais e políticas. Elaboração de um trabalho escrito, contemplando um episódio de luta pela defesa e/ou conquista de direitos civis na História do Brasil.</p>	<p>situações de luta por direitos civis e pela democracia.</p>
<p>Conhecer aspectos da História do Acre, desde a Questão do Acre, no final do século XIX até a época atual. <i>(Para o desenvolvimento das habilidades dessa competência, sugere-se verificar a necessidade de um estudo com atividades de aprofundamento).</i></p>	<p>Caracterização e compreensão dos ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até a época atual.</p>	<p>Ciclos da república: Acre do século XIX aos dias atuais.</p>	<p>Registro, no caderno ou outro suporte, das principais ideias estudadas em sala de aula. Atividade de pesquisa e elaboração de linha do tempo, marcando e descrevendo os principais acontecimentos da História do Acre, relacionado com aspectos da República brasileira do período: instalações urbanas da primeira metade do</p>	<p>Algumas propostas: Roda de conversa, envolvendo conhecimentos gerais sobre a História do Acre. Análise e registro da produção escrita do aluno sobre a história política e econômica do Acre; Autoavaliação da participação nas atividades desenvolvidas em sala de aula;</p>

			<p>século XX (estação ferroviária, escola, prefeitura, farmácia etc.), nomes de ruas e praças que rememoram personagens ou fatos republicanos. Entrevistas com pessoas mais velhas sobre a percepção das transformações políticas e econômicas na História recente do Acre, por parte da população acreana.</p>	<p>Avaliação escrita, envolvendo questões de tipos diversos, como questões de múltipla escolha, questões abertas, análise de documentos históricos e/ou textos historiográficos etc.</p>
--	--	--	---	--

2º BIMESTRE

OBJETIVOS/ CAPACIDADES (Competências amplas do componente)	CONTEÚDOS (O que é preciso ensinar explicitamente ou criar condições para que os alunos aprendam e desenvolvam as capacidades que são objetivos)		PROPOSTAS DE ATIVIDADES (Situações de ensino e aprendizagem para trabalhar com os conteúdos)	FORMAS DE AVALIAÇÃO (Situações mais adequadas para avaliar)
	Habilidades	Objetos de conhecimento		

<p>Compreender os instrumentos coletivos e individuais que legitimam e dinamizam as bases de uma sociedade democrática, suas contradições, avanços e recuos no processo histórico.</p>	<p>Identificação e análise da evolução das instituições políticas do Brasil, do voto de cabresto à urna eletrônica, indicando momentos de retrocesso da democracia, como o Estado Novo ou o Golpe de 1964 e a ditadura militar.</p>	<p>O voto na história do Brasil.</p>	<p>Registro, no caderno ou outro suporte, das principais ideias estudadas em sala de aula. Análise de trechos de filmes que tematizam momentos de desafio à consolidação da democracia no Brasil, como a minissérie Agosto ou o filme O ano que meus pais saíram de férias.</p>	<p>Algumas propostas: Observação e levantamento dos conhecimentos prévios do aluno sobre o direito de voto e demais liberdades civis, por meio de conversas e/ou atividades relacionadas ao cotidiano. Observação, registro e análise da participação e interesse do aluno nas atividades relacionadas na coluna anterior. Comparação contínua de registros de acompanhamento do desenvolvimento do aluno em relação a: Compreensão da importância da legislação para a garantia da liberdade de ação e de expressão; Reconhecimento de que as liberdades civis se constituíram e continuam se constituindo por meio de um processo histórico; Crítica e repúdio aos entraves legais, econômicos, sociais e</p>
	<p>Descrição e análise das relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira, entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais.</p>	<p>Transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira.</p>	<p>Atividade de pesquisa sobre momentos da história do Brasil que negou os direitos civis, como exemplo, as diferenças entre as duas faces do regime que se implantou no Brasil em 1964: de um lado, a aparência democrática por manter os três poderes, as eleições (indiretas) e o sistema partidário (controlado) e, de outro lado, a realidade dos bastidores do poder, marcada pela repressão militar e violação dos direitos humanos (prisões,</p>	
	<p>Identificação e compreensão dos retrocessos no processo de consolidação da democracia no Brasil, com destaque para o processo que resultou na ditadura civil-militar e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre</p>	<p>Retrocessos no processo de consolidação da democracia no Brasil.</p>		

	os casos de violação dos direitos humanos.		tortura, cassação de mandatos políticos e exílio) e pelo Ato Institucional número 5 (1968-1978). Debate, com o professor e os colegas, avaliando a importância de se garantir determinados direitos, como o de voto secreto ou o de greve, para a efetivação de uma ordem democrática.	culturais ao avanço da democracia no Brasil. Análise e registro da produção escrita do aluno sobre os desafios para a democracia no Brasil.
	Discussão dos processos de resistência e das propostas de reorganização da sociedade brasileira, durante a ditadura civil-militar.	Processos de resistência e das propostas de reorganização da sociedade brasileira.	Leitura e debate de textos que abordem as demandas indígenas e quilombolas, como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.	
	Identificação e comparação das demandas indígenas e quilombolas, como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.	Contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.	Entrevistas com pessoas mais velhas que viveram na época da ditadura militar no Brasil e registro escrito das informações e conclusões obtidas.	
	Estabelecimento de relação das conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.	Atuação de movimentos sociais.		
	Identificação de formas de expressão e organização, com vistas à efetivação de uma ordem social democrática.	Redemocratização.		
	Avaliação crítica das instituições democráticas no Brasil, analisadas	Instituições democráticas.		

	numa perspectiva histórica.			
<p>Pesquisar, identificar e diferenciar formas de organização políticas, que se fizeram presentes na História do Brasil, que respeitaram ou não os valores humanos e a diversidade sociocultural.</p> <p><i>(Para o desenvolvimento das habilidades dessa competência, sugere-se verificar a necessidade de um estudo com atividades de aprofundamento).</i></p>	<p>Identificação das transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil, durante o século XX, e compreensão do significado das mudanças de abordagem em relação às formas de organização política que respeitem ou não os valores humanos e a diversidade sociocultural.</p>	<p>Mudanças e permanências na abordagem em relação às formas de organização política que respeitem ou não os valores humanos e a diversidade sociocultural.</p>	<p>Pesquisa e debate sobre formas diversas de organização política. Pesquisa e debate sobre conjunturas históricas, determinadas no Brasil republicano (República dos Coronéis, Governo Constitucional de Vargas, Estado Novo, política desenvolvimentista pós 1945, Ditadura Militar, Redemocratização do Brasil etc.), e identificação das formas de organização política em cada caso. Debates sobre as ditaduras e os golpes na América Latina (com destaque para alguns países da América do Sul), no período de 1945 a 1990, que permita traçar uma visão integrada e cronológica dos acontecimentos, no contexto da Guerra Fria. Deve-se observar que foi no período de 1960 a 1980 que a América Latina</p>	<p>Algumas propostas: Observação e levantamento dos conhecimentos prévios do aluno sobre as diversas formas de organização política, por meio de conversas e/ou atividades relacionadas ao cotidiano. Observação, registro e análise da participação e interesse do aluno nas atividades relacionadas na coluna anterior. Comparação contínua de registros de acompanhamento do desenvolvimento do aluno em relação a: Identificação de diferentes tipos de organização política; Estabelecimento de relações entre os tipos de organização política e conjunturas históricas específicas do Brasil republicano; Posicionamento crítico quanto ao caráter humanista</p>
	<p>Comparação, descrição e análise das características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, a atuação de movimentos de contestação às ditaduras, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos.</p>	<p>Regimes ditatoriais na América Latina e suas consequências.</p>		

			esteve basicamente dominada por regimes ditatoriais militares, onde são exemplos: Paraguai (Alfredo Stroessner, 1954-1989), Argentina (Rafael Videla, 1976-1981), Chile (Augusto Pinochet, 1973-1990), Peru (Velasco Alvarado, 1968-1975), Uruguai (1973-1985), Bolívia (1964-1982) e Brasil (1964-1985). Confecção de cartazes, representando cada conjuntura pesquisada e a forma de organização política correspondente. Produção de texto sobre as formas de organização política, em relação aos valores humanos e à diversidade sociocultural.	ou anti-humanista de determinadas formas de organização política. Análise e registro da produção escrita do aluno sobre política, valores humanos e diversidade cultural.
	Identificação de determinadas formas de organização política, em diferentes momentos da História do Brasil republicano, tais como a centralização do poder na administração Deodorista, o monopólio da máquina do Estado pelas elites latifundiárias na república oligárquica, o populismo e desenvolvimentismo, a ditadura militar e os governos neoliberais contemporâneos.	Conjunturas políticas no período republicano brasileiro.		

Disponível em: <https://www.educ.see.ac.gov.br/pagina/curriculo-referencia-unico>.

Anexo 05 – Cartas particulares

Carta 01

Crúzeiro do Sul 13 de 6, de 1964.

Dona Maria Lucia
Saudações.

Tenho estas poucas linhas o fim de assim mesmo de longe agradecer a boa vontade que teve de auxiliar a minha filha em seus estudos; mais não lhe foi possível, mais mesmo assim lhe agraco, pois bem sei de todos acontecimentos. Dona Maria, a renuncia do nosso governador abalou até a natureza; até a natureza se encarregava da tristeza, e Dona Maria, só mesmo quem não quis observar os tempos; mais desde do mez de abril, a natureza era triste, o sol não brilhava as noites eram turvas, os passaros não cantavam parecia que algo tinha para acontecer; uma noite ouvindo o radio tive tão grande alegria que caia de joelhos agradecendo a Deus os rogos que fazia todos os dias, quando ouvi uma mensagem que o nosso governador mandava aos acrianos, que estava restabelecido, mais quando depois de alguns dias que só se sabia de noticias não satisfatoria, e no dia da renuncia a meu Deus! a senhora pode crê que foi um abalo tão grande para a nossa gente, mais era uma tristeza tão grande a senhora creia que o mez de maio foi mergulhado na mais completa penumbra; os dias eram triste, o sol não brilhava a lua era embacada os campos não via uma flor se quer, tudo por motivo da ausencia do nosso governador! Dona Maria os tubarões queriam fazer com o nosso governador como os judeus fizeram com nosso senhor; Nosso senhor quando entrou em jeruzalem o povo tirava suas vestes e estendiam para Jesus passar em pouco tempo o mesmo povo gritava, crucifica. O - assim aconteceu foi eleito pelo povo carregado nos braços do povo, o mesmo povo o traíram; Jesus foi perseguido elle tambem, Jesus foi caluniado elle tambem, Jesus foi insultado elle tambem, para ser comparado a Cristo só não foi crucificado, os judeus obrigaram

Jesus beber fel e vinagre, elles o obrigaram a re-
nuncia; renuncia que doeu e doerá para sempre
no nosso coração, quando o vemos chegar de vez em
quando as coisas avança da para essa terra e elle
não mais assistiu; quando vimos o bôvar na nos-
sa cidade o avião Dim Aranju; a recordação foi
tão grande que as lagrimas foram a unica confor-
mação, até as crianças gütavam pelas estradas dando
viva a José Augusto, mais Dona Maria, a divi-
nhar é proibido, se soube cemos que elle iria
sofrer tanto, as p promessas que fizemos para elle
ganhar teriamos feito para elle perder; mais o
nosso ideal era que fosse victorioso como foi.
mais Deus é bom dona Maria fiquemos mais satisfei-
tos em elle ter renunciado aqui como um cidadão
brasileiro e bem brasileiro, não manchou suas
mãos nos cofres da nação, é a que eu tenho na
ponta da lingua essa resposta pra da quando
me acho em occasião que seja preciso dá, como
já tenho dado muitos e muitos vezes, agradecei
muito a Deus ter lhe poupado a vida, que os tuba-
rões não lhe tocaram o corpo; as calumnias e as cri-
cas as trações que lhe fizeram, mais cedo eu

Tarde ellesão de pagar; o remorso a de perseguidos
esses tubarões ainda ei de vobos reclamar a falta
de um governador que seja amigo do povo; muitos
deles ja o sentiram e ao de sentir, pois o remorso
é de ser o sucego que ellesão de ter, o leite que elle
mandou para os pobres está jogado lá num canto,
deixando virar pedra pra podereu dá, se derem,
mais uma fé me traz tranquila outra oportunidade
estamos ao seu inteiro dispor como os mesmos
ou melhor ainda aqui estamos para trabalhar
pelo Professor José Augusto se Deus quizer.
Marieta já tem um bebê, Trouxi nestes dias
estará ahí com o professor contando as memórias
des; os tubarões estão engulindo os outros tuba-
rões, abraços para o Professor, desculpe esse
papel mais uma vez agradeço a sua genti-
leza. Abraços de todo que aqui fica ao seu
inteiro dispor

Raimunda Gomes da Costa

Descrição: Carta enviada por Raimunda da Costa Gomes (Cruzeiro do Sul) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro) em 13 de junho de 1964. Fundo Documental José Augusto de Araújo, código JA142. Museu Universitário da UFAC.

Carta 02

Cruzeiro do Sul 13 de 6, de 1964.

Prezada e querida amiga Maria Lucia
meu saudoso abraço.

Tenho esta com o fim de saber as tuas notícias, eu e os meus vamos vivendo assim mesmoo no meio das contrariedades; Maria Lucia depois de todos esses acontecimentos eu não sei se vivo, pois cada dia que se passa mais eu me lembro das felicidades das calúnias dos chavecos que faziam ao nosso governo, mais Deus é bom; quando eu vejo que até o nome dele raspavam dos carros; quem raspou foi o tal Antonio Origo, só não raspavam o do Dr Braga porque elle não deixou que raspassem; no dia que chegou o avião dele que veio de lá, dar o tal governador eu chorei pensando que quem choraria lá era elle e não os putros; o usurpador veio ^{visitar os municípios} com ~~o governo~~ ^{o governo} eu não sei se elle é branco ou preto gordo ou magro mais aqui já apilidaram elle por kilo e onco; Maria Lucia eu dentro das contrariedades me conformava hindo pra Lili era nós duas a ~~continuar~~ ^{continuar}; no dia que subimos do ultimo acontecido só não houve muito pau porque o cada o embalou os soldados e mandou da patrulha na rua, felizmente não houve muito fuzimento de pouco, o humba la, foi para o japinim fazer festa, Maria Lucia, levei muito avarco porque não fui enquadrada, mais eu sou satisfeita, porque eu não quero ser mandada por essa canatha do rabo chato, aqui todo dia corre o boato que elle está preso que está louco que está passando mau, mais isso tudo é pra ver a gente se bater, pois elles sabem que a gente não fica satisfeito com essas notícias

Maria Lucia tenha fé em Deus que seu marido fica bom eu todas os dias eu rezo pra nossa senhora do Perpétuo Socorro por voce e por elle, e no outro pleito estamos aqui para trabalhar por voçcis, a minha sobrinha Debora sua afilhada manda lembrança e pede abençoação, os pais dela tambem mandam lembrança, lembrança da mãe do mirico, e de todas as amigas que emiam lembrança pra voces, mamãe Lenda Roseli Civilizto mandam lembranças e abraços.

Acite um abraço de tua amiga que não esquece, teço que me responda como seu falta,

Bilá.

Descrição: Carta enviada por Bilá (Cruzeiro do Sul) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro) em 13 de junho de 1964. Fundo Documental José Augusto de Araújo, código JA130. Museu Universitário da UFAC.

Carta 03

Rio Branco, 15 de junho de 1964.

Estimada Maria Lúcia

Respondo hoje a sua anímel carta, ainda em mão de Marlene e muito satisfeitos ficamos em saber que José Augusto está passando bem. Graças a Deus, tudo o que desejamos é que tenham saúde e força moral para resistir a tão tempestuosos embates das surpresas inarredáveis da vida.

É preciso uma resistência muito grande para sofrer por si e pelos amigos que se veem envolvidos nas angústias das desditas que se abateram sobre eles e vocês.

É necessário que se pense que o homem é como um emissário que viaja pela existência, em trabalhos determinados pelo seu Pai. Se assim a mente não ficará conturbada, não perderá o equilíbrio da razão e prosseguirá sempre, mesmo saucedida pela dor.

Nossa boa amiga Marlene, desde ante-ontem padeci e se debate em dolorosas interrogações. Quando já desamara o espírito e se dispunham a fazer a viagem de volta, o Sr. Daniel foi recolhido, incommunicável, ao quartel da Companhia de Fronteiras. Não se sabe, evidentemente, qual o ponto do processo que exige sua detenção. Versões há muitas; delas, entretanto, não sabemos se há fundamentadas. A verdade de onde está perdida entre os boatos. Só Deus sabe!

Felizmente ela tem tido conforto de dedicadas amigas. Contudo, com tão formidável abalo, teve uma crise nervosa, felizmente, muito ligeira. Está bem.

Com o Paulo Stamar conversará, como já ^{me} disse, com o José. Ele está ao par do depoimento do Sr. Benarós e creio que um parecer dele, constitui uma orientação valiosa.

Sabemos, infelizmente, que o Sr. Daniel não cairá logo. Creio que há pontos delicados a esclarecer. Marlene, costadinha, ignora tudo e não temos coragem de dizer-lhe a verdade!

Fazá escrever e conta com minúsculas

o que se faz, o que se pensa e o que se diz na terra. Creio que ainda diz o que se poderia fazer.

Amigos devotados e leais vocês têm, Mrs Lúcia! Isto é um consólo, embora nada possa resolver, por enquanto.

Este "intermezzo" contribuiu, estou certa, para amadurecer um pouco a consciência popular. Ainda não conheço a vantagem de estar dependidos da tutela federal, como território. Talvez daqui a 10 anos haja melhor compreensão! Valorizem os elementos do Estado.

Luíza, eu e Honato continuamos aqui. Ainda inseguros, ainda em compasso de espera. O governo de Rondônia deixou-nos ficar, até que conduza sindicâncias em torno dos enquadramentos feitos. Após, chamar-nos-á.

Estão trabalhando na Secretaria de Educação. Chefiando a Divisão de Ensino Primário. Por enquanto, tenho feito apenas trabalho de rotina. Ainda não me foi possível fazer algo de positivo pela educação, no sentido de fazer funcionar escolas; dar provimento de material humano às mesas, etc.

P.S. - Lembemo da casa de D. Edúcia do Prof. J. Augusto, que viveu em Rio de Janeiro, RJ.

Maria Lúcia, viagem dia 10 de maio. Ainda não nos escrevem. Creio que está bem.

Ninguém precisa sair de Feijó e tia Nair. Cansada, magrada, desiludida, seria tão bom que se convencesse da necessidade de ausentar-se de lá. Encontrei, mais de uma vez, tendo comentários em torno das vantagens disso, mas ela tem resoluções firmes, e não se deixa levar pelo meu "latim". Seria ótimo que ela se ausentasse de lá. Cidade muito pequena, pouco maior que uma casa de família, sem distrações, fermenta os problemas, sem dar uma válvula de escape, como vantagem!

Diziah não me tem escrito. Silente, ela por certo medita e rumói, as incompreensões do homem!

Meus filhos estão bem. Bem peraltos, bem satisfeitos. Abraçam ao Ricardo e enviam-lhe beijos carinhosos. Honato recomenda-se-lhes. Co aqui estamos às ordens! Fe' um beijo! Ele é pai de todos! Não se esqueça, por Augusto, a gratidão da Pátria e o esquecimento!

Recomende-nos a d. Lúcia, seu pai, Stela, Sora e demais. Acite um especial abraço de
Lúcia.

Descrição: Carta enviada por latir (Rio Branco), prima de José Augusto, para Maria Lúcia (Rio de Janeiro) em 15 de junho de 1964. Fundo Documental José Augusto de Araújo, código JA137. Museu Universitário da UFAC.

Carta 04

Madalena Maria Louzada
Faz o que Deus quiser e esta lá lhe encontrar gosando
de saúde juntamente a seus familiares.
D. Maria Louzada as coisas aqui estão cada vez pior
a falta de dinheiro é horrível e tudo caro.
Depois que a senhora e seu yose viajaram e passei
por momentos horríveis me deixaram de lado.
No dia que vocês viajaram a noite o novo governador
mandou me chamar para que eu continuasse a trabalhar
com ele; eu fui a tenda ao chamado dele mais não
com a intenção de continuar trabalhando. Quando cheguei
lá a mulher veio me receber e disse-me que já tinha
boas informações de mim e por isso queria que eu ficasse
por que eu já sabia como era o serviço. Eu então respondi
que não podia continuar por que estava doente e não
podia ~~me~~ me tratar. Mas isso era uma desculpa.
Pois eu não tinha a menor vontade de ficar naquelle talão.
Um para casa 3 dias depois o tenente Glederson mandou me
chamar e pediu que eu fizesse a limpeza. por que não
mesma semana o novo governador ia se mudar. Então
eu fui fazer a tal limpeza: e nessa foi que me ateli.
Porque encontrei um envelope que tinha umas
cópias por que pertenciam ao seu yose. E então eles dizem
que pertencia ao tal coronel que estava a hospedado no
quarto que o seu Elias vivia quando era solteiro.
E que estes tais documentos alguém tinha mandado eu
tirar. E esse alguém eles maldavam a seu Elias.
D. Deputado Fleming a junção de levar-me a Polícia
seu Elias e D. Penha vão contar melhor que eu.
E até este momento ainda não recebi meu dinheiro.
H. D. Ziza não deu a menor importância.
Vou terminar com muitas saudações

Abraços para o seu yose Augusto e a senhora
seus e abraços para o Ricardo. Viga para ele
que eu não o esqueço um só momento.
Espero que ele nunca esqueça-me.
D. Maria Louzada, logo que eu receber meu dinheiro
Estarei com vontade de viajar para o rio.
Peço-lhe que me escreva
sem mais de sua criada
Maria Mercedes Louzada
Perdão os erros e a má
Caligrafia

Descrição: Carta enviada por Maria Louzada (Rio Branco) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro) em 23 de junho de 1964. Fundo Documental José Augusto de Araújo, código JA143. Museu Universitário da UFAC.

Carta 05

Rio Branco, 28 de setembro de 1964

Maria Lúcia
meus abraços.

Recebi sua carta e estou ciente de tudo, já estava pensando que tinha me esquecido. Aqui a vida vai passando sempre esperando em Deus que nos livre deste louco. Cada dia que passa mais uma loucura ele faz, foi ao Educandário e me disse que vai mandar matar "os meus bupalos" que estão estragando a "minha fazenda" veja que pretensão, isto ele disse no meio de muita gente só para se exibir, fiquei louca de ódio.

Fiquei triste em saber que você perdeu o bibe, não se desespere Deus é bom e misericordioso breve lhe dará outro. Sempre vai na Raymondinha do Waldir, jalamos muito em você já estamos com nossos programas feitos para a sua volta, se Deus quiser. Ela continua doente, magrinha e preocupada, agora vamos solucionar o caso do Waldir. A tua amiga Louzada é a secretária particular do Feuss, se quiser que veja como ela está importante vive ouvindo de mim e de outros para ir contar ao Feuss.

Sobre os festejos do dia 7 de setembro não ri nada, não saí de casa, só ouvi os comentários, aliás que reis uma orquestra de Belém, os instrumentos todos concertados com esparachaps, resultados tocaram com os da guarda, comprados pelo 2º de agosto. Valor 2.000.000,00, para tocar só dois dias, a bebedeira foi grande dizem que até aquele "degenbargado" Capoteu, morreu?

Meu sempre dizendo ao Chico que na Assembleia

não tem honras. Foi designado para B. do sul uma comissão para apurar sobre o enquadramento da Bili. pois ela é sócia de uma firma, isto denuncia do Boleis.

Na guarda já dividiram o gabinete de comando em dois um é do secretariado de segurança e mais e mais que na época não me lembro. Sebastião recebeu o milho e acarta do Proj. agradece, continua na colônia já fiz tudo para ele render mais não tem jeito, o Feuss a uma semana atrás foi na guarda e procurou pelo Cap. Sebastião, os colegas informaram que o mesmo estava de licença especial, então ele disse: "você mandou buscar os meus gausos que ele roubou do Palácio, fiquei danada, mais isto ele paga."

Não mande cocada porque na ocasião não foi possível. Um abraço para V.ª Lúcia, Estela, beijos para o Ricardo, Lenha e recomendações ao Proj e reciba abraços da amiga certa

Odemira

Descrição: Carta enviada por Odemira (Rio Branco) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro) em 28 de setembro de 1964. Fundo Documental José Augusto de Araújo, código JA133. Museu Universitário da UFAC.

Carta 06

Manaus, 5/4/71

Minha querida Ma. Lúcia,

Com o coração dilacerado pela dor, peço a Deus Com fôrte e resignação para todos nós.

Maria Lúcia, nós só soubemos hoje, do falecimento do nosso querido José Augusto. Oh! Maria Lúcia, eu nem quiz a creditar numa fatalidade desta. Logo depois que recebemos tua carta, nos chegou a notícia. Meu Deus, que aflição! .. Só Deus sabe como estamos arrasadas. A mamãe, está jogada numa cama chorando sem consôlo. Eu procurando me fazer de forte, mas não consigo. Só Jesús sabe da minha dor. Não sei porque o nosso Deus nos marcou assim. Não sei mesmo. Eu estava tão confiante! Ah! Ma. Lúcia, eu não sei como te consolar, mas Deus tem poder de te confortar. O nosso Deus é misericordioso. Ele naturalmente quiz libertar o nosso querido José Augusto, dêste vale de lágrimas e lhe dar a coroa do Céu. Vês como esta vida é dura e cheia de lágrimas. Deus tenha compaixão do nosso querido, que partiu, deixando um vazio em todos nós.

Hoje recebemos tua carta, e já estávamos providenciando um de nós, para ir te ajudar. Ah! se soubessemos de tamanha fatalidade, eu teria levado a mamãe para ver o seu querido filho mais uma vez. Coitada! Está numa prostração de fazer dó. Peço ao nosso Deus, que lhe ajude nesta hora cruel.

Ma. Lúcia, minha querida, mais do que nunca estamos unidas, pela mesma dor. Fique na certeza de que, mais do que nunca sou tua irmã. Conte com esta sua cunhada para toda vida, enquanto Deus permitir que eu viva, terás uma amiga de todas as horas. Sei o quanto o meu irmão te amava. Assim serás amada por mim, até que Deus venha me buscar. Conte sempre, em todas as horas. Não enxergo quase o que estou escrevendo, pelas

lágrimas, mas meu coração sabe o que eu quero dizer. Continue, nos estimando como uma cunhada, uma sogra e enfim como verdadeiros amigos. Confie no Senhor. Jesús é bom. Mesmo passando tribulação, não podemos deixar de dizer que o Senhor é bom. Ele consola os fracos.

Um beijinho nos meus queridinhos Ricardo e Nazaré. Que Jesús os abençoe.

O Eduardo está arrasado. Enfim, aqui não tem ninguém que esteja sem dor.

Receba um beijo da sua cunhada, que sofre com todos vocês.

Depois te escrevo melhr.

Regina

O Leca também está chorando.
Eto nos tristes deonais

Descrição: Carta enviada por Regina Araujo (Manaus) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro) em 05 de abril de 1971. Fundo Documental José Augusto de Araújo, código JA126. Museu Universitário da UFAC.

Carta 07

Rio Branco 14 de outubro de 1966

Minha querida Mãe Lúcia

Em meu poder tua cartinha, que nos tranqui-
liza saber que o nosso querido José continua melhor,
obrigada pelas notícias, pois bem podes calcular o nosso
desespero, e com a distância, estávamos sempre sobressalta-
dos e apressivos.

Faço justiça a tua mágoa e a dor do teu
ocaso de esposa, no que se refere ao Sr. Steano, real-
mente ele foi mau, e ainda vai pagar por toda esta
infâmia, bem como os espezinharamos o Beaugusto na
quele infeliz hospital.

Fiz entrega das cartas a Miriam e tio Adal-
berto, este viajou a Manaus ao encontro da Aleyda.

Quanto a sua situação na política, no meu
ponto de vista vai tudo favorável. É importante se-
ria a tua vinda até aqui, mas tanto não estou
te aconselhando, pois com o estado de saúde do José
bem sabes como decidir dentro do possível. Eu estou
sempre conversando o eleito e não medirei es-
forços em defesa de tua vitória, tão preciosa na
crize que atravessamos.

O Zeca tem sido um boão forte, foi in-
cansável e atento na tua documentação. Graças a
Deus não delei mais, estou com ele no tratamento

e com a boa vontade dele, tudo vai dando certo. Ele
foi a São Paulo fazer campanha para a te e ir até Ocu-
geiros do Sul. Ele tem sido ótimo e disse que só irá
a Manaus quando ver a vitória, isto é, após as eleições.

A Rosane também tem colaborado bastante e
assim ao lado de Deus venceremos.

Querida sei e sinto o que sofres, bem quizeras
podes poupar-te pelo menos a metade; quem me des-
ta com que ajudá-los também do lado financeiro. Tu
de isto me dai, lamentos e suspiros sem dar-te uma ex-
plicação dos porquês, sim pois problemas já os tem
demais e para que torturar-te com os meus? chega
não é?

Tudo que posso fazer é lutar, para que saias
vitoriosa, assim ~~amizadeamos~~ ^{amizadeamos} as torturas
quero, visto que ele adoece a política não é?

Aqui tudo vai correndo bem, os meninos
enviam beijos e kulú um abraço a vocês.

Abraço a toda família e receba o meu
também.

Dinah

Em tempo - A portadora desta é a minha esti-
mada comadre Onédia esposa do Sr. Portugal. Ambos
vão até aí em tratamento de saúde. Espero que
se tenham ótimas amigas. Ela é ótima, aliás não
precisa nem dizer, pois está bem informada.

A mesma

Descrição: Carta enviada por Dinah (Rio Branco) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro) em 14 de outubro de 1966. Fundo Documental José Augusto de Araújo, código JA124. Museu Universitário da UFAC.

Carta 08

Rio Branco, 21 de novembro de 1966.
Minha comadre, felicitações.

Espero que o compadre esteja bem, juntamente Ricardo e todos os demais familiares.

Escrevi uma carta datada de 11 e uma outra de 17 de corrente, acompanhadas de todas o tipo de propagandas aqui confeccionadas pelo SBT, tendo as iguais distribuídas em todo o estado, inclusive pedúnculos de votação.

Mas isso já é caso passado e vamos ao que interessa presente, que é a grande consagração do seu nome, como o Deputado mais votado em todo o estado, com uma votação já no total de 2.341 votos, faltando somente a apuração de Brasília onde apresentamos uma votação mínima de 129 para completar os 2.500 votos, mínima demonstração bem patente de quanto o povo do Acre dispensa de caminho e esforço aqueles que mérito de homem têm e espeçifamente José Augusto.

Junto a esta estou remetendo uma demonstração das apurações de Rio Branco com os totais dos municípios, para exame.

Deus não deixar de enviar uma mensagem de agradecimento ao povo do Acre pelo incontestável vitória, a qual faremos transmitir pela Rádio para todo o Estado, bem como o agradecimento ao Santuário por tudo quanto fez e que já mandei em carta anterior.

A satisfação de todos os seus amigos é bem clara pela vitória alcançada e a minha será mais estenuada se tiver a satisfação de ver derrotado o Rui Lima que vai atrás do Romano por 118 votos.

Tantanto, se Deus quiser, terei quatro satisfações neste pleito, sendo que as 1ª e 2ª já efetuadas que são a vitória do Dr. Adalberto que vai com uma diferença de 416 votos sobre o adversário e a sua eleição em 1º lugar no Estado; a terceira será a derrota do Rui Lima que acredito não conseguir ultrapassar o Romano e quarta a derrota do Joaquim Macedo que está disputando o 4º lugar com o Jorge Lourocat e Pautinha, dependendo conseguir uma votação de 100 votos em Brasília.

Para Deputado Estadual já estão eleitos pelos M.D.B. Raimundo Infante - Gerardo Farias - Edson Cadassa - Fleming - Albor e o 6º lugar está sendo disputado entre Zéuge e Chico, isto no caso de se fazermos 6 deputados estaduais, cuja segunda é barbaçissima, acho mesmo que não temos possibilidade de fazermos o 7º.

Para Vereadores, estão eleitos: Ruiji - Omar Marques - Tomaz Becco e Demosthenes Moura.

Logo terei o resultado das apurações de Brasília enviadas por carta.

Recomendações da Maria do Carmo que está satisfeita e sua afilhada pede abençoar.

Um abraço ao compadre e reciba mais uma vez as minhas sinceras congratulações pelo êxito de nossa campanha com todo brilhante resultado para satisfazer de todo os seus sinceros amigos.

Do compadre e amigos

Aloysio Juliano

Descrição: Carta enviada por Aloysio Juliano (Rio Branco) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro) em 21 de novembro de 1966. Fundo Documental José Augusto de Araújo, código JA140. Museu Universitário da UFAC.